

WALDSON LUCIANO CORRÊA DINIZ

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CORUMBÁ:
IMAGEM E PODER (1937-2003)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

2004

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WALDSON LUCIANO CORRÊA DINIZ

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CORUMBÁ:
IMAGEM E PODER (1937-2003)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, *Campus* de Dourados, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:
Profª Drª VILMA ELIZA T. DE SABOYA

DOURADOS/MS - 2004

WALDSON LUCIANO CORRÊA DINIZ

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CORUMBÁ:
IMAGEM E PODER (1937-2003)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientadora:

Profª Drª VILMA ELIZA TRINDADE DE
SABOYA _____

Profª Drª NANJI
LEONZO _____

Prof. Dr. FERNANDO TADEU MIRANDA
BORGES _____

Dourados, ____ de _____ de 2004

344..094

D 585 p

Diniz, Waldson Luciano Corrêa.

Patrimônio Histórico de Corumbá: imagem e poder. (1937-2003)./ Waldson Luciano Corrêa Diniz.- Dourados, MS: UFMS, Campus de Dourados, 2004.

272p.

1. Patrimônio Histórico - Corumbá, MS.

DADOS CURRICULARES

WALDSON LUCIANO CORRÊA DINIZ

NATURALIDADE: CORUMBÁ/MT

FILIAÇÃO: Waldir da Costa Diniz

Lúcia Corrêa Diniz

1993-1996

Curso de Graduação - Licenciatura Plena em História

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1997-1998

Curso de Pós-Graduação em História, nível de Especialização

Centro Universitário de Aquidauana/CEUA/UFMS

RESUMO

Essa Dissertação discute a política de proteção patrimonial desenvolvida em Corumbá-MS com enfoque para o Casario do Porto, tombado pelo **IPHAN** em 1992, tendo como base para a discussão o contexto de criação do **SPHAN** no país sob o regime autoritário de Getúlio Vargas em 1937, e sua inserção no Mato Grosso a partir da década de 1950, que possibilita a análise das principais concepções que orientaram o Órgão em sua política muitas vezes elitista e centralizadora.

O Casario constitui-se em parte inegável da narrativa identitária do novo Estado da federação. Assim sendo, procuro relacionar o seu tombamento com um conjunto de proposições surgidas desde a criação do **SPHAN** com base na análise da produção historiográfica regional, que associa Patrimônio às noções de Civilização, Alta Cultura, entre outros importantes conceitos para a compreensão das representações surgidas nesse ato de proteção e evocadas atualmente no momento em que se realizam na cidade as obras de revitalização do **Programa Monumenta**, em uma parceria do **Ministério da Cultura** com o **Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID**, que enseja uma análise das apropriações políticas do discurso patrimonial local bem como um estudo acurado da gestão urbana.

ABSTRACT

This thesis treats with the policy of patrimonial protection developed in Corumbá, MS, with its emphasis to the Casario do Porto of this town, which started to be protected through a patrimonial policy by IPHAN in 1992, having as bases for a discussion the context of the SPHAN foundation in our country under Getúlio Vargas's despotic regime in 1937 and also its insertion in Mato Grosso from the 1950s on. These facts allow the analysis of the main conceptions, which guided the Organ in its elitist and centralist policy.

The Casario is an important mark for the narrative of the nation. So, I try to connect its patrimonial protection policy with a set of propositions that have emerged since the foundation of SPHAN, based on the analysis of the historiographical regional production, which associates Patrimony with notions of Civilization, High Culture and other important concepts for a better comprehension of the representations that sprang out with this act of protection and that nowadays are invoked in the works of the **Monumenta Program**, in a association of the **Culture Ministry** with the **Interamerican Bank of Development (BID)**, which offers an analysis of the political appropriations of the local patrimonial discourse as well as a careful study of the urban administration.

KEY WORDS: Culture – Identity – Patrimony – Representation.

A todos os que descobriram o prazer da pesquisa científica.

AGRADECIMENTOS

A construção dessa Dissertação talvez seja a parte mais difícil da minha trajetória acadêmica, posto que foram muitas as contribuições oferecidas das mais diferentes maneiras, ora intensas, ora breves, mas todas significaram importantes momentos de aprendizagem e de crescimento que proporcionaram o cumprimento dessa valiosa etapa profissional que foi percorrida com muita perseverança.

À minha Orientadora, Professora Doutora Vilma Eliza Trindade de Saboya, pessoa maravilhosa que acreditou em meu Projeto de Pesquisa e com seu talento e garra, caminhou comigo até esse momento com fôlego invejável. A ela todo o meu reconhecimento pelo seu empenho e profissionalismo.

Aos professores do **Curso de Mestrado em História/CEUD/UFMS**, representados pelo Professor Doutor Cláudio Alves Vasconcelos que permitiu suporte a essa pesquisa através de seu trabalho administrativo dirimindo diversos problemas para mim e para os demais acadêmicos da Turma de 2002.

Pelo prazer da convivência intelectual e pelo ambiente produtivo que se formou entre nós, aproveito a oportunidade para manifestar meu apreço por todos os colegas do Curso, que se constituem em pessoas inesquecíveis.

Ao **IPHAN**, em Campo Grande-MS, pela presteza e espírito acadêmico de sua Diretora Margareth Ribas que proporcionou acesso a diversificado material de pesquisa. Também na Capital, agradeço ao Sr. Mário Sérgio Sobral Costa pelo interesse e boa vontade demonstrados perante meus intermináveis questionamentos. Ao arquiteto José Roberto Gallo, agradeço imensamente pela sua clareza conceitual, seriedade e devotamento ao Patrimônio que resultaram em uma entrevista instigante.

As colaborações do **IPHAN**, em Cuiabá, através do Diretor Professor Cláudio Quos Conte, foram muito proveitosas, esclarecendo diversos elementos essenciais ao trabalho. Da mesma forma as entrevistas concedidas pela Professora Elizabeth Madureira Siqueira foram muito úteis.

No Rio de Janeiro e em Brasília agradeço a vários funcionários do **IPHAN** e do **MHN** que me auxiliaram muitíssimo na coleta de material para o início da discussão do presente trabalho. Creio que o trabalho do Sr. José Leme Galvão Júnior simboliza todo um corpo técnico solícito e dedicado a uma profícua discussão da temática patrimonial no Brasil.

Em São Paulo contei com a colaboração inesperada e preciosa da **Associação Paulista de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais/APCR**, através de sua Presidente Maria de los Angeles Fanta, profissional devotada à causa patrimonial que disponibilizou seu acervo para pesquisa, sem nada exigir.

A pesquisa de campo foi muito favorecida pela simpatia dos integrantes da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente Cultura e Turismo**, de Corumbá-MS, representados pelo Secretário Ângelo Rabelo e pela Coordenadora do **Programa Monumenta** em Corumbá, engenheira Tânia Dantas, que concederam diversas entrevistas e disponibilizaram material valioso.

Em perspectiva semelhante agradeço à gestora da **Casa de Cultura Luis de Albuquerque/ILA**, Heloisa Urt, pelo acesso possibilitado à **Biblioteca Dr. Gabriel Vandoni de Barros** e pela confiança depositada no empréstimo de obras raras, atenciosamente disponibilizadas pelo bibliotecário Sr. Carlos Augusto Canavarros dos Santos e Regina Maria Bruno Martins.

À **Fundação Municipal de Cultura/Fundação de Cultura do Pantanal**, que através de sua Presidente, professora Dinorá Cestari de Lima

permitiu muitas consultas ao acervo da **Biblioteca Lobivar de Matos**, e atenciosamente concedeu entrevistas.

Aos depoentes que suprimiram lacunas com suas prodigiosas memórias que pude saborear ao longo de quase dois anos de convivência: Moyses Amaral, Augusto César Proença, Eunice Ajala Rocha, Carlos Alberto Mônaco, Agripino Magalhães, Aurora Dourado Ramires, Maria Gadeia Pereira, Giovane Teodoro de Brito, Acyr Pereira Lima e sua esposa Sra. Dila, Edson Resende, Lígia Baruki, Terezinha Baruki, os artistas plásticos Jorapimo e Marlene Mourão. A Benedito C. G. Lima e demais funcionários da **Casa do Artesão** sempre simpáticos no trato com os visitantes, entre tantos outros que a ansiedade não me permite recordar nesse instante.

Às Escolas em que trabalhei, na pessoa de seus proprietários e coordenadores, que foram extremamente gentis nos instantes em que precisei me ausentar para as aulas em Dourados-MS. Assim, meu carinho aos colegas do **Colégio Objetivo** representados por Adelma Galeano e da **Escola Tenir/COC**, na pessoa da professora Nirce Mansilla. Também agradeço aos colegas da **Escola Estadual Octacílio Faustino da Silva**, através de sua Diretora Norma Xavier e das Coordenadoras Noelha e Neuzalina que foram muito compreensivas diante das inúmeras dificuldades que apresentei para exercer a função de professor em dois turnos naquele ano de 2002. Nesse período pude contar com a ajuda de pessoas muito dispostas ao trabalho, meus colegas, professores substitutos que me auxiliaram nessa jornada, dividindo comigo um pouco das responsabilidades. Agradeço a Nilza de Aquino e a Marcelo Rondon que sempre estiveram disponíveis nesse sentido.

Aos colegas do Campus de Corumbá agradeço pela atenção e respeito pelo meu trabalho de pesquisa. A Secretária do Departamento de Ciências Humanas e Letras, Beatriz Alves Nascimento simboliza todo um corpo de

funcionários dispostos a ajudar pelo prazer de acompanhar o progresso do Outro.

Finalmente, agradeço à minha família que compreendeu essa fase complicada de minha vida, que exigiu que eu os colocasse em segundo plano, para o desenvolvimento de uma rotina insana que por muito tempo me levou a conciliar trabalho em três turnos com pesquisas e leituras acadêmicas.

À minha mãe, o meu carinho maior.

Muito obrigado a todos.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo I	
Estado Novo: a gênese da política patrimonial no Brasil.....	16
Capítulo II	
IPHAN: a política de tombamento no Extremo Oeste brasileiro.....	80
Capítulo III	
IPHAN: o Projeto Monumenta em Corumbá.....	114
Considerações Finais.....	245
Fontes	249
Bibliografia	264
Anexo.....	273

INTRODUÇÃO

***Ser grande é compartilhar o choro largo do mundo,
agindo de tal forma a deixar para o fraco uma lei e
uma norma e um doce beijo em cada lábio amargo.***

Mario de Andrade. **A imagem de Mário**-1984

O patrimônio histórico de Corumbá, objeto desta Dissertação, é importante para o redimensionamento do chamado *passado áureo* dessa cidade. Tal análise permite evidenciar quais as potencialidades do patrimônio histórico local para geração de desenvolvimento. Concomitantemente, permite avaliar de que maneira as diferentes classes sociais se posicionam em torno dessa política de proteção, ao longo do processo de tombamento atualmente em voga por ocasião do **Programa Monumenta**.

Reunir e selecionar os registros de memorialistas e historiadores, realizar entrevistas para compreender como se pensou e se reflete sobre esse passado e, mais importante ainda, penetrar na atual diretriz das políticas públicas de preservação, seus discursos e sua prática procurando apontar as contradições e identificar suas fragilidades, tendo como meta a produção de um espaço de discurso que verifique as apropriações elitistas dessa política, a discriminação e seus eventuais acertos.

Tudo isso se erige em problemática apaixonada, pois o **Programa Monumenta** - programa internacional de revitalização de sítios urbanos - produzido em associação com o **Ministerio da Cultura** e parceiros internacionais, avaliou diversas cidades no país que poderiam receber recursos devido sua significação arquitetônica tendo sido Corumbá, entre tantas outras, selecionada para a injeção de aproximadamente oito milhões de dólares, o que chama certamente a atenção de qualquer historiador para o fenômeno da construção de discursos como o da *redenção de Corumbá* e também para as tentativas efetivas de geração de desenvolvimento para a região.

Para alcançar esse objetivo minha Dissertação está estruturada em três capítulos, a saber : I) **Estado Novo: A Gênese da Política de Proteção Patrimonial no Brasil**. Neste, identifiquei o processo histórico de criação do Ministério de Educação e Saúde (MES) para posteriormente, refletir sobre a criação do **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN** evidenciando, em especial, suas orientações técnicas, seu discurso, seus protagonistas e seu contexto histórico; II) **IPHAN: A política de tombamento no Extremo Oeste brasileiro**. Aqui procurei desenvolver um histórico, com auxílio das publicações do **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN**, da Coordenação Regional do referido órgão em Campo Grande e com o apoio das Secretarias de Educação e de Cultura dos Estados de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, da implementação da política do patrimônio histórico na região, a fim de identificar os principais bens protegidos e qual a discussão e as representações que se fizeram à época. Foi necessário realizar consulta em arquivos de jornais, como **O Momento** e **Folha da Tarde** que possuem um quantitativo precioso de informações sobre a questão patrimonial no cotidiano do antigo Estado de Mato Grosso. Foram entrevistadas pessoas influentes na política estadual à época, como o ex-

prefeito de Corumbá, Acyr Pereira Lima e seu ex-secretário de Educação e Cultura Moysés dos Reis Amaral, entre outras, que forneceram importantes informações e indicações interessantes aos rumos da pesquisa; III) **IPHAN: O Projeto MONUMENTA em Corumbá**. Nesse último capítulo realizei um histórico do desenvolvimento das obras do **Programa Monumenta** em Corumbá-MS. Apresento uma discussão detalhada do projeto, das vantagens e desvantagens para o município, analisando o discurso de vários atores sociais tendo em vista um conjunto maior de reflexões que provocam atritos entre o **IPHAN** e a Prefeitura Municipal de Corumbá: a gestão urbana que, como ato arbitrário oculta em sua prática estética uma busca de legitimação, de consenso em torno de determinados valores que são discutidos desde a reforma urbana do município do Rio de Janeiro que resultou na Revolta da Vacina no ano de 1906. Também foram verificados arquivos oficiais como o da Secretaria Municipal de Cultura de Corumbá, da Câmara Municipal de Vereadores, bem como arquivos particulares de depoentes significativos como o da Professora aposentada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, Eunice Ajala Rocha, que participou da discussão sobre o tombamento do Casario do Porto de Corumbá.

Compreende-se que à história cabe a tarefa de atribuir significados ao passado e isso, evidentemente, comporta discussão acerca dos valores em questão à época. Contudo, nosso instrumental de análise não se banaliza em nossos próprios valores, mas se caracteriza pelo rigor interno e pela percepção do lugar social de onde fala o historiador. É, pois, como se presentificássemos o passado a fim de compreender a dinâmica dos projetos políticos em questão e a intrincada rede de decisões que colaboram para configurar o nosso tempo, real depositário daqueles discursos e práticas.

Capítulo I

Estado Novo: A Gênese da Política de Proteção Patrimonial no Brasil

Onde afinal se encontra o Brasil? Haverá um só artista capaz de reconciliar numa síntese perfeita as visões e as imagens que fazemos do Brasil? Ou o destino de um país contraria qualquer unidade, inclina-se para a fragmentação?

Nélida Piñon. A república dos sonhos, p. 296.

Desenvolver um estudo a respeito de Patrimônio Histórico no Brasil requer uma reflexão sobre a produção desse conceito no país bem como buscar as características peculiares de sua gênese. Para tanto, faz-se necessário que reportemo-nos ao Estado Novo (1937-1945)¹ a fim de compreender de que maneira a política cultural foi pensada e desenvolvida e, nesse contexto, que matizes assumiu a política de preservação de bens culturais². É preciso lembrar que esse período foi uma época riquíssima em discussões políticas em torno dos usos da cultura que já vinham sendo gestadas desde fins do século XIX³, representando o produto de um debate intenso e contraditório dos problemas e das fórmulas nacionais ideais para alcançar o desenvolvimento sócio-econômico. Parafraseando o sociólogo francês Pierre Bourdieu, falecido no ano de 2002, essa política conhecida como ditadura estadonovista pode ser interpretada como um momento de fissura nas estruturas do campo de poder, o que destaca a necessidade de sua organização sob novos parâmetros. Disso decorreu um intenso debate e a emergência das proposições culturais que predominaram na orientação desse processo⁴.

¹ Bobbio afirma que em um regime ditatorial *temos certeza de que nos encontramos perante uma sociedade não-livre, da qual um dos indicadores mais característicos é o primado da política sobre a cultura, a redução total da esfera em que se desenrolam as batalhas ideais à vontade de domínio de quem detém o poder*. Cf. BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 84. Ver também: CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena**. Campinas, SP: Papyrus, 1998, p. 31.

² Cf. Conferência Geral da UNESCO, 1968. Paris. In: **Cartas patrimoniais**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p.125-126: *A expressão bens culturais se aplicará a: a) bens imóveis, como os sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares (e) etnológico (s); b) bens móveis de importância cultural. (...) a expressão bens culturais engloba não só os sítios e monumentos (...) protegidos por lei, mas também os vestígios do passado não reconhecidos nem protegidos(...)*. Ver também: FERNANDES, J. R. O. "Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história." **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13, n.º 25-26, p.265-276, set. 92/ago. 93: *O patrimônio cultural terminologia substitutiva à de Patrimônio Histórico e Artístico é constituído de unidades designadas bens culturais. Por sua vez, podemos definir bem cultural como sendo: toda produção humana de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia*.

³A esse respeito ver MOTA, Maria A.R. "A escrita da nacionalidade na geração de 1870". **Anais do MHN**, n.º 34, Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, p. 87-105, 2002.

⁴ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 52.

Compreender as formas de pensar a política cultural dentro do Estado Novo constitui, antes de tudo, um desafio. Não se pode pensar que a ditadura varguista erigiu-se como uma cópia do Nazismo ou do Fascismo que se desenvolviam na Europa Ocidental no pós Primeira Guerra Mundial, mas conformou-se, de acordo com Simon Schwartzman, a partir de uma intensa discussão entre a **Ação Integralista Brasileira (AIB)**, a **Igreja Católica**, o **Exército Brasileiro** e o próprio **Ministério de Educação e Saúde/MES** presidido por Gustavo Capanema, com uma tendência geral à desmobilização⁵ que, claramente, opunha-se à idéia de uma imitação do totalitarismo europeu. Por outro lado, as tentativas de legitimação do regime ditatorial foram realizadas por outras agências e outros intelectuais alheios ao **MES** que utilizaram como estratégia a desqualificação do regime democrático e liberal tal qual o fizeram os movimentos nazifascistas europeus.

A organização do **Ministério da Educação e Saúde** no ano de 1930, em fins de dezembro⁶, constituiu-se em importante instrumento para o desenvolvimento da política cultural⁷ no Brasil e é a partir dele que é possível destrinçar as formas de pensar esta política, buscando apreender quais as orientações de seu alto escalão, bem como quais os movimentos culturais que se desenvolviam e influenciavam o ambiente intelectual brasileiro no período 1937-1945.

⁵ SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1984, p.123-140. Nessa mesma perspectiva ver também: BEIRED, José L. B. **Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Loyola, 1999. E também: OLIVEIRA, Lúcia L. et al. **Estado Novo. Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 25.

⁶ LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo S Moraes de. **Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde.(1935-1945)**. Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN/FGV/ CPDOC, 1996, p. XI.

⁷*Política cultural é o que amplia [as] possibilidades [de auto-realização, compreensão] do homem, cria condições para aprofundar uma tendência, pela democratização da cultura. Portanto uma política para a cultura envolve uma luta que una os intelectuais em torno de um programa de valorização de nossas conquistas culturais, dando conta, ainda que parcialmente de nossa identidade cultural (...)*. FEIJÓ, Martin C. **O que é política cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 60.

De acordo com Bobbio⁸ falar das relações entre Estado e política cultural é inevitavelmente tratar do problema dos intelectuais, de suas funções e de suas relações com o poder e da ética que professamos hoje e que, muitas vezes, atribuímos a eles, atores sociais distanciados do nosso tempo e desvinculados de nossos compromissos e projetos. Entre as inumeráveis discussões e tarefas que se atribuíam ao **Ministério da Educação e Saúde**, sem dúvida, a obra educacional foi, de longe, a mais destacada e, portanto, alvo de muitas críticas e debates acalorados, devido à natureza profunda das alterações e criações da equipe do Ministro Capanema.

Uma preocupação constante que permeou toda a política educacional foi a da *construção da nacionalidade*⁹ que se desenvolveu no momento em que a imigração européia formava núcleos de estrangeiros bastante coesos e, de certa forma, arredios à cultura brasileira. Para resolver essa questão o referido **Ministério** adotou uma série de estratégias, muitas vezes duras, para obrigar tais comunidades ao uso da língua portuguesa, indicativo maior do patriotismo e da homogeneidade pretendida pelo Governo Vargas. Para tanto, interferiu diretamente nas escolas mantidas pelas famílias imigrantes, bem como, insistiu no engajamento militar no **Exército** de jovens filhos de imigrantes, principalmente alemães, com o intuito de disseminar um conjunto de *valores nacionais*¹⁰. Também o próprio brasileiro precisava ser *nacionalizado*, ele que perambulava pelo interior do Brasil, faminto e doente, desassistido e pouco contribuindo para o progresso da Nação, precisava sentir

⁸BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução Marco Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 8 e 13.

⁹ SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1984, p. 72 e ss.

¹⁰Ibid., p. 148 e ss. *Também os amarelos provocavam certo temor aos ideólogos do governo Vargas, pois o território é muito vasto e estava desguarnecido, urgia, pois assimilá-los e organizar a proteção da nação com Forças Armadas fortes.* SILVA, Avilmar. **O novo Brasil. Ensaio político**. [S. n.]. Rio de Janeiro, 1939. Ver ainda: **Brasil dos nossos dias**. Rio de Janeiro: DIP, Jornal do Commercio, 1940, p. 61. Outra questão histórica que não se pode perder de vista é o problemático conceito de *cultura brasileira* em: MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica**. 4ed. São Paulo: Ática, 1978 - Prefácio: *Nesse período produz-se não só um novo regime, como também uma nova noção de cultura, eivado de imaginários de buscas de autenticidade.*

o chamado para uma grande obra que deveria consolidar o *sentimento de brasilidade*¹¹. Urgia, portanto, adotar uma série de medidas que desenvolvessem o sentimento de patriotismo e criassem consenso em torno da figura do ditador Getúlio Vargas, mas sem os *exageros* da **Ação Integralista Brasileira**¹².

A reformulação do ensino primário e secundário faz parte do chamado processo de *construção da nacionalidade* desenvolvida pelo MES, pois se acreditava que a escola seria, reportando às reflexões de Dosse,

*(...)uma das instituições mais importantes da reprodução da memória. Graças a essa função, a instituição escolar tem a finalidade de criar um elo social entre as gerações. Essa memória transmitida modifica-se ao sabor dos imperativos atribuídos pelo Estado à sociedade. É uma memória sob influência*¹³.

O próprio Presidente Vargas afirmou em oportunidade solene, corroborando com a citação anteriormente apresentada que:

Numa ordem nova é imprescindível procurar infundir nos espíritos a disciplina necessária a compreendê-la, praticá-la e aperfeiçoá-la. Ao Estado Novo cabia enfrentar, quanto antes os problemas da educação e do ensino e orientá-los pelos seus postulados, de forma a dar às gerações novas o preparo indispensável para

¹¹ Nesse sentido, vários escritores como Monteiro Lobato e Euclides da Cunha já demonstravam essa perspectiva. Ver também: CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena**. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 223.

¹² BEIRED, José L. B. Op. cit., p. 163.

¹³ DOSSE, François. **A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido**. Trad. Ivone C. Benedette. São Paulo: Ed. UNESP, 2001, p.35.

*participarem ativamente na grande obra de reconstrução nacional iniciada*¹⁴.

Assim, as legislações anteriores à administração Capanema foram revistas, colecionadas e discutidas dando ênfase ao ensino secundário, pois,

*Capanema afirma que o curso secundário tal como o concebia, não era um simples desenvolvimento de um sistema antigo, mas uma coisa nova. Esta novidade pode ser definida em primeiro lugar pelos temas: consciência humanística e consciência patriótica. A formação humanística e a formação patriótica pareciam os instrumentos perfeitos para a tarefa difícil de organizar o Estado e suas instituições, moldando-lhes a forma e o caráter, atribuindo-lhes uma identidade - extensiva à nação - e preparando as novas gerações para aceitar e perpetuar a ordem que se criava. Tratava-se de transportar as fidelidades familiares, locais ou regionais para a nação e para a pátria*¹⁵.

Verifica-se que o discurso enfático do ministro Capanema associando educação e consciência patriótica permite pensar a política educacional do Estado Novo também pelos aportes teóricos de Hobsbawn e Ranger, posto que é evidente a tentativa de forjar uma tradição que servisse de amálgama e suporte para as ações do governo ditatorial. Segundo esses autores:

¹⁴ **Atualidade brasileira. Seus problemas e soluções.** Discurso do Presidente Getúlio Vargas no segundo aniversário do Estado Novo. DNP, 1939.

¹⁵ SCHWARTZMAN, Simon et al. Op.cit., p. 192. Ver também: GOMES, Ângela M. de C. **História e historiadores.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986, p. 153-154.

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado ¹⁶.

Pode-se concluir que a reforma do curso secundário implicava a reforma dos currículos, pois a produção de uma memória ufanista requeria um novo direcionamento para as Humanidades principalmente a História, senão vejamos:

*Cuidava-se em substituir o aprendizado de física, química e ciências biológicas pelo estudo dos discursos e relatos heróicos de cidadãos e soldados na construção de impérios, mesmo póstumos. Este seria o tipo de formação adequada aos futuros condutores de massas*¹⁷.

E mais adiante, continua:

¹⁶ HOBBSAWN, E. J. e RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução Celina C. Cavalcanti. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9. Para uma perspectiva mais ampla e atual ver também: HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail V. Sobral e Maria S. Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998, p. 247.

¹⁷ SCHWARTZMAN, Simon et al. Op. cit., p. 192. O termo *massa* usado por Capanema e por Rodrigo Melo Franco de Andrade estava em voga no jargão sociológico da época e foi muito utilizado por Gilberto Freyre. Carlos Guilherme Mota critica esse conceito e prefere o termo *classes sociais*. MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica**. 4ed. São Paulo: Ática, 1978, p. 68. BAUDRILLARD afirma que o conceito *massa* é indicativo de uma série de mudanças nas relações políticas entre o indivíduo e o Estado Novo. Vejamos: *...as massas flutuam em algum ponto entre a passividade e a espontaneidade selvagem (...) as massas não tem história a escrever, nem passado, nem futuro, elas não têm energias virtuais para liberar, nem desejo a realizar: sua força é atual, toda ela está aqui e é a de seu silêncio. O termo massa não é um conceito (...) é uma noção fluida, viscosa*. BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas**. Trad. Suely Bastos. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.10-11.

*Por algumas décadas as novas gerações estudariam com afincos, as proezas de Caio Júlio César em suas conquistas imperiais e os discursos inflamados de Cícero contra Catilina em defesa das instituições e privilégios dos patrícios*¹⁸.

Infere-se pelo discurso ministerial que também a educação das crianças deveria convergir no sentido acima descrito, pois, o importante na escola primária seria a *transmissão do sentimento patriótico no estilo **Por que me ufano do meu país***¹⁹, *bandeira, hino, etc.*²⁰.

François Dosse, citando Lavissee, mostra que a França liberal de fins do século XIX, ao vivenciar os traumas do pós-Guerra franco-prussiana, experimentou um processo político semelhante e curioso em torno da discussão da tríade: Escola - História - Nação:

*Prestem atenção [dizia Ernest Lavissee] quando, na escola, lhe ensinarem a história da França. Não se deve aprender da boca para fora, mas com toda a inteligência e todo o coração... Nenhum país prestou tão elevados e prolongados serviços à civilização e o grande poeta inglês, Shakespeare disse a verdade quando exclamou: a França é o soldado de Deus. Que cada um conceba claramente o conjunto dessa maravilhosa história. Nela se pode haurir a força necessária para não ceder ao desânimo e também a vontade firme de tirar nossa pátria do abismo em que caiu*²¹.

¹⁸ SCHWARTZMAN, Simon et al. Op. cit., p. 193.

¹⁹ CELSO, Afonso. **Por que me ufano do meu país**. 11 ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1929.

²⁰ SCHWARTZMAN, Simon Op. cit., p. 193.

²¹ DOSSE, F. **A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido**. Trad. Ivone C. Benedette. São Paulo: Ed. UNESP, 2001, p.18.

Isso evidencia que mesmo em uma época distanciada do período em foco e, sob outras influências políticas, a História e a Escola são conclamadas a revisitarem seus marcos teóricos e suas concepções sobre suas funções a fim de colaborarem para a construção de novos sentidos ao passado.

A produção de uma memória histórica a partir de uma nova política cultural implicava o fomento a um grupo intelectual que pudesse abraçar a tarefa de reinterpretar a história nacional²², produzindo, assim, uma cultura pragmática que tivesse como tema central a nação²³.

Para compreender a questão da produção da memória com a participação de intelectuais²⁴ recorro às reflexões de Schwartzman para elucidar a questão sobre a formação desse novo grupo de atividade burocrática para, posteriormente, compreender suas formas de pensar a cultura. Segundo ele,

Basta lermos as memórias de Pedro Nava para reconhecer a intensidade dessas experiências [de convivência em Minas Gerais] e as marcas profundas que elas deixaram na vida de seus protagonistas. Basta listarmos alguns dos nomes das rodas intelectuais de então [1920] – Abgar Renault, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema, Emílio Moura, Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, João Pinheiro

²² Ver a esse respeito, as conclusões de Lúcia L. Oliveira sobre as relações entre História e Estado Novo. **Estado Novo. Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

²³ Isso não impediu que ao longo do Estado Novo surgisse um conjunto de ideólogos do governo com críticas duras aos modernistas, desqualificando-os. VELLOSO, Mônica P. “A literatura como espelho da nação.” **Estudos históricos**. Rio de Janeiro. v. 01, n.º 02, 1988, p. 243.

²⁴ A respeito do conceito de intelectuais é interessante não perder de vista as mais importantes discussões. Vejamos: ... o termo intelectuais, diferentemente de outros termos muitas vezes usados como sinônimos, derivou para o significado de antagonista do poder ou pelo menos conjunto de pessoas que se põem na medida em que adquirem consciência de si mesmas como camada com funções e prerrogativas próprias, em uma posição de separação crítica de toda forma de domínio exercido exclusivamente com meios coercitivos. BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução Marco Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p.122. Para maiores discussões sobre o conceito intelectuais consultar: GONZALEZ, Horácio. **O que são intelectuais**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. E GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos N. Coutinho. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

*Filho, João Alfonsus, Mário Casassanta, Afonso Arinos de Melo Franco, o próprio Nava – para perceber que também eles deixaram suas marcas na vida de seu estado e país*²⁵.

A maioria desses intelectuais, de acordo com Sérgio Miceli, afluiu para o Rio de Janeiro, então capital do país, em um processo novo de cooptação que envolvia também as necessidades do regime de produzir um consenso o que, por seu turno, implicava o estabelecimento de relações bastante diferentes entre Estado e intelectuais, distanciadas das relações que até então vinham sendo desenvolvidas²⁶.

É através desse percurso intelectual, de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, que encontramos Rodrigo Melo Franco de Andrade, poeta, advogado e político, sobrinho de Afonso Arinos de Melo Franco e primeiro intelectual a dirigir o **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–SPHAN**, de 1936 a 1969, que aqui interessa primordialmente como parte do estudo do ato de forjar a nacionalidade e de estabelecer consenso em torno de determinadas *verdades*²⁷. O órgão, por sua vez, representou a materialização por parte do Estado nacional, de estratégia de orientação da memória histórica em torno dos ideais de progresso e civilização que tão bem caracterizaram os pensamentos de parcelas significativas da intelectualidade brasileira desde fins do século XIX.

Curiosamente os textos consultados, principalmente as publicações atuais do **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–IPHAN**,

²⁵ SCHWARTZMAN, Simon et al. Op. cit., p. 23.

²⁶ É possível concluir que o *afã sociológico* típico do Estado Novo pode ser considerado produto do congestionamento ou *inchaço* da burocracia estatal que impedia a ascensão de novos intelectuais. Disso decorre o fato de tantos escritores postarem-se nas tribunas e aspergirem suas idéias para o público em geral. Consultar: VELLOSO, Mônica P. “A literatura como espelho da nação.” **Estudos históricos**. Rio de Janeiro.v. 01, n.º 02, 1988, p. 242.

²⁷MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil.(1920-1945)**.Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. 152.

que deveriam possuir maior desenvolvimento conceitual silenciam quanto às influências européias que permitiram a criação do **SPHAN** no país, levando a crer que todo o programa patrimonial brasileiro foi baseado unicamente na discussão e prática nacionais, quando, obviamente, tal não ocorreu.

Estudando a obra de Françoise Choay²⁸, **Alegoria do patrimônio**, foi possível verificar que grande parte da discussão patrimonial que a autora desenvolve sobre a Europa, possui relevância para a análise da problemática brasileira. Foi na França que o Estado firmou-se primeiramente como protetor do patrimônio e, atingiu, ao longo de quase quatrocentos anos, o estágio atual da política pública de preservação e debate acadêmico. Esse processo, entretanto, não se desenvolveu sem problemas. De acordo com Choay, percebe-se que a ação do Estado sufocou inicialmente o cidadão, da mesma forma ocorreu no Brasil, impondo-se a política de proteção patrimonial, tendo em vista apenas os interesses da monarquia e ignorando as formas de edificação popular e/ou outras formas de patrimônio cultural.

Conforme a mesma autora, a discussão da preservação arquitetônica teve início na Itália. No entanto, a França é paradigmática para a análise do **SPHAN**, posto que já no século XVIII a obra da Revolução Francesa tencionava produzir uma determinada memória, a *memória revolucionária* e destruir exemplarmente a *memória nobiliárquica opressora* pelo aniquilamento de suas principais produções materiais e a ereção de novos monumentos que celebrassem a Revolução Jacobina. Posteriormente, em momento de convulsão não menos importante, é a burguesia conservadora que se encarrega de anular a memória jacobina e, em seguida, a monarquia restituída de Luis XVIII e de Carlos X é que se encontram às voltas com a necessidade de produzir uma memória histórica e de legitimar-se no poder.

²⁸ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.

Esse breve percurso no tempo histórico francês permite evidenciar que essas mesmas reflexões podem ser feitas em torno da criação e orientação do congênere brasileiro, especialmente por Rodrigo Melo Franco de Andrade e seu grupo intelectual ao iniciarem os inventários e as primeiras obras de preservação e restauração que possibilitaram visibilidade a esse órgão. É importante registrar que houve, no entanto, muitas preocupações anteriores ao **SPHAN** e a Rodrigo Melo Franco de Andrade no sentido de preservar o patrimônio artístico e histórico do país. Segundo Carlos Kessel, historiador do **Museu Histórico Nacional**, a primazia da discussão patrimonial coube a um conjunto de intelectuais anteriores ao Modernismo e vinculados a outras concepções estéticas tais como o Professor Ernesto da Cunha de Araújo Vianna, docente da **Escola Nacional de Belas Artes**, o arquiteto português Ricardo Severo e a José Marianno, que embora fossem tradicionalistas e conservadores ao extremo, contribuíram para pensar a política do patrimônio²⁹. Também Aline Montenegro Magalhães, outra intelectual do **MHN**, desenvolve raciocínios semelhantes e afirma que:

Antigos e modernos lançaram suas propostas de definição da nação em 1922, mas foi a partir de 1930, com o Estado dirigido por Getúlio Vargas, que os dois grupos entraram em conflito na busca pela hegemonia de suas concepções dentro do aparelho estatal, haja vista fazer parte dos projetos da nova administração a construção simbólica da nacionalidade³⁰.

Embora Sérgio Miceli veja a questão do intelectual no Brasil do Estado Novo muito mais pelo viés econômico, é importante focar a atenção também

²⁹ KESSEL, Carlos. “O movimento neocolonial e a preservação do patrimônio”. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, v.33, p.173-188, 2001.

³⁰ MAGALHÃES, Aline M. “Ouro Preto entre antigos e modernos”. In: **Anais do MHN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, v.33, p.189-208, 2001.

para as contribuições da Filosofia política à discussão que ora proponho. Para Bobbio, os intelectuais não são uma abstração, são um conjunto de pessoas reais, de definição sócio-econômica complexa, mas que historicamente emergem e possuem consciência de seu papel sócio-político nas sociedades ocidentais³¹. Tal é verdade pelo fato de que as ações de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Mário de Andrade podem ser discutidas à luz das questões que à época de 1920-1930 intrigavam a elite intelectual européia. Como, por exemplo, o papel do intelectual frente à guerra e aos partidos políticos, o que incita a discussão acalorada sobre os conceitos *intelectuais nefelibatas* e *intelectuais engajados* e entre estes, a subdivisão intelectual de esquerda ou de direita produzido pelo choque ideológico entre Capitalismo e Socialismo. Nesse sentido, podemos pensar as trajetórias do par de intelectuais citado como bastante antagônicas. Enquanto o primeiro manteve-se como um intelectual de Estado, um intelectual orgânico no dizer de Gramsci³², aferrado à burocracia e a seu discurso, Mário de Andrade procurou fugir à tutela do Estado e sua *liberdade de intelectual engajado* custou-lhe, como ele próprio admitiu, não poucos sofrimentos, mas também o prazer ingênuo da juventude de acreditar no potencial da ciência e dos brasileiros para resolver seus próprios problemas.

Como já referi, trata-se de uma época riquíssima em termos de discussões culturais. Desfazer as noções de elite intelectual e burocracia como um bloco homogêneo torna-se uma atividade interessante à medida que evidenciam os conflitos e as estratégias adotadas para se obter espaços políticos dentro do aparelho do Estado, pois como afirmou Foucault em

Microfísica do poder:

³¹ BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução Marco Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 31,35,46,120.

³² GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Tradução Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

A história ensina também a rir das solenidades da origem (...) [pois] gosta[mos] de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador(...) mas o começo histórico é baixo(...) no sentido de(...) irônico³³.

O SPHAN não poderia ficar imune a esse processo *irônico*, de *baixo*, de acordo com os raciocínios do filósofo Michel Foucault, ou seja, antes de surgir pelas mãos *assépticas* de Gustavo Capanema em confabulação com Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi subterraneamente debatido e instituições similares foram pensadas por outros intelectuais que ambicionavam o poder. Vejamos:

Gustavo Barroso foi alijado desse projeto de proteção do Patrimônio Nacional abraçado e executado pelos modernistas que dirigiram o SPHAN e contavam com total apoio do presidente Getúlio Vargas e de seu ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema³⁴.

É mister lembrar que Gustavo Barroso nascido em 1888, mais velho dez anos que Rodrigo Melo Franco de Andrade, cearense, foi integralista, advogado e diretor do **Museu Histórico Nacional** de 1922 até sua morte em 1959³⁵. Foi um dos proponentes da preservação patrimonial no Brasil, lutando para que ela ocorresse vinculada ao órgão pelo qual dedicou sua vida. No

³³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 5ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 18.

³⁴ MAGALHÃES, Aline M. “Ouro Preto entre antigos e modernos”. In: **Anais do MHN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, v.33, p.189-208, 2001.

³⁵ MICELI, Sérgio. Op. cit., p.60 e ALMEIDA, Cícero A. F. da. “O colecionismo ilustrado na gênese dos museus contemporâneos.” In: **Anais do MHN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, v.33, p.123-140, 2001.

entanto, suas propostas, tal qual as de Araújo Vianna, Ricardo Severo e Marianno foram preteridas porque havia certa desconfiança em sua militância política, visto ter ele galgado o poder pelas mãos da velha oligarquia da chamada *Política do Café com Leite* e, além disso, sua concepção excludente de um passado predominantemente branco e altamente valorizador do período colonial não se coadunava com as premissas do Estado Novo, daí sua exclusão desse processo. Toda essa luta, de acordo com Sérgio Miceli, concentra-se na disputa por cargos públicos, visto que o número de intelectuais diplomados pelas universidades até 1930 já era significativo para preencher uma parcela das demandas burocráticas. Por isso, a carreira burocrática constituía-se em um atraente padrão de vida, em torno dos quais bruxuleavam centenas de pistolões e apaniguados a espera de uma *colocação*, de uma indicação que lhes permitisse estabilidade³⁶. As oportunidades de emprego através de ministérios, autarquias e fundações eram disputadas pela jovem intelectualidade de várias maneiras, pois, constituíam a porta de acesso para cargos mais elevados. Um exemplo disso é a discussão sobre a preservação e restauração de sítios históricos como Ouro Preto, Monumento Nacional desde 1933³⁷, que permitiu destaque a muitos arquitetos renomados atualmente, como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer com suas concepções arquitetônicas em detrimento de outras³⁸, pois ao entender o espaço acadêmico e a prática burocrática como um espaço de conflitos, de lutas para impor representações, pode-se inferir que dentro da instituição esses intelectuais produziram um capital simbólico que lhes permitiu imprimir determinado rumo à política do órgão e alcançar distinção pelo seu notável

³⁶ MICELI, Sérgio. Op. cit., p 133-140.

³⁷ MAGALHÃES, Aline. M. “Ouro Preto entre antigos e modernos”. In: **Anais do MHN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, v.33,189-208, 2001.

³⁸ Ibid.

saber técnico que os transformou em *vozes autorizadas*, parafraseando novamente Bourdieu³⁹.

Outra questão muito pouco explorada na historiografia, é o da relação entre Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade e o SPHAN. Para alguns autores a primazia, no tocante à criação do órgão coube ao poeta modernista, pois,

(...) já na condição de Diretor do Departamento de Cultura em São Paulo, assume em 1936, a responsabilidade de elaborar o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado como instituição extra-educacional, na reorganização do Ministério durante a gestão Capanema. O anteprojeto elaborado por Mário, denominado Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, continha antigas preocupações e proposições do autor acerca da construção da identidade brasileira⁴⁰.

Para outros, como Clara Emília Monteiro de Barros que estudou a trajetória intelectual de Lygia Martins Costa, importante museóloga, contemporânea de Rodrigo Melo Franco de Andrade:

A nosso ver não se justifica essa pretensão [a da contribuição mais significativa de Mário de Andrade]. Constitui, isso sim, mais um outro projeto, síntese do que é válido em todos aqueles que o precederam, e somando à consulta cuidadosa a legislação específica. (...) não há dúvida [sobre o decreto que cria o SPHAN] a despeito da colaboração havida [entre Rodrigo de

³⁹BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação.** Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 63 e BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas.** Tradução Mariza Corrêa. São Paulo:Edusp, 1998, p. 95, 113, 120.

⁴⁰ SILVEIRA, Sirlei. **O Brasil de Mário de Andrade.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999, p. 122.

M.F. de Andrade e Mário de Andrade], mas a articulação [da lei 25/37] é expressão genuinamente rodriguiana⁴¹.

E Helena B. Bomeny, membro do corpo técnico do IPHAN atual acrescenta, de certa forma, concordando com a autora anteriormente citada:

O anteprojeto do SPAN [Serviço do Patrimônio Artístico Nacional] sofreu alterações de forma e conteúdo chegando ao projeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, afinal criado em 1937, sobre a presidência de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁴².

Mas, ressalva ainda a autora que *Mário de Andrade foi verdadeiramente o consultor permanente do SPHAN*. Curioso é que o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade afirma em carta ao poeta Mário de Andrade o seguinte:

Li com grande satisfação o projeto apresentado por Paulo Duarte no sentido da criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado [de São Paulo]. Saiu uma coisa muito mais completa que o projeto de lei federal, porque seguiu mais de perto o seu notável anteprojeto⁴³.

⁴¹ BARROS, Clara Emília M de. **Lygia Martins Costa: De museologia, arte e política de patrimônio**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2002, p. 77,78.

⁴² BOMENY, Helena B. “O patrimônio do Mário de Andrade.” In: **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. MinC, IPHAN. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN, p.11-25, 1995.

⁴³ **Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987, p.138.

Fica evidente que é preciso relativizar a fala de Rodrigo Melo Franco de Andrade devido à grande amizade que devotava ao poeta. No entanto, é interessante verificar que outros intelectuais encaminharam-se pelo mesmo raciocínio. Vejamos:

É essa visão antropológica que Mário alia ao conhecimento de artes plásticas e arquitetura ao redigir, a pedido do Ministro Capanema, o anteprojeto do SPAN, sem H, Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Nesse seu muito mencionado trabalho, não previa a separação entre os adjetivos histórico e artístico, pois este último englobaria, no limite, tudo⁴⁴.

Assim, é possível concluir que, se Rodrigo Melo Franco de Andrade organizou a tramitação do projeto de lei durante a ditadura do Estado Novo, Mário de Andrade não perdeu importância pela pertinência de suas idéias, pois, como afirmou Silvana Rubino, a noção de patrimônio artístico subentende uma produção cultural inserida no tempo e no espaço, estabelecida socialmente como uma prática que estrutura e é estruturada pela sociedade, disso decorre a genialidade e a lucidez do raciocínio de Mário de Andrade.

Maria Cristina Rocha Simão, de maneira mais crítica, mostra que a apresentação do conceito de patrimônio apenas como obra de arte e não como organismo vivo, acaba resultando na inviabilização de uma nova concepção sobre a própria cidade histórica e de seu dinamismo como parte de um patrimônio dialeticamente construído. Na visão dessa autora, de formação abrangente (arquiteta e geógrafa), essa concepção apenas artística do

⁴⁴ RUBINO, Silvana. "A memória de Mário". In: **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º30, p. 138-155, 2002.

patrimônio colaborou por muito tempo, para o não desenvolvimento de políticas públicas cidadãs de preservação⁴⁵.

Sobre o refinamento conceitual de Mário de Andrade ao nível da Estética, ainda é preciso acrescentar a esta discussão o aporte de Martin César Feijó. Afirma que o entendimento do bem patrimonial como *obra de arte* não impede que o poeta modernista vincule suas concepções culturais à noção de Democracia, pois,

*Obra de arte, quando verdadeira, retira o indivíduo do seu dia-a-dia sempre igual. Ela consegue fazer com que a realidade imediata seja suspensa no momento em que a pessoa se absorve na leitura de um romance, na audição de uma música, etc. Penetrar numa obra cultural é, portanto, uma verdadeira experiência humana, um abandono temporário do cotidiano para voltar a ele mais preparado porque mais consciente, mais humano (...)*⁴⁶.

Para o poeta paulistano o contato, o acesso democrático à arte, permitiria uma fruição nunca antes realizada que contribuiria para elevar os níveis de cultura do povo e revelar ao brasileiro sua própria identidade. É claro que Mário de Andrade enfrentava dificuldades para pensar a fruição de cidades inteiras como bem o observou Simão, mas sua proposta de diluição da arte na vida, de estetização do cotidiano, continua a ser um importante projeto do modernismo a realizar.

⁴⁵ SIMÃO, Maria C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001, p.32.

⁴⁶ FEIJÓ, Martin C. **O que é política cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.35.

Carlos Lemos, especialista em Arquitetura e política patrimonial, por seu turno, apresenta outro argumento que enriquece a discussão sobre os méritos de Mário de Andrade e de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Enquanto Clara E. M. de Barros concedeu primazia a Rodrigo M. F. de Andrade no tocante à produção e aprovação da Lei n. ° 25/37 e a socióloga Sirlei Silveira, no extremo oposto, tece consideráveis elogios ao poeta Mário de Andrade, Lemos, mais comedido, acresce que temos de levar em consideração outros parâmetros que operaram no processo de *filtragem* das idéias modernistas *marioandradinas* até sua institucionalização e inevitável enquadramento. Afirma que:

Enquanto Mário de Andrade arrolava na sua definição todas as obras de arte a lei promulgada prudentemente apelava a um restritivo interesse público sem, contudo, defini-lo em sua extensão (...) o recém-instituído SPHAN não poderia mesmo abrir imenso campo de obrigações preservadoras, sendo oportuna uma restrição ao interesse público nas suas atribuições funcionais, principalmente à vista das graves implicações jurídicas que fatalmente surgiram no tocante ao direito de propriedade relativo a bens móveis que, com certeza, iriam sobrepujar sobremaneira em quantidade, os bens imóveis. Não só problemas jurídicos, mas também de fiscalização, conservação (...) que hoje ainda não sabemos como resolver⁴⁷.

⁴⁷ LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979, p.43.

Creio que dos posicionamentos críticos apresentados até aqui, há uma preeminência das idéias de Lemos, que teceu considerações sobre as conseqüências dos projetos de Mário de Andrade ao nível burocrático com grande conhecimento de causa. Porém inclino-me mais a considerar os dois protagonistas do **SPHAN** como portadores e produtores de concepções de cultura diferenciadas e que em suas ações evidenciam diferentes opções políticas durante o Estado ditatorial. É desta maneira que vou enfocá-los como atores sociais que se movimentaram dentro de um campo complexo para pensar e produzir a política cultural que nem sempre se coadunou com as propostas dos ideólogos do Estado Novo.

Acompanhar as trajetórias dos intelectuais protagonistas da política cultural durante o Estado Novo no Brasil permite uma análise descritiva⁴⁸ de suas ações, bem como a busca de um fio condutor que explicita sua fundamentação teórico-metodológica e seus compromissos políticos à época. Este estudo, por seu turno, enseja uma análise prescritiva⁴⁹ que emite considerações acerca do que atualmente se crê mais acertado na política de proteção patrimonial e estabelece situações ideais para indicar a distância que permaneceu e permanece entre a realidade e o ideal. Não se trata de exigir o impossível, mas de verificar os espaços de ação política possíveis e emitir julgamentos dentro do devido e relevante contexto histórico⁵⁰ para uma adequada representação da realidade.

Se Gustavo Barroso, por exemplo, era elitista conforme afirmação de Aline Magalhães, o pensamento do primeiro diretor do **SPHAN** não se mostra mais democrático, por sua vez, permanecendo bastante conservador em muitos pontos e até mesmo o emblemático Mário de Andrade compactua,

⁴⁸ BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução Marco Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p.13.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução Waltensir Dutra. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981, p. 52.

muitas vezes, com idéias etnocêntricas, e/ou conservadoras. Veja-se para tanto as passagens que se seguem, sem esquecer que para Rodrigo M. F. de Andrade museu era *instituição destinada à preservação de bens culturais e dirigida a uma classe social informada. Não ao povo*⁵¹. Afirmou Mário de Andrade em postura semelhante que,

*É impossível descrever tudo o que se passou nessa cerimônia [de Catimbó na Paraíba em 1938] disparatada, mescla de sinceridade e charlatanice, ridícula, religiosa, cômica, dramática, enervante, repugnante, comoventíssima, tudo misturado*⁵².

Ao observar as duas citações acima faz-se necessário desvencilharmos de antigas dicotomias que opunham o grupo dos *modernos* ao dos *neocoloniais* liderados por José Mariano Filho⁵³ para perceber que o ambiente intelectual dos anos ditatoriais era profundamente denso e problemático e acima de tudo repleto de autoritarismo, pois a própria atmosfera nazifascista da Europa emanava uma pesada fuligem antiliberal e militarista sobre a América do Sul que realizou algumas incursões nesse sentido com o intuito de solucionar crises estruturais. O contexto geopolítico da época não permitiu uma produção cultural desligada das tensões do contexto, pois além das idéias, havia as pressões imperialistas pelo mundo todo, especialmente sobre a África e Ásia. Mussolini havia invadido a Etiópia e Hitler anexara a Áustria. Observando essas vertentes, a política patrimonial brasileira orientava-se pela

⁵¹BARROS, Clara Emília M de. Op. cit., p. 83.

⁵² TRAVASSOS, Elizabeth. “Mário e o folclore”. **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 90-109, 2002.

⁵³ SANTOS, Mariza V.M. “Nasce a academia SPHAN.” **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 24, p.77-96, 1996.

necessidade premente de amalgamar um povo, de unificar uma narrativa histórica e de exaltar o chefe da Nação⁵⁴.

Os intelectuais, por seu turno, estavam tentados a pensar o Brasil sobre novas categorias mas, como já me referi, até mesmo os modernos encontravam dificuldades em pensar o caráter original do Brasil de maneira positiva, pois estava muito arraigada a reflexão negativa de nossa gente produzida desde o século XIX por europeus como Spix e Martius⁵⁵. O caráter contraditório do Modernismo, permeado de elitismo e conservadorismo, não era uma característica exclusiva do movimento brasileiro. Nestor Garcia Canclini, um antropólogo argentino que por muito tempo estudou as relações entre os habitantes da fronteira México-Estados Unidos, fornece um panorama nada favorável da América Latina e indica algumas raízes desse problema:

Como a modernização e a democratização abarcam uma pequena minoria, é possível formar mercados simbólicos em que podem crescer mercados culturais autônomos se ser culto no sentido moderno é antes de mais nada, ser letrado, em nosso continente isso era impossível para mais da metade da população de 1920. Essa restrição se acentuava nas instâncias superiores do sistema educativo que verdadeiramente dão acesso ao culto moderno. Nos anos 30 não chegava a 10% os matriculados no ensino secundário que eram admitidos na universidade.(...) A hegemonia oligárquica se apóia em divisões da sociedade que limitam sua expansão moderna, opõe ao desenvolvimento orgânico do Estado suas próprias limitações constitutivas. Modernização

⁵⁴ SILVA, Avilmar. **O novo Brasil. Ensaio político.** [S. n.]. Rio de Janeiro, 1939, p. 13,14.

⁵⁵ LISBOA, Karen M. **A nova atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820).** São Paulo: HUCITEC, 1987.

*com expansão restrita pelo mercado, democratização para minorias, renovação das idéias, mas com baixa eficácia nos processos sociais. Os desajustes entre modernismo e modernização são úteis às classes dominantes para preservar sua hegemonia e as vezes para não ter que se preocupar em justificá-la(...) Na cultura escrita conseguiram isso limitando a escolarização e o acesso a livros e revistas*⁵⁶.

Os documentos em que o Ministro Capanema discutia os rumos da educação brasileira constituem-se num exemplo significativo dessas concepções elitistas discutidas à luz de Canclini:

*Os poderes públicos devem ter em mira que a educação tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu, assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar*⁵⁷.

E também mais adiante na mesma obra:

⁵⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 69.

⁵⁷ SCHWARTZMAN, Simon et.al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984, p. 107.

O sistema educacional deveria corresponder à divisão econômica social do trabalho. A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos, assim, a educação superior, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina, uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, realidade moral, política e econômica a ser constituída⁵⁸.

Foi nesse ambiente intelectual que surgiu o **SPHAN** através do Decreto-lei n.º 25 do mês de novembro de 1937⁵⁹ pela colaboração e interligação, como ficou evidente, entre Mário de Andrade, Capanema e Rodrigo M.F. de Andrade na década de 1930⁶⁰. O que parece muito intrigante é o fato de Mário de Andrade, aparentemente, não desejar o poder, pois, a trajetória do autor de **Velórios** está amplamente vinculada à do poeta modernista, no entanto, coube ao primeiro o maior destaque político e a

⁵⁸ Ibid., p 189.

⁵⁹ SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p. 128.

⁶⁰Um texto do Departamento de imprensa e Propaganda - DIP, órgão do Estado Novo, assim se expressa sobre a política cultural de Vargas: ... *O Estado Novo (...) encarna a inteligência brasileira e considera como dever fundamental da sua existência o patrocínio da cultura.* **DIP. O Brasil de nossos dias.** Op. cit., p. 17. Fica evidente que embora haja um *clima de criação intelectual* durante o Estado Novo, é enfática a noção paternalista, a concepção de que as benesses do Estado imperam sobre a democracia e a soberania do povo. Ver também: CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena.** Campinas, SP: Papyrus, 1998, p. 276-277.

ascensão e reconhecimento na burocracia do Estado Novo. Observemos um pouco desse processo:

Em 1922 [Rodrigo M. F. de Andrade] aproxima-se de Mário de Andrade e Antônio de Alcântara Machado. (...) Em 1930, já casado com Graciema Melo Franco de Andrade, mineira de Montes Claros, mas que Rodrigo conheceu no Rio de Janeiro, é convidado pelo primeiro Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos para ser seu chefe de gabinete. Durante cinco meses ocupa o cargo (...) Também por pouco tempo exerce, em seguida, a chefia do gabinete do Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro, Sr. Mário Machado. Em 1936, por indicação de Mário de Andrade e Manuel Bandeira é convidado pelo Ministro Capanema para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁶¹.

É necessário enfatizar que o órgão não estaria apenas ligado à arquitetura e à política de proteção de bens móveis e imóveis, sua ação seria mais ampla no organograma do **Ministério da Educação e Saúde** e subordinaria também os museus nacionais bem como dirigiria pesquisas, orientaria aquisições de acervos, além de fomentar o intercâmbio cultural através de seus intelectuais e dirigir a publicação de uma revista⁶².

Como se vê o **SPHAN**, parecia, no rol de suas atribuições, muito mais um Ministério do que uma Secretaria, devido às dimensões ciclópicas de suas

⁶¹ Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Rodrigo e seus tempos (1898-1969)**. Rio de Janeiro: FNPM, 1996, p.19.

⁶² Tal conjunto de funções se depreende das falas de Rodrigo M. F. de Andrade em. **Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987, p. 31-57.

responsabilidades agravadas pelas dimensões do país e do que estava por fazer. Embora esse órgão fosse novo no organograma da burocracia do Estado, muitas de suas atribuições foram inspiradas no **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB**, pois a mesma visão conservadora proveniente dos discursos de Rodrigo Melo Franco de Andrade coligidos ao longo desta Dissertação, podem ser sintetizados, com alguns reparos, nas conclusões que seguem:

A história era concebida de forma iluminista, como processo linear e progressista, que deveria realizar a difícil tarefa de sintetizar dois movimentos históricos: o de reprodução da experiência européia, única garantia de acesso à civilização e o de diferenciação dessa experiência nos trópicos. Apresentava-se assim o dilema dos intelectuais e do Instituto entre o impulso para identificar o Brasil com a Europa e a necessidade de assinalar a diferença da nação tropical para construir sua identidade a partir das raças e de seu exótico meio geográfico. Tal dilema se transfigurou e atualizou posteriormente na oscilação entre ufanismo e cosmopolitismo, na tensão entre a ideologia civilizatória e o projeto nacionalista ⁶³.

Esta observação justifica-se pela necessidade de explicar mais sobre *pensamento marioandradino* no que tange à política de museus e, assim, observar melhor que representações eram colocadas frente a esse importante instrumento da cultura ocidental, complementar à política de proteção de bens imóveis. Se para Mário de Andrade a arquitetura moderna possuía uma

⁶³ BEIRED, José L. B. Op. cit., p. 240.

função nova que era a de humanizar o espaço urbano, também a política museal passava pelas mesmas considerações, pois:

Mário entende museu aprimorando a escola, promovendo reparação ante dificuldades familiares e étnicas, como também rompendo o círculo vicioso da exclusão social e exílio (...)⁶⁴.

Mário de Andrade, segundo Choay, historiadora das formas arquitetônicas, parecia compactuar com as concepções iluministas de arte e cultura. Vejamos:

O grande projeto de democratização do saber, herdado das Luzes e reanimando pela vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos (...) está na origem da expansão (...) dos monumentos históricos⁶⁵.

Embora, a cultura museal e a produção de museus, não sejam objetos deste estudo, é importante lembrar que o poeta da rua Lopes Chaves acreditava no poder de redenção da sociedade pela cultura opondo-se às concepções pasteurizadas de Gustavo Barroso⁶⁶ e do próprio Rodrigo de Andrade. O autor de **Macunaima** pensava os museus um pouco além de seus contemporâneos, suprimindo de suas abordagens o elitismo o o personalismo ou as coleções de excentricidades para pensá-lo como espaço de pesquisa que permitiria conhecer a identidade nacional para além do Evolucionismo e do

⁶⁴ LOURENÇO, Maria C. F. “Museus à grande”. **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º30, p.182-209, 2002.

⁶⁵ CHOAY, F. Op. cit., p. 210.

⁶⁶ Ver a esse respeito: MAGALHÃES, Aline M. “O que se deve saber para escrever a história dos museus?” **Anais do MHN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 34, p.107-130, 2002.

Difusionismo típicos da Antropologia do século XIX ⁶⁷. De fato, Mário de Andrade possuía vastas e densas leituras, viajava virtualmente através de suas correspondências com amigos no exterior e através de leituras atualizadas provenientes da Europa e dos EUA, sem nunca ter saído do Brasil⁶⁸. Era, portanto, um intelectual cosmopolita, profundamente enraizado em seu país, daí a dificuldade para conectar seu pensamento museal, até então pioneiro, com as novidades em Antropologia de seu tempo, especialmente a obra de Franz Boas, que significou uma reviravolta nesta ciência e pode ter sido um subsídio para o poeta. No entanto, ainda permanece a dúvida. O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves em um texto bastante elucidativo sobre a evolução da Antropologia no mundo, comenta que a obra de Franz Boas superou as duas correntes de pensamento contemporâneas a ele, o Evolucionismo e o Difusionismo que eram marcadas pelo conceito de superioridade da Civilização, como era concebida a sociedade ocidental européia. Para Boas, segundo Gonçalves, o que era importante na pesquisa com diferentes culturas não era determinar a origem ou a função dos objetos, mas sim compreender seus significados para determinada população⁶⁹. Dessa maneira é possível que o trabalho de coleta e registro de Mário de Andrade em suas viagens pela Amazônia e pelo Nordeste estivesse imbuído, ainda que inconscientemente, das perspectivas lançadas por Boas, pois Mário não se restringiu ao diletantismo curioso que marcou o percurso de muitos folcloristas. Pretendia compreender a brasilidade e, para tanto, saiu a campo. Tratava-se de uma orientação de fins do século XIX para observar a cultura brasileira em movimento através de seus ritmos, cheiros e cores que ele com

⁶⁷ GONÇALVES, José R. S. “O templo e o fórum”. In: CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEPROM, p. 55-66, 1995.

⁶⁸ LOURENÇO, Maria C. F. “ Museus à grande.” **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º30, p. 182-209, 2002.

⁶⁹ GONÇALVES, José Reginaldo S. “O templo e o fórum. In: **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 55-66, 1995.

perspicácia anotou, desenhou e fotografou, produzindo um material etnográfico ainda hoje muito importante para a discussão, por exemplo, da mudança e permanência em culturas camponesas. Um texto interessante e bastante documentado que pode indicar rumos para a compreensão do pensamento marionadrino é o de Robert Redfield. Antropólogo americano, trabalhou no México nas décadas de 1930 e 1940 onde produziu discussões sobre o folclore ou a *cultura de folk*, como ele a determina, muito valiosas e que podem ser correlacionadas com as idéias de Mário de Andrade com algum proveito. De acordo com Redfield,

*(...) as culturas diferem quanto ao grau em que está presente a qualidade de organização e quanto à natureza das conexões existentes entre os elementos que fazem do conjunto uma organização mais do que um agregado (...) é nas comunidades mais isoladas que os modos de vida revelam um maior grau de, uma interrelação de partes e congruência interna*⁷⁰.

Relacionando essa citação com a preocupação de Mário de Andrade em compreender o Brasil a partir da cultura de suas periferias, ou seja, o Nordeste e a Amazônia, é plausível afirmar que para o escritor paulistano era necessário um amplo estudo etnográfico para perceber a dimensão da cultura brasileira e o grau de influências exógenas que poderiam desagregá-la. Por isso ele organizou pesquisas pioneiras no país, cujo acervo ainda hoje sobrevive na Universidade de São Paulo, com o intuito de compreender, como Redfield, a complexidade de significados atribuídos aos acontecimentos cotidianos da existência humana. Significados estes que o brasileiro Mário de Andrade percebia esvaír-se nas metrópoles do Sudeste, daí sua preocupação com a catalogação sistemática das práticas culturais regionais e sua intensa

⁷⁰ REDFIELD, Robert. **Civilização e cultura de folk**. Tradução de Asdrúbal Mendes Gonçalves. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1949, p. 142.

correspondência com folcloristas como Câmara Cascudo⁷¹. Note-se que, à época, não havia cursos de Antropologia no Brasil e que grande parte das Ciências Sociais estavam por se fazer, daí o entusiasmo de Capanema com a Universidade do Brasil e o de Mário de Andrade com a Universidade de São Paulo, que trouxe ao país o casal Lévi-Strauss⁷². Por isso mesmo, as concepções de Mário de Andrade mostravam-se ainda mais pertinentes, pois como um intelectual polígrafo, ingressou nesse espinhoso campo e soube pensar a política museal para além do deleite das elites entendendo museus como um fórum, espaço em que deveriam ser pensadas as culturas, superando as dicotomias entre *erudito e popular, nacional e internacional* entre outras, em prol de um Brasil mais maduro, posto que conhecedor de si mesmo.

Torna-se importante refletir sobre as categorias que orientaram a política museal e patrimonial que também demandam uma investigação. O par erudito/popular esteve muito presente nos discursos de Mário de Andrade, de Rodrigo Melo Franco de Andrade e demais integrantes do SPHAN⁷³ ao longo de suas escolhas do que proteger. É necessário, fazer uma breve digressão sobre como situar o *pensamento marioandradino* nos debates em torno da cultura popular, com destaque especial para o folclore a fim de perceber suas influências estrangeiras, seus acertos e fragilidades e ainda verificar como suas proposições foram trabalhadas dentro do SPHAN.

O fragmento de uma Aula Magna proferida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, devido à nitidez aparente de seu discurso oficial, permite uma reflexão sobre as diferentes formas de pensar a cultura no Brasil e as concepções subjacentes a essas noções. O intelectual em questão afirmou que:

⁷¹ GICO, Vânia de Vasconcelos. "Câmara Cascudo e Mário de Andrade: uma sedução epistolar". In: **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, nº 30, p.111-127, 1998.

⁷² SANDRONI, Carlos. "Mário, Oneyda, Dina e Claude". In: **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º30, p. 233-245, 1998.

⁷³ MARIANI, Alayde. "A memória popular no registro do patrimônio". In : **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 28, p.156-173, 1999.

*O que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional representa parte muito relevante e expressiva do acervo aludido, por ser o espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculadas a personagens e fatos memoráveis da história do país*⁷⁴.

Não ficou evidente em grande parte dos discursos e correspondências examinadas, emitidas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, de que maneira o referido intelectual pensava a oposição erudito/popular ao longo da produção cultural do país. Alayde Mariani afirma que é muitíssimo problemático esse vácuo, pois permitiu que o SPHAN deslizesse ao sabor da subjetividade de seus membros toda vez que se deparavam com a questão do espaço que caberia à produção artística nacional, não-européia e por isso mesmo tipicamente brasileira, mas fora dos quadros da educação formal e da aferição de suas academias no conjunto do acervo tombado do país⁷⁵.

As concepções de *cultura, povo, popular, arte e artesanato* estavam nas primeiras décadas do século XX profundamente orientadas por uma antropologia etnocêntrica e, por isso mesmo, divulgadora de noções negativas em torno da produção cultural das classes populares, vinculando-as ao pensamento pré-lógico ou primitivo à rudeza e à incapacidade de ascender aos caracteres da arte universal⁷⁶ marcada pela individualidade, atitude desinteressada e capacidade de comunicar o *espírito de um tempo* no dizer de Mário de Andrade. O poeta viveu toda essa problemática devido à sua ampla área de atuação intelectual e não furtou-se a desenvolver estudos e emitir

⁷⁴ Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987, p.57.

⁷⁵ MARIANI, Alayde. Op. cit., p. 156-173.

⁷⁶ TRAVASSOS, Elizabeth. "Mário e o folclore". **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 90-109, 2002.

opiniões com base em suas leituras e pesquisas de campo.⁷⁷ Interessou-se pela cultura popular, especialmente pelo folclore porque compreendia que *o folclore no Brasil é verdadeiramente concebido como um processo de conhecimento*⁷⁸. Para o autor, folclore não era apenas arte exótica, diversão burguesa e fruição desinteressada. Era parte de um projeto que buscava compreender as formas de pensar do povo brasileiro, de fazer e de se relacionar. Para tanto o poeta modernista coleta extenso material com seu grupo de trabalho no intuito de mapear o folclore, compreender, quem sabe, a evolução do pensamento do homem comum, perceber as influências externas e a eficácia de seu instrumental na ação cotidiana. É claro que o poeta não saiu ileso de suas experiências em busca do popular; em seu ser urbano pleno de cultura formal chega a ser etnocêntrico em diversos momentos em que oscila ao emitir opiniões muitas vezes embasadas em sua própria subjetividade⁷⁹.

O relevante nesse processo é que o professor Mário de Andrade conseguiu rever seu próprio percurso a tempo e produziu uma autocrítica :

*Nos anos 1940, ele fazia coro às acusações de diletantismo e falta de método que se tornariam moeda corrente nas sociedades de pesquisa folclórica. Assinalava o viés literário de Silvio Romero, sinal de que sua concepção dos materiais empíricos de interesse do folclorista se ampliaria bastante*⁸⁰.

⁷⁷Ibid.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰Ibid. Além de criticar as posturas de outros intelectuais, Mário de Andrade ainda em plena atividade intelectual, conseguiu rever seu próprio percurso, como tantos outros artistas de 22 e fez um balanço bastante sincero de seu trabalho. MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. Volume VII (1933-1960), 2ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

Sem desejar polemizar em torno da produção de Silvio Romero, seria mais eficiente afirmar que o poeta paulistano procurou dar suporte teórico apurado às suas preocupações verdadeiramente morais de descobrir o Brasil e os brasileiros. Ao acreditar que a ciência aclararia todas as dúvidas em questão, foi um pioneiro em um campo amplo e obscuro: a Antropologia⁸¹. E foi na esteira de muitos de seus trabalhos que o saber popular foi sendo englobado pela universidade e escapando das mãos dos diletantes⁸². Prova disso é a fundação da **Sociedade de Etnografia e Folclore** criada em 1937 em São Paulo com o auxílio de intelectuais estrangeiros como Dina Lévi-Strauss, que, inclusive, promoveu cursos para a formação de pesquisadores e folcloristas⁸³. A pesquisa científica justificava-se, pois tratava-se, especificamente no caso de São Paulo, de produzir consenso em torno dos *ideais tipicamente bandeirantes*, divulgando o ideal de uma *sociedade-locomotiva* que mesmo fracassada em 1932 compreendia suas potencialidades e apostava na educação. O fragmento que segue é ilustrativo :

*(...) o problema fundamental, a ser enfrentado pela elite dirigente do país, consistia na formação da cultura nacional, através de um amplo projeto educacional que deveria, ao mesmo tempo, formar as elites e difundir os ideais democráticos no seio das massas, cabendo ao Estado a condição de principal agente dessa tarefa*⁸⁴.

Interessa observar que o projeto de Mário de Andrade e de parte da intelectualidade paulista para o Brasil é anterior à ditadura varguista, mas foi,

⁸¹ TRAVASSOS, Elizabeth. “Mário e o folclore”. **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 90-109, 2002.

⁸² Ibid.

⁸³ PEIXOTO, Fernando. “Mário e os primeiros tempos da USP”. **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p.156-169, 2002.

⁸⁴ SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p. 61.

de certa maneira, apropriado e redirecionado de acordo com os princípios do Estado Novo, daí essa convivência intensa e contraditória entre Rodrigo M. F. de Andrade e Gustavo Capanema, membros de um amplo projeto de conhecer, dominar e representar o Brasil, seu passado, seu povo e sua paisagem. Tanto é que data desse período a criação do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE**⁸⁵, peça-chave para o desenvolvimento de uma série de políticas territoriais de alcance nacional.

O Estado Novo interessava-se pela *pedagogia modernista* que desejava conhecer o Brasil, mas dava pouca atenção às suas proposições democráticas e científicas para a execução do *projeto marioandradino* de *abrasileiramento*⁸⁶.

Analisando a política cultural e o papel do Estado à luz de Foucault⁸⁷, é possível concluir que seria necessário conhecer para estabelecer a dominação social, exercer a ciência, a propaganda para assegurar a hegemonia de classe. Assim:

A ação nacionalista do Estado Novo, embora integrada ao nacionalismo cultural dos modernistas, não deixava de incorporar outras representações na proposta de criação ou formação do novo homem/povo brasileiro. Um projeto de elevação das classes populares florescia sob as condições de um equilíbrio instável entre os grupos dominantes, que submetia a representação das massas populares-principalmente as urbanas- ao controle do próprio chefe de Estado. A

⁸⁵ PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro, 1993. IBGE/CDDI. Ver também: TRINDADE, Vilma E. **Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho. 1887-1973**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 53-83.

⁸⁶ MARIANI, Alayde. “A memória popular no registro do patrimônio”. In: **Revista do PHAN**. n.º 28, Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, p. 156-173, 1999. A esse respeito é interessante verificar que o SPHAN ao tornar as cidades históricas de Minas Gerais comemorou com entusiasmo o dia 21 de abril, transformando-o em feriado nacional em homenagem a Tiradentes e identificou-se o Executivo Federal ao mártir.

⁸⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 5ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 214-219.

*inserção veloz e conturbada desses segmentos seria administrada sob a forma de políticas assistencialistas de cunho paternal e, concomitantemente, disciplinarizador*⁸⁸.

Essa citação é duplamente esclarecedora: demonstra o papel consciente do Estado como agente organizador da cultura com objetivos claros em suas políticas públicas e, simultaneamente, evidencia o caráter novo do espaço urbano, de sua paisagem e de sua população que era preciso conhecer e dominar. A esse respeito Lúcia L. Oliveira é enfática ao afirmar que:

*A retomada da tarefa de construção da nacionalidade brasileira- nitidamente associada à ocupação real de nosso território, à educação, formação de nosso povo, através da instituição de um governo verdadeiramente identificado com a nação-seria executada em duas frentes. Em primeiro lugar, a partir de um trabalho de recuperação da história do Brasil e, em segundo lugar, a partir da identificação e da valorização da memória coletiva de nosso povo, constituído por nossa cultura, nossas tradições*⁸⁹.

O folclore, para Mário de Andrade, era importante justamente por assegurar a compreensão das *raízes da cultura brasileira* que estava sofrendo aguda transformação, conforme ocorria a urbanização e isso implicava para ele em *perda de cultura*, talvez em diminuição da *plenitude do ser brasileiro*, por isso, dedica-se a infindas polêmicas⁹⁰ em torno do que é característico do

⁸⁸ MARIANI, Alayde. “A memória popular no registro do patrimônio”.In: **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 28, p. 156-173, 1999.

⁸⁹ OLIVEIRA, Lucía L. et al. **Estado Novo. Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 144-145.

⁹⁰ SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p. 48. Sobre a discussão de *perda de cultura* ver as discussões de CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo:

brasileiro e define conceitos e métodos para aferir determinados bens culturais. Um conceito importante é o de *autenticidade*. Vejamos um pouco dessa discussão:

A preocupação com a autenticidade corresponde não apenas à busca de produtos genuinamente nacionais, mas também ao cuidado com a postura do intérprete diante desses materiais. Trata-se da identificação de objetos verdadeiramente nossos e da constituição de um ponto de vista que permita alcançá-los. A questão da autenticidade cultural- que diz respeito à constituição de uma identidade do ângulo da cultura – coloca-se como um problema especialmente delicado em um país colonial que se desenvolveu a partir da importação, e da imposição, de modelos estrangeiros⁹¹.

O próprio Mário de Andrade pressentiu ser bastante controversa a questão da *autenticidade* ao afirmar que seu *projeto de devoção ao Brasil, implica em dar uma alma ao país, mas que não significa o cultivo de exotismos ou de regionalismos*⁹². Sua preocupação com o popular evidenciou suas concepções educacionais avançadas, embora tropeçasse em conceitos antropológicos, ficou claro que para a política museal e patrimonial deveria ser reservado um espaço marcante que permitisse compreender a arte popular para além da etnografia, bem como as outras manifestações da cultura popular que ele estava estudando. No entanto, todo o percurso intelectual de Mário de Andrade não foi devidamente considerado para combater o elitismo da política cultural brasileira, posto que o conservadorismo, a sobriedade das

Edusp,1998.O autor aclara e dissolve muitos mitos ainda em voga em torno da cultura.

⁹¹ PEIXOTO, Francisco. “Mário e os primeiros tempos da USP”. **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 156-169, 2002.

⁹² Ibid.

coleções de museus, suas exposições, bem como o acervo arquitetônico tombado permaneceram até a década de 70⁹³, profundamente convencionais :

A análise dos processos de tombamento⁹⁴ nos primeiros trinta anos do SPHAN, fase do patrimônio de pedra e cal [que privilegiou o bem arquitetônico isolado] aponta para um obscurecimento oficial do bem de tradição popular, seja o arquitetônico, seja o móvel⁹⁵.

A respeito do tombamento arquitetônico, da preocupação excessiva com o Barroco de acordo com Carlos Lemos, Choay compreende que trata-se de uma fixação em uma produção arquitetônica anterior à era industrial e que foi protegida não só pela antigüidade, mas também pelo fato de que ela, a arquitetura barroca, associa-se às tradições mais caras ao imaginário social, à qualidade de vida e, é claro, a identidade que se quer produzir⁹⁶. É também uma preocupação estética, pois acreditava-se na padronização crescente que o Capitalismo impõe de maneira avassaladora e que sua ação *destrói a(s) identidade(s) da nação*. A arquitetura contemporânea em crise não consegue recuperar as sociabilidades que a arquitetura colonial engendrava, por isso, dessa contradição, é pensada a política de proteção patrimonial que, por sua vez, emerge em outros labirintos conceituais que ensejaram inúmeros

⁹³ MARIANI, Alayde. “A memória popular no registro do patrimônio”. In: **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 28, p. 156-173, 1999.

⁹⁴ *Tombamento: nome lusitano cuja origem diz respeito à Torre do Tombo, acabou por se transformar em um brasileiro de uso corrente e substitui classificação adotada na França e, atualmente, também em Portugal*. In: **Cartas patrimoniais**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p. 11-12.

⁹⁵ MARIANI, Alayde. Op. cit. A esse respeito ver também: RUBINO, Silvana. “O mapa do Brasil passado”. **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 24, p. 99, 1996. Conferir: CHOAY, Françoise. Op. cit., p. 248-249. Ver também: HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail V. Sobral e Maria S. Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998, p. 85. E, em discussão semelhante: MURTA, Maria S. M. e ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio**. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Território Brasilis, 2002, p. 122-123.

⁹⁶ CHOAY, F. Op. cit., p. 127.

questionamentos dos quais, o principal é: como atualizar e inserir o patrimônio na vida das cidades ⁹⁷?

Nesse contexto o historiador não pode compactuar com uma visão tranqüilizadora e narcisista do patrimônio, ele precisa colaborar para o rompimento dessa concepção e evidenciar as ambigüidades do discurso oficial. É possível afirmar, assim, que o **SPHAN** e depois seu sucessor o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN**, possuíram várias orientações metodológicas ao longo de seus mais de sessenta anos de existência e a chave para compreender as razões dessa variedade de pensamento que incidiram sobre a política patrimonial reside na apreciação meticulosa da administração mais marcante, que foi a de Rodrigo M. F. de Andrade. Faltam subsídios para apresentar maiores detalhes sobre o processo de escolha do nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir a instituição patrimonial. Suponho, no entanto, que o Ministro Capanema, como uma espécie de mecenas, criou um espaço relativamente autônomo em sua jurisdição em pleno Estado Novo e conseguiu, de certa forma, cercar-se de intelectuais modernistas que trabalhavam para o Ministério extra-oficialmente. Minha hipótese é de que o nome de Mário de Andrade, aventado para a direção do **SPHAN** chocaria os grupos mais conservadores do Governo, devido à sua vinculação com os paulistas de 32 e ao Partido Democrático⁹⁸, daí, talvez a predileção por um nome mais comedido como o do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade⁹⁹, pois a preocupação de construir uma tradição remontava ao século XIX¹⁰⁰, mas reemerge com força incrivelmente renovada no discurso da burocracia varguista, quando se deseja conciliar o brasileiro consigo mesmo e apresentar o Brasil como uma nação

⁹⁷CHOAY, F. Op. cit., p. 250 e ss.

⁹⁸SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p. 57-71.

⁹⁹SCHWARTZMAN, Simon et. al. **Op. cit.**, p. 13-20.

¹⁰⁰SQUEFF, Leticia Coelho." Entre a nação e a civilização. Sobre a idéia de arte em Araújo Porto Alegre." **Anais do MHN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, v. 30, p. 207-220, 1998.

civilizada aos olhos dos estrangeiros e engajar o país na senda da industrialização. Nesse sentido o político mineiro encarnava melhor o ideário formulado para o órgão patrimonial e seu discurso como protagonista do SPHAN é altamente revelador para a análise das características de seu pensamento:

Filhos de um país novo cujo descobrimento se deu na era moderna e cuja formação política data de pouco mais de um século, os brasileiros em geral, não se distinguem pelo culto às relíquias do passado. O sentimento de respeito retrospectivo tornou-se mais arraigado entre os povos de largo passado histórico. Já é tempo, entretanto de considerarmos a beleza moral da história do Brasil, instituindo a defesa dos seus documentos¹⁰¹.

A análise dos discursos é reveladora, pois eles são artefatos produzidos historicamente e, em um contexto específico, portadores de uma lógica própria que nos permite verificar a defasagem entre seu conteúdo e sua aplicação¹⁰². Não se afirma, entretanto, que os discursos de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Mário de Andrade representam as únicas vertentes na discussão da política patrimonial, contudo, são paradigmáticos e, por isso, é necessário concentrar a atenção em seus escritos, embora existam outras proposições em torno do patrimônio.

A necessidade de preservar foi premente, conforme se conclui da citação anterior, pois ao instituir-se o reconhecimento da população pela trajetória heróica que conduziu essa política, evidenciou fatos e personalidades relevantes para a construção do país. Lucía L. Oliveira

¹⁰¹SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p. 36. Ver também : CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena**. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 34.

¹⁰² CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 32.

demonstra que a política de proteção patrimonial estabelecia-se de maneira a fundar a unidade e a continuidade na História do Brasil, levando-nos a crer que:

*O Estado Novo daria concretude ao subjetivismo dos inconfidentes e de todos os movimentos nativistas da história brasileira(...) a recorrência ao passado se dá, portanto, sempre no sentido de recuperar a centralização, mostrando os momentos de sua quebra como de despersonalização da nacionalidade*¹⁰³.

De acordo com Rodrigo Melo Franco de Andrade, um povo que não preserva seu passado, suas *reliíquias* ainda não atingiu a *maturidade cultural* e não possui um *atestado* de civilizado, tendo-se como padrão, obviamente, a França, nossa grande matriz cultural.

É necessário entender o discurso dos protagonistas do órgão como uma estratégia de dominação e de estabelecimento de senso comum, pois o desejo de universalização, a apresentação de determinados valores como *universais* acaba aparando diferenças em prol da apresentação de uma narrativa contínua do patrimônio que colabora para propagar mitos empobrecedores de *evolução cultural* tão bem criticados por Foucault¹⁰⁴ ou o desenvolvimento de mitos como o de *democracia racial* já discutido exaustivamente por antropólogos como Roberto da Matta¹⁰⁵.

É sabido que havia muita destruição e vandalismo nos anos 30 e que estávamos perdendo, até antes da criação do SPHAN, documentos e artefatos importantes para a interpretação da história do Brasil¹⁰⁶, mas é inegável a

¹⁰³ OLIVEIRA, Lucía L. et al. Op. cit., p. 85.

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Rio de Janeiro: Forense, 1987.

¹⁰⁵ MATTÁ, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à antropologia cultural**. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

¹⁰⁶ **Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987, p.25.

existência de uma produção simbólica¹⁰⁷ em torno do tema patrimônio gerando uma representação oficial da questão como um problema social¹⁰⁸ nacional e não mais interesse de determinado grupo. Parece que os protagonistas da burocracia do Estado Novo compreendiam muito bem que:

...a construção do Estado é acompanhada pela construção de uma espécie de um transcendental histórico comum, imanente a todos os seus sujeitos. Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamentos comuns(...) E cria, assim, as condições (...) constitutivas do senso comum¹⁰⁹.

Bourdieu aponta o caminho para perceber que as práticas do Estado Novo não podem ser pensadas *em si mesmas e por si mesmas, independente do universo das práticas intercambiáveis*¹¹⁰, por isso, deve-se apresentar um leque maior de discursos dos referidos protagonistas para demonstrar que eles realmente acreditavam estar produzindo um novo país e uma nova cultura com todas as contradições possíveis, oscilando entre o conservadorismo e a democracia. Essa oscilação como alegoria, permite concluir que a dominação que se quer impor não se pensa mais dentro dos esquemas althusserianos dos Aparelhos Ideológicos do Estado, mas se exerce dentro de determinadas estruturas estabelecidas pelo campo de poder e seus resultados não são determinados apenas pelas instituições (**SPHAN, Igreja Católica, Escola,** etc) ou classes, mas produzidas pelo entrecruzamento das ações limitadas

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 94.

¹⁰⁸ Ibid., p. 95.

¹⁰⁹ Ibid., p. 116-117. Em perspectiva semelhante ver: CAPELATO, Maria H. R. Op. cit., p. 57, e GOMES, Angela M. C. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986, p.146.

¹¹⁰ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 16.

dessas agências que adquirem uma feição especial, diferente daquela que é produzida pelos ideólogos do Estado¹¹¹. É interessante observar que :

Em longa exposição de motivos a Getúlio Vargas, em 1935, Capanema cunhava a marca de sua administração: o ministério do Homem. Aquele destinado a preparar, compor e afeiçoar o homem do Brasil. A valorização do homem brasileiro, era, no entender do Ministro, um projeto cultural, pois cultura significa a nítida e impressiva presença do homem diante da natureza e das forças circundantes, impondo a elas sua vontade. como instrumento do advento deste novo homem destinado sobretudo a viver pela nação, nela integrado de corpo e alma, o Ministério da Educação e Saúde Pública deveria, inclusive chamar-se Ministério da Cultura Nacional¹¹².

Mais adiante, na mesma obra, encontramos intensa correspondência entre Capanema e vários intelectuais renomados como Mário de Andrade, Rocha Vaz, Roquette Pinto, entre outros, o que denuncia preocupação com esse *homem novo* que era preciso criar e, ao mesmo tempo compreender. Tratava-se de *civilizar o Brasil bruto* e, nesse sentido, a criação do SPHAN, a construção do prédio sede do **Ministério da Educação e Saúde** representavam marcos fundamentais na reordenação e reinterpretação da história nacional¹¹³.

Ao longo dos discursos e entrevistas concedidas por Rodrigo Melo Franco de Andrade essa reinterpretação era muito visível e pautava-se pelo referencial europeu, pois o intelectual expressava-se muito em torno do par

¹¹¹ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 52.

¹¹² LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo S Moraes de. Op. cit., p. XI.

¹¹³ Ibid., p.225-231.

conceitual *civilizado-civilização*. Na obra **Rodrigo e seus tempos**, por exemplo, esse par aparece nada menos que quinze vezes associado aos conceitos de *arte* e *alta cultura*, sem contar que o texto colige apenas parte da vasta produção deste intelectual, que inclui ainda correspondência com seus contemporâneos.

Sirlei Silveira, estudiosa da obra de Mário de Andrade, colabora para a argumentação que venho desenvolvendo ao apresentar o seguinte comentário:

A nova civilização brasileira estava na dependência direta da identificação dos elos que interligariam não apenas o vasto corpo geográfico do país, mas também a sua multiplicidade étnica e social. Para os modernistas filiados a Mário de Andrade, a fonte de coesão e da identificação nacional residia no elemento cultural, compreendido em suas determinações material e simbólica. Diante de uma realidade politicamente contraditória e antagônica, atribuía-se à cultura o papel de consagração da identidade cultural. Portanto, a identidade nacional tem sua origem fundindo-se e confundindo-se uma com a outra, entendendo que todas as coletividades étnicas, todos os grupos sociais, poderiam interligar-se a partir de um patrimônio cultural comum¹¹⁴.

É oportuna a discussão dessa interpretação do pensamento de Mário de Andrade a partir do viés lançado pelo intelectual anglo-indiano Homi K. Bhabha que permite recuperar parte da discussão que desenvolvi anteriormente, utilizando como referencial Hobsbawm e Ranger. Para Bhabha é preciso discutir uma série de conceitos cristalizados nas Ciências Sociais do

¹¹⁴ SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p. 124.

Ocidente e que podem permitir-nos um revigoramento da discussão que temos como *nação, povo, cultura*, tão importantes às proposições que venho desenvolvendo. O autor afirma que:

... o conceito de povo não se refere simplesmente a eventos históricos ou a componentes de um corpo político patriótico. Ele é também uma complexa estratégia retórica de referência social: sua alegação de ser representativo provoca uma crise do processo de significação e interpretação discursiva. Temos então um território conceitual disputado, onde o povo tem de ser pensado num tempo duplo, o povo consiste em objetos históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado, o povo consiste também em sujeitos de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do povo como contemporaneidade, como aquele signo do presente através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como em um processo reprodutivo¹¹⁵.

Se o conceito de povo é problemático e produto de uma invenção inscrita em um tempo e um espaço para produzir a idéia de especificidade e unicidade de determinada cultura que dá forma a uma nação, é possível pensar a retórica dos protagonistas do Estado Novo como altamente homogeneizadora e autoritária, uma vez que não se concebia uma convivência com diferenças étnicas de maneira positiva, impedindo-se a polifonia nas

¹¹⁵ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998, p. 207. E também especificamente sobre o Brasil ver CAPELATO, Maria H.R. **Multidões em cena**. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 145.

narrativas culturais e a representação da diferença. Aí reside uma contradição terrível, pois:

*A emergência da última fase da nação moderna a partir de meados do século XIX é também um dos mais duradouros períodos de migração em massa no Ocidente e de expansão colonial no Oriente.*¹¹⁶

Conclui-se que o país não estava pronto para conviver com as diferenças e creio que esse pensamento autoritário encontra eco em nossos vizinhos latino-americanos como na Argentina, onde:

*A produção ideológica da direita antiliberal argentina sobre a nação e o nacionalismo teve um caráter muito mais homogêneo que o registrado no Brasil*¹¹⁷.

O discurso da nação pensado pelos modernistas rompia com a idéia de continuidade proposta por Gustavo Barroso entre a monarquia portuguesa e os brasileiros e ia buscar no período colonial no *melting pot* de índios, brancos e negros, a pretensa especificidade do país, banindo toda e qualquer possibilidade de pessimismo quanto às potencialidades do homem brasileiro, mas também banindo, concomitantemente as práticas performativas¹¹⁸ de outras etnias, tanto é que o Modernismo dedica pouquíssima atenção à problemática da incorporação do imigrante no país, exceção feita a Graça Aranha com o seu romance filosófico, **Canaã** (considerado pré-modernista) e Alcântara Machado, autor de **Brás, Bexiga e Barra Funda**.

¹¹⁶ BHABHA, Homi K. Op. cit., p. 199.

¹¹⁷ BEIRED, José L. B. Op. cit., p. 134.

¹¹⁸ Por prática performativa BHABHA entende o conjunto de procedimentos dos indivíduos que adotam estratégias de resistência e ressignificação para expressar sua cultura nos espaços tradicionais conflitantes.

A respeito da argumentação que venho desenvolvendo, um poema de Drummond esclarece bem a dimensão da percepção do problema que os modernistas sentiam e enfrentavam:

*Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás das florestas...
Precisamos educar o Brasil
Compraremos professores e livros
Assimilaremos finas culturas,
Abriremos dancings e subvencionaremos as elites
Precisamos adorar o Brasil!
Se bem que seja difícil caber tanto oceano e
Tanta solidão no pobre coração já cheio de
Compromissos...
Se bem que seja difícil compreender o que querem
esses homens
Por que motivo eles se juntaram e qual a razão de seus
sofrimentos
Precisamos, precisamos esquecer o Brasil
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o
Brasil
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os
brasileiros ? ¹¹⁹.*

Creio que a representação poética inserida é significativa e enseja uma análise do próprio imaginário da modernidade brasileira. As expressões *finas culturas* e *subvencionaremos as elites* demonstram a concepção do grupo modernista em torno da cultura, que, como já afirmei, embora renovadora em muitos aspectos, não deixa de ser elitista. Por outro lado, a expressão *esquecer o Brasil* chama a atenção pelo fato de que os verbos

¹¹⁹ DRUMMOND, Carlos. Brejo das Almas. 1934. In: SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p. 120-121.

esquecer e seu oposto lembrar, são instigantes quando tratamos da constituição da memória da nação através da coleção de sua história e do desenvolvimento de estratégias para incitar a memória social (desfiles, pronunciamentos, etc). Assim, esquecer o Brasil pode significar:

... a passadização da coisa que a gente quer modernizar (...) primeiro trata-se de destruir, os exageros até são úteis, porém, depois carece construir e aí é que são elas¹²⁰.

Ou ainda para Bhabha :

É através da sintaxe do esquecer-ou do ser obrigado a esquecer- que a identificação problemática de um povo nacional se torna visível.(...) Ser obrigado a esquecer-na construção do presente nacional- não é uma questão de memória histórica, é a construção de um discurso sobre a sociedade que desempenha a totalização problemática da vontade nacional ¹²¹.

Esquecer o Brasil, conforme se depreende das duas citações pode significar tanto anular as experiências negativas até então desenvolvidas da memória nacional, bem como pode significar a anulação das experiências performativas das minorias étnicas em prol da padronização das *origens*, não necessariamente melhores, mas igualmente de base mítica.

Discutir a noção de história para os intelectuais em questão é muito relevante para a compreensão dos fundamentos da orientação da política cultural, especificamente do **SPHAN**, encarregada de escolher e preservar

¹²⁰ ANDRADE, Mário. "Assim falou o Papa Futurista." In: SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p.122.

¹²¹ BHABHA, Homi K. Op. cit., p. 226

determinados bens em detrimento de outros para assim *narrar* a história da nação. Para José Luis Bendicho Beired:

*A comparação dos conteúdos históricos da produção ideológica dos intelectuais autoritários sugere a existência de diferentes formas de conceber o sentido do processo histórico. Decadência, progresso, continuidade e ruptura, foram termos a partir dos quais o sentido da história de cada um dos países foi interpretado. O resultado foi a elaboração de certas teorias da história que explicavam o conjunto do passado brasileiro(...)*¹²².

Embora Mário de Andrade esteja muito longe do modelo ideal de intelectual autoritário, proposto por Beired, é pertinente refletir sobre suas leituras e assim compreender suas formas peculiares de pensar a nação e a cultura a partir da história. Segundo Sirlei Silveira:

*Mário de Andrade vinha estabelecendo contato com alguns pensadores alemães de tradição romântica, dentre eles Herder e Splenger. Sua preocupação com a definição da alma brasileira encontrava reforço na obra **A decadência do Ocidente**, de Oswald Splenger, publicada após a Primeira Guerra Mundial (...)*¹²³.

Com o fragmento acima, fica bastante evidente que a concepção de história no poeta paulistano e, em grande parcela da elite intelectual brasileira das primeiras décadas do século XX, pautou-se pela associação entre alta cultura e unicidade cultural o que influenciou toda a política de proteção

¹²² BEIRED, José L. B. Op. cit., p. 266.

¹²³ SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p. 45.

patrimonial orientada pelo SPHAN, pois o órgão tentou *mapear a brasilidade*, compreender o percurso da evolução da *civilização* no Brasil, balizando-se pelo instrumental europeu, em que a unidade nacional foi pensada tendo como base a pseudo-existência de uma unidade cultural. Foi a partir desse referencial teórico que o órgão iniciou seu trabalho. Elegeu como *marcos* da nacionalidade os estados da Bahia, de São Paulo e Minas Gerais, onde foram realizadas as primeiras obras de restauração, logo seguidas pela intervenção nas Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul no sentido de produzir os referenciais da brasilidade. Segundo Carlos Lemos a idéia de proteção a esse conjunto de construções nos Estados citados deve-se ao seguinte raciocínio compartilhado por boa parte dos arquitetos modernistas e pelo próprio Mário de Andrade:

A nosso ver [a] arte paulista, tanto a sua arquitetura como sua complementação decorativa, constitui um ponto alto na nossa história- um dos momentos de manifestação nacionalista e, por isso, merecedor de nossa maior atenção.

Aliás, seria bom que, desde já, a gente identificasse os grandes momentos de nossa arquitetura, onde se pudesse perceber um processo de criação nacional que significasse a existência de uma cultura realmente brasileira. A nosso ver, esses momentos são três: uma arquitetura paulista do ciclo bandeirista, o barroco mineiro que teve como autor, o mulato simbolizado pelo Aleijadinho e a arquitetura contemporânea, ainda à espera de melhores definições, mas já possuidora de certas qualidades que a identificam bem dentro do quadro da linguagem universal da moderna tecnologia da construção¹²⁴.

¹²⁴ LEMOS, Carlos A.C. Op. cit., p.12.

Embora Lemos não trate da questão histórica da preservação no Brasil, é interessante evidenciar que, segundo Simão, a preservação do Barroco mineiro dependeu muito pouco da ação estatal do Estado Novo, pois a própria estagnação econômica da região, incumbiu-se de preservar os antigos casarões barrocos e demais monumentos que sobreviveram devido à ausência de especulação imobiliária que preservou, durante muito tempo, sobrados e quintais retangulares, marcas indeléveis da arquitetura setecentista¹²⁵.

Mário de Andrade em sua vasta obra intelectual preocupava-se com as artes, especialmente com a arquitetura e já em 1929, antes de ingressar no **MES** publicou estudo sobre Aleijadinho dentro de seu projeto de *mapear a brasilidade* e destacar o caráter peculiar da *civilização brasileira*. Nesse sentido, a escolha do Aleijadinho é significativa, pois tratava-se de um mulato, indivíduo prático, que alcançou grande notoriedade em vida pela beleza e originalidade de suas obras. Além disso, tratava-se de combater toda visão depreciativa que se havia firmado na produção intelectual brasileira de Capistrano de Abreu a Oliveira Viana¹²⁶. A associação entre o mulato e o barroco em Mário de Andrade permite perceber que aí o poeta enxergava o nascimento da arte tipicamente brasileira, no que Lemos acrescenta um dado curiosíssimo:

Os cronistas estão fartos de exemplos e histórias pitorescas sobre a aversão que o branco reinol possuía ao trabalho manual. E quando gostava de trabalhar ou de produzir, escondia o fato de todos. Atribuía aos seus servos a produção feita às escondidas (...) Os empreiteiros brancos de obras contratavam serviços

¹²⁵ SIMÃO, M.C.R. Op. cit., p. 46 e ss.

¹²⁶ KATINSKY, Júlio Roberto. "O mestre-aprendiz Mário e as artes plásticas". **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 49-70, 2002.

*mas na qualidade de intermediários, pois valiam-se de mão-de-obra escrava, transmitiam suas ordens (...). E surgiu a hora e a vez do mulato. O mulato executava e criava obras de arte. O mulato tinha personalidade. O mulato era brasileiro e é isso que nos interessa*¹²⁷.

A preocupação do modernista Mário de Andrade com a arquitetura incitou-me a verificar com mais detalhe as principais discussões que envolviam *patrimônio, cidade, gestão urbana e modernismo*. O que se percebe do exame e comparação entre os documentos e livros de autores nacionais e estrangeiros é a diversidade e fluidez de conceitos, o que para a ciência e para a arquitetura em especial, que exigem rigor técnico, é muito problemático. O interessante e produtivo dessas leituras é que elas permitem historiar alguns conceitos cujos significados estavam até então, subentendidos pelas suas práticas, dificultando sua apreensão ao nível prescritivo e a crítica de sua prática. As publicações do **IPHAN**, até então examinadas, não primaram pela preocupação com a historicidade dos conceitos com os quais um vasto número de intelectuais trabalhou, colaborando assim, para a confusão conceitual. A obra **Alegoria do patrimônio** de Françoise Choay significou, nesse sentido, um suporte importante para a pesquisa, pois a autora apresenta uma clara discussão sobre o conceito de monumento histórico. Vejamos:

(...) o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é o latim monumentum, que por sua vez deriva de monere (advertir, lembrar) aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial (...) chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma

¹²⁷ LEMOS, Carlos A. C. Op. cit., p. 80.

*comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos (...)*¹²⁸.

Choay também evidencia que no século XVIII ocorreu uma mudança no conceito de monumento:

*Ao prazer suscitado pela beleza do edifício sucedeu-se o encantamento ou o espanto provocados pela proeza técnica e por uma versão moderna do colossal(...)*¹²⁹.

Mas a autora adverte, de maneira semelhante a Le Goff¹³⁰ que há uma diferença entre o monumento e monumento histórico. Segundo ela, o *monumento é uma criação deliberada, (...) enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal (...)*¹³¹. O termo *monumento histórico* segundo a referida autora parece ter sido criado pelo antiquário-naturalista Aubin-Louis Millin, que em 11 de dezembro de 1790 apresentou uma proposta de política patrimonial à Assembléia Nacional Constituinte francesa¹³². Na obra **Cartas Patrimoniais**, encontramos algumas definições importantes para pensar e discutir a política patrimonial no período em questão. Sobre a noção de monumento histórico temos:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização

¹²⁸ CHOAY, Françoise. Op. cit., p. 17-18.

¹²⁹ CHOAY, Françoise. Op. cit., p. 19.

¹³⁰ *O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuações voluntária ou involuntária das sociedades e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. O termo latino documentum, deriva de docere, ensinar, evoluiu para o significado de prova (...). O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.* LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Irene Ferreira. 2ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992, p.536-545.

¹³¹ CHOAY, Françoise. Op. cit., p. 25.

¹³² Ibid., p. 96.

*particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico*¹³³.

Curiosamente os organismos internacionais de proteção patrimonial e cultural em geral (**Congresso Internacional de Arquitetura Moderna/CIAM, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura/UNESCO, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ICOMOS**,etc.) não definiram claramente o significado de patrimônio histórico¹³⁴ em seus documentos desde a primeira convenção internacional que data de 1932 e, além disso, o texto publicado pelo **IPHAN** limitou-se a apresentar em ordem cronológica os documentos sem discutir as razões das mudanças de orientação técnica, o que permite supor que houve uma maior participação de historiadores e antropólogos na emissão desses conceitos e/ou a emergência de lideranças políticas do Terceiro Mundo no momento em que foram emitidas as novas convenções. Vejamos alguns dos novos e importantes conceitos, como o de patrimônio cultural:

(...) os monumentos: obras arquitetônicas (...) estruturas de natureza arqueológica (...) os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal (...) os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da

¹³³ Carta de Veneza, 1964. In: **Cartas patrimoniais**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 92.

¹³⁴ É preciso relativizar a falta de uma atenção das entidades internacionais com a definição dessa expressão, posto que, é de se supor que a vinculação da História a um determinado lugar e a uma concepção peculiar de tempo, pode ter inviabilizado muitas discussões que pretendiam definir tal conceito que incita, certamente debates de cunho étnico e nacionalista. Cf.: ORIA, Ricardo. "Memória e ensino de história". Bittencourt, Circe. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, p. 133, 1998: *Ao falarmos em patrimônio histórico, entenda-se não apenas o patrimônio arquitetônico, mas também o patrimônio documental e arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual, enfim, o conjunto de bens que atestam a História de uma sociedade.*

*natureza, bem como as áreas que incluem sítios arqueológicos (...)*¹³⁵.

Já em 1985 com a Declaração do México, organizada pelo **Congresso Internacional de Arquitetura Moderna/ICOMOS**, observamos uma importante mudança conceitual no citado termo:

*O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não-materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte, os arquivos e bibliotecas*¹³⁶.

Verifica-se que a alteração do nome, do conceito e de seu conteúdo não vem acompanhado de uma necessária explicação, como já afirmei, o que leva a crer no talento de Mário de Andrade, que muito antes de todas as legislações em discussão apresentou proposta inovadora e, acima de tudo conectada com os problemas de seu tempo. É preciso registrar que não foi por ausência de pesquisas que por muito tempo o **SPHAN** e depois, o **IPHAN**, limitou-se a proteger os bens de *pedra e cal*, mas sua miopia política refletia a própria estreiteza das discussões travadas internacionalmente em um contexto amplamente influenciado pelo autoritarismo. Destarte infere-se que a ampliação das noções de patrimônio estão profundamente vinculadas ao

¹³⁵ Conferência Geral da UNESCO, 1972. In: **Cartas Patrimoniais**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p. 178-179.

¹³⁶ Ibid., p. 275. A definição de patrimônio cultural, de acordo com Oriá, permite aproximar as concepções do ICOMOS das concepções do Professor francês Hugues de Varine-Bohan, que foi o precursor no aprofundamento da discussão sobre patrimônio cultural na UNESCO. Cf. ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: Bittencourt, Circe. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 133.

ambiente democrático que se caracteriza pelo respeito e manutenção do Estado de Direito.

Fernando Fernandes da Silva desenvolveu um histórico da proteção patrimonial tendo por base convenções e acordos internacionais, mas também não apontou de que maneira a intelectualidade brasileira se apropriou dessa discussão, conduzindo às dúvidas já mencionadas. Ao estudar a biografia e os projetos políticos do poeta modernista Mário de Andrade, conclui que, para o escritor, a arquitetura e os corolários provenientes de suas opções intelectuais para o Brasil, são repletos de entusiasmo à proteção patrimonial porque como homem urbano acreditava que a arquitetura *é a mais socialmente avançada e a mais satisfatoriamente humana de todas as artes*¹³⁷. Para ele a arquitetura deveria contribuir para a criação de uma sociedade melhor, a partir de sua funcionalidade, beleza e anonimato, ou seja, a arte deveria possuir uma função social, diluir-se na vida, dizia o poeta, pois o homem tem necessidade de beleza¹³⁸.

No contexto em que se pensa a formação do brasileiro, idealizando-o e moldando-o a partir de uma nova cultura, o professor Mário de Andrade observou na cidade oportunidades de humanização e de combate à desigualdade social a partir da ação dos intelectuais esclarecidos e do Estado. Esse raciocínio fica evidente quando observamos que durante sua curta temporada no Departamento de Cultura no município de São Paulo quando a administração da Prefeitura esteve nas mãos de Fábio da Silva Prado (1934-38)¹³⁹, o autor empenhou-se em estabelecer espaços para o lazer infantil, a leitura e o esporte dos adolescentes, acreditando, assim, colaborar para o

¹³⁷ SILVA, F. F da. "Mário e o patrimônio. Um anteprojeto ainda atual". **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º30, p. 129-137, 2002.

¹³⁸ SOUZA, Ricardo Christiano. "Mário, crítico da atualidade arquitetônica?". **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 25-47, 2002. Ver também a esse respeito: BEIRED, José L. B. Op. cit., p.111-112.

¹³⁹ SILVEIRA, Sirlei. Op. cit., p. 75-76.

nascimento do novo brasileiro¹⁴⁰. Desejava o poeta combater o individualismo burguês e a afetação que muitos intelectuais de seu tempo ostentavam. Disso decorreu a preocupação com a produção de espaços culturais absorventes: praças, bibliotecas, parques e concomitantemente, a proteção patrimonial. Por certo a arquitetura burguesa individualista era combatida por significar a celebração do *velho*, do *aristocrático*, do enfeite, daí o incentivo a uma nova arquitetura e a crença ingênua de que o urbanismo poderia colaborar para a mudança social. Para James Holston:

*o modernismo forjou isso que poderíamos chamar de um imaginário do planejamento, desenvolvendo seus tipos revolucionários de construção e suas convenções de planejamento como instrumentos de mudança social, e concebendo a mudança em termos do futuro imaginado corporificado nas narrativas de seus planos-diretores*¹⁴¹.

O referido autor parece afinar-se com Homi Bhabha, citado anteriormente, ao realizar profunda crítica ao Modernismo e às suas utopias e relacionar a arquitetura e o urbanismo como estratégias de poder que naturalizam a gestão do espaço da cidade e impedem a expressão de outras narrativas históricas, de diferenças étnicas ou de classes¹⁴². Holston decifra e demonstra as contradições que permearam as relações entre o movimento modernista e o estado autoritário no Brasil de maneira perturbadora. Para ele, a política de proteção patrimonial é contraditória porque somente o Estado Novo poderia instituir por decreto um órgão como o **SPHAN** destinado teoricamente a *preservar a cultura nacional* sem ouvir, no entanto, a

¹⁴⁰ COUTINHO, Rejane. "Mário e os desenhos das crianças". **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 171-181, 2002. Ver também: RUBINO, Silvana. "A memória de Mário." **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 139-154, 2002.

¹⁴¹ HOLSTON, James. "Espaços da cidadania insurgente." **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 24, p. 243-254, 1996.

¹⁴² *Ibid.*, p. 244.

população e estribar-se em uma ciência de cunho positivista de determinados homens que, detentores de um certo capital cultural, exerceram profunda influência ao interferir no caos urbano¹⁴³. Outra contradição aclarada por Holston consiste no par Capitalismo e política de proteção patrimonial. Para ele, a arquitetura moderna confiava superar as contradições do Capitalismo. Uma dessas contradições é a da produção constante do *novo*, que ameaçava a proteção de determinados *bens* que participavam da *narrativa da brasilidade*. A proteção, portanto, só poderia ser um ato arbitrário, governamental, visto que a lógica do capital não se harmoniza com a preservação de tais monumentos¹⁴⁴. É sintomática, inclusive, a análise dos discursos de Rodrigo de Andrade, onde ele lamentou a ausência de consciência do povo em torno da necessidade de preservação¹⁴⁵. Mas como preservar sem discussão, sem democracia, enfim, sem cidadania? A contradição, destarte, apresentava-se insolúvel e justificava o caráter arbitrário da política de proteção. De maneira similar a Holston, Jérôme Monnet, critica a forma como foi conduzida a política de proteção patrimonial no Brasil e lança importantes indagações sobre o papel do referido órgão. Para ele:

*A proteção do patrimônio é uma empresa de fabricação de uma passado ideal que imobiliza as populações diante das escolhas das autoridades, ou da ausência de decisões para solucionar os problemas da vida urbana*¹⁴⁶.

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ Ibid., p. 249.

¹⁴⁵ **Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural.** Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987, p. 27,28,50. A esse respeito ver também MARIANI, Alayde. “A memória popular no registro do patrimônio”. In : **Revista do PHAN.** Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 28, p. 156-173, 1999.

¹⁴⁶ MONNET, Jérôme. “O álibi do patrimônio. Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado.” **Revista do PHAN.** Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 24, p. 220, 1996. Em perspectiva semelhante, Lucia Lippi de Oliveira em **Estado Novo. Ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.117, afirma que: ... restaurar a sociedade brasileira era retirá-la do estado de natureza, isto é, organizá-la pela via do poder político. Tal ação implicaria um retorno à própria natureza – às riquezas potenciais e inativas do país- e um retorno à própria cultura nacional- ao caráter do homem brasileiro. A tradição a ser encontrada

Para o escritor francês é necessário analisar o ato de proteção patrimonial como uma atitude essencialmente política e, portanto, arbitrária, inserida no palco das cidades que são heterogêneas e caóticas, muitas vezes, para que se retire a *aura de sacralização* de instituições como o SPHAN e dos bens tombados, pensados como produtos de escolhas conscientes de determinados grupos gerenciadores da cultura em um determinado contexto histórico. Condizente com as reflexões de Bourdieu, afirma:

A proteção do patrimônio não é, pois, um ato de salvaguarda de objetos-testemunhos: esses últimos perderam seu passado, não significam mais do que a imagem que o presente projeta do passado. A proteção é uma ato eminentemente moderno, pois se trata de fabricar a história(...) de compor permanentemente a memória(...) O problema que se apresenta é saber quem controla esses processos em uma cidade.(...) trata-se de identificar as alianças de interesses que geram, nas palavras e nos atos, o discurso dominante, que serve de matriz para as representações sociais para a cultura comum¹⁴⁷.

Choay em perspectiva semelhante mostra que somente intelectuais com sólida formação humanística (filósofos e historiadores) podem discutir

e revivida seria a junção da natureza e da cultura por intervenção política, que acionaria o elemento integrador e produtivo do trabalho nacional. A terra era rica, o homem era bom, mas nada disso tinha significado quando abandonado e inexplorado. A restauração seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e pela formação do segundo. Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e interfeririam no curso da história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano.

¹⁴⁷ MONNET, Jérôme. "O álibi do patrimônio. Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado". **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 24, p. 222-223, 1996.

com mais substância a problemática patrimonial¹⁴⁸. Também Ricardo Oriá concorda com a autora e o enfoque desenvolvido, afirmando que:

(...) os órgãos e agências de preservação histórica foram sistematicamente ocupados por profissionais da arquitetura, o que levou também ao privilégio do patrimônio edificado. Até bem pouco tempo, o patrimônio histórico era seara acadêmica exclusiva de arquitetos ou, quando muito, de antropólogos e cientistas sociais¹⁴⁹.

É interessante notar que no anteprojeto do **Serviço do Patrimônio Artístico Nacional/SPAN** de Mário de Andrade estava consagrada a presença de historiadores e etnógrafos tanto no Conselho Consultivo quanto na chefia de tombamento do órgão¹⁵⁰. Já o decreto-lei n.º 25/37 que cria o **SPHAN** não tratou dessa questão, deixando em aberto a composição das instâncias decisórias¹⁵¹.

Parece-me que a matriz teórica mais vigorosa do pensamento que inspirou Holston e Monnet está em Michel Foucault, que em sua obra desenvolveu pesquisas sobre diversos objetos, entre eles, a arquitetura. Em **Microfísica do poder**, o autor francês orienta como se deve pensar a arquitetura inserida em uma teia de poderes e portadora de toda uma historicidade. Assim não se pode compreender a ação do arquiteto ou urbanista como uma ação imparcial, mas como estabelecadora de novas relações de poder que permeiam a construção, a ordenação e até mesmo o

¹⁴⁸CHOAY, F. Op. cit., p. 164-167.

¹⁴⁹ ORÍÁ, Ricardo. “Memória e ensino da história”. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 129.

¹⁵⁰ ANDRADE, Mário. “Anteprojeto para a criação do SPAN”. **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 9-10, 2002.

¹⁵¹ **Para preservar**. Publicação técnica. 14ª CR/IPHAN. Brasília: IPHAN, 1994.

tombamento de determinados bens culturais. Infiro com isso que o predomínio dos arquitetos no **IPHAN** contribuiu para empobrecer e naturalizar a ação de proteção aos bens patrimoniais, pois tudo passou a ser *questão de estilo e de autenticidade de acordo com os cânones da arte*¹⁵², deixando-se de lado as considerações históricas e antropológicas que só foram retomadas com Aloísio Magalhães a partir da década de 1970¹⁵³. Devido a isso a reflexão sobre a política patrimonial deve ser também uma *história dos espaços*, parafraseando Foucault, para dar conta de demonstrar que a arquitetura e a gestão urbana são eivadas de questões histórico-políticas.

Embora todos os raciocínios feitos relativizem sobretudo as proposições de Mário de Andrade em torno da política patrimonial e aclarem, principalmente as relações de poder que perpassam a atual instituição de proteção patrimonial, ainda vejo com muito entusiasmo o ideário do poeta paulistano, sincero em suas ingenuidades e utopias. Quando afirmo isso é necessário pensá-lo como essencialmente apaixonado pelo seu tempo e confiante, pois seu nacionalismo não o impedia de vislumbrar os perigos da prática intelectual como a *xenofobia* o *elitismo*, o *apoliticismo*, bem como o *engajamento excessivo*¹⁵⁴.

Talvez nem todos os integrantes do **SPHAN** pensassem como Mário de Andrade, mas como nos assevera Alcides da Rocha Miranda¹⁵⁵, sua influência era muito forte nas propostas do que proteger e conseqüentemente do que tomar para formar o Patrimônio. Havia uma intensa troca de correspondências entre ele e Rodrigo Melo Franco de Andrade o que

¹⁵² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 5ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 211 a 214.

¹⁵³ MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

¹⁵⁴ MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. (1915-1933). São Paulo: T. A. Queiroz, 1996, v. 6, p. 454.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. (1933-1960). São Paulo: T. A. Queiroz, 1996, v.7, p. 188.

¹⁵⁵ MIRANDA, Alcides da Rocha. “Não foi fácil, não havia gente”. In: **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, p. 247-251, 2002.

confirma a fala de Miranda no tocante à questão¹⁵⁶. Por sua vez o discurso oficial do primeiro diretor da instituição patrimonial deixa, muitas vezes, entrever um aspecto menos *antropológico* da questão da proteção patrimonial e muito mais comemorativo e convencional:

*Tendo sido Minas o cenário mais importante de nossa história colonial e de quase todo o passado histórico do país, é natural que esta preponderância, influenciando beneficentemente em todos os setores de atividade, tenha constituído do nosso estado uma espécie de relicário de grandes feitos e das grandes realizações nacionais*¹⁵⁷.

O sobrinho de Afonso Arinos pareceu apresentar uma versão muito menos apaixonada e empolgante em torno da questão patrimonial do que Mário de Andrade, suas concepções elitistas, como disse, apresentam-se ao longo de outras passagens em que ele afirmou que o Patrimônio constitui-se em (...) *importantes monumentos de arte [que devem ser] resguardados contra a ação do tempo e dos homens e guardadas como lembranças sagradas do passado*¹⁵⁸.

A vinculação do patrimônio às construções puras, a um passado heróico e sagrado, de função pedagógica *para as massas*¹⁵⁹, diminuiu, por certo, a amplitude do *pensamento marioandradino*, conduzindo-o a uma visão pasteurizada da história e da arquitetura, na qual são omitidos os conflitos em prol de uma narrativa consensual. Ao afirmar a postura elitista de Rodrigo M. F. de Andrade, acresço a esse texto uma importante citação de Lucia L.

¹⁵⁶ **Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural.** Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987, p. 133.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 37.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 38.

¹⁵⁹ **Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural.** Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987, p. 61.

Oliveira que amplia mais a percepção sobre a estrutura de produção intelectual que orientou grande parte da burocracia de Estado e de intelectuais diversos:

*A nova geração do qual os intelectuais faziam parte pretendia estar disposta a assumir um papel central no processo político, desempenhando a tarefa de boa elite. (...) Os elitistas reafirmavam a desigualdade entre os homens e a presença de uma minoria, elite estratégica a qual outorgavam o privilégio do poder*¹⁶⁰

É indiscutível, porém, o papel modernizador do trabalho do advogado mineiro, verdadeiro publicista deste órgão e que deu-lhe visibilidade ao longo de uma gestão que a despeito dos conservadorismos mereceu o respeito de muitos adversários políticos e de vários presidentes que passaram, paradoxalmente diante dos olhos do Presidente do **SPHAN** e depois **IPHAN**, enquanto este permanecia como símbolo de um devotamento memorável ao serviço público.

Resta agora, após essa elucubração às questões intelectuais que permearam a criação do **SPHAN**, bem como a discussão de suas representações, analisar o desenvolvimento da idéia de proteção patrimonial no antigo Estado de Mato Grosso e no atual Mato Grosso do Sul para acompanhar seus percalços e sua dinâmica.

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Lucia L. et al. **Estado Novo. Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 15-16.

Capítulo II

IPHAN: A política de tombamento no Extremo Oeste brasileiro

Hino de Mato Grosso

*Limitando, qual novo colosso
O Ocidente do imenso Brasil
Eis aqui, sempre em flor Mato Grosso,
Nosso berço glorioso e gentil
Eis a terra das minas faiscentes,
Eldorado como outro não há,
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguá!
Salve terra de amor,*

*Terra de ouro
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!*

Letra: Dom Francisco de Aquino Corrêa.
Música: Emílio Heiner

Para compreender a produção de uma política de proteção patrimonial no Mato Grosso é preciso inserir o objeto *bem patrimonial* em um contexto que se subdivide em pelo menos três aspectos: a política institucional e aqui me refiro propriamente ao **IPHAN**, a análise da produção historiográfica e memorialística e, finalmente, o contexto econômico, especialmente no período pós 1970 quando se intensificou no Estado a prática dos tombamentos. Essas três faces da problemática em questão se entrecruzam para produzir demandas e representações em torno da política de proteção aos *bens mato-grossenses* que pretendo apresentar, de acordo com as perspectivas já lançadas no Capítulo I, como portadoras de grande parte do conservadorismo rodriguiano.

A hipótese preliminar é de que permaneceu na instituição de preservação o caráter conservador na política patrimonial, ou seja, vigoraram por muito tempo as concepções rodriguianas que encaram o patrimônio como algo que deve ser idolatrado como *reliquia*, que colabora para o estabelecimento de uma narrativa linear e ufanista da história nacional e, no caso do Mato Grosso, para estabelecer uma memória que entroniza as famílias *pioneiras* de colonizadores descendentes de bandeirantes paulistas, ocultando dessa forma, consciente ou inconscientemente, o patrimônio das classes populares, seja ele material ou imaterial.

Para apreender a atuação do **IPHAN** no Mato Grosso é preciso acompanhar as mudanças na direção do órgão patrimonial para verificar suas

novas diretrizes e perceber como elas repercutiram no referido Estado, onde se iniciou tardiamente a política de tombamento em relação ao litoral, mas onde havia uma memória das elites bastante organizada, pronta a apropriar-se do processo de eleição dos *marcos da civilização* no Extremo Oeste. Faz-se necessário acompanhar, conseqüentemente, quais bens materiais foram tombados, além de analisar os processos, os discursos, etc. e, eventualmente, verificar suas contradições.

Renato Soeiro foi o segundo Diretor do **IPHAN**¹⁶¹ sucedendo a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que deixou o órgão em 1968, durante o Governo do Presidente Artur da Costa e Silva, alegando cansaço e idade avançada para continuar administrando uma instituição com tantas tarefas. Mesmo saindo da direção do **SPHAN** Rodrigo M. F. de Andrade continuou atuante, pois se tornou membro do Conselho Consultivo do referido órgão onde permaneceu até falecer, acometido de grave doença¹⁶².

A administração de Soeiro foi marcada por iniciativas no sentido de ampliar a política de preservação e de trabalhar em conjunto com outros órgãos governamentais com o objetivo de dimensionar o patrimônio com vistas ao turismo e de concomitantemente, catalogar e preservar diversos bens que urgentemente careciam de atenção em face da rápida expansão urbana que atravessava o país ¹⁶³. Esse novo ritmo foi impresso ao **IPHAN** graças a dois encontros nacionais realizados nos anos de 1971 e 1972 em Brasília, sob orientação do Ministro de Educação e Cultura Jarbas Passarinho, reunindo governadores e prefeitos para discutir o estágio de conservação dos bens culturais nacionais. Desses encontros resultaram dois importantes documentos

¹⁶¹SOEIRO, Renato. "Cidades históricas". **Boletim do MEC. Conselho Federal de Cultura**. Brasília: MEC, n.º 30, ano 8, p. 104-108, jan./fev./mar, 1978.

¹⁶² **Rodrigo e seus tempos (1898-1969)**. Rio de Janeiro: FNPM, 1996, p. 33-34.

¹⁶³ TELLES, Augusto Silva. "Proteção do patrimônio histórico e artístico, monumental, móvel e paisagístico". **Revista Cultura**. Brasília: MEC, número especial. n.º 27, ano7, p.89, out. /dez, 1977.

denominados de **Compromisso de Brasília** e **Compromisso de Salvador**¹⁶⁴ que passaram a orientar as políticas públicas municipais e estaduais, despertando os gestores para novas possibilidades de preservação e aproveitamento econômico do patrimônio tombado.

O **Compromisso de Brasília** firmado em abril de 1970 apresentou importantes proposições que convém discutir para compreender o contexto e o alcance das idéias patrimoniais à época. O documento divulgava a idéia de que *o culto ao passado* [constitui-se em] *elemento básico da formação da consciência nacional*¹⁶⁵. Ao Governo Militar interessava inspirar respeito ao passado dentro das mesmas perspectivas rodriguianas, divulgando uma visão ufanista do passado brasileiro através das escolas de ensino fundamental e médio, onde seriam ministradas as disciplinas de Organização Social e Política do Brasil/OSPB e Educação Moral e Cívica, preconizando a conservação dos monumentos clássicos da civilização ocidental.

O **Compromisso de Salvador**, de outubro de 1971, não chegou a promover discussões que prenunciassem mudanças nas formas de pensar a política patrimonial. No entanto, nesse documento foi aventada a hipótese da criação do **Ministério da Cultura**¹⁶⁶, desvinculando-o da Pasta da Educação, pelo volume das tarefas que cabiam ao ministério existente¹⁶⁷. A idéia, contudo, não foi bem recebida pelo alto escalão do governo do General Emílio Garrastazu Médici, devido principalmente às despesas que essa mudança demandaria e da suposta falta de preparo técnico para operar essa mudança. Embora essa idéia significasse uma possibilidade de descentralização, é importante frisar que sua criação dentro do governo militar não iria produzir grandes transformações, restrita, talvez, aos bens de

¹⁶⁴ Ibid., p.86. Ver também: SALES, Fernando. “Defesa do patrimônio é incentivo à cultura”. **Revista Cultura**. Brasília: MEC, n.º 15, ano 4, p. 46 e 57, out./dez, 1974.

¹⁶⁵ **Cartas patrimoniais**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p. 139.

¹⁶⁶ O referido Ministério foi estabelecido apenas em 1985 pelo Decreto-Lei n.º 91144 de 15/3/85. Disponível em < www.cultura.gov.br > Acesso em 23.03.04.

¹⁶⁷ **Cartas patrimoniais**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p.144.

uma elite ou baseada em critérios paterno-clientelísticos. Além disso, o próprio terceiro diretor do **IPHAN**, Aloísio Magalhães, assim advertiu sobre essa possibilidade:

No momento seria prematuro pensar na criação de um Ministério da Cultura porque, agora, ele seria forçosamente um ministério fraco, não só do ponto de vista financeiro, mas do próprio ponto de vista conceitual. Ainda não temos maturidade suficiente para tratar com precisão as fronteiras entre educação e cultura. -Eu me sinto muito a vontade para falar na criação deste ministério porque não é de hoje que tenho analisado o problema e que tenho me manifestado contra. Não quero dizer que seja uma coisa inevitável dentro de determinada trajetória da nação, porque à medida que o país se desenvolve os sistemas se tornam mais complexos e a tendência aí é fracionar, atribuir maior especificidade às áreas de atendimento ¹⁶⁸.

Iniciando essa discussão gostaria de reportar à administração de Renato Soeiro, e através de uma cronologia inserir o Mato Grosso no conjunto das ações do órgão, que principiam, de acordo com o atual Diretor do **IPHAN** em Cuiabá, Cláudio Quoos Conte¹⁶⁹, ainda na década de 1950, com uma série de pesquisas e inventários pelo interior do Brasil no intuito de proteger o que corria mais perigo, o que estava na iminência de ser destruído devido à ação do tempo, de vândalos, de especuladores, de proprietários insensíveis ou até

¹⁶⁸ MAGALHÃES, Aloisio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 139.

¹⁶⁹ Entrevista realizada em 10/08/03, Cuiabá-MT.

mesmo de padres com idéias modernizadoras, que muitas vezes queriam pôr abaixo construções seculares.

A discussão sobre esse amplo campo de possibilidades mostra a complexidade e as contradições de um governo ditatorial premido pelas tarefas de geração de desenvolvimento e de preservação do caráter nacional que instigaram maneiras muito peculiares de promoção de políticas públicas para a cultura.

Como parte desse processo de reestruturação da política patrimonial oficial o país recebeu a visita de um técnico da **UNESCO**, que havia sido contatado ainda nos tempos de Rodrigo M. F. de Andrade, o Inspetor Principal de Monumentos franceses, Michel Parent, que estudou as condições de preservação obtidas pelo órgão patrimonial brasileiro, diagnosticando uma série de problemas e apresentando proposições em um relatório que se tornou documento base para as ações e planejamentos da questão patrimonial no Brasil¹⁷⁰.

A partir desses primeiros convênios internacionais de diagnóstico, surgiram também outros, os nacionais, para qualificar mão-de-obra, envolvendo o corpo técnico do **IPHAN** e as universidades a fim de promover cursos de especialização para suprir a demanda nas áreas de Museologia, gerenciamento e restauro¹⁷¹. Como resultado dessas ações foi lançado o primeiro plano articulado para a proteção de conjuntos na cidade de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, transformada em monumento nacional, e estabelecendo condições necessárias para o seu desenvolvimento urbanístico adequado e para a reconstituição do patrimônio florestal da região, atendendo igualmente às suas comunicações rodoviárias e ao incremento do turismo em seu proveito. Seguiram-se a este, outros planos, de desenvolvimento

¹⁷⁰ TELLES, Augusto Silva. "Proteção do patrimônio histórico e artístico, monumental móvel e paisagístico". **Revista Cultura**. Brasília: MEC, nº 07, (84-93), p. 89.out./dez, 1977.

¹⁷¹ Ibid.

integrado, destinado às cidades de Ouro Preto, Mariana, Salvador, entre outras.

Cabe lembrar que antes do período em questão desenvolveu-se uma promoção da imagem do Pantanal mato-grossense, bastante diferente da atual, posto que o apresentava como um ambiente selvagem adequado para caçadas no estilo safári africano através de uma revista de circulação nacional denominada **O Cruzeiro**, na década de 1930, que atraiu, inclusive, políticos norte-americanos pelo exotismo das evocações da referida revista, estudada pelos historiadores Cezar Benevides e Nanci Leonzo em **Miranda Estância**, que assim se expressaram:

Frederico Chateaubriand, irmão de Assis Chateaubriand, traçou na revista O Cruzeiro, um perfil do russo que se tornou um mito no Pantanal. Ajudou a popularizar essa figura enigmática que, chegou a viver com sua família norte-americana na Miranda Estância: Ali descobriu o caminho da aventura: Mato Grosso. Mergulha pelos pantanais da província ainda meio selvagem atrás de onças. Tem um livro escrito, Tigreiro biografia de sua luta com tigres, está claro. Nessa luta, o importante é que Sasha não segue a técnica usual das caçadas a tiro. Usa um método pessoal, a lança. Mete-se nos carrascais com um cão. A fera, descoberta pelo rafeiro, começa a ser acuada, até o momento em que investe contra Sasha. Essa é então a hora em que ele certo, a fere com a lança¹⁷².

¹⁷² BENEVIDES, Cesar; LEONZO, Nanci. **Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 86.

O prestígio de Sasha Siemel em um Pantanal exótico era tão grande que o caçador chegou a guiar o filho de Theodor Roosevelt em 1935 em aventuras pela planície alagada¹⁷³. Não quero sugerir que a atração turística que se desenvolve atualmente sobre o Pantanal seja semelhante à da década de 1930. No entanto, é interessante apontar as primeiras iniciativas que começaram a proporcionar visibilidade a essa singular formação ambiental.

É oportuno apresentar e discutir também como a população se manifestou a respeito desse redimensionamento da economia do Mato Grosso com a proposição de diversos planos turísticos, especialmente para a região do Pantanal em um contexto desenvolvimentista veiculado pela inauguração de Brasília e pela urbanização promovidos pelo governo de Juscelino Kubitschek.

Nesse sentido, coligi um artigo ilustrativo a respeito da opinião de um cidadão que em 25 de novembro de 1960, em Corumbá, portanto algumas décadas depois do episódio relatado por Benevides e Leonzo. Através do jornal **O Momento**, sob o curioso pseudônimo de M. R. Limazeda, comentou a necessidade da união da população em prol do desenvolvimento do turismo tendo em vista a beleza cênica do lugar. Registrou a necessidade de barcos turísticos para explorar o Pantanal, mas não houve qualquer indício de que o Casario do Porto fosse considerado patrimônio significativo¹⁷⁴.

É possível perceber que já principia uma compreensão, por parte da população local, do potencial turístico que o Pantanal abrigava, mesmo sem infra-estrutura adequada. Essa percepção, incentivada pela crise econômica dos anos 70 e pelas grandes cheias do mesmo período, iniciou-se com um levantamento dos vários atrativos turísticos do antigo Estado de Mato Grosso que levou a uma reflexão sobre a necessidade de proteger determinadas construções como o **Forte de Coimbra** e o **Casario do Porto**.

¹⁷³Ibid., p. 89.

¹⁷⁴ LIMAZEDA, M. R. "Corumbá e o turismo". **O Momento**. Corumbá, MT, 25/11/60, n.º 4269, p. 04.

A ditadura, contudo, impediu que o planejamento da atividade turística e a própria gestão dos bens patrimoniais se firmasse, resultando em uma visão empobrecida dessas duas práticas, o que explica em parte a própria crise dos empreendimentos turísticos, muitas vezes saturados e a dificuldade de conscientização a respeito do valor dos bens culturais. Esse empobrecimento a que me referi é visível nos principais jornais pesquisados, pois não foram encontrados artigos relevantes, como o que foi citado, que demonstra a liberdade de expressão e a proposição através daquelas tribunas, de alternativas para a solução de problemas ou a queixa dos cidadãos diante da inércia das autoridades competentes. Por outro lado, pode-se afirmar que a promoção turística não estava firmemente vinculada aos ditames do governo ditatorial, pois o atrativo existia e os governos estadual e municipal esforçavam-se por promovê-lo. Já em 1976, **O Momento** publicava notícia de repercussão desses projetos que, de certa forma, colaboraram para dar visibilidade ao Pantanal:

*Corumbá hospedou entre os dias 14 e 17 do mês em curso, o Sr. F. Gipson, agente de viagens de Amsterdan, Holanda, acompanhado do Sr. C. Vlieger, os quais mantiveram estreitos contatos com o CPC [Centro Pedagógico de Corumbá] da UEMAT [Universidade Estadual de Mato Grosso] e com a Prefeitura Municipal, onde foram trazidos pelo Sr. F. V. Bluma, membro do Conselho Municipal de Turismo. As autoridades internacionais percorreram a cidade e a região do município com a finalidade de avaliar o potencial de atrações turísticas para um roteiro de Turismo Cultural Educativo*¹⁷⁵.

¹⁷⁵ “Corumbá no roteiro do turismo internacional”. **O Momento**. Corumbá, MT, 21/12/76, n. ° 6691, p. 06.

A importância de Corumbá para o planejamento das atividades turísticas no Pantanal ficou evidente pela visita do Dr. Carlos Eduardo Epaminondas, Presidente da **Empresa Mato-Grossense de Turismo-TURIMAT**, citado no mesmo periódico como se segue,

*(...) que naquela tarde manteve contato com o Prefeito Aurélio Scaffa a respeito das medidas que serão adotadas inicialmente em relação ao convênio assinado recentemente na Capital do Estado que inclui a cidade de Corumbá e todas as do pantanal em zonas prioritárias de interesse nacional*¹⁷⁶.

A emergência do Ecologismo ou Conservacionismo¹⁷⁷ constitui-se em um aspecto importante para a discussão das potencialidades turísticas do Pantanal¹⁷⁸ e da cidade de Corumbá, que indicou caminhos para a necessidade de diversificação dos atrativos e de preservação de bens significativos como o Casario do Porto, que está intimamente associado ao comércio internacional que se desenvolveu em fins do século XIX e início do XX à margem direita do rio Paraguai.

A transformação do Pantanal em reserva da biosfera no ano de 2000 pela UNESCO¹⁷⁹, significou uma maior visibilidade para todos os municípios que compõem a região e oportunizou uma reflexão sobre as novas potencialidades de localidades que se apresentavam em crise econômica, por falta de investimentos e de programas de desenvolvimento efetivos. O afluxo de turistas à região do Pantanal também se constitui em um fator que ensejou uma indagação sobre a identidade cultural e esta, à procura de balizamentos,

¹⁷⁶Ibid.

¹⁷⁷ GALVÃO JUNIOR, José Leme. Patrimônio cultural urbano. Preservação e desenvolvimento. Dissertação de Mestrado. Brasília: FAU/UnB, 2001, p.178.

¹⁷⁸ Desde a publicação da Lei 328 de 25/02/82 há uma legislação estadual específica para a proteção e preservação ambiental do Pantanal.

¹⁷⁹ “O Pantanal”. Disponível em: < <http://www.cpap.embrapa.br> > Acesso em 02/3/04.

apoiou-se na história da ocupação branca, produzindo uma discussão que, grosso modo, elegeu o patrimônio, especialmente o de pedra e cal, como marco das elites locais.

Observando a questão a partir do prisma institucional, percebe-se que o turismo passou a ser o principal elo entre o desenvolvimento econômico e a proteção patrimonial no Brasil tendo em vista as possibilidades de geração de divisas e de auto-sustentabilidade de comunidades isoladas e/ou em crise acentuada. A partir da década de 60, em escala global, a expansão da cultura de massas influenciou nos contornos do patrimônio, pois, tornou o passado uma mercadoria de consumo para a indústria do turismo. Foi por esta via que os patrimônios nacionais ganharam reconhecimento internacional.

Em 1972, a Conferência Geral de Genebra, realizada pela UNESCO, estabeleceu a categoria *patrimônio cultural da humanidade* para classificar os monumentos históricos de valor excepcional para todos os povos. Da valorização turística resultou a ampliação do público voltado para o patrimônio não enquanto possibilidade de apropriação de um passado específico, mas como fonte de fruição de beleza e informação muitas vezes mesclada com doses de nostalgia¹⁸⁰.

Em 1973 iniciou-se em uma ação conjunta do **IPHAN** e da **Empresa Brasileira de Turismo/EMBRATUR**, um programa de reanimação de centros históricos, atendendo cidades do Nordeste, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, contando com dotações mais amplas. Foi prevista, então, uma colaboração permanente dos órgãos estaduais voltados para a cultura ou para o turismo¹⁸¹.

¹⁸⁰ RODRIGUES, Marly. “De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo”. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cidadania.** Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 24, p.195-204, 1996.

¹⁸¹ TELLES, Augusto Silva. “Proteção do patrimônio histórico e artístico, monumental móvel e paisagístico”. **Revista Cultura.** Brasília: MEC, n.º 07, p.84-93, p. 89.out./dez, 1977.

A implementação por parte do Estado de Mato Grosso de políticas públicas para o turismo fez-se de maneira aparentemente organizada, buscando uma ampla base científica para o traçado de suas linhas de ação. Vejamos mais um artigo de **O Momento**:

Para a Turimat, como órgão executivo do Estado de Mato Grosso é indispensável obter o maior número possível de informações técnicas dos municípios a fim de prestar-lhes a mais ampla adequada e oportuna assistência técnica. Através de pesquisas efetuadas pela Turimat ou em convênio com outros órgãos permitirá a elaboração do inventário turístico do Estado cuja importância enfatizará um planejamento racional com base na potencialidade, na realidade turística e no planejamento e desenvolvimento econômico de cada área. A necessidade urgente de documentação desse tipo, as técnicas visando a homogeneidade do material e as informações obtidas através de questionário permitirá que seja melhor conhecido o turismo no Estado de Mato Grosso ¹⁸².

Esse relato serviu para demonstrar que a tecnocracia que administrou o Brasil durante a ditadura militar de 1964 a 1985 compreendeu, de certa forma, o valor do patrimônio arquitetônico brasileiro, mas faltou-lhes uma compreensão mais refinada e democrática da noção de patrimônio cultural, que realmente era impossível produzir em um período de censura e de exílio de grande parte da intelectualidade brasileira. O governo militar nas

¹⁸² “TURIMAT faz levantamento turístico”. **O Momento**. Corumbá, MT, p. 01, n.º 6690, 19/12/76. A respeito do desenvolvimento de estratégias para a promoção do Turismo no MT ver também: MATO GROSSO_Secretaria de Agricultura. **Pantanal, nova fronteira econômica. I Encontro do Programa de Desenvolvimento do Pantanal/PRODEPAN. Conferências, proposições e subsídios**. Corumbá, 1974. conferir especialmente p. 191-195.

administrações de Soeiro e Magalhães iniciou uma série de discussões para implementar a política nacional de turismo e a presença de Mato Grosso nesses fóruns fez-se sentir de maneira significativa:

Realizou-se em São Paulo de 26 a 29 de setembro o Primeiro Congresso Interestadual de Turismo, promovido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, daquele Estado. Mato Grosso participou do referido certame tendo sido a sua tese – turismo como fator de ocupação territorial-aprovada por unanimidade pela Comissão de Estudo número 5, que tratou do financiamento da indústria do turismo e das zonas prioritárias para o turismo. Posteriormente a sessão plenária confirmou a aprovação do trabalho apresentado que, entre coisas, sugere a promoção integrada das modalidades turísticas existentes no Brasil. Cabe ressaltar que Mato Grosso se propõe a usar o turismo como meio de ocupar os vazios da Amazônia para cujas áreas outros investimentos empresariais se motivarem...¹⁸³.

Para o governo militar e seus intelectuais, importava preservar com vistas ao turismo e para que ocorresse a preservação *das nossas tradições, no amor à natureza e à arte, no exemplo inspirado pelos grandes vultos nacionais, numa bela lição de amor ao Brasil*¹⁸⁴. A implementação da política de proteção patrimonial passa também pela emergência do turismo,

¹⁸³ “Turismo em Mato Grosso será fator de ocupação territorial”. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT, p.05, 9/10/68.

¹⁸⁴ SALES, Fernando. “Defesa do patrimônio é incentivo à cultura”. **Revista Cultura**. Brasília: MEC, n. ° 15, Ano 4, p.46-57, out./dez., 1974.

especialmente na região do Pantanal, que cobre os atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Essa citação, por sua vez, remete às concepções de História que influenciam os gestores públicos, já discutidos através de Hobsbawn e Ranger no Capítulo 1 que inclinaram os gestores públicos a pensar a cultura das populações em termos de *autenticidade/originalidade*, classificando a cultura popular de maneira negativa em oposição à cultura erudita que seria a verdadeira depositária da civilização. Essa discussão alonga-se por toda a história do órgão patrimonial e de suas políticas públicas, pois muito do conservadorismo de Rodrigo M. F. de Andrade esteve presente na administração de Soeiro e permaneceu ainda no ambiente cultural da ditadura militar através dos escritos de diversos intelectuais, que mesmo estranhos ao **IPHAN** como Ovídio da Cunha, Professor da Universidade Federal Fluminense onde ministrava a disciplina Cultura Brasileira no Curso de História daquela instituição, divulgaram conceitos anacrônicos que possuíam um efeito multiplicador terrível, como por exemplo: *As mudanças sociais no Brasil ocorrem sem choques e nem sentido heróico, por um processo natural*¹⁸⁵. E ainda:

*...é preciso, no âmbito da problemática sociológica brasileira, preservar a herança cultural dentro de um tradicionalismo bem dosado para que o país não perca a sua própria personalidade nacional, forjada no correr de quatro séculos de formação lusitana*¹⁸⁶.

Também dentro da administração do **IPHAN** encontramos intelectuais que revelaram concepções estreitas e não menos conservadoras que as de Soeiro e de Ovídio da Cunha. Para Venício Stein de Campos, museólogo

¹⁸⁵ CUNHA, Ovídio da. **Ementa de Cultura Brasileira.(Pressupostos básicos)**. Edição da Sociedade Brasileira de Geografia. S/l, s/d. p. 25.

¹⁸⁶ Ibid., p. 26.

brasileiro de renome que inclusive ministrou curso de museologia em Cuiabá na década de 1960, por exemplo:

*Os museus constituíam-se em instrumentos insubstituíveis da educação cívica do povo, vigilantes na preservação e na intensificação do culto patriótico dos vultos e fastos da história pátria*¹⁸⁷.

A preocupação de muitos intelectuais brasileiros com a originalidade da cultura, com a preservação ufanista dos marcos civilizatórios lusitanos levam a crer que não houve uma evolução linear no pensamento museal brasileiro, ou seja, as premissas de Gustavo Barroso e José Mariano Filho, mesmo depois da Semana de Arte Moderna de 1922 e da construção de Brasília, continuaram, de certa forma, influentes no imaginário de muitos intelectuais e administradores públicos, gerando políticas socioculturais preconceituosas e/ou tímidas em suas iniciativas. Esse conservadorismo a que me referi impediu por um largo período de tempo a visibilidade de outros bens culturais, entronizando-se uma identidade lusa e ocultando os bens culturais de outras etnias ou de outros segmentos sociais. Assim, somente depois da abertura democrática brasileira que culminou com a promulgação da Constituição de 1988 é que observamos uma discussão ampliada sobre a cultura, as etnias, etc. que significou, em conjunto, um marco essencial para a renovação da política cultural brasileira. O artigo 216 da Carta Magna afirma que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

¹⁸⁷ CAMPOS, Venício Stein de. **Elementos de museologia**. Secretaria de Educação, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo: São Paulo, 1973, p. 12.

I as formas de expressão;

II os modos de criar, fazer e viver;

III as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

*Parágrafo primeiro: O Poder Público com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação*¹⁸⁸.

De acordo com o exposto na Magna Carta acredito que foram aventadas novas possibilidades de relacionamento entre o Estado, a cultura e o cidadão que indicam novos tempos para a valorização da cultura dita popular.

Não só a falta de abertura política mas também os compromissos políticos pessoais de muitos intelectuais envolvidos com a política cultural no Brasil, colaboraram para a produção de um ambiente homogeneizador e altamente elogioso às políticas oficiais, forjando uma imagem coesa, otimista e próspera do Brasil que não correspondia à realidade nem aos anseios populares naquele período. A promoção de políticas públicas como o **Programa de Ação Cultural-PAC** em 1973, sob a direção do **MEC** e do **IPHAN**, demonstra esses compromissos pessoais e a tentativa de produção de uma imagem grandiosa e ordenada da cultura brasileira. Tratava-se de um amplo programa que lançava diretrizes para a pesquisa e promoção de eventos

¹⁸⁸ Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. 25ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

no país através da imprensa nacional, pretendendo imprimir novos rumos à política cultural que, no dizer do próprio Soeiro viveria um verdadeiro *redescobrimento*¹⁸⁹, devido à catalogação, organização e destinação de verbas para várias atividades no país.

Ressalve-se que toda a seqüência de eventos planejados pelo conjunto de órgãos governamentais envolvidos em nenhum instante cogitou a hipótese de discutir a cultura dos afro-descendentes nem a dos povos indígenas, mantendo-os relegados à pesquisa arqueológica, principalmente o segundo grupo. Também não foi dada nenhuma atenção ao rico momento que a música popular brasileira vivia mesmo após os expurgos realizados pelos presidentes-generais. É importante registrar que todo esse movimento cultural em questão foi incitado também pela crise que se vivia na década de 1970, agravada pelo chamado *Choque do petróleo*, provocado pelo conflito árabe-israelense, que forçou várias economias do Terceiro Mundo à pesquisa de novas modalidades de exploração econômica tendo em vista a crise mundial que perdurou até a década de 1980.

A encampação da indústria do turismo e, conseqüentemente a valorização do patrimônio arquitetônico mais tradicional esteve amplamente relacionada com esse momento, pois: *Se a vida econômica vai bem, há pouca preocupação com o valor do patrimônio, menos ainda com um futuro sustentável*¹⁹⁰. Nesse sentido, não se podia esperar que a política patrimonial durante a administração Soeiro, de acordo com o contexto apresentado, avançasse linearmente rumo a concepções mais democráticas e refinadas de patrimônio. No entanto, foi durante a administração do mesmo que o **IPHAN** ingressou no Mato Grosso, ainda integrado, e por isso foi necessário todo esse percurso para posteriormente acompanhar os processos de tombamento e

¹⁸⁹ SOEIRO, Renato. “Um programa cultural”. **Revista Cultura**. Brasília, MEC, n.º 12 Ano 3, p. 111, jan./mar. 1974.

¹⁹⁰ GOODEY, Brian. “Olhar múltiplo na interpretação de lugares”. In: MURTA, Stela M. ; ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio**. Belo Horizonte; Ed. UFMG, Território Brasílis, 2002, p. 76.

demais ações oficiais para verificar se houve uma lógica nacional ou não na ação do órgão. O referido presidente dá-nos conta pessoalmente através de seus escritos¹⁹¹ que esteve em Mato Grosso no ano de 1978 por ocasião do bicentenário de Corumbá, onde participou dos festejos da municipalidade e na oportunidade realizou um balanço das atividades do IPHAN que estavam beneficiando o Estado. A primeira delas foi o tombamento do Forte de Coimbra em 1974, fundado em fins do século XVIII pelo Capitão- General Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que, sob a administração de D. José e de seu Ministro, Marquês de Pombal, procurou estender o território da Capitania para a estratégica região do rio Paraguai, dominando importante caminho comercial e geopolítico. Referente aos marcos da arquitetura civil, Soeiro afirmou naquela oportunidade que estavam em estudo adiantado os processos de tombamento dos remanescentes de Vila Bela, a primeira capital de Mato Grosso e o Palácio dos Governadores, fundado por Antônio Rolim de Moura, que, segundo ele, poderia transformar-se em um museu abrigando a história da colonização da fronteira oeste do Brasil. No tocante às edificações religiosas, o gestor do **IPHAN** anunciou que as obras de reconstrução da fachada original da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Cuiabá, bem como as de consolidação e restauração da Igreja de Sant'Ana da Chapada dos Guimarães tombada em 1957, encontravam-se em andamento e com ótimas perspectivas para a atração turística, sendo entregues em breve à população mato-grossense¹⁹². De fato, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito constituiu-se no bem arquitetônico mais precioso do Mato Grosso. Tombado a 4 de dezembro de 1975, significou o início do mapeamento da historicidade do povoamento do Centro-Oeste a partir de um forte marco civilizatório: a Igreja Católica apoiada pelos bandeirantes que

¹⁹¹ SOEIRO, Renato. "O Iphan em MT". **Boletim do Conselho Federal de Cultura**. Brasília: MEC, n.º 33 Ano 8, p. 84, out./nov./dez., 1978.

¹⁹² SOEIRO, Renato. "O Iphan em MT". **Boletim do Conselho Federal de Cultura**. Brasília: MEC, p.85. Ano 8 n.º 33, out./nov./dez 1978.

trouxeram-na a esta região em sua atividade de preação e mineração. É possível concluir que o **IPHAN** em Mato Grosso acompanhou as mesmas linhas delineadas pelo órgão no litoral, nos tempos de Rodrigo M. F. de Andrade quase quarenta anos atrás, protegendo em primeiro lugar os bens de pedra e cal e, sobretudo os marcos da civilização, a saber: a Igreja Católica e as construções do homem europeu, com ênfase para a arquitetura oficial e militar.

O purismo também foi outra característica mantida nas atividades do **IPHAN** pelo Brasil Central. Tendência arquitetônica muito valorizada pelos neoclássicos que pretendiam uma restauração em seus mínimos detalhes, não sendo aceitas alterações ou acréscimos que descaracterizassem os projetos originais¹⁹³. Dessa forma, a originalidade norteou as atividades de reforma da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em Cuiabá, pois houve uma preocupação em restaurar a igreja de acordo com as informações de fins do século XIX rompendo com toda e qualquer modificação que pudesse comprometer a sua representatividade de capela bandeirista ¹⁹⁴.

Somente após o término do mandato de Soeiro é que foram concluídos os processos de tombamento da Igreja Matriz da Santíssima Trindade e do Palácio dos Capitães-Generais em Vila Bela, ambos em 1988. Isso demonstra que a política de proteção não foi a grande preocupação dos governos militares e que, embora contando com orçamentos maiores os gestores da instituição lidaram com vários problemas como a falta de consciência dos políticos locais que entravaram, muitas vezes, os processos de seleção e proteção, levando numerosos bens à destruição completa ou parcial.

O sucessor de Soeiro no **IPHAN**, Aloísio Magalhães, inscreve-se na história do órgão devido à sua tentativa de redimensionar a questão dos bens

¹⁹³ MAGALHÃES, Aline M. "Ouro Preto entre antigos e modernos". In: **Anais do MHN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, v. 33, 2001.

¹⁹⁴ De acordo com o folder **Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito**. Cuiabá, MT. Sub-Regional do IPHAN/MT. 2001

patrimoniais e provocar uma revisão do próprio papel da cultura no contexto de um país subdesenvolvido como o nosso. Suas proposições inclinam-me a considerar sua gestão mais democrática que a de seu antecessor e profundamente preocupada com os bens culturais de segmentos sociais que até então não haviam sido considerados produtores de cultura. Avesso à idéia de um patrimônio como cenário para turistas, chegou a afirmar categoricamente que, *o problema não é dinamizar para o turismo. Dinamizar para turismo é um indicador só. Eu acho que a gente deveria falar muito mais em dinamizar, em usar no sentido social: o uso comunitário* ¹⁹⁵. A discussão proposta por Magalhães foi discutida de maneira pouco sistemática pelo IPHAN porque a pequena representatividade do órgão no Mato Grosso, a divisão do Estado e o conservadorismo de suas equipes técnicas colaboraram para a manutenção de um conjunto de práticas bastante tímidas em relação ao conjunto das tarefas que se apresentavam diante de um Estado com variada composição étnica, com destaque para as populações indígenas, remanescentes de quilombos e migrantes, principalmente do Sul do país, que se instalaram nas áreas agrícolas. Mas a necessidade de proteger o patrimônio do antigo Mato Grosso tornou-se tão grande que foi necessário estender a ação do SPHAN para as cidades maiores e, nesse sentido, com a divisão do Mato Grosso em 1977, houve a divisão das agências do IPHAN no Centro-Oeste. Dessa maneira, o Mato Grosso do Sul foi subordinado à região administrativa de São Paulo e o Mato Grosso permaneceu ligado a Goiás para efeitos de tombamento, fiscalização e promoção de políticas públicas.

Para a região administrativa de São Paulo houve dificuldade burocrática para a realização dos trabalhos essenciais do órgão, como a fiscalização de reformas e construções no perímetro urbano dos municípios, travada pelas enormes distâncias a vencer. É nesse sentido que se iniciou a

¹⁹⁵ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 182.

política de descentralização do **IPHAN** com a abertura de um escritório do órgão em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, atualmente sob a direção da arquiteta Maria Margareth Ribas, no intuito de aperfeiçoar a ação do referido órgão.

O site do **IPHAN** fornece um conjunto de informações de atividades do órgão por Estado, assim sendo, coletei algumas informações a título de um balanço das realizações mais importantes da instituição nesses últimos seis anos que revelam uma intensidade muito grande de trabalhos e o envolvimento de diversas entidades na pesquisa e levantamento de campo, o que se constitui em um exemplo para Mato Grosso do Sul que, desde o levantamento dos sítios arqueológicos ao longo do Gasoduto Bolívia/Brasil, não tem desenvolvido nenhuma pesquisa semelhante:

A rica história de Mato Grosso com uma enorme diversidade cultural vem se afirmando no pós divisão do Estado com o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa arqueológica e de restauro que estão sendo realizados desde o ano de 2002 em um trabalho conjunto do IPHAN com o governo do Estado através do Projeto Fronteira Ocidental, que está mapeando o patrimônio cultural da primeira cidade planejada da região (Vila Bela) com base na cartografia portuguesa do século XVIII. A pesquisa já encontrou dezoito mil sítios arqueológicos onde constam vestígios de populações indígenas e de quilombos, arraiais de mineração e ruínas de povoados coloniais. O projeto também registra as manifestações culturais de Vila Bela, onde predomina a população negra que mantém uma dança ancestral denominada Dança do Congo, cujo estudo comparativo com as Congadas do sudeste

ainda está por ser feito. A região vem ganhando destaque na mídia especializada e se transforma em um novo pólo de atração do turismo cultural e ecológico. Nota na Revista Horizonte Geográfico e matéria no Caderno cultural do jornal A Gazeta, de Cuiabá, destacam a importância do trabalho desenvolvido pela parceria citada. O trabalho de restauração da pintura Última Ceia ou Santa Ceia, encontrado pelo IPHAN no final de 1998, sem nenhuma referência e em péssimo estado de conservação, foram concluídos no início de 2001. Esse tipo de pintura, chamado de pano de boca de altar é feita a partir de uma técnica característica do século XVIII, na qual a tinta é aplicada diretamente sobre o tecido. No Brasil existem apenas duas outras pinturas desse tipo, o que demonstra sua raridade e a riqueza do acervo mato-grossense e as suas potencialidade¹⁹⁶.

Ao proceder à discussão da problemática patrimonial não poderia deixar de enfatizar o papel dos intelectuais em seu trabalho de produção de representações sobre o passado e sobre a qual muitas concepções de cultura e história se amalgamaram. É interessante focalizar a atenção para o processo de criação de uma importante entidade cultural plenamente consolidada no panorama cultural mato-grossense atual que muito contribuiu para a formação de determinadas concepções sobre *bens culturais*.

O problema que instiga a realização dessa incursão no tempo e no espaço para compreender o *patrimônio* é a ausência de qualquer discussão substancial sobre o mesmo ao longo da produção historiográfica regional, visto que as obras examinadas não apresentam continuidade histórica em suas narrativas ou apresentam uma versão comemorativa do patrimônio, fugindo

¹⁹⁶ Disponível em < <http://www.iphan.gov.br> > Acesso em 17/5/2002.

das discussões mais recentes em Antropologia, sobre Cultura por exemplo. Destaco que as comemorações do **Bicentenário de Cuiabá** (1919) e do **Centenário da Independência do Brasil** (1922) são datas importantes que colaboraram para a discussão das orientações que deveriam ser impressas à produção memorialística local, dando ênfase à questão da identidade das elites cuiabanas e de sua necessária vinculação a um passado bandeirante. De acordo com Paulo Pitaluga Costa e Silva,

Em 1918 historiadores e homens de letras de Mato Grosso, preocupados em não deixar passar sem qualquer lembrança a data referente aos dois séculos de Cuiabá reuniram pequeno grupo e fizeram comissão, com o objetivo de implementar e desenvolver, junto à sociedade cuiabana e às autoridades constituídas a idéia da comemoração do bicentenário da capital do Estado. Seria uma justa homenagem aos bandeirantes pioneiros que comandados por Pascoal Moreira Cabral, se instalaram às margens do Coxipó em princípios do século XVIII¹⁹⁷.

A criação do **Instituto Histórico de Mato Grosso** por alvitre do sócio itinerante do **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB**, Dr. Eurico de Goes¹⁹⁸, que chegou a Cuiabá em dezembro de 1918, significou a materialização desses ideais propalados pela referida elite e a possibilidade de divulgar uma versão mais positiva de Mato Grosso através de publicações coletivas amplas como o **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do**

¹⁹⁷ COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. “Fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso”. **Revista do IHGMT** 1994, p. 250.

¹⁹⁸ Ibid.

Brasil, lançado em comemoração ao **Centenário da Independência**¹⁹⁹. A fundação do **IHMT** em 1919 evidenciou a íntima relação existente entre política, poder e cultura, pois, segundo Elizabeth M. Siqueira,

*(...) o seu papel junto ao governo estadual e às instituições sociais foi muito grande, na medida em que coube a ele o papel de propor e de apoiar as decisões governamentais no que toca à política cultural de Mato Grosso tendo sido o primeiro organismo a tomar para si a responsabilidade de zelar pela preservação das fontes documentais pertinentes à História de Mato Grosso*²⁰⁰.

O **IHMT** e depois o **IHGMT** como se percebe da citação acima adquiriu grande importância na produção memorialística no Mato Grosso, impondo um conjunto de valores importantes para as representações que se desenvolveram em torno das reflexões sobre o que deveria ser protegido pelo **SPHAN/IPHAN**, posto que grande parte das publicações dos sócios do **IHMT/IHGMT** eram obras de grande circulação no Estado e produziram importantes influências nas concepções políticas de vários homens públicos que, não raro, estiveram juntos na referida instituição²⁰¹.

Vilma Elisa Trindade aclara melhor este raciocínio que desenvolvo. Ao estudar a obra de Virgílio Corrêa Filho, um dos fundadores do **IHGMT** e intelectual orgânico do **Estado Novo**, afirma que o ideário que perpassa suas produções era *de forjar uma identidade para Mato Grosso com base em um passado grandioso, parte do mesmo projeto de propaganda que se esforçou*

¹⁹⁹ Ibid., p. 254.

²⁰⁰ SIQUEIRA, Elizabeth M. “Resumo informativo das atas de reunião do IHMT. 1919-1971”. **Revista do IHGMT** 1994, p. 62.

²⁰¹ Ibid., p. 155.

*para por em prática, resgatando os valores sociais, intelectuais, morais e os lances heróicos de sua história*²⁰².

Os intelectuais do **IHGMT** produziram uma visão de continuidade e conciliação da História regional que, contudo, em seu trabalho de coleta e organização de acervos, possuem méritos inegáveis, pois o próprio Virgílio Corrêa Filho já alertava em um artigo escrito no **Mensário do Jornal do Comércio** em março de 1942 para este problema, concluindo ser necessária a transferência de documentos mais significativos para o **Arquivo Nacional** do Rio de Janeiro, onde poderiam contribuir para a elucidação do desenvolvimento da ocupação da fronteira oeste do Brasil²⁰³.

Esse ambiente cultural rico em debates em torno de propostas políticas para o desenvolvimento do Mato Grosso permitiu uma posição de destaque aos intelectuais do **IHGMT** e fez com que se projetassem nomes em escala nacional, graças à competência e versatilidade de muitos que, como Virgílio Corrêa Filho, escreveram sobre diversos temas e se fizeram presentes em diversos órgãos da imprensa emitindo pareceres muito prestigiados. Já em 1941, este intelectual discutia em artigo denominado “Entraves ao turismo”²⁰⁴, como implementar esta importante atividade econômica que cada vez mais desenvolvia-se pelo mundo. Demonstrou as enormes potencialidades do Brasil para atrair o turista através de sua fauna e flora exuberantes e certamente lançou discussões que evoluíram para a sensibilização em torno do patrimônio histórico do Estado, visto que em dezembro de 1941 o **IHGMT** decidiu *nomear comissão para fazer o levantamento do patrimônio artístico e histórico de Mato Grosso*²⁰⁵ ao ter recebido a visita do Dr. Luiz de

²⁰² TRINDADE, Vilma E. **Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho. 1887-1973**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 192.

²⁰³ CORRÊA FILHO, Virgílio. “Documentos destinados às chamas devoradoras”. (Delegacia fiscal) **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 8/3/1942.

²⁰⁴ CORRÊA FILHO, Virgílio. Entraves ao turismo. *Mensário do Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, abril/1941.

²⁰⁵ SIQUEIRA, Elizabeth M. “Resumo informativo das atas de reunião do IHMT. 1919-1971”. **Revista do IHGMT** 1994, p. 114.

Castro Faria, representante do **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** que realizou um levantamento oficial a ser encaminhado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, resultando na compreensão do rico cenário patrimonial que o Mato Grosso descortinava devido à sua posição estratégica que obrigou a monarquia portuguesa a produzir imponentes fortalezas como o **Forte Príncipe da Beira**, destaque da arquitetura militar, entre outras edificações²⁰⁶. Embora ainda não houvesse um escritório do SPHAN no Mato Grosso, pois este se vinculava à 6ª Região junto a São Paulo, foram feitos nas décadas de 40 e 50 muitos estudos pelo que se percebe das análises das correspondências entre Rodrigo M.F. de Andrade e Mário de Andrade²⁰⁷ que resultaram no primeiro tombamento de bem arquitetônico do Mato Grosso que permaneceu por muito tempo único e isolado: a Igreja de Sant'Ana da Chapada dos Guimarães tombada em 1957, já referida.

As instituições e a sociedade civil mobilizadas para a proteção de determinadas visões de passado, entrincheiraram-se, muitas vezes, nas tribunas de jornais de onde reivindicavam maior zelo e atenção aos vestígios do passado que poderiam educar o povo. Ao examinar grande parte dos jornais do pós-Segunda Guerra Mundial, alguns editados na cidade de Corumbá, pude perceber que há o início de uma opinião pública preocupada com os problemas da administração urbana e com a crise econômica do município, especialmente a região portuária²⁰⁸. Através de diversos jornais foram sendo explicitados projetos e idéias que permitem, em percurso cronológico, uma análise do contexto da proteção patrimonial na municipalidade em questão. A necessidade de produzir uma memória orientada pelos grandes feitos das elites fez com que a classe política mato-

²⁰⁶ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - MinC. Patrimônio cultural. **Boletim informativo bimestral**. Ano 4, n.º 04, Set./ 1994, p.03.

²⁰⁷ **Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987. p. 142 e **Mário de Andrade. Cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo M. F. de Andrade. (1936-1945)**. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1981, p. 116.

²⁰⁸ LIMAZEDA, M. R. "Corumbá e o turismo". **O Momento**, Corumbá, MT. n.º 4269. 25/11/60, p.04.

grossense se preocupasse com questões identitárias em face do crescimento migratório e da urbanização do Estado que, de certa forma, ameaçavam o seu status. A preservação dos monumentos de um passado heróico surge nesse instante em conjunto com a produção de livros de História²⁰⁹ que valorizassem a região e que inserissem o Mato Grosso no conjunto da civilização. Preocupação presente em toda a produção historiográfica do século XIX e início do XX²¹⁰. Um exemplo dessa preocupação com o que se ensinava nas escolas reside no projeto do Deputado Estadual Milton de Figueiredo apresentado em reportagem pelo jornal **Folha da Tarde** em 20 de agosto de 1963. No referido projeto o deputado pretendia que se estabelecesse um concurso estadual para a obtenção de bons livros de História e Geografia de Mato Grosso, pois *a grande maioria dos mato-grossenses não conhece a História e a Geografia desta imensa parte da Nação*. Revela ainda o autor do projeto que esta história deveria ser conhecida porque *é pontilhada de feitos valorosos, rasgos de grandeza e abnegação e, sobretudo, patriotismo viril*²¹¹.

Ainda no século XX, mais precisamente de 1980 até os nossos dias, encontramos uma produção historiográfica regional extremamente próxima aos cânones do **IHGMT** do século XIX. Há um conjunto de intelectuais que ainda encara a História de maneira factual, historicista e harmoniosa, sempre tendendo ao progresso. Nesse sentido, suas considerações sobre o patrimônio são ultrapassadas e de um claro comprometimento com o poder constituído.

José Carlos Vicente Ferreira, organizador de uma obra coletiva intitulada **Mato Grosso e seus municípios**²¹², ao ceder espaço para Moacyr Freitas escrever **Considerações sobre o Patrimônio arquitetônico de**

²⁰⁹ “Trabalhos didáticos sobre História e Geografia do Estado darão prêmios de Cr\$ 150.000,00”. **Folha da Tarde**, Corumbá, MT, p.02, 20/8/ 1963.

²¹⁰ GALLETI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH, São Paulo. 2000.

²¹¹ “Trabalhos didáticos sobre História e Geografia do Estado darão prêmios de Cr\$ 150.000,00”. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT, p. 02, 20/8/1963.

²¹² FERREIRA, João C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.

Cuiabá, permite-nos, de início uma crítica cabal: o saudosismo e a ausência de problematização em torno do conceito de bem cultural são indicadores de pesquisa acurada em torno da questão? Creio que não e, além disso, denunciam uma posição cômoda, pois a obra em seu conjunto laudatória ao Governo Estadual de Mato Grosso, não reservaria espaço para uma crítica à ausência de bens de outros segmentos sociais ou etnias, como os remanescentes de quilombos daquele Estado, como o do Piolho ou Quariterê²¹³ que, por certo, demandariam intensa pesquisa histórica. O autor ao finalizar seu texto assim se expressa: *Poucos exemplares antigos ainda existem, foram salvos pelo governo federal para testemunharem o passado local. O velho não resistiu a essa tendência do novo que condenava o arcaico tido como sinônimo de feio* ²¹⁴.

Observe-se que a discussão não se refinou, tendo como balizamento a mesma queixa de Rodrigo M. F. de Andrade quando assumiu o **SPHAN** em 1937. Na mesma obra encontramos outras significativas afirmações que permitem compreender como grande parte da elite intelectual do **IHGMT** pensa a cultura e seus termos correlatos. Para Paulo Pitaluga Costa e Silva ainda permanece a conceituação problemática que opõe cultura a folclore, pois o autor, responsável por um capítulo da obra, ao apresentar a cultura mato-grossense principia pela ordem clássica: primeiro discorre sobre a Literatura, depois sobre o Teatro, para depois ingressar no que ele denomina folclore, ou seja, a cultura do povo²¹⁵. Para Canclini esta postura é sintomática, pois:

²¹³ SIQUEIRA, Elizabeth Siqueira et al. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1990, p. 132.

²¹⁴ FREITAS, Moacyr. "Considerações sobre o patrimônio arquitetônico de Cuiabá". In: FERREIRA, João C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001, p. 191.

²¹⁵ COSTA e SILVA, Paulo Pitaluga. "Considerações sobre a cultura mato-grossense". In: FERREIRA, João C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001, p. 205-207.

*No momento em que uma elite local perde poder tem-se o florescimento dos estudos da cultura popular, um autor como Gilberto Freyre poderia, talvez, ser tomado como representante paradigmático dessa elite que procura reequilibrar seu capital simbólico através de uma temática regional*²¹⁶.

Não se pode perder de vista, no entanto, que se trata de uma obra comemorativa que reserva às classes populares o exótico e o burlesco sem investigar seu patrimônio cultural detalhadamente, mantendo-se na perspectiva folclorista de colecionar objetos sem qualquer contextualização.

A esse respeito Canclini também afirmava que o *conhecimento do mundo popular já não é requerido apenas para formar nações modernas integradas, mas também para resolver as lutas entre as classes*²¹⁷. É, pois, como se pudéssemos afirmar ao Outro que nossa cultura é harmoniosa, que nela todos estão contemplados e satisfeitos por preservarem sua cultura ancestral.

Outra autora também estudada, Elizabeth Madureira Siqueira, utiliza várias vezes em seu texto os conceitos de *modernização* e de *povoamento* para analisar a ação do Governo Vargas sobre Mato Grosso após a década de 1930. De acordo com a leitura de sua obra **História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais**²¹⁸, verifica-se uma narrativa da epopéia branca e uma clara visão de progresso linear atingindo o Mato Grosso tendo como ponto culminante a **Era Vargas** (1937-1945) e a **Ditadura Militar** (1964-1985) que, teoricamente, colaboraram para o desenvolvimento da região. Não houve, de acordo com a autora, destruição ou conflitos para

²¹⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 212.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 209.

²¹⁸ MADUREIRA, Elizabeth de Siqueira. **História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

impor representações no caso da demolição de diversos prédios seculares da cidade de Cuiabá, teria ocorrido, portanto, modernização. Assim, o **Estado Novo** progressista estaria correto ao destruir velhas construções em prol de suas novas concepções arquitetônicas. Vejamos uma passagem ilustrativa da referida autora:

...a partir de 37 (...) uma grande artéria urbana foi aberta sob a forma de avenida que tomou o nome de Getúlio Vargas. Era necessário povoar e estender a cidade até o alto dessa avenida visto ser a mais importante da cidade. Para modernizar ainda mais a cidade, Júlio Müller [o interventor do Estado de Mato Grosso] resolveu construir a Residência dos Governadores, um solar discreto, assobradado, arborizado (...). A modernização de Cuiabá se estendeu até o então distrito de Várzea Grande ,Para atravessar o rio (...) com a modernização da capital tornava-se necessário construir uma ponte de cimento armado²¹⁹ .

Como se vê o conceito de *modernização* utilizado por Elizabeth Madureira Siqueira é discutível, pois implica, entre outras coisas, a desconsideração completa do patrimônio cultural dos indígenas e é desta maneira que o governo militar pensava modernizar o Centro-Oeste através de seus inúmeros projetos de colonização.

A obra da autora, em parte assemelha uma certa continuidade com as perspectivas de outros escritores consagrados como Rubens de Mendonça²²⁰,

²¹⁹ Ibid., p. 188.

²²⁰ MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. Goiânia, Rio Bonito: 1967, p. 121-123, o autor utiliza o conceito de progresso tal qual Madureira para qualificar o governo de Mato Grosso durante o Estado Novo.

Pedro Valle²²¹ e Hildebrando Campestrini²²², pois não foi encontrado no conjunto das publicações examinadas da referida historiadora uma postura crítica que indicasse a compulsão de textos ou indicação de determinada concepção de História adotada pela mesma que aclarasse a sua abordagem ao público leitor, o que permite considerar sua produção intelectual bastante limitada.

Tal qual Paulo Pitaluga, a autora não faz uma reflexão mais atenta sobre os conceitos de cultura e folclore, colaborando para a disseminação de uma visão elitista deste primeiro termo ao difundir a oposição entre cultura erudita e popular. Canclini ao criticar o conceito de folclore esclarece suas implicações negativas:

...a principal ausência nos trabalhos de folclore é não questionar sobre o que ocorre com as culturas populares quando a sociedade se massifica. O folclore é quase sempre uma tentativa melancólica de subtrair o popular à reorganização massiva, fixá-lo nas formas artesanais de produção e comunicação, custodiá-lo como reserva imaginária de discursos políticos nacionalistas²²³.

A *visão conciliatória* e de *modernização* de que fala Zorzato²²⁴, ocorre na produção de outros intelectuais de maneira também muito clara. Acim Tocantins e Célia Lombardi Tocantins, na obra intitulada **Philogônio de**

²²¹ VALLE, Pedro. **A divisão de Mato Grosso**. Brasília: Royal Court, 1996, p.36-40. O autor, a partir de uma perspectiva conservadora, considera 1964 como uma *revolução* e, tal qual a autora em questão se omite e não analisa a riqueza documental sobre o período que obrigaria qualquer historiador a tecer considerações mais específicas sobre a história local.

²²² CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato Grosso do Sul**. 2ed. Campo Grande, MS: Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991, 127-130 e 137-138. Os autores também se abstêm da crítica historiográfica e omitem ao leitor as principais transformações decorrentes do golpe do Estado Novo, bem como ocultam o período sombrio da ditadura militar de 1964 a 1985, em uma perspectiva em que predomina a narrativa cronológica como objetivo e método.

²²³ CANCLINI, Nestor Garcia. Op. cit., p. 213.

²²⁴ ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade. Considerações sobre a historiografia de Mato Grosso(1904-1983)**. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH, São Paulo, 1998.

Paula Corrêa²²⁵, são caudatários da mesma concepção empobrecida das categorias analíticas que venho apontando. Analisando essa obra à luz de Lenine Povoas²²⁶, que discutiu com mais propriedade o patrimônio histórico de Cuiabá, podemos afirmar que aquela representação de passado pretendida pelos autores em questão não possui prevalência, visto que Póvoas relata com riqueza de detalhes a destruição do centro velho de Cuiabá, ocorrida a partir da década de 1960 devido a ação de reformas realizadas sem rigor científico ou de construtores com idéias *modernos* que preferiram o novo, mesmo sabendo que vários sobrados ainda ofereciam plenas condições de uso.

O atual Diretor do **IPHAN** desde 1994 em Cuiabá, Cláudio Quoos Conte, desenvolveu idéia semelhante à de Póvoas, quando em um artigo publicado do jornal **Diário de Cuiabá** em 29 de setembro de 1997 afirmou que,

*... as explosivas taxas de crescimento em Cuiabá, dobrando de população a cada dez anos a partir de 1960, os péssimos exemplos dados pelo Estado e a Igreja, com as demolições dos antigos Palácio Alencastro e Catedral fez com que a onda de demolições e descaracterização se estendesse a toda a área central durante os anos 70 até meados dos anos 80*²²⁷.

A destruição dos prédios de arquitetura de inspiração italiana e lusa dos séculos XVIII e XIX chamou não só a atenção dos intelectuais do **IHGMT** na

²²⁵ TOCANTINS, Aecim; TOCANTINS, Célia Lombardi. *Philogônio de Paula Corrêa*. Cuiabá, MT: Grafia Editora Gil, 1999, p. 257-260.

²²⁶ PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá*. Cuiabá, MT: Fundação de Cultura de Mato Grosso, 1980.

²²⁷ CONTE, Cláudio Quoos. **O IPHAN em Mato Grosso e os 10 anos de tombamento do Centro histórico de Cuiabá**. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, MT. 29 de Setembro de 1997, p.04.

década de 60, como também foi sentida pelos políticos mato-grossenses que buscaram preservar os mesmos através de atos oficiais como,

*...a Lei aprovada em 16/9/76 pela Assembléia Legislativa propondo a criação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico das cidades e regiões turísticas de Mato Grosso. Segundo a mensagem enviada pelo governador Cássio Leite de Barros à Assembléia acompanhando o projeto, a iniciativa do poder executivo decorre da necessidade de dotar o Estado de Mato Grosso de um diploma legal, que, entre outras vantagens, propicie o tombamento de bens móveis e imóveis não arrolados pelo IPHAN, mas cuja preservação interessa ao Estado garantir. Com a criação do Patrimônio Histórico em Mato Grosso cessará a dilapidação das obras e reminiscências que ainda restam dos acontecimentos ligados à história do Estado e do Brasil que passarão a ter proteção oficial*²²⁸.

Embora o escritório do **IPHAN** só tenha sido instalado em 1984 em Cuiabá, sob a direção do historiador Carlos Rosa (1984-1987), o **Estado de Mato Grosso** percebeu a urgência na questão da preservação dos bens patrimoniais e decidiu criar um órgão estadual para atuar nesse sentido, visto que como afirmaram Póvoas e Conte, muita construção significativa já havia sido posta abaixo pelos adeptos do pseudoprogresso. Mas a criação do órgão estadual não foi garantia de êxito para a política patrimonial. De acordo com Conte a Prefeitura Municipal de Cuiabá, na gestão de Frederico de Campos, 1989 a 1992, fez com que,

²²⁸ “Mato Grosso já tem proteção para patrimônio histórico”. **O Momento**, Corumbá, MT. p.03, n°6616, ano 30, 18/9/1976.

(...) além de demolições e reformas descaracterizantes, outros proprietários passassem a demolir indiscriminadamente. Somente a partir de 1993, com a nova administração municipal, efetivou-se a fiscalização e um controle maior do Centro Histórico, situação que se mantém. Uma conscientização e mudança de atitude positiva dos próprios usuários, principalmente comerciantes tem levado a uma série de trabalhos de restauração e reconstituição de fachadas ²²⁹.

Cláudio Conte sintetizou muito bem neste artigo a atual questão que se impõe à preservação patrimonial: é preciso consciência e, para tanto, educação para que ocorra preservação. As escolas, de acordo com a premissa anterior constituem-se em importante espaço onde pode ser discutida a historicidade do espaço urbano e rural. Nela é possível apresentar a conceituação de bem cultural e superar as visões elitistas e clássicas de patrimônio, condição imprescindível para uma formação cidadã que começa pelo direito à Memória ²³⁰.

²²⁹ CONTE, Cláudio Quoos. “O IPHAN em Mato Grosso e os 10 anos de tombamento do Centro histórico de Cuiabá” **Diário de Cuiabá**. Cuiabá, MT. 29/9/1997, p.04.

²³⁰ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992. Passim.

Capítulo III

IPHAN: O Programa Monumenta em Corumbá

LIQUIDAÇÃO

A casa foi vendida com todas as lembranças

Todos os móveis

Todos os pesadelos

Todos os pecados cometidos

Ou em vias de cometer

A casa foi vendida

Com seu bater de portas

Com seu vento encanado

Sua vista do mundo

Seus imponderáveis

Por vinte ...vinte contos.

Carlos Drummond de Andrade

Boitempo e a falta que ama, 1968.

No oeste do Estado de Mato Grosso foi fundada a cidade de Corumbá, em 21 de setembro de 1778. De acordo com a política estabelecida

pelo Marquês de Pombal em Portugal, foi o primeiro núcleo povoador da estratégica região ligada à Bacia do Prata pelo rio Paraguai, como parte do processo de consolidação das fronteiras coloniais das metrópoles ibéricas. Como vizinhos possui a oeste a Bolívia e a leste a cidade de Ladário, bem menor que a primeira, mas construída no mesmo contexto histórico, a 02 de setembro de 1778²³¹. Ao norte avista-se o Pantanal banhado pelo rio Paraguai e mais à frente as serras do Amolar. Ao sul encontra-se a Morraria do Urucum, alvo de intensa exploração de manganês e minério de ferro.

De acordo com Fernando Leite a origem do nome da cidade remonta, no mínimo a três questões que assim se apresentam:

(...) a palavra Corumbá é usada em duas frentes brasileiras, além de nosso município. No Nordeste: (sem acento) substantivo masculino e feminino significando homem ingênuo do interior. Em Goiás, o vocábulo aparece para designar rio afluente do Paranaíba na zona do Ipameri, com 525 quilômetros de extensão e ainda a antiga cidade Corumbá de Goiás. Corumbá também designa uma série de formação paleozóica, constituída de xisto ardoso e calcários roxos, negros e brancos, comuns na área do município. Para nós, com o aval dos doutos, a palavra é de origem Tupi e em língua ameríndia quer dizer: CORUMBÁ (com acento) lugar de cascalho, isolado sertão. CORUMBAS (sem acento) romance do escritor sergipano Amando Fontes. (...) obra publicada em 1933. Dentro da nobiliarquia brasileira, o nome da cidade se liga ao vulto do Almirante carioca João

²³¹ Ladário foi distrito de Corumbá até dezembro de 1953, quando foi emancipada pela Lei nº 679 de dezembro de 1953, SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá**. p. 111. s/l. s/d./s/e.

Mendes Salgado (1832/1894) a quem se conferiu o título de Barão de Corumbá ²³².

Os mato-grossenses começaram a descer para a região de Corumbá a partir da estagnação da mineração e da falta de terras agricultáveis no Norte, dedicando-se em especial à pecuária de corte. A intensa migração dos paraguaios iniciou-se logo após a Guerra do Paraguai atraídos pela crença de melhores condições de trabalho. Perambularam por todo o Estado de Mato Grosso, ainda integrado, concentrando-se sobretudo na região de fronteira onde mantiveram intensa migração pendular, dedicando-se às mais variadas atividades econômicas.

Os bolivianos também possuem uma trajetória interessante em nossa região, pois intensificaram seus contatos com o Brasil através de Corumbá, a partir de atividades de importação desenvolvidas, em especial, na década de 70²³³. Mantém até os dias atuais uma mobilidade superior a dos paraguaios, pois são, sobretudo, comerciantes varejistas que se beneficiam do mercado consumidor considerável que se desenvolve em Corumbá, principalmente na alta temporada turística.

A região de Corumbá possui um desenvolvimento histórico peculiar. Foi palco de importantes batalhas na Guerra do Paraguai e posteriormente, tornou-se um importante centro econômico ligado à atividade de importação/exportação, via rio Paraguai em fins do século XIX ²³⁴.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso em 1977, através da **Lei complementar nº 31 de 11 de outubro** daquele ano, foi instituído o Estado de Mato Grosso do Sul. O desmembramento territorial que passou a vigorar a

²³² LEITE, Fernando. **Corumbá histórica e turística. 1778-1978**. Corumbá, MT: Prefeitura Municipal de Corumbá, 1978, p.48.

²³³ **FRONTEIRA VIVA. Corumbá: Uma experiência administrativa no Pantanal**. Corumbá: Prefeitura Municipal, 1971 (sem paginação).

²³⁴ SILVA, Maria do C. B. G. **Rio Paraguai: o “mar interno” brasileiro. Uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1999.

partir de 1º de janeiro de 1979 transportou a capital da nova unidade da federação para Campo Grande e o município de Corumbá passou a integrar essa nova organização político-administrativa sem, contudo, romper suas ligações históricas com o Norte²³⁵.

Consoante a esse período comercial tão marcante na história do Mato Grosso uno é que, até hoje, são produzidos muitos estudos em torno do *passado áureo* de Corumbá, além de muitas teorias sobre a *decadência do comércio* e propostas para o desenvolvimento tendo como substrato um *passado próspero*. É exatamente a partir do século XIX que principiam minhas reflexões buscando evidenciar uma questão atualíssima: a implantação da política patrimonial no município de Corumbá e suas implicações sociais e políticas.

Atualmente a questão patrimonial está em evidência na cidade de Corumbá devido a um pacote de obras anunciadas pelo poder público municipal em parceria com o Governo Estadual e o Governo Federal que propõem, em conjunto, obras de grande vulto para a municipalidade que deverão atingir o conjunto arquitetônico tombado, conhecido como Casario do Porto, que *corresponde às áreas do casario do porto tradicional e da rua de cima, respectivamente avenidas Manoel Cavassa e Marechal Rondon, com as ladeiras e escadarias transversais*²³⁶, a infra-estrutura básica (saneamento), a área de entorno, propondo-se também para os bairros da região do Porto, um conjunto de obras de revitalização como a construção de mirantes, pavimentação e iluminação da área conhecida como Cacimba da Saúde, velho atrativo de lazer para a população local com grande potencial turístico,

²³⁵ SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá**, p. 113, s/l, s/d, s/ed.

²³⁶ MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003.(Avança Brasil). TREDEZINI, Cícero A. et al. **O Projeto Corumbá, MS. Perfil do projeto**. Corumbá, MS: 2000, p. 03.

conforme afirmação do atual Secretário Municipal de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, Ângelo Cipriano Pacceli Rabelo²³⁷.

Em todo o país, principalmente após o início das comemorações oficiais dos Quinhentos Anos de Descobrimento do Brasil, adquiriu visibilidade a discussão das *identidades culturais* e dos respectivos *bens culturais* que asseguram especificidade a determinado povo. Ficou célebre a reportagem apresentada pelo jornal **Folha de São Paulo** em 1 de junho de 2000 sobre um manto indígena tupinambá, raridade do período colonial, atualmente sob a guarda de um museu dinamarquês, que permitiu o empréstimo da peça para as exposições comemorativas em São Paulo durante a Mostra do Descobrimento.

Na referida exposição muitos remanescentes indígenas do litoral nordestino puderam contemplar a arte de seus ancestrais e externar profunda sensação de desgosto e de perda diante da eliminação de uma plenitude vivida, talvez, antes dos contatos com a sociedade não-índia²³⁸. Também no exterior podem ser citados vários casos de polêmicas em torno dos bens culturais, principalmente quando em contextos democráticos evidencia-se seu valor para as narrativas da Nação e para a constituição das problemáticas identidades.

A Grécia, por exemplo, é um país que desenvolve uma batalha diplomática infinda com a Inglaterra pelos seus bens mais famosos como os *Mármore de Elgin* que se constituem em importante testemunho do alcance

²³⁷ Visitei o local denominado pomposamente Ecoparque Cacimba da Saúde e não encontrei toda a infraestrutura prevista no projeto montado. Há apenas uma ponte e um mirante, que não significam nem 25% do projeto que prevê desapropriações de residências de moradores do local sem nenhuma necessidade aparente para a execução de uma obra que já acumula um histórico de transgressões aos direitos do cidadão corumbaense desde a primeira e polêmica desapropriação realizada sem nenhum planejamento.

²³⁸ ANTENORE,, Armando. “Somos tupinambás. Queremos o manto de volta”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1/6/2000. **Folha Ilustrada**, p.1.

das realizações de seus ancestrais e balizamento para novas iniciativas nos mais diversos campos da produção humana²³⁹.

A relevância da discussão que é proposta neste trabalho apresenta-se, portanto, pela inserção da questão dos bens culturais no conjunto das políticas públicas promotoras de qualidade de vida e indicativas de gestão democrática das cidades, onde se procura realizar a utopia pensada desde tempos imemoriais da plena realização do ser humano.

O **Programa Monumenta** procura atender uma parte muito reduzida das demandas anteriormente citadas, mas constitui-se em uma proposta nova e ousada que convém estudar para acompanhar suas possibilidades e até mesmo poder interferir em suas propostas de maneira cidadã. Trata-se de um conjunto de financiamentos internacionais coordenados pelo **Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID** em associação com o Governo Federal via **Ministério da Cultura**, lançado a partir do conjunto de ações do **Programa Avança Brasil** no ano de 2000 por ocasião da *Comemoração dos Quinhentos Anos do Brasil*, sob a administração do então Presidente Fernando Henrique Cardoso e de Francisco Weffort, ex- Ministro da Cultura. O **Programa** foi inspirado em,

(...) uma experiência precursora da cidade de Quito, capital do Equador que em 1994 foi beneficiada com financiamento do BID para a reconstrução do centro histórico da cidade, parcialmente destruído em 1987. Essa experiência demonstrou que a restauração poderia dar autonomia financeira às áreas recuperadas, graças à exploração comercial e turística. O projeto implantado em Quito provocou a revitalização do centro histórico da capital

²³⁹ ZANINI, Fábio. “Caça ao tesouro perdido”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2/4/2000. **Folha Mundo**. Caderno 1, p.16.

*equatoriana em decorrência da valorização dos imóveis da área*²⁴⁰.

De amplitude nacional, o **Monumenta** escolheu uma série de cidades de significado estético e histórico, vinte e seis no total, como Ouro Preto- MG, Cachoeira-BA, Belém-PA²⁴¹, entre outras, para iniciar seus financiamentos que pretendem, sobretudo, revitalizar o patrimônio das cidades²⁴² e permitir-lhes auto-sustentabilidade, contribuindo para a superação da crise econômica através da geração de empregos com as obras de reforma e com o incremento de atrativos turísticos para as cidades.

Os pontos controversos institucionais entre o **Programa Monumenta** e o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**²⁴³ são muitos e refletem diferentes concepções sobre a política patrimonial no que tange à revitalização e aos usos dos bens patrimoniais, pois, conforme afirmou a engenheira Tânia Dantas, responsável pelo desenvolvimento das obras de revitalização em Corumbá, através da **Prefeitura Municipal de Corumbá/SEMACTUR**,

(...) se o IPHAN acha que pode restaurar um piso ao custo de cem mil reais trazendo um técnico de Veneza eles fazem isso porque a preocupação deles não é financeira! Mas o Monumenta pensa diferente! Se puder fazer uma reforma do piso gastando apenas dez mil eles autorizarão isso! Porque o que importa para

²⁴⁰ “A experiência precursora”. Disponível em: < <http://www.bahia.ba.gov.br> > Acesso em 03/3/04.

²⁴¹ TADDEI, Pedro. “Os grandes projetos”. Disponível em: < <http://www.minc.gov.br> > Acesso em 02/3/04.

²⁴² Serão beneficiados apenas sítios urbanos históricos /SHU's que por definição são: *os espaços que concentram testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações*. In: **Cartas patrimoniais**. 2ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p.285.

²⁴³Estabelecido como autarquia federal pela Lei nº 99492 de 3/9/1990. Disponível em <http://www.cultura.org.br>> Acesso em 02/02/04.

eles é a auto- sustentabilidade e não a restauração em si ^{244!}

Ao analisar a documentação que foi produzida para a inserção do nome de Corumbá no conjunto das cidades candidatas aos financiamentos, foi possível verificar com clareza como passou a ser pensado o bem patrimonial a partir do **Monumenta** em todo o país. Analisemos para tanto, uma passagem do referido material:

*Em linhas gerais, entende-se que a combinação de propriedade pública, como por exemplo praças públicas, jardins, conjuntos escultóricos- não tem qualquer sustentabilidade financeira no sentido estrito da palavra, necessitando, portanto, de recursos públicos para ser preservado em condições adequadas. Do ponto de vista econômico, no entanto a recuperação desse patrimônio contribui para a revitalização da área e para o aumento do afluxo de pessoas com resultados positivos na elevação quantitativa e qualitativa do nível de atividade econômica da região. Para os demais casos, e especialmente aqueles em que a propriedade privada tem uso estritamente privado espera-se, também em linhas gerais, a plena sustentabilidade financeira sem necessidade de aporte de recursos públicos*²⁴⁵.

O documento incita uma confrontação sobre as funções do Estado no atual contexto de globalização da economia e suas concepções presentes na **Constituição Federal** de 1988, visto que observa-se a pretensão de

²⁴⁴ Entrevista com a engenheira Tânia Dantas realizada em 18/06/03. Corumbá, MS.

²⁴⁵ MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003. (Avança Brasil). TAFNER, Paulo S. B. ; SILVA, José C. F. **O Projeto Corumbá, MS. Análise de sustentabilidade financeira**. Corumbá, MS: 2002, p.05.

transferir à iniciativa privada muitas das atribuições pertencentes ao Estado como a promoção da cultura e, dentro deste conjunto, a proteção e o incremento dos bens culturais.

É bastante amplo o universo de discussões aberto pela análise do documento referido, contudo, é possível aventar primariamente que a sociedade deve possuir ampla ciência²⁴⁶ desses procedimentos constantes nos documentos do **Programa Monumenta** para que não seja posteriormente engolfada por uma quantidade assustadora de dívidas que possam emperrar a execução de novas obras, seja devido ao endividamento do Município que poderá ficar impedido de contrair novos empréstimos, caso não salde suas dívidas com o **BID**, seja pelo endividamento dos seus cidadãos que podem não conseguir pagar os financiamentos que hipoteticamente serão tomados para a reforma de edifícios privados de interesse histórico e artístico tencionando um conjunto de investimentos repletos de variáveis otimistas que superdimensionam o consumo e os atrativos locais.

No conjunto dessas críticas é necessário analisar a trajetória do **IPHAN** e suas posturas frente a essas novas propostas de política patrimonial, pois o órgão não privilegiou a auto-sustentabilidade e, em sua trajetória, esteve marcado pela ação de arquitetos que se preocuparam sobretudo com a restauração. Só recentemente é que a educação patrimonial foi posta em evidência no discurso do órgão através de projetos setoriais de educação como o que relata Maria E. M. Leonel em uma experiência na cidade de Goiás Velho²⁴⁷.

²⁴⁶ A única oportunidade de contato entre a população e a equipe do Monumenta em Corumbá, ainda que de forma breve ocorreu em 22/11/2001, quando houve uma reunião em que foi produzida uma ata que comenta a apresentação das obras às comunidades vizinhas à área de intervenção. Posteriormente não há registro de encontros com entidades de classe ou associação comercial ou qualquer outra entidade similar. MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003. (Avança Brasil). TREDEZINI, Cícero A. et al. **O Projeto Corumbá, MS. Perfil do projeto**. Corumbá, MS: 2000, p. 30, 31.

²⁴⁷ LEONEL, Maria E. de M. **Conhecer para preservar, preservar para conhecer: um projeto de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1995.

Também é recente o interesse dos gestores de políticas públicas para a cultura com a proteção às formas clássicas de produzir, de gerar a riqueza, como as produções artesanais de renda de bilro, cachaça e cerâmicas variadas²⁴⁸. Essas discussões foram aventadas pioneiramente no Brasil pelo saudoso Aloísio Magalhães, *designer* e arrojado político pernambucano que adquiriu mobilidade dentro do delicado cenário sócio-cultural da ditadura como Presidente do **IPHAN** que alertou para a necessidade de se levar em conta as potencialidades regionais no traçado das políticas públicas de desenvolvimento.

As preocupações do órgão de inspiração *rodriguiana* estiveram muito mais centradas na fruição dos bens arquitetônicos, de acordo com as premissas *marioandradas*, do que com o aproveitamento econômico dos mesmos. Tratava-se mais de proteger, de salvar os bens arquitetônicos do que pensar neles como geradores de atividades econômicas voltadas, sobretudo, para a atividade turística. Com isso o órgão, muitas vezes, afastou sua ação da visibilidade popular ao manter-se ligado apenas ao restauro de construções em cidades do Sudeste e Nordeste, não atingindo o cotidiano das cidades mais pobres e sem grandes atrativos clássicos. Além disso, o centralismo do órgão que possuía grandes jurisdições e pequena representatividade local colaborou para esse quadro de crise institucional agravado, inegavelmente, pelos sucessivos cortes de orçamento ao longo de sua história. Por outro lado, a criação do **Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural-IBPC** na década de 1980²⁴⁹, significou o reconhecimento da necessidade de proteger outros bens culturais que jaziam em guetos devido à miséria das populações rurais e suburbanas e que constituem nossa principal riqueza: a diversidade cultural e étnica.

²⁴⁸ MAGALHÃES, Aloísio. "Bens culturais. Instrumento para um desenvolvimento harmonioso". **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 20, p.40-44, 1984.

²⁴⁹ Lei n.º. 8113 de 12/12/1990. Disponível em < <http://www.cultura.gov.br> > Acesso em 25/7/03.

Iniciativas interessantes de catalogação do patrimônio cultural brasileiro estão sendo desenvolvidas em vários Estados, como ocorre também em Corumbá que, recentemente, foi alvo de uma pesquisa que resultou em um CD-rom sobre o tombamento da viola-de-cocho e sua musicalidade²⁵⁰. Um amplo convênio envolvendo o **Ministério da Cultura** e a **Prefeitura Municipal**, entre outros parceiros, contemplou uma oficina para a fabricação da Viola de Cocho implantando a educação musical para jovens. A produção do CD-ROM tem valor histórico porque preserva a música e a dança, denominados, respectivamente Cururu e Siriri, ensejadas pelo instrumento, desenvolvidas nos festejos religiosos, em especial, na zona rural. A viola possui esse nome, segundo o músico que se notabilizou no Estado pela habilidade com esse instrumento, Agripino Magalhães, porque *de acordo com uma lenda: dois índios foram fazer um cocho para servir sal ao gado e de um pedaço de madeira que sobrou escavado produziram a primeira viola*. O instrumento artesanal com cinco cordas inicialmente fabricadas com *tripas de macaco* é produzido utilizando-se *madeiras moles* da região como a Chimbuva²⁵¹, entre outras, que não opõem resistência a ferramentas improvisadas. Para Marlei Sigrist a viola é mais antiga do que Agripino Magalhães imagina. Pesquisas indicam que o instrumento *teria chegado ao Pantanal por volta do século XVIII pela Bacia do Prata, único elo de ligação da Província de Mato Grosso com o mundo naquela época*²⁵². Esse emblemático cidadão compreende a singularidade de sua cultura, embora a confunda muitas vezes com folclore e sente que os atrativos turísticos pensados pela equipe de Coordenação do **Programa Monumenta** são frágeis.

²⁵⁰ **Viola de cocho pantaneira**. Corumbá, MS,: MinC/FUNARTE, 2003, 1 CD-ROM.

²⁵¹Entrevista realizada em 16/02/04. Corumbá, MS.

²⁵² SIGRIST, Marlei. **Chão batido: a cultura popular de Mato Grosso do Sul: folclore, tradição**. Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2000, p. 73.

As atitudes centralizadoras do órgão gestor local dificultam a percepção do pacote de obras como uma ação coletiva que poderia incorporar saberes como o do músico em questão que se constitui em sua simplicidade como uma figura expressiva da cultura brasileira, embora muitas vezes expresse saudosismo por não possuir afinidade com a cultura dos jovens.

Agripino Magalhães divulga uma visão positiva das administrações municipais anteriores à administração Éder Brambilla, destacando também a gestão Fadah Gattass na qual sentiu-se prestigiado pelas inúmeras vezes em que se reuniu com outros músicos para realizar apresentações, especialmente em festas juninas, inclusive, cantando em um programa de rádio local mantido pela professora Eunice Ajala Rocha, pioneira na divulgação do Cururu, no ano de 1983.

Os depoentes não são unânimes quanto a essa exaltação do passado. A respeito da mudança provocada pela televisão e pelo afluxo turístico comentado pela última, coligi um texto muito oportuno que aprofunda a discussão do par contrastante *mudança/conservação* no contexto cultural mundial, que adequa-se à questão regional. Stuart Hall, intelectual inglês preocupado com a polêmica das identidades,

*Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas, desalojando, de tempos em tempos, histórias e tradições específicos que parecem flutuar livremente*²⁵³

²⁵³ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Da Silva e Guacira Lopes Louro. 4ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 75.

Nesse sentido, é plausível afirmar que a modernização caracterizada negativamente pelos depoentes é inevitável e a chave para sobreviver a ela está justamente situada no conjunto das discussões propostas pela Antropologia contemporânea, especialmente na obra de Canclini, que afirma não ser possível fugir à globalização, sendo que as identidades se reinventam subjetivamente. De maneira muito sutil sobrevivem, sem alvoroço se reconstituem e adquirem novas significações para grupos específicos que possuem o poder de filtrar através de suas formas peculiares de raciocínio o *novo* e o *moderno*. Diante do exposto, o pessimismo só é corrente entre os saudosistas e para aqueles que pensam anacronicamente a cultura. O que se esvaiu com o tempo, perdeu seu próprio sentido de ser, portanto extinguiu-se, sem desaparecer consigo as comunidades que constantemente reinventam o seu modo de ser no mundo.

Embora ocorresse maior sensibilidade de alguns administradores públicos conforme ficou evidente pelos vários depoimentos tomados, havia também menor interferência do Poder Público na promoção de eventos voltados para o turismo que, segundo Moysés Amaral e Eunice Ajala Rocha são os grandes responsáveis pela *destruição da cultura* e a eliminação de sua *originalidade*. Essa discussão é interessante ao apontar para a gestão participativa, inexistente devido ao próprio vácuo estabelecido entre os artistas e a agência municipal competente o que, infelizmente, pulveriza idéias e iniciativas promissoras, resultando em uma cisão amarga que divorcia o poder constituído dos produtores culturais.

É possível perceber que os tempos vividos pelo **IPHAN** são reveladores de suas contradições e indicadores da necessidade de novas posturas frente ao problema da preservação e do incremento econômico nas cidades sob sua jurisdição.

Diante dessas proposições, não quero sugerir que as propostas do **Programa Monumenta** devam ser aceitas sem ressalvas, mas que deve haver um amplo debate com a sociedade local para uma profícua reflexão sobre as implicações a longo prazo de cada ação tomada. Por outro lado, os críticos das práticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e até mesmo funcionários do **Ministério da Cultura** argumentam que o projeto em questão significa o desmonte de uma política patrimonial nacional e a pulverização de iniciativas que são atribuídas aos municípios que possuem carências materiais e de recursos humanos que podem inviabilizar a gestão de bens culturais sintonizada com as mais recentes discussões mundiais e voltadas para o bem comum do cidadão local²⁵⁴. Essa discussão está prevista em legislação municipal, Lei de 1992, e nos procedimentos do referido Programa. Porém, o Projeto foi apresentado à comunidade já concluído e, portanto, sem nenhuma possibilidade de alteração do formato das obras e destinação de recursos.

Apesar de prevista a formação do Conselho Gestor do Patrimônio, não foi um projeto construído democraticamente, pois os estudos que resultaram nas propostas de reforma estimulam a comunidade a adquirir uma feição turística que possui grandes dificuldades para ser implantada, devido à longa tradição de amadorismo dessa prática no município, que é predominantemente dependente do setor de serviços públicos e, inegavelmente também ao amadorismo do poder público municipal que, segundo o Secretário Tenente-Coronel Ângelo Rabelo *não conta com um departamento ou setor de política patrimonial ou política cultural para desenvolver, entre outras coisas, programas de educação patrimonial*²⁵⁵.

²⁵⁴ GONÇALVES, Marco. “Monumenta reforma gestão do patrimônio histórico”. Disponível em: < <http://socioambiental.org> > Acesso em 02/3/04.

²⁵⁵ De acordo com a exposição do mesmo no II Seminário de Turismo. “Turismo regional: problemas e perspectivas”. Promovido pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Instituto de Ensino Superior do Pantanal (IESPAN) no período de 9 a 11 de junho de 2003.

A discussão atual envolvendo o patrimônio em Corumbá é pertinente, tendo em vista que todo o conjunto de investimentos se apresenta como uma oportunidade histórica de geração de desenvolvimento que, contudo, precisa ser gerido democraticamente para evitar apropriações políticas indevidas e geração de falsas esperanças na população.

Meu objetivo principal com esse capítulo é elucidar as eventuais contradições do **Programa Monumenta**, bem como entender o posicionamento do **IPHAN** e da comunidade em geral em torno dessa questão. Analisar detidamente os discursos dos mais variados indivíduos de diferentes posições sociais foi imprescindível para compreender suas representações em torno do patrimônio e observar se há um padrão recorrente nesses enunciados. É nesse momento que aproveito para analisar também as noções de *História*, *Passado*, *Cultura* e *Civilização* tão cristalizados nas mentes dos mais idosos como os acima citados.

A questão da memória está intrinsecamente relacionada às concepções de História, Cultura e necessariamente de Patrimônio que, em conjunto, orientam determinadas práticas que influenciaram a política cultural brasileira e, em especial, a mato-grossense desde o início do século XX. Nesse sentido, abordo o processo de tombamento do **Forte de Coimbra** e, especialmente do **Casario do Porto** a partir do viés da análise dos discursos, tendo como pano de fundo as recentes discussões em Antropologia, para que seja possível reconstituir as discussões políticas à época dos tombamentos referidos e apontar suas principais falhas e desdobramentos tanto no campo das políticas públicas que envolvem a gestão urbana como no campo da produção cultural e suas conseqüentes representações. Essa abordagem é útil porque permite analisar a política patrimonial ao lado da produção de determinados intelectuais que constituem o universo onde gravitam as noções em questão.

Os primeiros estudos memorialísticos e historiográficos sobre Corumbá têm como base o rio Paraguai e a parte baixa do referido município produzindo uma imagem cara às elites que se transformou em lugar comum, visto que exaltaram um *passado áureo, o progresso, cosmopolitismo*, entre outros conceitos e termos discutíveis, que contrastavam com a crise econômica vivida pelo município nas décadas de 70 e 80 do século XX, crise essa que, frise-se, era mundial. É possível, portanto, perceber a função e a abrangência da memória que se apresenta como um componente importante tanto para discutir a emergência do Patrimônio e suas atuais configurações como para revisitar a produção memorialística e historiográfica que influenciou na eleição de determinados bens em detrimento de outros.

Em obras de alguns memorialistas e de historiadores profissionais citados a seguir, não se observa a utilização adequada dos conceitos de História e Memória. Verifica-se a perpetuação de versões altamente prejudiciais à compreensão do processo histórico pelo recorrente superficialismo das análises e pelo aspecto primário de suas conclusões repetindo, muitas vezes, irrefletidamente clássicos da historiografia regional como Virgílio Corrêa Filho²⁵⁶ e Rubens de Mendonça²⁵⁷ por serem, em alguns casos, testemunhas dos fatos históricos. Assim procedendo, muitos historiadores idealizaram o passado e fizeram escola ao elaborar conceitos como o da *decadência* do comércio fluvial de Corumbá. A produção dessa memória, útil às elites locais, dependeu principalmente de intelectuais que, como nos diz Bourdieu,

(...) desempenham um papel determinado no trabalho simbólico que é necessário para

²⁵⁶ CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. **Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Publicação nº 10 do Documentário da vida rural/ Serviço de Informação Agrícola, 1955. **A propósito dos índios**. Mensário do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: maio de 1945.

²⁵⁷ MENDONÇA, Rubens. **História das revoluções em Mato Grosso**. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

contrariar as forças tendentes à unificação do mercado dos bens culturais e simbólicos e os efeitos de desconhecimento por elas imposto aos defensores das línguas e das culturas locais ²⁵⁸ .

É dessa maneira que vejo a obra de muitos escritores como Abílio Leite de Barros, com o seu **Gente Pantaneira**²⁵⁹, que se adequa perfeitamente aos raciocínios desenvolvidos pelo escritor francês, ao apresentar uma visão idílica da convivência entre patrão e empregado nas fazendas de gado do Pantanal, além de transmitir saudosismo pela perda de determinados *valores* tão caros à sociedade dos cuiabanos de *chapa e cruz*²⁶⁰, que hoje se vê engolfada pela modernização promovida pelo capitalismo avassalador. Parece haver uma contradição, mas é preciso observar que, mesmo "isolada", essa elite reorganiza seu discurso, integra-se dialeticamente aos novos tempos, tendo em vista o poder de sedimentação de uma memória muitas vezes com mais de dois séculos e que fala tão fundo ao inconsciente da população. Em perspectiva semelhante encaminha-se o trabalho de Augusto César Proença, autor de **Pantanal, gente, tradição e história**²⁶¹, conhecido escritor corumbaense, incansável defensor das especificidades pantaneiras. Sobre essa representação do passado Zorzato afirma que:

(...) embora se pretenda história-conhecimento, ela não o é. Da mesma forma que não se

²⁵⁸ BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 130.

²⁵⁹ BARROS, Abílio Leite de. **Gente pantaneira. Crônicas de sua história**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

²⁶⁰ Essa expressão ainda hoje corrente advém de uma tradição local que consistia em presentear as crianças com uma medalha de determinado santo e com um pequeno crucifixo.

²⁶¹ PROENÇA, Augusto César. **Pantanal, gente, tradição e história. Ensaio sócio-histórico**. Ed. UFMS, Campo Grande, MS: 1997.

*constitui, como quer mostrar, uma visão distanciada e racionalizadora dos fatos. As representações do passado de que lançam mão os historiadores locais não visam a conhecê-lo, mas sacralizá-lo, cultuá-lo e, em alguns casos, apaziguá-lo*²⁶² .

Em páginas anteriores Zorzato principia a crítica a esses memorialistas que:

*(...) vêem a si mesmos como herdeiros e guardiões das mais autênticas tradições locais e a quem cabe zelar pela memória que se deve perpetuar para garantir a continuidade do grupo*²⁶³ .

Ao trabalhar a questão da produção cultural no Estado e, em particular em Corumbá, é necessário aderir a esses cuidados e refletir sobre os lugares sociais²⁶⁴ de onde são produzidos tais textos, para identificar as escritas de memorialistas e de historiadores e também perceber em que contexto se fala e para quem se fala. Nesse sentido, tal distinção é vital para que se possa lidar fluentemente com o material escorregadio das representações em História.

O patrimônio como elemento da cultura de um povo, de acordo com Bourdieu, produz uma *integração fictícia da sociedade no seu*

²⁶² ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/ USP, São Paulo: 1998, p. 149.

²⁶³ Ibid., p.70.

²⁶⁴ CERTEAU, M. A escrita da história. Tradução Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

*conjunto*²⁶⁵ ocultando as diferenças de classes e reforçando a utopia de uma cidade de todos e para todos tal como se verifica no *dingle* publicitário da **Prefeitura Municipal de Corumbá**, veiculado durante a administração do engenheiro Ricardo Cândia (1992-1996): ... *Corumbá, meu lugar de viver e de amar...*

Após aclarar o relacionamento entre o patrimônio, o poder e a região, pelo menos em parte, faz-se necessário analisar alguns textos que nos indicam porque o patrimônio arquitetônico de Corumbá, especialmente o Casario do Porto, *fala* tão fundo ao inconsciente das pessoas, despertando-lhes veneração e saudosismo. Para tanto é preciso contar com o significativo trabalho de Lylia Galetti²⁶⁶ que fornece algumas *pistas*, por assim dizer, para a compreensão da representatividade do patrimônio. Examinando essa tese foi possível perceber que por todo o século XIX houve uma profunda preocupação em produzir uma imagem positiva do Mato Grosso para o resto do Brasil e para o exterior, ou seja, era preciso criar uma representação que o adequasse aos padrões europeus de conforto, higiene, trabalho e educação, etc. Desses esforços resultaram muitas coisas interessantes, entre elas o **Album Graphico**²⁶⁷, que colaborou imensamente para a produção de uma memória que acabou por associar o Casario do Porto ao *Progresso* e à *Civilização*, retirando-se, assim, o Estado ou pelo menos, parte dele, da *Barbárie*, tão execrada pelos europeus e pelos brasileiros de educação européia²⁶⁸.

É como parte de um *legado civilizatório*, ou de um *processo de construção identitário*, como o quer Zorzato²⁶⁹ que devemos discutir as

²⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989, p.11.

²⁶⁶ GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização : sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, São Paulo: 2000, p. 255.

²⁶⁷ AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso**. Corumbá, Hamburgo, janeiro de 1914.

²⁶⁸ GALETTI, Lylia S. G. Op. cit., p. 255.

²⁶⁹ ZORZATO, Osvaldo. Op. cit., p 40.

representações em torno deste patrimônio, pois para alguns depoentes como o professor da rede pública estadual de ensino fundamental e médio, Waldir da Costa Diniz, *o Casario do Porto constitui a maior prova da pujança de nossa economia de outrora e de nossas potencialidades vindouras* ²⁷⁰.

Talvez seja necessário ponderar que essa *nossa maior prova*, na verdade, pode ser muito pouco *nossa* tendo em vista que grande parte das empresas que possuíam seus nomes estampados no **Album Graphico**, eram notoriamente, estrangeiras e sabidamente excluídas do cotidiano das pessoas de baixa renda que geralmente, faziam parte de um grande exército de mão-de-obra barata, explorada por empresas açambarcadoras de mercadoria e muitas vezes, até mesmo sonegadas de impostos.

A incorporação do bem arquitetônico ao patrimônio corumbaense está amplamente relacionada com o fato de que este conjunto tenha sido produzido por europeus, sobretudo, que colaboraram para *civilizar* nossa região tal qual Leverger²⁷¹, impondo um ritmo novo à desalentada atividade econômica da região e inserindo Mato Grosso no circuito internacional do Capitalismo. Tombado por lei Federal em 1992, o Casario do Porto constituiu-se como afirmou o depoente Waldir da Costa Diniz, em uma *prova de pujança* que insiste em manter-se de pé, mas agora para servir como marco de um progresso que já se foi e no qual se apoiam os arrivistas para produzir petardos que atiram, no mais das vezes, ao Governo Estadual acusando-o de imprevidência, culpando-o, enfim, pela *decadência* de Corumbá ²⁷².

Sobre esse aspecto da *mentalidade corumbaense* é curioso perceber que o discurso das elites econômicas muda pouquíssimo, pois, analisando o

²⁷⁰ Entrevista realizada em 5/01/03. Verificar que essa visão de patrimônio como algo de todos é veiculada também pela imprensa. Ver NETO, Otávio. "Monumenta beneficia turismo e cultura no MS". **Correio do Estado**, 20/6/02.

²⁷¹ A analogia entre Casario e Leverger surgiu por conta da leitura do capítulo da tese de Zorzato, "O culto levergeriano", que me inclinou a essas considerações.

²⁷² A esse respeito ver: **Gazeta Corumbaense**, s/d, "Monumenta vai revitalizar Casario do Porto" e também OLIVEIRA, Tito C. M. **Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geo-econômico sobre a região de fronteira**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998, p.137-139, especialmente.

texto de Lylia Galetti²⁷³ é possível perceber que o discurso típico da elite política mato-grossense consistia em um conjunto de lamentações que terminavam por apelar ao governo provincial (hoje estadual) ou imperial (hoje federal) para sanar sua própria incompetência administrativa mascarada em falta de braços para a lavoura, ausência de estradas de rodagem, etc. Queiroz²⁷⁴ percebeu, sob a verborragia das elites políticas, uma verdadeira ausência de projeto para a superação de sérios entraves econômicos no Estado que não podiam, obviamente, ser suplantados apenas pela ferrovia.

Diante do exposto é possível concluir que a escolha de bens para serem tombados não é aleatória e depende de uma ampla gama de conceitos bastante subjetivos que orientam a escolha desse ato mágico de renomear a paisagem²⁷⁵. Tais conceitos, além dos de *Civilização e Progresso* já discutidos, são: *Cultura e História*, que podem ser pensados à luz do texto de Vilma Eliza Trindade, que ao estudar Virgílio Corrêa Filho teceu comentários que são de grande valia. A noção de História em voga durante o Estado Novo (1937-1945) era:... *baseada nos pressupostos positivistas do final do século XIX, cujo método consistia em que, só é possível fazer a história a partir de documentos, pois, somente estes teriam o valor de prova da verdade histórica*²⁷⁶. Com isso, evidencia-se que aos *intelectuais orgânicos* como Virgílio Corrêa Filho, ufanistas e interessados na produção de uma representação positiva do Estado no cenário nacional, não interessava a exaltação da cultura popular, mas sim, a coleção de datas, feitos, nomes e monumentos notáveis que permitissem inserir o Estado na tradição bandeirante paulista, principalmente, e mostrar suas potencialidades diante do

²⁷³ GALETTI, L. S. G. Op. Cit., p. 178-179.

²⁷⁴ QUEIROZ, P.R.C. **Uma ferrovia entre dois mundos. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX.** Manuscrito adaptado da tese. Dourados 04/02. Nessa mesma perspectiva ver SOUZA, João C. **Sertão cosmopolita. A modernidade de Corumbá (1872-1918).** Tese de Doutorado em História Social. FFLCH/USP. São Paulo, 2001.

²⁷⁵ BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 114.

²⁷⁶ TRINDADE, Vilma Eliza. **Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973.** Campo grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 193.

grande projeto de construção de um Brasil progressista lançado por Getúlio Vargas ²⁷⁷.

Se pensarmos que a influência das concepções historiográficas anteriormente citadas alcançou nosso Estado em 1919 com a criação do **Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso/IHGMT**²⁷⁸ podemos crer que essa maneira tradicional de pensar a História pesou profundamente no momento em que se desenvolveu o processo de tombamento da área urbana de Corumbá, posto que, pelo menos cinco gerações de políticos, de administradores públicos foram formados, ou no dizer de Virgílio Corrêa Filho, *beberam* dessa fonte específica de pensamento histórico que engendrou a ignorância quase que completa das expressões culturais populares.

Apoiando-me ainda em Trindade, posso afirmar que a política patrimonial no antigo Estado de Mato Grosso esteve amplamente relacionada com o trabalho sôfrego de construção de uma identidade que se vincula: ... *a um passado grandioso[que] resgata os valores sociais, intelectuais morais e os lances heróicos de sua história*²⁷⁹. Para a política cultural do Estado Novo interessava a (...) *construção e difusão, no país e no exterior, de uma memória nacional em conformidade com a máxima de Getúlio Vargas Impulsionar e difundir, o mais largamente possível, a cultura [que] é obra de sadia brasilidade*²⁸⁰.

Para compreender melhor os problemas que nortearam a política de proteção patrimonial no antigo Mato Grosso é necessário remontar ao século XIX e observar o trabalho de João Carlos de Sousa, no qual podemos acompanhar, detalhadamente, o cotidiano da cidade de Corumbá e a prática dos administradores públicos locais influenciados pelas concepções

²⁷⁷ ZORZATO, Osvaldo. "Alicerces da identidade mato-grossense". **Revista do IHGB**. Ano 161, número 408, jul/set, 2000, p. 433.

²⁷⁸ TRINDADE, Vilma E. Op.cit., p. 32.

²⁷⁹ Ibid., p. 192.

²⁸⁰ Ibid., p. 61.

positivistas/cientificistas. O poder disciplinador da *cidade burguesa* buscava impor padrões europeus, segundo esse pesquisador e, para tanto, acompanhando tal modelo, investia contra os bairros pobres sem infraestrutura, ameaçando-os de despejo e com multas previstas no Código de Posturas do Município a fim de que todos se adequassem à condição de *cidadãos progressistas e ordeiros, banindo da paisagem a sujeira e os maus hábitos*²⁸¹. Apoiados no etnocentrismo europeu, os dirigentes municipais não viam o trabalhador comum como parte do patrimônio da cidade e classificavam-no como vadio, ocultando-o em suas moradias precárias com o descaso típico das grandes metrópoles marcadas pela impessoalidade ²⁸². Por outro lado, o poder público entusiasmava-se com a modernidade portadora dos *mais caros anelos de uma elite provinciana que rivalizava com Cuiabá* e queria cada vez mais se europeizar. Vejamos:

(...) Corumbá progride a olhos vistos. Nela constroem-se continuamente casas e palacetes: as ruas são largas e bem calçadas e há passeios ladrilhados que podem rivalizar com os melhores do Rio ²⁸³.

Dependendo fortemente do comércio para manter sua arrecadação e sob a influência desses mesmos comerciantes que produziram obras de engenharia internacionalmente reconhecidas como parte de várias tradições arquitetônicas²⁸⁴, a população corumbaense ficou profundamente marcada pelo poder econômico e político desses indivíduos em um período de total desassistência do poder público e, é possível por isso, ter sido seduzida pelos

²⁸¹ SOUZA, J. C. Op. cit., p. 101, 125 e 162.

²⁸² Ibid., p. 156, 157 e 163.

²⁸³ Ibid., p. 50.

²⁸⁴ Ibid., p. 192.

discursos que Bourdieu destrinçou em páginas anteriores pela idéia de *um patrimônio de todos nós* não conseguindo avançar para uma concepção mais próxima do que atualmente consideramos *democrática* e denominamos patrimônio cultural.

É preciso dizer que a produção historiográfica universitária sul mato-grossense até a década de 80 do século passado, baseou-se significativamente no **Album Graphico** para tecer considerações sobre o desenvolvimento econômico da região sem, muitas vezes, perceber que tal fonte não é apenas um documento detentor da verdade, mas uma representação, uma propaganda com interesses bem definidos. De acordo com Kossoy:

*Os álbuns dos Estados constituíam-se em publicações típicas da época. Tratava-se de edições luxuosas de caráter promocional destacando sempre as laboriosas administrações do governo e o progresso da região, através de excelentes fotografias representando os aspectos que obviamente mais interessavam aos objetivos dessas publicações*²⁸⁵.

Creio que muitos intelectuais contribuíram indiretamente para a divulgação desse *mito da Idade de Ouro*²⁸⁶ de Corumbá, através de formulações teóricas que, popularizadas, seja pelos cursos universitários ou pela imprensa, acabaram produzindo um senso comum deixando a impressão de que Corumbá é a *cidade do já teve*, ou do *já foi*, o que demonstra um certo

²⁸⁵ KOSSOY, B. **Origens e expansão da fotografia no Brasil - século XIX**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.

²⁸⁶ HOBBSAWM, E. J. ; RANGER, T. (orgs.). Op. cit.

desencanto com nossa realidade econômica atual e um firme apego ao passado ²⁸⁷.

Entre as obras que propiciam esses equívocos posso citar a de Gilberto Luis Alves, que, em **Mato Grosso e a História**²⁸⁸, reproduz do **Album** citado, a lista de empresas que existiam em Corumbá sem realizar nenhuma crítica àquela exposição textual datada de 1914. Estes álbuns, aliás, eram publicações utilizadas em negociações com bancos estrangeiros e/ou países interessados nos contratos de imigração²⁸⁹. O autor parece tomar os dados apresentados como fonte de verdade. Tais dados devem ser relativizados devido à baixa renda da população e aos poucos recursos públicos existentes à época. Não se pode desprezar a análise do contexto da dominação econômica externa, em que o autor opta pela defesa do capitalismo nacional e, por isso, defende a Casa Comercial como se esta fosse a legítima representante do capital comercial nacional em oposição ao capital monopolista que, segundo Alves, tramou o estrangulamento da economia local.

Souza também percebeu o esquematismo de Alves e assim, se manifestou sobre a obra em questão:

O autor a apresenta [a cidade de Corumbá] com uma única face: é a imagem e semelhança do grande comerciante. Ponto. Talvez uma

²⁸⁷QUEIROZ, P. R. C. **As curvas do trem e os meandros do poder. O nascimento da Estrada de Ferro /Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Assis, 1992. Dissertação de Mestrado em História, UNESP, p.48.

²⁸⁸ ALVES, G.L. **Mato Grosso e a história 1870-1920. (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro)**. Boletim Paulista de Geografia São Paulo: nº61, p. 5-81, 2º semestre, 1984.

²⁸⁹ LIMA, Solange F. de. "O circuito social da fotografia." Estudo de caso II. In: FABRIS, A. (org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1991.

vírgula fosse mais interessante, pois esta abriria possibilidades para outras histórias ²⁹⁰.

Outra questão bastante polêmica na obra de Alves relaciona o comércio fluvial com a ferrovia **Noroeste do Brasil (NOB)** que para ele contribuiu para minar as atividades econômicas, sobretudo o frete e o charque²⁹¹, retirando as oportunidades de negócios dos comerciantes locais. De acordo com o autor:

Essa rede de transporte [ferrovia], que correspondeu ao assalto final contra as casas comerciais, teve seu momento culminante quando da inauguração da Noroeste do Brasil, mas consolidou com as estradas de rodagem que alimentam essa ferrovia ²⁹².

O aspecto de *teoria da conspiração* que parece orientar o trabalho de Alves fica mais patente quando se lê:

O desenvolvimento da indústria de charque, em Mato Grosso, teve uma relação diretamente proporcional ao grau de poder dos grupos monopólicos platinos. Daí ter a Noroeste do Brasil minado profundamente essa indústria ²⁹³

²⁹⁰ SOUZA, J. C. **Sertão cosmopolita. A modernidade de Corumbá (1872-1918)**. Tese de Doutorado em História Social. FFLCH/USP, São Paulo, 2001, p. 163-164.

²⁹¹ ALVES, G. L. Op. cit., p.65-67.

²⁹² Ibid., p. 70

²⁹³ Ibid., p. 65.

Paulo Roberto Cimó Queiroz rebate claramente essas afirmações e, com riqueza de detalhes, afirma que as charqueadas prosseguiram com um capital considerável até a década de 1950, não havendo nenhuma incompatibilidade terrível entre a exportação do charque pela ferrovia e de mercadorias não perecíveis pela via fluvial ²⁹⁴. Portanto, a teoria de que o *trem matou o rio* não procede e serviu, muitas vezes, para que fossem tecidas conceituações apriorísticas a fim de explicar um processo muito mais complexo do que o pensado por Alves em termos puramente econômicos e imperialistas²⁹⁵. Críticas semelhantes podem ser feitas ao trabalho de Lúcia Salsa Corrêa em que a autora afirma:

Após o ano de 1914, quando se iniciou o processo de decadência da navegação fluvial, a ligação da região com o resto do país pelo interior através da estrada de ferro e a gradativa desarticulação de Corumbá como entreposto mercantil de Mato Grosso, seu centro urbano sofreu conseqüentemente um esvaziamento populacional na medida em que muitos comerciantes locais deslocaram-se para outras praças ou transferiram sua área de investimento para o campo ²⁹⁶.

Mais adiante a autora insiste:

²⁹⁴ QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX**. Manuscrito adaptado da tese. Dourados, MS, 04/02, p. 57.

²⁹⁵ QUEIROZ, P. R. C. **As curvas do trem e os meandros do poder**. p. 47. Ver também a esse respeito, do mesmo autor, **Uma ferrovia...**, especialmente as páginas: 414,415, 419, 421, 425, 442, 444,446,447, onde o autor é incisivo nas relações entre a ferrovia e a navegação fluvial.

²⁹⁶ CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)** São Paulo, FFLCH.USP, 1980. Dissertação de Mestrado, Mimeografado, p. 101.

*Assim a cidade de Corumbá que nasceu e cresceu com o rio, iniciou sua decadência como centro comercial quando o rio Paraguai perdeu sua função de principal artéria de comunicação e transporte na extensa região de Mato Grosso*²⁹⁷.

Não é preciso repetir as refutações feitas por Queiroz poucas linhas atrás ao trabalho de Alves que se direcionou basicamente pelo mesmo sentido. O que chama a atenção na linha de raciocínio que venho desenvolvendo é o número de vezes em que apareceu a palavra *decadência* no texto de Corrêa, treze vezes para ser mais preciso, utilizada principalmente para se referir ao período de desenvolvimento comercial do município (1870-1920), sobretudo na parte dois da obra. O que quero afirmar com essa ressalva é que é preciso ter mais cuidado com os conceitos que utilizamos tendo em vista as representações que nossos trabalhos acadêmicos podem engendrar. Nesse sentido, Le Goff é bastante categórico ao enfatizar que:

(...) a idéia de decadência utilizada como conceito explicativo em história tem sido objeto de inúmeras críticas. A primeira é, sem dúvida, a da sua subjetividade. Aliás, onde seria legítimo empregar a palavra decadência surge outro termo, muito adaptado às realidades históricas crise. Hoje em dia, o historiador não pode manter um conceito tão

²⁹⁷ Ibid., p. 127-128.

qualitativo como o de decadência, se está disposto a aceitar a idéia de regressão e pretende fundamentá-la em termos objetivos e, se possível, quantitativos ²⁹⁸.

A obra de divulgação **O casario do Porto de Corumbá, um patrimônio a ser preservado**, de autoria de Valmir Batista Corrêa, Lúcia Salsa Corrêa e Gilberto Luis Alves, foi pioneira no intuito de chamar a sociedade para refletir sobre seu passado e evitar a depredação e a destruição provocada pela ação do tempo que realmente já estavam ocorrendo. Incitadora de inúmeras discussões, a obra conseguiu dar visibilidade ao problema do abandono por parte do poder público a que estava submetido aquele conjunto de prédios. Contudo, o conceito de representação não toma grande vulto nessa obra, pois, os mesmos utilizam os memorialistas sem maiores cuidados, sem problematizar suas fontes, ou mesmo examiná-las detidamente.

Representação é um conceito fundamental na produção do conhecimento histórico e na análise historiográfica. De acordo com Chartier trata-se de uma *prática simbólica que estabelece uma relação entre o signo visível e o referente por ele significado* ²⁹⁹. Para Thompson, é preciso buscar uma *representação adequada do real*, isto é, o conhecimento produzido deve ter sustentação empírica. É somente a partir do diálogo com as evidências que o historiador pode construir a teoria³⁰⁰.

²⁹⁸ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2 ed. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992, p. 413-415.

²⁹⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Tradução Maria M. Galhardo, Lisboa: DIFEL, 1985, p.21.

³⁰⁰ THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução Waltensir Dutra. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981.

Devido à ausência dessa mediação pela representação, muitos historiadores ignoraram a inserção do saber histórico e da própria escrita no conjunto das práticas culturais. Não se balizaram pela análise das ideologias ou mentalidades da época para perceber o grau de homogeneidade de um discurso, que poderia não possuir correspondência com a vida cotidiana da época retratada. Para Chartier é preciso trabalhar com os conceitos de apropriação e de prática que auxiliam a noção de representação na elucidação da discussão aventada, pois não basta entender como se pensa determinada questão ao longo de diversas gradações sociais, é também necessário entender como diferentes grupos se apropriam de diferentes signos e de que maneira exteriorizam esse aspecto em sua cultura. A discussão da política patrimonial em Corumbá a partir das proposições de Chartier se enriquece e interroga a produção historiográfica com um olhar crítico, procurando entendê-la como um artefato cultural estabelecido em um determinado período histórico voltado principalmente para a produção de uma narrativa de continuidade da história regional que estabelecesse um fio condutor ligando a produção memorialística ao século XX, precisamente na década de 1970, período em que a produção historiográfica em Corumbá ensaiava seus primeiros passos.

Um exemplo claro desse descuido conceitual e empírico está na ausência de estudos de jornais da época e de documentação contábil das casas comerciais de fins do século XIX e primeiras décadas do XX na Dissertação de Mestrado de Lúcia Salsa Corrêa. A documentação contábil a que me refiro poderia ter sido melhor analisada, atualmente sob a guarda da UFMS, Campus de Corumbá, onde está sendo catalogada para pesquisa.

Alguns dos livros contábeis que examinei colaboram para derrubar a tese central de Gilberto Luis Alves que afirma ser a casa comercial um ramo da produção nacional no Mato Grosso do século XIX e início do XX em

oposição ao capitalismo imperialista³⁰¹. As correspondências a que aludi, grande parte escrita em espanhol, mostram uma intensa interligação econômica da Casa Comercial no Mato Grosso, em especial a Casa Vasques, com as empresas de transporte aquaviário e com fornecedores e compradores de vários países como a Turquia.

No entanto, essa complexidade da problemática que envolve a Casa Comercial não contou com a atenção do referido autor, produzindo-se assim, grande parte do mito de um *passado áureo*, em que o Casario do Porto de Corumbá figura acima das relações sociais como um bem eminentemente nacional. Com respeito ao **Album Graphico**, Lucia Salsa Corrêa incorre nos mesmos equívocos apresentados em Alves. Vejamos uma passagem de Corrêa bastante elucidativa das posturas desse grupo intelectual que vem sendo analisado:

No ano de 1914 foi publicado, por iniciativa de grandes comerciantes de Corumbá, uma extraordinária obra, o Album Graphico do Estado de Mato Grosso, que refletiu o poder econômico do comércio importador e exportador local e o seu grande prestígio em relação ao estado mato-grossense (...) O Album Graphico, foi o mais importante documento do período áureo das atividades comerciais em Mato Grosso, e de Corumbá como centro urbano-comercial ³⁰².

A crítica que se materializa é pertinente porque se observa em diversas publicações a aceitação, a cópia irrefletida dos memorialistas sem

³⁰¹ ALVES, Gilberto Luis. Op. cit., p. 14-15.

³⁰² CORRÊA, Lúcia Salsa. Op. Cit., p. 102.

que haja qualquer esboço de crítica historiográfica que evidencie o cerne das representações sobre o passado do Estado de Mato Grosso e particularmente de Corumbá. É necessário refletir mais detidamente sobre os números e as imagens evocadas que cristalizam sérios entraves ao conhecimento histórico com suas doses exageradas de entusiasmo sobre o período em questão. O **Album Graphico**, matriz teórica de muitos engodos, constitui-se em fonte caudalosa onde se deve beber com cuidado, sob pena de ser engolfado pelas representações sobre o passado, tal qual o foi o memorialista Lécio Gomes de Souza e muitos outros intelectuais, inclusive historiadores profissionais que, com ingênua credulidade, reproduziram em suas obras a lista de casas comerciais que existiam em Corumbá nas primeiras décadas do século passado³⁰³.

Virgílio Corrêa Filho pode ser considerado cronologicamente, um afluente dessa valiosa fonte anteriormente comentada. Sua produção pautou-se, de acordo com Vilma Eliza Trindade, na exaltação das *qualidades dos grandes estadistas, e dos célebres personagens da história mato-grossense com o objetivo de contribuir para a construção e preservação de uma identidade vinculada à perpetuação de valores considerados essenciais para a garantia do status quo*³⁰⁴.

A produção intelectual de Virgílio Corrêa Filho complementa as perspectivas do **Album** e, em conjunto com a produção de Rubens de Mendonça, consagrado memorialista mato-grossense que constitui-se em outro bastião da história tradicional, completa uma tríade que endossou uma determinada concepção de passado, colaborando para envolver em penumbra agradável a visão sobre um passado peculiarmente atraente às nossas imaginações aflitas, carentes de uma solidez que se perdeu no Tempo e que, teoricamente, a História pode produzir.

³⁰³ SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá**. s/l, s/e, s/d.

³⁰⁴ TRINDADE, V. E.. Op. cit., p.157.

Também o Poder Público Municipal não escapou da teia da memória tecida pelo **Album Graphico**, ou se acomodou a ela, pois publicações como **Fronteira Viva**³⁰⁵ e **Corumbá histórica e turística**³⁰⁶ foram caudatárias da mesma visão de passado que emergiu do referido **Album** como uma apresentação tranqüila do tempo pregresso e das grandes potencialidades para o futuro, ocultando os conflitos sociais e, muitas vezes, a própria incompetência do administrador público para sanar problemas muito antigos. São obras laudatórias ao Poder Público Municipal que apresentam um ambiente de otimismo e crença no futuro, em que até mesmo a ditadura militar parece não ter todo o excepcional poder que de fato detinha, porque as fotos mostram com riqueza de detalhes um povo sempre feliz e disciplinado, como se estivesse plenamente satisfeito com a gestão de prefeitos indicados por influência de acordos com os militares influentes da época.

O trabalho **Casario do Porto de Corumbá: Parte da história do Pantanal**³⁰⁷, coordenado por Maria da Conceição Carnevale e produzido em conjunto com estagiários do **Curso de História do Campus do Pantanal** com o apoio do **Ministério da Cultura**, do **Programa Monumenta** e da **Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Corumbá**, que foi faustosamente caracterizado como **Avaliação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico das áreas de projeto e de influência**, também segue nessa perspectiva.

Apresentado em 2002, esse projeto materializou-se em mais uma elegia ao passado, uma reprodução de aspectos do **Album Graphico** com pouquíssimo referencial teórico em Antropologia. Visto tratar-se de um trabalho de avaliação do patrimônio histórico que deveria, em tese, propor

³⁰⁵ **FRONTEIRA VIVA. Corumbá: Uma experiência administrativa no Pantanal.** Corumbá: Prefeitura Municipal, 1971, sem paginação.

³⁰⁶ LEITE, Fernando. Op. cit.

³⁰⁷ CARNEVALE, Maria da Conceição. **Casario do Porto de Corumbá: parte da história do Pantanal. Avaliação do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico das áreas de projeto e de influência.** MinC/ Programa Monumenta / Sematur, Corumbá, 2002.

discussões sobre as concepções populares de patrimônio, estudar o processo de favelização do cais do Porto, através de pesquisa oral, etc. No entanto, o trabalho limitou-se à descrição, repetindo o mesmo percurso de trabalhos anteriormente criticados. O levantamento de dados para apresentação da proposta de investimentos em Corumbá revela anacronismos no sentido que venho destrinçando. Os autores repetiram as mesmas noções decantadas, o que permitiu apresentar solenemente o Projeto como a *salvação de Corumbá*. É possível que tais inconsistências tenham ocorrido por ingerências políticas ou mesmo falta de pesquisa no campo da História e da Historiografia, pois afirmaram que: *Com a ferrovia o transporte fluvial foi abandonado*. E mais adiante na mesma página: *Com o fim do comércio fluvial a área da beira do rio foi abandonada e ocupada por pescadores e flagelados das cheias do Pantanal*³⁰⁸.

O que constitui um alento na análise do panorama historiográfico regional são as Teses, algumas já publicadas como a de Nanci Leonzo e Cezar Benevides e de Vilma Elisa Trindade e, as ainda não publicadas, de Paulo Roberto Cimó Queiroz, Osvaldo Zorzato e Maria do Carmo Brazil, citados ao longo desta Dissertação, entre outras, que embasaram a discussão que ora proponho.

No campo da produção da Geografia econômica, é representativa a contribuição de Oliveira que assim se pronunciou a respeito da questão da *decadência* de Corumbá:

(...) não podemos absolutizar a decadência de Corumbá. O auge período que se estende até o final da Segunda Guerra Mundial não retirou in totum a competência regional que a cidade desempenhava, nem tampouco promoveu um

³⁰⁸TAFNER, Paulo S. B. ; SILVA, José C. F. **O Projeto Corumbá, MS. Análise de sustentabilidade financeira**. Corumbá, MS: 2002, p. 06.

*debáclê de seus aparelhos urbanos. No final dos anos trinta, aquela cidade ainda era, com sobras, a Segunda maior arrecadação do velho Mato Grosso...*³⁰⁹ .

Maria do Carmo Brazil em artigo, ainda não publicado, intitulado *A cidade portuária de Corumbá e o mito da decadência*, tece críticas perspicazes à questão, realizando uma reflexão historiográfica que situa os principais problemas de determinadas produções. Para ela:

(...) o mito da decadência pode, assim, ser interpretado como uma armadilha da memória, desveladamente elaborada e enredada pelas elites mato-grossenses, desde o século XIX. Nesse sentido, não se pode aceitar a idéia simplista do aniquilamento de Corumbá sem efetuar uma análise estrutural e conjuntural do contexto das atividades que evoluíram – e ainda envolvem- o rio Paraguai ³¹⁰ .

Conforme se depreende da citação acima apresentada, um determinado viés interpretativo predominou na produção historiográfica sul mato-grossense, impedindo que novas perspectivas aflorassem, devido à própria juventude da Universidade no Estado e à carência de intelectuais dispostos a romper com modelos dogmáticos de análise histórica.

³⁰⁹ OLIVEIRA, Tito C. M. **Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geo-econômico sobre a região de fronteira**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998, p. 35.

³¹⁰ BRAZIL, Maria do Carmo. **A cidade portuária de Corumbá e o mito da decadência**. Campo Grande: no prelo, 2002, p. 13

Uma determinada ausência de conceitos antropológicos e sociológicos na produção do conhecimento historiográfico acerca do Estado de Mato Grosso do Sul implicou em obras que cristalizaram, muitas vezes, visões do senso comum não apontando estratégias para a superação de problemas seculares, ou sequer vislumbraram a ancestralidade dos mesmos, que sempre vêm à baila em períodos eleitorais ou que bruxuleiam na imprensa de maneira visceral. Segundo Fernando Leite,

*Com a decadência da navegação a parte da cidade, mais conhecida como Porto e onde se localizavam o comércio de atacado, a Alfândega e dois ou três estaleiros de construção naval, praticamente desapareceu ou perdeu a sua razão de ser. Antes que nos seja concedido, por direito, um renascimento fluvial, o certo talvez fosse dar-lhe novo sentido à altura de tradições não muito distantes, com vistas ao Turismo e aos Esportes Aquáticos*³¹¹.

Àqueles que não compactuam de grande interesse pelo estudo das representações de maneira acurada e que não simpatizam com as críticas historiográficas, entendendo-as mais como petardos atirados aos opositores, apresento um comentário muito interessante de Zorzato:

(...) desmistificar crenças e definir filiações mundanas em tradições aparentemente

³¹¹LEITE, Fernando. Op. cit., p. 40.

inocentes e neutras, parece ser uma forma de exorcizar o passado e afugentar demônios. Isto posto, ao invés de tratar o pensamento identitário como algo homogêneo, monolítico, puro e unitário, pode-se tratá-lo como uma totalidade complexa, heterogênea e que não deve ser reduzida a uma suposta essência ³¹².

A história de uma cidade prescinde, portanto, da discussão da construção de seu espaço e dos seus usos cotidianos para que a democracia se produza até mesmo nas oportunidades igualitárias de acesso aos bens culturais³¹³ que permitem admirar o passado sem engessá-lo nem reproduzi-lo. Faz parte do ofício do historiador apontar as lacunas do saber histórico, não por mera vaidade, mas pelo prazer da produção científica³¹⁴.

Como é possível perceber, a entronização desse bem específico de Corumbá dependeu em grande parte da produção de determinada historiografia que se tornou lugar comum e que possui um efeito multiplicador muito grande, visto que vários estudantes universitários foram formados dentro dessas perspectivas que sacralizaram o passado, impedindo-lhes a possibilidade de compreender o patrimônio de maneira mais complexa.

Memorialistas como Augusto César Proença³¹⁵, Abílio Leite de Barros³¹⁶ entre tantos outros que possuem o mérito de reunir e publicar suas

³¹² ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade. Considerações sobre a historiografia de Mato Grosso. (1904-1983)**. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, São Paulo, 1998, p.22

³¹³ MAGALHÃES, Aloísio. "Bens culturais". **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. São Paulo: MEC/IPHAN, v. 20, número 02, p. 40-44, p. 40, 1984.

³¹⁴ FUNARI, Pedro Paulo de. "Memória histórica e cultura material". **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 13, número 25-26, p. 17-31, set/ago, 1993.

³¹⁵ PROENÇA, Augusto César. **Pantanal, gente, tradição e história. Ensaio sócio-histórico**. Ed UFMS, Campo Grande, MS: 1997.

³¹⁶ BARROS, Abílio Leite de. **Gente pantaneira. Crônicas de sua história**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

impressões, precisam ser lidos a contrapelo, de acordo com as premissas de Walter Benjamin³¹⁷, para evitar ser absorvido pelas representações que estes produzem sobre o passado. As análises do referido filósofo cabem muito bem à discussão em pauta, pois, o autor entende que *o passado precisa ser arrancado ao conformismo e o historiador é aquele que tem o dom de despertar no passado as centelhas da esperança*³¹⁸.

Partindo de uma perspectiva mais simples, mas admirando a força do pensamento deste intelectual alemão, acredito que uma leitura a contrapelo das próprias publicações do IPHAN como a obra de divulgação **Corumbá. História construída no Pantanal**, revela que muitas delas pecam por repisar as mesmas representações que critiquei anteriormente. O poder da memória é tão marcante que a referida publicação baseou-se em referências bibliográficas anacrônicas, como as que já foram discutidas. Desta forma a visão ufanista e comemorativa do patrimônio se perpetuou e não se vislumbrou espaço para a implementação do utópico, mas empolgante projeto *marioandradiano* de diluição da arte na vida.

É preciso destacar o papel da **Universidade Federal de Mato Grosso /UFMT** e da **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS** que muito contribuíram para a discussão sobre a produção historiográfica na região. Tais instituições apresentaram propostas, validando o anseio de segmentos sociais significativos, para que houvesse a competente proteção patrimonial. O caso do **Forte de Coimbra** é modelar nesse sentido:

Por se ter coberto de glórias na defesa da fronteira no período da Colônia e do Império, o Forte de Coimbra merece ser conservado como padrão histórico. Tendo

³¹⁷ BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³¹⁸ Ibid., p. 224.

*resistido aos guaicurús, aos espanhóis e aos paraguaios, não pode agora sucumbir ao abandono e ao desamor por nossa história. Por esse motivo a UFMT, dentro do programa de Inventário do Patrimônio Histórico e Artístico Mato-Grossense do DEPEs, requereu ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o seu tombamento com Monumento nacional*³¹⁹.

É preciso, contudo, dissecar textos com séria carga ufanista, como o citado, e entender as razões implícitas de seu formato e conteúdo para, em conjunto, analisar também como o poder público absorveu a idéia de preservação, no instante em que se mobilizou uma considerável parcela da sociedade para a campanha pelo tombamento do Casario do Porto, o principal bem em questão. O que interessa compreender é como foi pensado o passado naquele momento histórico, especificamente na década de 70 do século passado, e com que interesses o administrador público encampou tal proposta, se surgiram conflitos, propostas de tombamento de outros bens, etc. Trata-se de compreender o poder da *linguagem autorizada* e o desenvolvimento das lutas para impor representações, por isso uma análise historiográfica foi necessária ao início dessa discussão.

O IPHAN recebeu a proposta de tombamento do bem em questão em 1982, quando a **Prefeitura Municipal de Corumbá** era administrada por Fadah Gattass. Prefeito nomeado pela ditadura em crise, na época em que os municípios de fronteira eram considerados áreas de segurança nacional e não realizavam eleições. Como não houve um entendimento imediato entre o órgão patrimonial e a Prefeitura, o processo normalmente complexo alongou-se, pois à época o órgão decidiu que estudaria o projeto, visto que havia

³¹⁹ MOURA Carlos F. **O Forte de Coimbra. Sentinela avançada na fronteira. 1775-1975** II Centenário Edições UFMT. Cuiabá, 1975, p. 69.

controvérsias quanto às dimensões da área tombada, bem como quanto ao tamanho da área de entorno que poderia provocar descontentamentos entre os proprietários, caso fosse decidida uma proteção em bloco de um conjunto extenso e heterogêneo de edificações³²⁰.

Fadah Gattass assinou o Decreto n.º 129/85, estabelecendo provisória e precariamente a proteção municipal ao conjunto arquitetônico portuário, enquanto tramitava a discussão do tombamento federal, uma vez que são lícitos os tombamentos municipais e estaduais. Porém, somente em 1992 foi estabelecida uma lei municipal consensual, produto de conversações entre o executivo local, os vereadores e o **IPHAN** que resultou na Lei n.º 1279/92, enviada à Câmara de Vereadores tendo como anexo a Mensagem n.º 10/92 que explanava as matrizes do pensamento preservacionista, defendendo a necessidade de proteger o Casario do Porto:

Por compreender que um povo sem memória é politicamente vulnerável e culturalmente empobrecido. [Para ele] o abandono dos valores do passado, a destruição de nossos referenciais arquitetônicos e de obras de arte, o desconhecimento das criações culturais dos que nos precederam ameaçam a própria identidade de um povo e, mais que outros fatores, caracterizam um quadro de subdesenvolvimento ³²¹.

Esta mensagem do Prefeito constitui-se em rico material para análise das concepções de cultura não somente de Fadah Gattass como também de seu Secretário de Educação e Cultura, Jorge Ferreira, bem como de toda sua equipe técnica. A preocupação com a preservação da memória no referido texto indica uma noção estática do passado. De acordo com o que se

³²⁰ Ofício sem número encaminhado ao IPHAN em 27/8/1992 pela Prefeitura Municipal de Corumbá.

³²¹ Prefeitura Municipal de Corumbá. Poder Executivo. Mensagem n.º 10/92 enviada à Câmara Municipal.

percebe da mensagem, a memória é um repositório, espaço para guardar e não para refletir, templo sagrado, imagem que se associa à célebre e conhecida frase de Tito Lívio: *história, mestra da vida*³²².

É extremamente importante e válida, por outro lado, a preocupação com a cultura do povo que propicia reflexões sobre a política de proteção patrimonial. Isto porque a própria *ausência de memória* do povo é indicativa de muitos outros problemas que ainda hoje não foram discutidos pela política cultural do município de Corumbá. Esta ausência é indício de um não-compartilhamento de valores provocados pelo aumento dos índices de pobreza e marginalidade, pelo pequeno alcance das ações educativas convencionais, aumento das migrações, entre outros fatores que impedem que as elites estabeleçam um consenso na crença de que o passado e a cidade pertencem a todos, como um bem comum ancestral.

Levando a questão da ausência de memória para o campo filosófico é possível afirmar, de acordo com Choay, que a ausência de preocupação com o passado decorre, dentre outros fatores, de um processo lento marcado pelo advento da era da informática:

*(...) a partir de então, memórias artificiais e sistemas de comunicação cada vez mais eficientes se desenvolvem em escala planetária e se associam a atividades cada vez mais diversas e complexas, refletindo-se num processo de reação, sobre comportamentos e mentalidades*³²³.

³²² Esta afirmação emblemática do historiador romano foi também utilizada pelo deputado estadual Milton de Figueiredo por ocasião de seu projeto de lei apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso no ano de 1963 que possuía como objetivo a criação de um concurso para a constituição de livros escolares sobre a história e a geografia do Estado. Maiores detalhes em: “Trabalhos didáticos sobre História e Geografia de Mato Grosso darão prêmios de Cr\$ 150.000,00”. Folha da Tarde. Corumbá, MT, p. 02, 20/8/63.

³²³ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano V. Machado. São Paulo: Estação liberdade: Ed.UNESP, 2001, p. 241

Choay entende que a superação das limitações espaço-temporais possibilitadas pelas modernas tecnologias colaboraram para as mudanças nas formas de pensar, sentir e se relacionar com a natureza e com o espaço edificado, pois há uma desvinculação crescente entre o homem e o lugar e o seu fazer, processo esse provocado pela potencialização das capacidades humanas desde a materialização das tecnologias de última geração. Em suma, desde o início do século XX em países como o Brasil foram sendo oferecidas *próteses*, ou seja, tecnologias, que vão se encaixando no cotidiano humano atrofiando antigas capacidades como a memória, colaborando para o processo de incompreensão do patrimônio cultural. Afirma a autora francesa que não ignora a dimensão social e econômica do problema que engendrou a crise da memória nas sociedades contemporâneas, porém, se ateve mais especificamente ao componente cultural desse processo.

Walter Benjamin apresentou teorias que inspiraram Choay³²⁴ e que merecem ser discutidas ao prosseguir na análise da mensagem do Prefeito Fadah Gattass. Afirmou que a crise da memória nas sociedades contemporâneas está ligada ao enraizamento e expansão do processo capitalista que contaminou e anulou a experiência coletiva e a narrativa tradicional. O autor interpretou a mudança de maneira estética, o que permitiu um enriquecimento da discussão que desenvolvo. Para ele, pelo menos três problemas/constatações se apresentam:

(...) a) a experiência humana transmitida pelo relato deve ser comum ao narrador e ao ouvinte. Pressupõe, portanto, uma comunidade de vida e de discurso que o rápido desenvolvimento do capitalismo, da técnica,

³²⁴ A obra de Benjamin, assim como a obra de Bourdieu são básicas para a construção dos raciocínios da autora para tanto verificar páginas 233 e 234 para verificar a alusão a **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. In: CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano V. Machado. São Paulo: Estação liberdade: Ed.UNESP, 2001.

sobretudo, destruiu. Enquanto no passado o ancião que se aproximava da morte era o depositário privilegiado de uma experiência que transmitia aos mais jovens, hoje ele não passa de um velho, cujo discurso é inútil.

b) Esse caráter de comunidade entre vida e palavra apoia-se ele próprio na organização pré-capitalista do trabalho, em especial na atividade artesanal.

c) A comunidade de experiência funda a dimensão prática da narrativa tradicional. O depauperamento da arte de contar parte, portanto, do declínio de uma tradição e de uma memória comuns, que garantiam a existência de uma experiência coletiva ³²⁵.

Dessa forma, a *perda de cultura* da maneira concebida pelo Prefeito de Corumbá em questão é inevitável, pois, não se pode eliminar o Capitalismo produtor de tecnologias denominadas por Choay como *próteses*, responsáveis em parte pelo processo de perda da memória. A alternativa mais adequada, segundo ela seria romper com,

Os traços narcisistas que existem [nas concepções patrimoniais que evidenciam que] o patrimônio teria perdido sua função construtiva, substituída por uma função defensiva, que garantiria a recuperação de uma identidade ameaçada ³²⁶.

Romper com o narcisismo do patrimônio significa superar o fetiche pela beleza da civilização, recuperar o seu aspecto cognitivo e antropologizá-lo, ou seja, entendê-lo como produto de culturas que possuem historicidades

³²⁵ BENJAMIN, Walter. Op. cit., p. 10-11.

³²⁶ CHOAY, Françoise. Op. cit., p.241.

diferentes ainda que dentro de um mesmo país. Essa tarefa não é algo fácil, mas também não é completamente utópica e passa certamente por uma revisão dos programas de educação patrimonial e por uma maior organização da sociedade civil, nesse sentido.

O conceito de *perda de cultura* remete às discussões de Canclini sobre o conceito de cultura e sua dinâmica, que apresentou conclusões mais otimistas sobre o fenômeno do relacionamento do homem com seu passado e a globalização, que interessa à problemática do patrimônio, porque da noção de perda, de esvaziamento, decorre a sofreguidão em guardar e preservar nos museus. Para Canclini:

(...) todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade, os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento³²⁷.

Se não há *perda de cultura*, observando-se a tese deste antropólogo argentino, a afirmação do Prefeito citado de que há um *empobrecimento cultural* não procede e isso conduz à indagação sobre a noção de cultura esposada por este administrador público a essa época, para que tal afirmação fosse divulgada. Com isso a *perda de cultura* deve ser encarada como a destruição do Casario do Porto que se constituiu para a Prefeitura em *marco civilizatório* e que abandonado significaria uma perda para a *cultura corumbaense*.

A noção de identidade de um povo constante do referido documento encaminhado ao Legislativo Municipal remete à discussão para as instigantes

³²⁷ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 348.

afirmações do intelectual anglo-indiano Homi K. Bhabha. Segundo ele a identidade estaria ligada ao discurso da cultura nacional e, conseqüentemente da formação da nação. A identidade da região, em especial a corumbaense, emerge necessariamente, de determinados conflitos que obrigam atores sociais a defini-la. Certamente a crise econômica vivida pelo município nos anos 80, as migrações, a presença significativa de bolivianos e árabes e a ausência de representatividade política de Corumbá por várias legislaturas, indicou a necessidade de uma definição da identidade corumbaense como uma tentativa de retomada do desenvolvimento econômico, a partir da renovação da auto-estima local que pudesse congregiar esforços nesse sentido.

Bhabha afirma que a identidade nacional é uma falácia, portanto, a identidade regional também o é, posto que as identidades são múltiplas, produto de diferentes matrizes étnicas e sociais, em que cada grupo produz sua cultura e pode não se identificar com a dita cultura regional, que pode ser muito mais um constructo do que algo natural. Desmonta-se com base nessa proposição, todo o discurso oficial que, mesmo sendo bem intencionado, teve demonstrada sua limitação técnica e política.

Para concluir essa discussão reportando às contribuições de Pierre Bourdieu, às concepções preliminares acerca do trinômio *patrimônio, poder e região*. Para pensar o patrimônio é preciso perguntar o que determinado conjunto arquitetônico representa, de fato, para uma determinada região, de que maneira grupos políticos específicos participam da política de proteção patrimonial e de que maneira, com que critérios, decide-se tomar isso ou aquilo e ainda que representações esse grupo político produz e vincula na cidade e no Estado, por exemplo.

Através da reflexão teórica de Bourdieu foi possível perceber que a política de proteção patrimonial contribuiu para assegurar a especificidade cultural de municípios que, como Corumbá não possui atualmente destaque

político estadual significativo e que procurou, através da evocação de uma memória, o **Album Graphico** é exemplar, resguardar às elites o direito de continuar dirigindo a municipalidade, bem como assumiu uma posição de *vítima* no processo que culminou com a estagnação da região, a partir da segunda metade do século XX, segundo Zorzato³²⁸.

É notório que as elites utilizaram o patrimônio, segundo Bourdieu uma *produção simbólica*, como um instrumento de dominação. Porém, esse processo se fez de maneira velada e sem *maquiavelismos* no cotidiano da cidade e de sua vida política em uma trajetória oscilante em que os atores sociais produziram discursos bastante semelhantes em defesa da região sobretudo, em momentos em *que esteve em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas...*³²⁹.

É o que acontece quando em campanhas políticas como a do pleito 2002, determinados indivíduos que possuem, inclusive, seus ancestrais citados no **Album Graphico**, evocaram sua *tradição*, sua *identidade pantaneira* denunciando os estrangeiros que pediam votos, bem como *satanizavam* a capital do estado, colocando-a como *algoz de Corumbá*, em um claro exemplo de estetização da política³³⁰ e de personificação das paisagens³³¹.

As lutas regionais pelo poder, segundo ainda Bourdieu, permitem concluir que a produção de uma memória consensual em torno da legitimidade do pertencimento do poder político e econômico a determinados grupos passa pela criação de determinados monumentos, que após adquirirem

³²⁸ ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH, USP, São Paulo: 1998. p.420.

³²⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Thomaz. Lisboa: DIFEL. p. 124.

³³⁰ HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail V. Sobral e Maria S. Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998. p.256.

³³¹ A esse respeito ver o artigo “São Paulo tenta tirar ICMS do gás de MS”. **Gazeta Corumbaense** (sem data e sem paginação).

um valor simbólico colaboram para alicerçar uma trajetória, digamos coerentes, de determinados grupos políticos como detentores do poder no município, o que explica, em parte, a *tradição* de determinadas famílias nos principais cargos públicos da cidade.

Para o Estado de Mato Grosso do Sul, bastante jovem, com seus vinte e seis anos, a idéia do tombamento do Casario do Porto de Corumbá significou uma contribuição relevante ao processo de construção de uma identidade, visto que a divisão do Estado estabeleceu um vazio identitário ao romper com as narrativas históricas que vinculavam o Mato Grosso uno a uma ancestralidade bandeirante paulista. Ao jovem Estado restava mapear a ocupação de sua capital, Campo Grande, exaltar seus ancestrais mineiros, pesquisar a migração gaúcha que incrementou a colonização do sul e, principalmente, buscar na região de Corumbá as bases de sua identidade, vinculadas a um passado indígena e português, à Guerra do Paraguai e ao *cosmopolitismo* da cidade no início do século XX. Se Campo Grande é uma cidade nova que possui apenas um século de vida e o sul desenvolveu-se com uma ocupação que ameaçava a produção de uma identidade autônoma para o Oeste do Estado foram endereçadas as esperanças de constituição de uma identidade própria e não menos ufanista e comemorativa.

Assim, o projeto de tombamento do referido bem portuário esteve intimamente associado às aspirações do Governo Estadual que ainda, de maneira incipiente iniciava uma política cultural enfocando a questão do patrimônio. Uma prova do início dessas experiências identitárias reside no uso de nomes de populações indígenas, especialmente as dadas como extintas, como é o caso dos Guaicuru, para nomear órgãos públicos com o objetivo claro de vincular o sul mato-grossense a uma passado indígena mítico. Também foi proposto que o adjetivo Guaicuru fosse utilizado para marcar, ou

seja, delimitar melhor teoricamente, a identidade dos habitantes do novo Estado.

A Mensagem de Fadah Gattass já citada, enviada à Câmara de Vereadores, alertava sobre a necessidade de proteger o Casario do Porto, possuía um projeto de lei minucioso. Destaco para comentário os seguintes itens:

II Tramitação do processo:

b) Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico/COMPHAC.

O Conselho, a partir do momento em que estiver regulamentado, examinará o projeto segundo: os pareceres recebidos critérios e normas de proteção e preservação histórica e cultural e ambiental e, encaminhará o processo ao Prefeito Municipal no prazo determinado por regimento interno.

V Fiscalização

No momento da execução da obra, qualquer alteração no projeto aprovado ou não cumprimento das exigências poderá trazer, como consequência, o embargo da obra pela Secretaria Municipal de Viação e Obras/SMOV³³².

No item b, que trata do **COMPHAC**, revela a distância desanimadora que existe entre a legislação e sua prática, pois desde a aprovação deste projeto de lei em 1992, até os dias atuais não se observa a ação desse órgão que ainda não teve sua regulamentação homologada pela Câmara de Vereadores. Agravante para o problema é o desconhecimento total por parte da coordenadora do **Programa Monumenta** Tânia Dantas sobre

³³² Prefeitura Municipal de Corumbá. Poder Executivo. Mensagem nº 10/92 enviada à Câmara Municipal.

essa legislação e seu histórico, o que resulta no abandono das proposições bastante úteis expostas pelo então Prefeito Fadah Gattass.

Esse despreparo do poder público corumbaense para tratar com a política cultural revela também o quanto a sociedade civil está desorganizada para um planejamento democrático para as ações de preservação e promoção da cultura. Tomando por base a cidade de Cuiabá que, embora mais velha e com maior arrecadação de impostos, portanto, com maior infra-estrutura, constitui-se em parâmetro interessante para as críticas desenvolvidas nesta Dissertação. Um exemplo claro está na parceria desenvolvida entre a Prefeitura de Cuiabá e o **IPHAN** dirigido por Cláudio Conte, que após travar uma séria luta com comerciantes locais, conseguiram preservar as fachadas do Centro Histórico daquela capital, retirando elementos que as descaracterizavam ³³³.

Na referida cidade a política cultural é algo planejado e conta com pessoas qualificadas que demonstram trabalho organizado em torno das ações culturais do município. Para Corumbá essa afirmação apresenta-se como uma meta a atingir, pois, o município ainda hoje não possui um Conselho Municipal de Cultura, orientação estabelecida pela Constituição de 1988, o que demonstra, por parte dos vereadores e do atual Prefeito pouca predisposição para investir em atividades culturais que comecem pelo livro e que se estendam ao teatro, cinema, etc.

O item V, chamado fiscalização, constitui-se também em outro conjunto de afirmações de pouca utilidade prática. Não há registro, por parte do poder público municipal, de nenhuma obra que tenha sido embargada, caso possuísse significação arquitetônica para a cidade. Aqui devo ressaltar que nem o **IPHAN** conseguiu uma fiscalização efetiva pelo fato de sua jurisdição ter um território muito amplo a fiscalizar a partir de Campo Grande. Mas a

³³³ CONTE, Cláudio Quoos. **O tombamento do Centro histórico**. Cuiabá, MT: IPHAN, s/d.

crítica permanece porque é o município o espaço privilegiado para as ações localizadas, pontuais que incidem, sobretudo, sobre o perímetro urbano. Cabe à Prefeitura coordenar as ações de proteção patrimonial, mas isso não vem sendo feito efetivamente.

A legislação de proteção de Corumbá foi aprovada em 1992 sob o n.º 1279, mas significou muito pouco para o patrimônio tombado, posto que muitos desses bens encontram-se em péssimo estado de conservação, ou sofrendo danos em sua estrutura. Como evidência desse processo é possível observar as multas aplicadas pelo **IPHAN** via Ministério Público contra cidadãos que, muitas vezes, desconhecem a legislação específica e por falta de profissionalismo por parte de proprietários de imobiliárias, muitas vezes são prejudicados, como ocorreu com Geisa Amorim cuja família é proprietária de um barco-hotel. Tendo locado um imóvel tombado à rua Manoel Cavassa, nº 228, em 2003, realizou uma pequena reforma. Sem autorização, modificou o piso original e ergueu paredes internas, o que lhe custou uma multa considerável.

No conjunto dessa legislação não existe nenhuma referência quanto aos procedimentos que devem ser adotados pelas imobiliárias em relação aos imóveis tombados. Não há discussões de cláusulas específicas, nem observações sobre a legislação federal, resultando em desestruturação dos prédios, multas e em um maior distanciamento da instituição pensada por Mário de Andrade com seu público alvo, população local.

Mais problemática ainda, é a relação dos proprietários de imóveis tombados com o atual **IPHAN** e a **Secretaria Municipal de Infra-Estrutura**, pois, segundo o arquiteto José Roberto Gallo,

(...) desde o instante em que se aventou tombar a região portuária muitos proprietários se alvoroçaram e iniciaram

reformas e demolições antes que os procedimentos legais acontecessem, pois agiam premidos por um imaginário eivado de deformações em torno da política de bens patrimoniais. Assim muita coisa se perdeu e muito ainda se perde, porque com pequenas alterações aqui e ali, muitos imóveis vão sendo descaracterizados, seja por desconhecimento ou atitude abertamente criminosa³³⁴.

Outro depoente, Moysés Amaral, em declaração similar afirmou que não compreende *os critérios do IPHAN e do poder público para autorizar reformas e demolições. Muitos prédios bonitos, com estilo inigualável foram destruídos com a anuência dos órgãos oficiais somente por estarem fora da área tombada, resultando em clara perda para a nossa cultura³³⁵.*

A ação do **IPHAN** no município desde que foi considerado patrimônio o Casario do Porto, não tem sido mais organizada e contínua que a dos órgãos municipais. Até 1984 não havia escritório do órgão em Mato Grosso do Sul. No entanto, a necessidade de melhor fiscalizar levou o referido órgão a optar pela descentralização, criando o escritório de Campo Grande que se desvinculou da jurisdição a que estava submetido, sediada no Estado de São Paulo.

O escritório do **IPHAN** em Campo Grande denomina-se, dentro do organograma jurídico da **Instituição, Sub Regional** administrado pela arquiteta Margareth Ribas desde 1999, tendo seu trabalho vinculado à **14ª Superintendência Regional do IPHAN**, presidido pela também arquiteta Salma Sadi, com sede em Goiás, que subordina também os escritórios de Mato Grosso e Tocantins.

³³⁴ Entrevista realizada em 13/02/04. Campo Grande, MS.

³³⁵ Entrevista realizada em 11/01/04. Corumbá, MS.

Atualmente existem vinte e nove unidades do **IPHAN** no Brasil espalhadas estrategicamente pelo território nacional, todas com autonomia orçamentário–financeira, lideradas pelo Escritório Central com sede no Rio de Janeiro, estabelecido na primeira sede do Ministério da Educação e Saúde, construída na década de 1930, conhecido como palácio Gustavo Capanema.

No Estado de Mato Grosso do Sul as ações mais importantes do **IPHAN** restringem-se ao patrimônio paisagístico e arquitetônico, contemplando três bens significativos, a saber:

- a) Tombamento do Forte de Coimbra
- b) Tombamento do Casario do Porto
- c) Tombamento das Grutas de Bonito

Há também um bem de natureza imaterial, a Viola de Cocho, único bem desse tipo no Estado de Mato Grosso do Sul que será estudado posteriormente com detalhes. A arquiteta considera que sua gestão tem,

(...) conseguido afirmar-se positivamente porque tem proporcionado visibilidade ao órgão, tem buscado parcerias com instituições como a Prefeitura Municipal de Campo Grande, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Prefeitura Municipal de Corumbá, entre outros órgãos e entidades afins para promover ações de pesquisa, proteção e educação patrimonial. Além disso, há projetos em andamento como o do patrimônio imaterial indígena Terena que promete novas perspectivas para o trabalho desta agência ³³⁶.

No entanto, muitos problemas, apresentam-se na administração regional do órgão. De acordo com a própria Margareth Ribas há problemas

³³⁶ Entrevista realizada em 15/ 08/03. Campo Grande, MS.

com orçamento exíguo, premência de concurso público para a criação de um quadro efetivo suficiente para o desenvolvimento das ações de educação e pesquisa³³⁷, principalmente. Acrescentaria que a melhora da política patrimonial no Estado e, em especial em Corumbá depende, também de uma maior aproximação do órgão com a população através de projetos de educação patrimonial e de cultura imaterial que abrem novas perspectivas sobre o papel social do órgão, superando a função policial com ações arrojadas. Friso também que a distância entre as cidades de Corumbá e Campo Grande inviabiliza uma fiscalização eficiente e indica a necessidade de abertura de um escritório do instituição patrimonial em Corumbá.

O órgão no ano de 2002 tentou estabelecer em Corumbá um escritório com a colaboração do Governo Estadual que lhe cedeu uma sala nas dependências da **Casa de Cultura Luis de Albuquerque**, mas não houve condições de permanência da arquiteta Giovane Teodoro de Brito e, ao final de aproximadamente um ano, o escritório foi fechado porque o **IPHAN**, em sua estrutura organizacional não comportava a figura do escritório técnico, que foi a forma jurídica encontrada para a manutenção de uma representação do órgão no município de Corumbá, o que inviabilizou o pagamento de salário a arquiteta.

Nesse período a agente do **IPHAN** iniciou um trabalho de sondagem e conscientização dos munícipes e autoridades para desenvolver parcerias com os proprietários de imóveis tombados, bem como um programa de educação patrimonial, que não foi efetivado devido ao pouco empenho da Secretaria de Educação nesse procedimento, visto que de acordo com o depoimento da arquiteta, o programa de educação patrimonial já estava estruturado restando apenas discutir a sua implementação com a referida

³³⁷ Não há concurso Público Federal para provimento de cargos no IPHAN desde 1983. De acordo com GALVÃO JUNIOR, José Leme. **Patrimônio cultural urbano. Preservação e desenvolvimento.** Dissertação de Mestrado. Brasília: FAU/UnB, 2001.

Secretaria à época dirigida por Lígia Baruki (1997-2001) e desde 2001, gerida por Julieta Gonzáles, que, por seu turno, não produziu nenhuma ação política no intuito de promover a educação patrimonial.

Fechado o escritório, a cidade recebeu visitas pontuais da arquiteta Margareth Ribas para efeito de inspeções rotineiras em obras na área tombada e de entorno. O balanço que se apresentava das ações patrimoniais não era positivo, e indicava a necessidade de dinamização e reestruturação de órgãos e políticas públicas que pudessem verdadeiramente inserir o patrimônio no cotidiano dos cidadãos.

Um segundo momento da história das políticas públicas para o patrimônio na cidade de Corumbá apresenta-se após a eleição de Eder Moreira Brambilla para Prefeito em 1996, que através de seu Secretário de Meio Ambiente e Turismo, tenente-coronel Ângelo Rabelo, no ano de 1997 iniciou uma discussão interna sobre o alavancamento do turismo no município e, conseqüentemente, previu uma reflexão sobre as funções do Patrimônio.

Em setembro de 1998 o Escritório de Arquitetura A3 dirigido pelo arquiteto João Bosco Urt, apresentou à referida Secretaria o Projeto: **Porto Geral do Pantanal/Plano de Revitalização do Porto Geral de Corumbá, MS**³³⁸, que se constituía em uma proposta de intervenção na área portuária com o intuito de adequar a localidade ao turismo através de uma série de obras que facilitassem o Ecoturismo e a fruição do Casario. No entanto, o documento, aberto a novas possibilidades, não tratava da população local como componente desse espaço turístico. As comunidades de pescadores, trabalhadores do comércio e pequenos empresários do Cais não foram levados em consideração no planejamento da atividade urbanística, que parecia muito

³³⁸ Estudo Preliminar (set/98). Arquitetura A3 S/C Ltda. Impresso.

mais preocupada em desenvolver cenário para o turista do que efetivamente apresentar propostas de qualidade de vida à população.

Caso o projeto fosse realmente implementado todas as obras e o movimento do rio Paraguai decorrente do incentivo aos esportes náuticos e a ocupação e fechamento das áreas de barranco dificultariam a pesca artesanal dos ribeirinhos e o lazer das famílias pobres que ocupam o Cais do Porto, principalmente nas férias escolares, pois, o rio se constitui em um espaço de sociabilidade bastante antigo, destinado à recreação popular.

Importante lembrar que antes da chegada da água encanada através da **Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul/ SANESUL**, dezenas de lavadeiras desciam até o referido local, na década de 1960, para lavar roupas. Com elas seguiam filas de meninos e meninas que se divertiam nas águas escuras do rio³³⁹, o que demonstra que a paisagem pode ser apropriada de diferentes maneiras pelos munícipes capazes de atribuir significados completamente distintos aos lugares ao longo do traçado de seus caminhos pela urbe, marcados pelo trabalho principalmente. A espontaneidade e a irreverência eram tantas que um jornalista da cidade chegou a afirmar em 1950 em **O Momento** que, *era necessário coibir determinados banhistas que insistiam, muitos já adultos a tomarem banho só de cuecas ou pelados*.

A obra de intervenção poderia gerar problemas de dimensões muito subjetivas conforme já foi demonstrado e, de acordo com a pesquisa de Heloísa Gama de Oliveira, que trabalhou com uma comunidade na Serra do Cipó em Minas Gerais, os habitantes pobres do local perderiam muito com intervenções como essas. Conforme uma de suas depoentes explicou houve uma espécie de mal-estar entre os ribeirinhos, pois:

³³⁹ De acordo com depoimento de Eulália Messias Rondon, 23/9/03. Corumbá, MS.

*A gente fica sem graça, com o rio todo cercado, caçando beirinha aqui e ali, pra poder entrar...logo nós que crescemos com ele[o rio] do nosso lado, já fazendo parte da vida da gente*³⁴⁰.

Embora o projeto não apresentasse previsão de fechamento das margens do rio Paraguai em sua porção mais central, esse processo já ocorreu nas porções mais afastadas do centro urbano da cidade, onde populações como os moradores do Bairro Universitário confrontam-se com antigos caminhos fechados à passagem de pedestres pela ação ilegal de proprietários que possuem bens próximos às margens. A **Constituição Federal** de 1988, afirma claramente no Artigo 20 que,

São bens da União:

*III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e a praias fluviais*³⁴¹.

A Assessoria de Comunicação da Marinha do Brasil esclareceu que, *a ocupação das margens do rio Paraguai é ilegal e os cidadãos que se sentirem lesados devem denunciar aos meios competentes, Marinha e Ministério Público para que as medidas cabíveis sejam tomadas*³⁴². Contudo, o referido projeto do escritório A3 não foi implementado porque, segundo o Secretário Rabelo, o alto custo e a necessidade de parceiros, como o Governo

³⁴⁰ OLIVEIRA, Heloisa Gama. “Construindo com a paisagem: um projeto para a Serra do Cipó”. In: MURTA, Stela M. ; ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002, p.233.

³⁴¹ Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. 25ed. São Paulo: Saraiva, 2000. Título III, capítulo III.

³⁴² Assessoria de Comunicação da Marinha do Brasil, 09/01/04, .Ladário, MS.

Estadual e Bancos internacionais, para financiar a obra acabaram por inviabilizar a execução do mesmo³⁴³. O escritório A3, pelo que consta no documento, conta apenas com arquitetos em seu corpo técnico e creio que esta seria uma das causas para a pequena atenção que foi dada às questões socioculturais que envolvem a revitalização do Porto.

O terceiro e culminante aspecto das ações de política patrimonial no município está ligado ao desenvolvimento do **Programa Monumenta** que contemplou o conjunto arquitetônico do Casario do Porto para efeito de revitalização e urbanização. Constitui-se em um conjunto de investimentos da ordem de oito milhões de dólares financiados pelo **Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID**, pelo Governo Federal e pela Prefeitura Municipal, inicialmente o ingresso da cidade no **Programa** dependeu de certas diretrizes estabelecidas pelos parceiros deste Projeto:

É necessário atender a um conjunto de critérios estabelecidos. Contar com um sítio histórico tombado pelo IPHAN em área urbana, mostrar capacidade financeira da prefeitura para arcar com as despesas de conservação dos bens restaurados, comprovar sua capacidade operacional para elaborar documentos técnicos e jurídicos para a implementação do Programa, bem como mecanismos para execução das obras, evidenciar a adesão ao Monumenta pela comunidade local, implantar um grupo-tarefa para dedicar-se exclusivamente à implementação do Programa e criar, por meio de lei municipal o Fundo de Preservação³⁴⁴.

³⁴³ De acordo com entrevista concedida pelo Secretário de Meio Ambiente Cultura e Turismo, Ângelo Rabelo em 29/5/03. Corumbá, MS.

³⁴⁴ **Programa Monumenta 2002**. Brasília: MinC, 2002 (sem paginação).

Para candidatar-se, a Prefeitura Municipal de Corumbá estabeleceu um abaixo-assinado e desenvolveu um estudo denominado **Estudo de viabilidade sócio-econômica** que pretendia apresentar a exeqüibilidade das obras referida no município. A cidade recebeu a visita de vários representantes do **IPHAN** e do **Ministério da Cultura**, mas a culminância dos trabalhos de promoção do nome do município ocorreu com a visita do representante do **BID**, Francisco Iglesias, que verificou a realidade local, conferindo na oportunidade os enunciados da proposta de intervenção. Moysés dos Reis Amaral foi indicado para acompanhar o referido visitante com o intuito de desenvolver com concisão uma narrativa sobre o passado e as especificidades de Corumbá, que a tornaram candidata aos financiamentos do **Programa**, incluída no conjunto das cidades selecionadas, obteve a confirmação em 2001. A partir dessa data estava inscrita junto com vários outros municípios de diferentes regiões do país em um pacote de obras que prometia imprimir novos rumos à economia local tendo como base o turismo histórico-cultural.

A campanha pela inclusão da cidade de Corumbá junto aos órgãos financiadores e sua posterior aprovação foi apropriada de diferentes maneiras pelos atores envolvidos e gerou alguns dividendos políticos claramente vinculados pelos meios de comunicação. A então deputada pelo Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB, Marisa Serrano mereceu destaque por parte de um Jornal corumbaense que divulgou a seguinte matéria:

*A deputada Federal Marisa Serrano considerada a madrinha do Monumenta para os corumbaenses, disse que esse é o maior investimento cultural feito no Estado e que será uma grande janela para projetar o Mato Grosso do Sul no contexto do Brasil*³⁴⁵.

³⁴⁵ “Monumenta vai revitalizar Casario do Porto”. **Gazeta Corumbaense**. (Sem data e sem paginação).

A apropriação política pela referida deputada e pelo PSDB, local e nacional, ficou clara e na disputa eleitoral que se travou entre os candidatos José Orcírio Miranda dos Santos, conhecido como Zeca do PT, e Marisa Serrano no ano de 2003 para a eleição do Governo Estadual, esta estratégia de *marketing* foi valiosa para que angariasse a simpatia dos eleitores da região. O aval do Ministro da Cultura Francisco Weffort foi importante para a vinculação da imagem da mesma ao *folder* de divulgação do **Monumenta**.

A Prefeitura Municipal também foi beneficiada pelo ingresso no **Monumenta**. O Prefeito Éder Brambilla veiculou inúmeras mensagens televisivas e radiofônicas em que associava a revitalização do Casario do Porto às obras de sua administração. Chegou até mesmo a produzir um Informativo (nº 1, ano 1, jan./2003) para apresentar fotografias coloridas da maquete das obras do Porto, promovendo uma confusão, bastante útil à sua gestão, sobre os reais valores investidos pelas três esferas do poder público, o municipal, o estadual e o federal, visto que vinculava as obras ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano/IPTU. Essa estratégia ficou evidente quando mensagens foram veiculadas a partir de um substantivo muito marcante no imaginário popular: *redenção*. Dizia-se que *Corumbá ingressa em uma nova era, as promessas se concretizam e o Monumenta promoverá a verdadeira redenção da cidade*. *Redenção* é um termo significativo porque se opõe a *decadência* que foi utilizado por vários intelectuais e jornalistas para caracterizar a crise econômica que se abateu sobre a região portuária do município.

Pode-se afirmar que houve uma manipulação eficaz do imaginário popular, povoado de imagens de um passado glorioso que parecia transpor o passado e materializar-se no presente pelas mãos de alguns políticos, hábeis no manejo do *marketing*.

Como *decadência*, *redenção* é um conceito que expressa uma concepção cíclica da História. No entanto, essa concepção cíclica, misto de teoria conspirativa e fatalismo pensada na Idade Média, e que utilizava alegorias religiosas para os fenômenos que se acreditava impossíveis de explicitar pelo raciocínio humano ³⁴⁶, é útil aos poderes constituídos à medida que trancafiava o passado em uma cela estanque e considera os gestores públicos atuais extremamente aptos a promover o desenvolvimento, ou seja, a *redenção*, desvinculando-os de qualquer ligação com o passado.

A idéia de *redenção* não foi usada pela primeira vez em Corumbá por ocasião do **Monumenta**. É significativa, pois várias vezes assumiu contornos reais quando se divulgaram projetos para o desenvolvimento local, principalmente na imprensa. Para exemplificar, algumas reportagens e propostas nesse sentido, seguem ordenadas cronologicamente nesta Dissertação, para análise.

Em 1972 o jornal **O Momento** noticiava que o governador do Estado, José Fragelli travava conversações com o governo boliviano, na capital daquele país, para viabilizar acordos econômicos que permitiriam o escoamento da produção via porto de Corumbá. O jornalista arrematou:

De suas demarches [José Fragelli] com as autoridades bolivianas, principalmente da COMIBOL dependerá em muito o apressamento da realização de nosso futuro como mais importante porto fluvial da América do Sul ³⁴⁷.

Em 1973 o mesmo jornal noticiava que estavam sendo realizadas reuniões na Bolívia entre autoridades brasileiras e bolivianas com a presença

³⁴⁶ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Tradução Ana Rabaça. Lisboa. Publicações Europa-América, 1983, p. 13.

³⁴⁷ “O futuro corumbaense como porto fluvial”. **O Momento**. Corumbá.MT, p. 01, 1º/12/ 1972, ano XXVII, n.º 5501.

do General Ernesto Geisel para viabilizar a compra do gás boliviano que fatalmente provocaria uma enorme transformação aguardada por muitos anos pelos corumbaenses³⁴⁸.

Em 1977, o cronista João Rostey lamentava o abandono do Porto e clamava pelo reviver daquele *passado áureo*³⁴⁹.

Na edição comemorativa do bicentenário de Corumbá, em 1978, também se verificou temor quanto ao destino do Porto e sugeriu-se o desenvolvimento de um grande plano de turismo para incrementar a renda local *capaz de evitar que um passado laborioso se enferruje na inércia do tempo e do esquecimento*³⁵⁰.

Na década de 1980 sob a presidência de José Sarney, Corumbá alvoroçou-se novamente com outra tênue esperança: a da implantação de uma Zona de Processamento de Exportações-ZPE que, com incentivos fiscais de acordo com o modelo implantado na Zona Franca de Manaus/AM poderia alavancar o desenvolvimento tendo como potencialidade o corredor para o Pacífico e, conseqüentemente o mercado asiático. Também esse projeto não saiu do papel. A transição para o Governo de Fernando Collor prejudicou a referida discussão que perdeu forças políticas e o projeto foi engavetado diante de novas diretrizes econômicas adotadas.

O Gasoduto Brasil/Bolívia concretizou-se apenas no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas assim como a Hidrovia Paraguai-Paraná ficou muito aquém das expectativas populares de geração de emprego e renda.

Em pauta, há ainda uma discussão em torno da possível implantação de um pólo minero-siderúrgico no município a fim de aproveitar melhor a energia transportada pelo gasoduto e perspectivas para a

³⁴⁸ “Iniciado debate da compra do gás boliviano”. **O Momento**. Corumbá, MT, p. 02, 22/5/73, ano XXVI.

³⁴⁹ ROSTEY, João. “Recordações. Saudades do velho porto”. **O Momento**. Corumbá, MT, p. 02, 29/3/77.

³⁵⁰ LEITE, Fernando. **Corumbá histórica e turística. 1778-1978**. Corumbá, MT: Prefeitura Municipal de Corumbá, 1978, p. 13.

implantação de uma usina termelétrica como parte do programa de combate à crise energética no país.

Após todo esse percurso de esperanças, em grande parte esboroadas, é possível perceber a dimensão que assumem as obras desse programa internacional de financiamentos e a credibilidade que possuem ao prometer um desenvolvimento sócio-econômico para todos.

Muitas esperanças foram frustradas e o *marketing* da **SEMACTUR** potencializa uma confiança enorme no desenvolvimento sustentável que é a palavra chave em ecossistemas frágeis como o Pantanal. Também em jornais recentes verifica-se a exaltação das obras do **Programa Monumenta** e a supervalorização de seu significado:

*A cidade vai comemorar neste sábado o início do que vem sendo chamado de redenção cultural e econômica do porto e uma nova fase no setor de turismo que espera num futuro próximo iniciar a exploração sustentada do turismo cultural e de negócios*³⁵¹.

Criou-se uma atmosfera de grande expectativa em torno das obras do **Monumenta** que ao mesmo tempo em que permite visibilidade aos bens restaurados gera dividendos políticos à Prefeitura, uma vez que o atual Prefeito já divulgou sua pretensão de candidatar-se ao Legislativo Estadual.

O executivo estadual permaneceu por um grande período silencioso quanto a este projeto, visto que ele não decorreu da iniciativa do governo José Orcírio Miranda dos Santos, fluindo do município de Corumbá para Brasília contando com o apoio dos membros do PSDB.

As críticas e confrontos desde a aprovação do nome de Corumbá vêm ocorrendo em diversas oportunidades e demonstram o poder político que

³⁵¹ Neto, Otávio. “Monumenta beneficia turismo e cultura de MS”. **Correio do Estado**. Campo Grande, MS, 20/6/2002. Caderno 02, p.02.

essas obras encerram em si mesmas. A SEMACTUR através de seu Secretário Ângelo Rabelo afirmou em entrevista que: *o governo do Estado não possui uma política para o patrimônio eficiente, nesse sentido, eles [o governo estadual] estão apenas começando. Nós avançamos muito mais* ³⁵².

Por sua vez a Gestora da **Casa de Cultura Luis de Albuquerque**, Heloísa Urt, fez comentários que se contrapõem à afirmação do referido Secretário. Para ela,

(...) o município é o espaço privilegiado para a escuta das necessidades do cidadão, é o município que deve traçar uma política cultural atenta a esse fator. Não cabe ao Estado iniciar, desenvolver, pesquisar...O Estado pode encampar depois, dar suporte financeiro, porque o eixo das questões culturais reside no município ³⁵³.

Recentemente o Governo do Estado em convênio com a Prefeitura Municipal e o Governo Federal assinou um documento ingressando nos investimentos do **Programa Monumenta** com a obra do Muro de Arrimo do Cais do Porto, o que significa uma aparente conciliação entre facções políticas rivais, visto que o governo Estadual adquiriu prestígio de financiador das obras.

Aprovada a inserção de Corumbá no projeto referido foram iniciadas as obras e a primeira delas foi a Escadaria da rua XV de Novembro, conhecida popularmente como *Escadinha da XV*, que estava em péssimo estado de conservação. As obras foram anunciadas pelo ministro da Cultura, Francisco Weffort, em 22 de junho de 2002 na Praça Generoso Ponce, onde houve também apresentações artísticas por ocasião da Festa de São João de Corumbá. A Escadaria referida foi inaugurada em 28 de março de 2003, na

³⁵² Entrevista concedida em 21/10/03. Corumbá, MS.

³⁵³ Entrevista realizada em 15/02/04. Corumbá, MS.

solenidade estiveram presentes representantes do **IPHAN**, do governo municipal e estadual que descerraram a placa comemorativa da reforma que foi apresentada como uma obra de grande significado para o futuro turístico que se aguarda³⁵⁴. De acordo com o jornal **Gazeta Corumbaense**:

*A obra inaugural custou 141 mil reais e recuperou toda a escadaria inaugurada em 1938, que se constitui em um belo acesso ao Porto Geral de Corumbá, ligando a avenida Geram Rondon à Ladeira José Bonifácio com 126 degraus e aproximadamente 23 metros de desnível*³⁵⁵.

A questão da incorporação do patrimônio ao cotidiano das pessoas é tão problemática, conforma já foi refletido ao analisar as obras de Choay e Benjamin, que logo após a inauguração da placa comemorativa da restauração da referida Escadaria houve um ato de vandalismo contra a mesma que resultou em pichação por parte de adolescentes que chegaram a ser detidos pelo *crime* que se constitui em um petardo contra a Prefeitura diante de sua omissão quanto ao problema da educação patrimonial que até o presente momento não entrou em pauta nos órgão competentes.

Posterior à obra da Escadaria da rua XV de Novembro, iniciou-se no primeiro semestre de 2003 a obra de revitalização da Praça Generoso Ponce, próxima à referida Escadaria que se constitui em um centro de lazer e palco dos festejos carnavalescos.

A Praça já foi alvo de várias reformas, muitas delas controversas e seu ingresso no rol dos bens revitalizados/restaurados vem sendo alvo de inúmeras críticas seja pelo valor de seu orçamento, seja pelo seu caráter

³⁵⁴ De acordo com o discurso do Secretário Ângelo Rabelo no ato da inauguração. 28/3/04.

³⁵⁵ “Ministro da Cultura assina hoje em Corumbá contrato do Monumenta.” **Gazeta Corumbaense**. Caderno Cultura. (sem data e sem paginação).

aparentemente desnecessário, ou ainda pela destruição de uma memória construída naquele espaço. O poder público municipal, por seu turno não imprimiu um caráter mais transparente e democrático às suas ações, ensejando críticas que podem, até, não possuir qualquer fundamento, mas que proliferaram devido a esse encastelamento dos administradores públicos.

Os munícipes ainda não entenderam que as obras em desenvolvimento não são de restauração, e sim de revitalização que engloba um conjunto maior de fatores e,

*(...) inclui atrair de volta moradores para a área central mantendo as ruas limpas, bem iluminadas e policiadas durante 24 horas, integrando áreas comerciais e residenciais e garantindo equipamentos culturais de qualidade e transporte eficiente*³⁵⁶.

O arquiteto José Leme Galvão Júnior apresenta uma contribuição interessante para que uma reflexão sobre os limites das intervenções sobre os bens arquitetônicos de uma cidade, o que significa uma expressiva ponderação para o debate sobre as propostas de intervenção das obras do **Monumenta** também no Casario do Porto. Para ele:

Em quaisquer casos os limites representam até onde se pode fazer tal ou qual tipo de intervenção, mas é necessário não omitir o fato de que será sempre uma intervenção e, portanto, uma inserção de algo novo. Uma nova janela que, numa fachada antiga substitui de forma idêntica ou muito semelhante a anterior arruinada é aceita como inserção restauradora da feição do edifício embora seja nova nos materiais e, eventualmente, na técnica. Assim as intervenções

³⁵⁶ SILVA, Elaine. “Revitalização custa R\$ 3,7 bi em 7 capitais”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11/6/2001. **Folha Cotidiano**, p.C 01.

*dependem de avaliações prévias, planejadas ou caso-a-caso, de relações ou de pesos quanto a constituírem contribuições ou descaracterizações do bem cultural em questão*³⁵⁷.

Mas como arquiteto o autor citado adverte que muitas proposições democráticas podem travar o desenvolvimento de determinadas obras que atualmente estão plenamente aceitas na paisagem nacional e internacional. O que demonstra que muitas questões podem prescindir do aval popular, o que, em certos casos parece ser possível, porém não deve ser a regra. Conclui o autor que:

*Tomando como exemplo a pirâmide de metal e cristais projetada pelo arquiteto Pei para o Louvre, Paris, verificamos a quase imediata aceitação daquela intervenção e, portanto, igual absorção à imagem do local. Se houvesse uma enquete prévia e internacional sobre a aceitabilidade daquela construção, muito provavelmente, como soe ocorrer em consultas desse tipo, seria uma proposta derrotada, porque para a maioria dos usuários reais ou virtuais, significaria uma descaracterização forte demais para aquele patrimônio*³⁵⁸.

O pensamento de Galvão Junior conduz a uma indagação sobre a natureza do projeto de revitalização promovida pela Prefeitura Municipal, uma vez que o arquiteto afirma que muitas vezes a competência técnica pode suprir a demanda por consultas populares, se bem que a situação do **Programa Monumenta** seja bem mais complexa

³⁵⁷ GALVÃO JUNIOR, José Leme. Op. cit., p.53.

³⁵⁸ Ibid., p.53.

em Corumbá do que a reforma do Louvre porque aqui se trata de discutir o aspecto social do projeto, as representações e memórias que ele evoca em uma cidade que ficará profundamente marcada pelos rumos que se imprimir a esse projeto, nesse sentido, sem negar a perspicácia dos raciocínios citados, creio ser de suma importância a discussão do novo ritmo que se deseja imprimir à cidade. Dessa maneira, ao longo das compulsões de artigos de jornais, entrevistas e textos científicos, realizo algumas inserções das propostas do Programa através de sua principal publicação coletiva dirigida por Cícero Antônio Oliveira Tredezini³⁵⁹ e Paulo Sérgio Braga Tafner³⁶⁰ para verificar suas limitações e seus acertos que podem ser decorrentes da competência da equipe técnica e de sua sintonia com as mais recentes discussões em política patrimonial.

As propostas de intervenção por seu turno não apresentam uma conceituação clara sobre as características das intervenções a serem desenvolvidas em Corumbá. Não houve uma leitura atenta aos conceitos internacionalmente discutidos e historicamente consagrados pelas associações de arquitetos e urbanistas³⁶¹ que apresentam noções do que seja *reforma*, *restauração* e *revitalização*, entre outros termos técnicos, utilizados pela equipe já citada indiscriminadamente, o que indica uma compreensão superficial da temática da política patrimonial e nos atemoriza pelo caráter extremamente economicista da obra que buscou muito pouco respaldo de pessoas sabidamente possuidores de alto

³⁵⁹ MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003. (Avança Brasil). TREDEZINI, Cícero A. et al. **O Projeto Corumbá, MS. Perfil do projeto**. Corumbá, MS: 2000.

³⁶⁰ MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003. (Avança Brasil). TAFNER, Paulo S. B. ; SILVA, José C. F. **O Projeto Corumbá, MS. Análise de sustentabilidade financeira**. Corumbá, MS: 2002.

³⁶¹ Essas noções aparecem claramente em **Cartas patrimoniais**. 2ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p.247-251.

conhecimento técnico como o arquiteto José Roberto Gallo, especialista em intervenções em sítios históricos urbanos³⁶².

As entrevistas concedidas a jornais e canais de televisão são poucas e muitas vezes parciais e confusas, o que colabora para essa clara separação entre a comunidade que assiste a realização das obras, mero espectador, e a Prefeitura, que realiza a obra com conhecimento técnico, mas desprovido do aval popular.

A terceira questão é muito mais complexa, trata-se daqueles que reivindicam o direito à memória e identidade da Praça Generoso Ponce. Vários intelectuais como Eunice Ajala Rocha e Benedito C. G. Lima criticaram as obras que estão sendo realizadas no referido local. O segundo se expressou de maneira contundente:

Corumbá - a Capital da Cultura - tem sido ultimamente, nestes dez anos, destruída em sua herança cultural. Um furacão parece ter passado pelas instituições governamentais, ou não. Todos querem deixar um registro de sua passagem pelo poder, nem que para isso destruam e apaguem a memória histórica da Cidade Branca [como Corumbá é conhecida] com a borracha veloz da ignorância.

Apenas para recordar alguns dos prejuízos:

- a) pintura dos muros de granito do Cemitério Santa Cruz*
- b) demolição do Correio Velho*
- c) retirada do Monumento dos Trovadores da Praça Generoso Ponce*
- d) não aposição do nome do poeta Clio Proença no Mirante da Avenida [General Rondon].*

³⁶² Formado pela Universidade Federal da Bahia através do Programa de Pós-Graduação do convênio da UFBA/MinC/UNESCO. Conforme entrevista em 18/02/04.Campo Grande, MS.

Esse monumento é um registro histórico dos Jogos Florais realizados em Corumbá e é na verdade uma réplica da que existe em Friburgo (RJ), trata-se de uma lâmina sextavada, cheia de água, a guisa de um trevo de quatro folhas com um obelisco onde foram afixadas placas de bronze com as trovas premiadas. É um marco histórico, além de ser um referencial turístico. Até hoje, apesar das reformas realizadas no local, não se fala na recolocação de tal monumento assim vemos acontecer reformas milionárias num mesmo espaço e numa mesma gestão governamental, solapando a cultura, desvirtuando a nossa memória ³⁶³

A esse respeito é oportuno citar as reflexões de Maurice Halbwachs que entende que,

(...) é inevitável que as transformações de uma cidade, a simples demolição de uma casa incomodem alguns indivíduos em seus hábitos, perturbem-nos e os desconcertem. O mendigo e o cego buscam, tateando o canto onde aguardavam os transeuntes. O homem a passeio lamenta a perda da alameda onde costumava tomar ar fresco e se aflige ao ver desaparecer mais um detalhe pitoresco que o ligava a esse quarteirão. Um outro habitante, para quem esses velhos muros, essas casas decrépitas, essas passagens escuras e essas ruas sem saída, faziam parte de seu pequeno universo, cujas lembranças se ligam a essas imagens agora apagadas para sempre, sente que toda uma parte de si mesmo está morta com essas coisas e lamenta que elas não

³⁶³ LIMA, Benedito C. G. “Monumento dos Trovadores”. **Correio de Corumbá**. Corumbá, MS, 2/8/03, p.11.

tenham durado pelo menos tanto tempo quanto lhes resta para viver ³⁶⁴.

Sem desejar desvalorizar a preocupação do cidadão com a gestão urbana, Halbwachs indica que a memória coletiva é construída sobre um espaço geográfico. No caso de Corumbá esse espaço é o centro da cidade, principalmente o conjunto Porto-Praça Generoso Ponce que marcou profundamente a trajetória de muitos indivíduos como os depoentes em questão, daí a preocupação com as reformas antidemocráticas e pretensamente modernizadoras. Eunice Ajala Rocha como produtora cultural, e ex-Secretária de Educação e Cultura (1985-1987), não compreendeu as razões de tal reforma e *criticou duramente a SEMACTUR por desvirtuar a Praça e destruir sua memória* ³⁶⁵.

Importa destacar a persistência da memória e frisar o caráter antidemocrático das obras desenvolvidas pelo plano proposto, pois muitos dos depoentes, inclusive os intelectuais em questão, afirmaram não ter tido qualquer participação na elaboração do documento que serviu de base à candidatura de Corumbá aos financiamentos.

A **SEMACTUR**, através do Secretário Ângelo Rabelo, afirmou que o Monumento dos Trovadores não foi destruído e vai ser recolocado assim que as reformas forem concluídas. Durante a entrevista o Secretário aproveitou para alfinetar os intelectuais locais caracterizando-os como *saudosistas, imobilistas e bairristas* ³⁶⁶. As farpas trocadas de ambos os lados resultam da incompreensão das funções do poder público e do amadorismo da equipe técnica da Prefeitura que pode possuir pessoas bem intencionadas à

³⁶⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p.137.

³⁶⁵ Entrevista realizada em 15/09/03. Corumbá, MS.

³⁶⁶ Entrevista concedida em 10/10/03. Corumbá, MS.

sua frente, mas não conta com historiadores ou intelectuais de áreas afins para coordenar esse diálogo com a sociedade.

Apresentou-se muito reveladora a postura de Lima ao reivindicar o direito à memória, que se constitui em um direito essencial para a constituição da cidadania. A afirmação veemente do depoente reportou-me a Michel de Certeau, em um texto inspirador, onde ele afirmou que:

*A não-credulidade diante da ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, a atenção à liberdade interior dos não-conformistas, mesmo reduzidos ao silêncio que modificam ou desviam a verdade imposta [merece o] respeito por toda resistência, ainda que mínima, e por toda essa forma de mobilidade aberta por essa resistência*³⁶⁷.

A obra atual da Praça Generoso Ponce ainda não tem data prevista para término, mas os jornais noticiaram que *a obra está orçada em 650 mil reais a previsão é que seja inaugurada em novembro com a presença do Ministro da Cultura, Gilberto Gil*³⁶⁸.

A próxima etapa do Programa é a urbanização do Porto Geral que está orçada em 1,6 milhão de reais. Os projetos complementares, como o **Museu da História do Homem Pantaneiro**, o **Centro de Referência do Pantanal** e o **Moinho Cultural** serão desenvolvidos em um período de tempo maior, visto que estão sendo buscados parceiros para o desenvolvimento das obras que demandam grande investimento.

A discussão em torno do **Museu do Homem Pantaneiro** é interessantíssima porque evidencia, por parte da Prefeitura, uma série de

³⁶⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. 5ed. Petrópolis Vozes 1994, p. 19.

³⁶⁸ "Monumenta libera recursos em outubro". **Jornal Sucesso**. Corumbá, MS, p.06, 21 de setembro de 2003. Suplemento especial.

representações em torno da identidade e da história que demonstram as concepções pasteurizadas de passado e, conseqüentemente, de patrimônio.

Segundo o **Jornal Cidade**:

O Museu do Homem Pantaneiro começa a se tornar realidade em Corumbá. Ele será implantado no prédio Wanderley Bais e na Casa Vasques e Cia., no Porto Geral da Cidade. Os locais foram definidos pelo Coordenador Nacional do Programa Monumenta, Marcelo Ferraz, que veio à Cidade Branca acompanhado do arqueólogo Carlos Etchevarne, professor da Universidade da Bahia para uma visita técnica às obras do Monumenta e também para acertar detalhes com relação a este projeto³⁶⁹.

O Secretário Ângelo Rabelo informou que a visita dos dois foi extremamente importante, pois: *definimos todos os detalhes para a sua implantação [do museu] que vai tratar da arqueologia, antropologia e etnologia do Pantanal.* Para Rabelo o objetivo do **Museu** é *resgatar principalmente a etnia do homem pantaneiro, dos Paiaguás, Xaraés, etc. quem nos visitar irá conhecer a verdadeira história do homem pantaneiro*³⁷⁰. As declarações do Secretário indicam a grandiosidade da obra que se pretende implementar e concomitantemente a pretensão ao novo, completamente desvinculado de experiências anteriores de um passado recente. De acordo com Pierre Ansart:

A ideologia liberal gosta de sublinhar a riqueza das tradições, os esforços dos antepassados que convém

³⁶⁹ “Corumbá terá Museu do Homem Pantaneiro”. **Jornal Cidade**. Corumbá, MS, p.03, 11 a 14 de agosto de 2003. ano II. Suplemento especial. Carlos Etchevarne é professor da Universidade Federal da Bahia, arqueólogo do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, onde desenvolve várias pesquisas de mapeamento de sítios arqueológicos em vários municípios do Estado da Bahia. mais detalhes em: <http://www.sbpcultural.ufba.br> Acesso em 04/3/04.

³⁷⁰ “Corumbá terá Museu do Homem Pantaneiro”. **Jornal Cidade**. Corumbá, MS, p.03, 11 a 14 de agosto de 2003. ano II. Suplemento Especial.

imitar, mas também as insuficiências de suas realizações, a linguagem sobre as inadequações das experiências permite dar ao empreendimento presente a aparência de essencialmente superior a tudo o que pertence ao passado ³⁷¹.

Essa citação adequa-se bem à concepção do referido **Museu**, porque de acordo com os depoentes Moyses Amaral e Heloísa Urt, a cidade já possuiu um museu com denominação similar, o **Museu do Pantanal**, que foi criado a partir de doações de pecuaristas reunidos na **Associação dos Criadores da Nhecolândia** e dirigidos pelo extinto advogado Gabriel Vandoni de Barros.

O **Museu** foi criado em 1960³⁷², localizado à rua De Lamare nº 939, entre as ruas Frei Mariano e Antônio Maria Coelho. Acervo variado, continha armas, fotografias, selas, além de diversos animais taxidermados, exemplares da fauna regional. Fernando Leite apresenta uma descrição pormenorizada e empolgante sobre o referido **Museu** que vale a pena citar:

Foi constituído de grande sobrado dividido em dois amplos salões de exposições e com fundações previstas para o soerguimento de mais um ou dois andares, sem falar de espaçoso terreno de fundos no qual está programada a construção de salão para aproveitamento de exposições com audiovisual, podendo o mesmo servir também como recinto para conferências, congressos e simpósios. Na parte térrea

³⁷¹ ANSART, Pierre. **Ideologias, conflito e poder**. Tradução Áurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 38.

³⁷² Não pude infelizmente, esclarecer se a idéia do Museu partiu dos grandes pecuaristas locais ou de Gabriel Vandoni de Barros, pois encontrei uma referência de Renato Báez em 1960 que preconiza a necessidade de se estabelecer em Corumbá um museu para preservar material de pesca, canoas, utensílios de montaria, etc. em uma perspectiva muito semelhante à que orientou a formação do acervo do Museu do Pantanal. Maiores detalhes em: BÁEZ, Renato. Corumbá: nótulas e depoimentos. Corumbá, MT: s/e, 1976, p.47-48.

*são destaques de primeira monta: belíssimo mural de cerca de dez metros de comprimento, e no qual a artista, filha do ex-deputado Carlos Vandoni de Barros, brilhante inteligência de nossa terra, senhorita Helena Maria Beltrão de Barros, mostra de maneira muito original as bases características e os elementos que já definiram o Pantanal como fonte de riqueza natural. No andar superior o maior destaque cabe às vitrines com cerâmica dos índios Cadiueus, antigos habitantes da região, uma ramificação ou descendência dos valentes Guaicurus*³⁷³.

Jorapimo, José Ramão Pinto de Moraes, artista plástico conceituado na região, vivenciou esse período de incremento do **Museu**. Em entrevista recordou, com um misto de orgulho e tristeza, a desagregação do acervo e a descaracterização do prédio que havia sido concebido para abrigar o **Museu do Pantanal**, visto que até mesmo o piso do local imitava a paisagem pantaneira com lajotas verdes e detalhes em branco representando um capim estilizado. Para esse artista, o local possuía uma significação muito grande, pois lá havia realizado sua primeira exposição com o apoio de Gabriel Vandoni de Barros considerado então como *o último mecenas de Corumbá*³⁷⁴.

Em 1983 tal acervo foi doado por Vandoni de Barros ao **Instituto Luis de Albuquerque**, atualmente **Casa de Cultura Luis de Albuquerque**. Daí decorreu a transferência do prédio anteriormente sede do **Museu do Pantanal** para a instituição beneficente **Creche Lar Santa Rosa**. Isso aconteceu porque Vandoni de Barros, proprietário da casa, temia deixar a creche sem fonte de renda, instituição filantrópica vinculada à sua família, tratando de provê-la com este prédio que poderia ser alugado e manter a

³⁷³ LEITE, Fernando. Op. cit., p. 86 e 87.

³⁷⁴ Entrevista realizada em 20/02/04. Corumbá, MS.

referida instituição. Hoje a construção está muito descaracterizada. Conforme Moysés Amaral, seu interior foi completamente reformado para acomodar as lojas que ali se instalaram, desde lojas de colchões até uma lanchonete. Vandoni de Barros era administrador daquele acervo. Não há registro de que a **Associação dos Criadores da Nhecolândia** tenha apresentado objeções ao ato da doação que desestruturou o **Museu**, transferido para a competência do Governo Estadual. É possível afirmar que os criadores tenham acreditado nos propósitos do governo Estadual para proteger a cultura local, disso decorre o endosso aos procedimentos de Vandoni de Barros. O artigo de **O Momento: Campanha pela preservação da memória cultural de MS**, ilustra essa confiança,

Em solenidade a se realizar às 20h de hoje, no prédio do Instituto Luis de Albuquerque que contará com as presenças do Governador Wilson Barbosa Martins e do Secretário Dr. Rosário Congro Neto, de Desenvolvimento Social, será aberta a campanha pela preservação da memória cultural de Mato Grosso do Sul, cujo encerramento será no dia 27. O programa de hoje:

12h-Recepção dos convidados no Aeroporto Internacional de Corumbá.

15h- Roteiro cultural, com visitas aos seguintes locais: Casario do Porto, fortim Junqueira, Fazenda Urucum e Casa do Artesão.

20h- Abertura oficial da Campanha pela preservação da memória cultural de Mato Grosso do Sul com a presença do Exmo. Sr. Governador, Dr. Wilson Barbosa Martins, Secretariado e demais autoridades.

Local: Instituto Luis de Albuquerque, Praça da República, n. ° 119.

Pronunciamento proferido pelo Dr. Rosário Congro Neto - Secretário de Estado de Desenvolvimento Social.

Dr. Marcos Vinícius Rodrigues Vilaça, Secretário de Cultura do MEC e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória.

Assinatura do Decreto regulamentando a Lei n. ° 245 de 01/7/84 que dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico de Mato Grosso do Sul.

Cerimônia de Doação do acervo bibliográfico particular e acervo do Museu do Pantanal de propriedade do Sr. Gabriel Vandoni de Barros.

Pronunciamento do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Wilson Barbosa Martins.

*Exibição de danças folclóricas: Cururu e Siriri por grupos locais*³⁷⁵.

Este longo artigo faz-se necessário para demonstrar que o Governo Estadual comprometeu-se com a preservação do acervo do antigo **Museu** perante a sociedade, devido seu caráter representativo da cultura local que se inscrevia no projeto de moldar a identidade do jovem Estado da Federação. No entanto, após aproximadamente dez anos, o acervo deteriorou-se junto com o prédio do **Instituto Luis de Albuquerque**. A reforma tão esperada deste patrimônio estadual foi, por muito tempo, protelada. O projeto da obra foi entregue ao governo do Estado em 1991, mas só foi concluído em 1997. Atualmente o prédio apresenta sinais evidentes de ausência de manutenção, o que constitui em uma clara evidência da maneira como são tratados os atrativos turísticos do Estado de Mato Grosso do Sul.

³⁷⁵ “Campanha pela preservação da memória cultural de MS”. **O Momento**. Corumbá, MS, p.02, 24/11/83.

Ainda de acordo com a gestora da **Casa de Cultura Luis de Albuquerque**, Heloísa Urt, muito do acervo foi destruído e/ou roubado, pois não houve uma catalogação sistemática das obras e grande parte dos artigos também foi exposta às intempéries deteriorando-se imediatamente ou ao longo do tempo pela ação de fungos, por exemplo.

Cabe perguntar, após esse breve histórico do extinto **Museu do Pantanal**, por que a Prefeitura Municipal não se dedicou à proteção e desenvolvimento do referido acervo? Por que o ignorou? Que parâmetros serão utilizados para criar o **Museu do Homem Pantaneiro**, uma vez que já existiu outro com função similar? São essas questões bastante problemáticas e essa concepção também é partilhada por Heloísa Urt que acredita no obscurecimento cada vez maior do acervo da **Casa de Cultura Luis de Albuquerque**, devido, entre outros fatores, a uma competição que fatalmente se estabelecerá entre os atrativos turísticos.

O desencanto da Gestora da **Casa de Cultura** procede da falta de diálogo entre as esferas estadual e municipal do poder executivo, visto que o **Programa Monumenta** encastelou-se na **SEMACTUR** com sérios danos à sua imagem. Além disso, por muito tempo, conforme é possível verificar, a referida **Casa de Cultura** apresentou-se como uma espécie de centro de informações turísticas do município que formalmente não existe, mas que conta com a boa vontade dos funcionários daquela instituição e com o silêncio da **SEMACTUR** que ainda não assumiu esta importante tarefa.

Voltando à reportagem do **Jornal Cidade** de 14 de agosto de 2003 que deu origem a esta discussão, prossigo destrinchando as declarações emblemáticas do Secretário Rabelo. Quando afirmou pretender *resgatar a etnia do homem pantaneiro*, vinculando-a às comunidades indígenas coloniais, proporcionou subsídios à polêmica da identidade corumbaense e do próprio sul-matogrossense. Segundo ele o corumbaense tem uma *identidade*

indígena e esta ficará evidente com o desenvolvimento dos trabalhos coordenados pelo arqueólogo Carlos Etchevarne que *revelará a verdadeira história do homem pantaneiro*. Sérias dúvidas são levantadas em torno dessas afirmações. É questionável essa pretensa *identidade* e os próprios propósitos do **Museu**³⁷⁶ que parece conformar-se muito mais como uma atração turística do que como um instrumento cognitivo. Além disso, o nome do museu como foi apresentado enseja algumas polêmicas, pois, para os populares o conteúdo do mesmo pode relacionar-se com os dias atuais do homem do Pantanal, ou seja, os peões e fazendeiros, além dos pequenos proprietários da região e não se vincular à época pré-cabralina .

Para Cícero Antônio Fonseca de Almeida, museólogo do **Museu Histórico Nacional**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, os museus podem ser *catedrais* da Nação e do oficialismo, ou então podem ser *integrals*, ou seja, preocupados com a totalidade dos problemas da sociedade, com a inclusão cada vez maior da diversidade de expressões culturais e dos problemas sociais em suas rotinas ³⁷⁷.

Embora o tenente-coronel Ângelo Rabelo possa não ter percebido, sua concepção de museu encaixa-se na perspectiva do *museu catedral*, de acordo com o que foi afirmado por Almeida, que empobrece muito a discussão do patrimônio gerada dentro do amplo quadro das Ciências Humanas. Dirigindo-se apenas ao turismo ele necessariamente produzirá uma história cada vez mais asséptica e terapêutica, pois:

(...) a história de qualquer lugar é complexa, contém informações conflitantes sobre personagens, frases e

³⁷⁶ É possível afirmar que a própria apreciação do Pantanal como *paraíso*, corrente atualmente devido ao afã ecológico pode não ter sua historicidade pesquisada pela equipe que está estudando a implantação do referido Museu, devido às informações repassadas até então pela SEMACTUR que insiste no caráter arqueológico do trabalho. Para observar melhor as variantes visões do europeu sobre a região ao longo da história colonial ver: COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

³⁷⁷ ALMEIDA, Cícero A. F. “Dinheiro e diversão X patrimônio e identidade”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, v. 34, (273-282), p. 266, 2002.

*datas, permitindo, dessa maneira, diferentes opiniões.[Os profissionais do turismo devem, então] evitar temas polêmicos, datas imprecisas e informações que podem desagradar algum segmento social*³⁷⁸.

Fica evidente que os profissionais de turismo e os políticos não participam das discussões de fundo filosófico comum às Ciências Humanas, estando muito mais voltados para a prática de uma fruição limitada dos bens patrimoniais e da reprodução do senso comum em termos de história regional, o que demonstra mais uma vez a necessidade de reflexão de toda a configuração do **Programa Monumenta** em Corumbá com os profissionais do **Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal**, além de outros pesquisadores. Além disso, ao afirmar que o museu *revelará a Verdade* o Secretário, em seu senso comum, coloca-se contra as mais recentes discussões em Museologia, mesmo sem o saber, pois José Neves Bittencourt, outro intelectual do **Museu Histórico Nacional**, afirma que *todos os museus na atualidade se vêem como narrativas, registros possíveis dentre outros*³⁷⁹.

Resta saber que rumos a pesquisa de Etchevarne imprimirá ao referido projeto do **Museu** e que quantidade de ingerências/pressões ele receberá ao conformar seus primeiros esboços, por parte da Prefeitura Municipal que lhe encomendou o estudo, pois:

Os processos científicos não são inocentes, se os seus objetivos dependem de uma organização política, o próprio discurso da ciência deve confessar uma função

³⁷⁸ ALBANO, Celina. “O sentido da interpretação nas cidades do Ouro: São João Del Rei e Tiradentes”.In: MURTA, Stela M. ; ALBANO, Celina. Op. cit., p. 280.

³⁷⁹Ibid.

*que lhe é autorizada por uma sociedade: esconder aquilo que pretende mostrar*³⁸⁰.

Dessa maneira, não basta que haja competência técnica para que a produção de um **Museu** ou da própria ciência esteja assegurada é preciso atentar para as imbricações do poder com a ciência e aclarar suas relações, relembando as lições *foucaultianas* repassadas por Revel que insistem no poder disciplinador também da ciência que circunscreve o saber a um grupo restrito de eleitos em um ato de violência velada.

Quanto à gestão do referido **Museu**, preocupa-me em especial o seu caráter: será uma instituição terceirizada? Será pública e gratuita? Essas perguntas são pertinentes devido ao enorme poder da iniciativa privada chamada a ser parceira nos investimentos de revitalização que podem viabilizar várias obras propostas, mas dificultar o acesso da população local a esses espaços, já que atualmente está em voga em diversos países da Europa, a terceirização dos museus, a sua entrega à iniciativa privada como forma de permitir cortes no orçamento do Estado e gerir com qualidade os acervos³⁸¹.

Canclini alerta para o enorme poder da iniciativa privada no setor cultural, mostrando que a empresa busca *obter lucro e constituir através da cultura de ponta, renovadora, uma imagem não interessada de sua expansão econômica*³⁸².

É premente que a sociedade corumbaense possa discutir com a **SEMACTUR** a configuração deste **Museu** para evitar a enquistação de uma obra que poderá não adquirir significado para a maioria da população local.

O Secretário Rabelo em reportagem do **Jornal Cidade**, de 14 de agosto de 2003, citado anteriormente, ao tecer comentário sobre a identidade

³⁸⁰ REVEL, Jacques. **A invenção do cotidiano**. Cap. 02

³⁸¹ ALMEIDA, Cícero; SANTOS, Paula A. dos. "A identidade de um museu não é ser um parque temático. Entrevista de Peter van Mensch aos museólogos Cícero de Almeida e Paula A. dos Santos. Para os Anais do MHN". **Anais do MHN**. Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN, v. 34, (245-264), p. 249, 2002.

³⁸² CANCLINI, Nestor Garcia. Op. cit., p. 90.

indígena, curiosamente, não se referiu a uma significativa etnia indígena remanescente na região: os Guató, que atualmente habitam uma longínqua ilha do Pantanal, a ilha Ínsua na lagoa Uberaba³⁸³ e também estão instalados na periferia, no bairro Cristo Redentor, parte alta da cidade.

O referido Secretário ao elencar o nome de etnias como Paiaguás e Xaraés assumiu uma posição cômoda para reconciliar-se com o passado, com a *beleza do morto*, parafraseando Certeau, pois, tudo é muito *mais emocionante e celebrado quanto melhor encerrado em um túmulo*³⁸⁴. Nesse caso, os Paiaguá e os Xaraés devem ser lembrados como uma reserva mítica de ancestralidade, enquanto os Guató, que sobrevivem precariamente, devem ser esquecidos, permanecendo à margem da narrativa épica que a Prefeitura pretende imprimir ao museu em questão.

Refletindo sobre o trabalho de Ansart torna-se possível concluir que ao manipular o aparelho simbólico a Prefeitura deseja reescrever o sentido do passado, estabelecendo uma coerência em sua narrativa que elimine ou oculte os conflitos referentes à divisão desigual dos prestígios e dos poderes. Para tanto a narrativa harmoniosa precisa ser consumida pelos locais e pelos turistas para transformar ou renovar as relações sociais na cidade³⁸⁵. Certeau em posição semelhante critica a onipotência do Estado e afirma que a *passividade* [pretendida pelo poder] *parece, aliás, constituir o ponto máximo que caracterizaria o consumidor, constituído em um voyeur em uma sociedade de espetáculo*³⁸⁶. E ainda que, *é necessariamente contra essa idéia que o intelectual deve se levantar, não admitindo a representação da sociedade como a de meros consumidores*³⁸⁷.

³⁸³ “Os Guató”. Disponível em : <http://www.riosvivos.org.br> Acesso em 04/3/04.

³⁸⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Tradução Ephraim F. Alves e Lucia E. Orth, 5ed. v. 01, Petrópolis: Vozes, 1994, p. 13.

³⁸⁵ ANSART, Pierre. Op. cit., p. 27-30.

³⁸⁶ CERTEAU, Michel de. Op. cit., p. 49.

³⁸⁷ Ibid., p. 261.

Isso não significa, contudo, que a população corumbaense conheça e/ou aceite as representações que são veiculadas pela Prefeitura Municipal sobre sua identidade, ou, que, de fato, se preocupe com ela. Já os intelectuais, artistas plásticos, escritores e jornalistas locais travam acirrada luta contra o poder público municipal quanto a duas questões bastante subjetivas: em primeiro lugar, a falta de sensibilidade da Prefeitura para lidar com a memória local, e em segundo, questionam a legitimidade das ações de uma Prefeitura que ocupada, *colonizada* no dizer de alguns, por vários cidadãos que não são corumbaenses e que, teoricamente não teriam direito de dirigir órgãos que tratam justamente da cultura local. Desenvolveu-se um conflito de representações, uma disputa de poder. Grande parte da política cultural do município e da equipe do **Monumenta** não foi constituída por aqueles que militam há décadas no âmbito da cultura, resultando em uma separação entre aqueles que possuíam uma produção intelectual considerável, mas que não haviam até então possuído oportunidade para implementar um projeto de desenvolvimento cultural significativo, limitando-se, alguns, a registrar a crise e a emitir saudosismos e outros que estão realizando a mudança, mesmo com uma série de problemas. O saudosismo citado fica evidente em Garcia:

*Há mais de dois séculos Corumbá contempla-se no espelho de fogo dos arrebóis quando o sol recolhe-se no Oeste, refletindo as suas curvas vermelhas no S do rio Paraguai. Suas palmeiras imperiais balançam seus cabelos despenteados ao fluxo da brisa morna. Seu olhar lânguido se estende pela pradaria sem fim. Lânguida, porque está triste, saudosa da riqueza de outrora e com a pobreza que a cerca nos dias atuais, mercê do abandono de seus filhos*³⁸⁸.

³⁸⁸ GARCIA, Lício Benzi Paiva. “Corumbá, orgulho pantaneiro”. **Jornal Sucesso**. Corumbá, MS, 21/9/03, Suplemento especial, p. 04.

E também em:

Acordei com os apitos das sirenes da Prefeitura, que era o mais potente, da Fábrica Itaú, que empregava 600 operários e produzi 25000 sacos de cimento diariamente, do Estaleiro Miguéis, que possuía 46 embarcações e mantinha escritórios em Corumbá, Cuiabá, Cáceres e Porto Esperança e chegou a cadastrar 810 funcionários, da Siderurgia, do Moinho e da Cervejaria que, em 1915 produzia 1500 litros de chopp. Voltarei a sonhar para lembrar o passado do meu querido torrão natal ³⁸⁹ .

Nas artes plásticas, com enfoque especial para as obras de Marlene Mourão (mais conhecida como Peninha) e Jorapimo, também é possível perceber uma melancolia semelhante à expressada pelos articulistas locais e uma potencialidade criativa muito grande. Os artistas ressentem-se da falta de uma política cultural eficiente e suas obras são marcadas pela representação do Casario coberto por uma certa bruma, cores esmaecidas sob um sol que parece tudo ocultar com uma forte luz que transporta o Porto para um período sem volta, perdido, o que permite afirmar que a teoria da *decadência* de Corumbá marcou profundamente o imaginário dos dois depoentes que retratam a paisagem portuária sempre vazia, sem nenhum movimento que possa denotar a permanência do comércio entre, por exemplo, as colônias de agricultores, as fazendas e a cidade, ou o transporte internacional fluvial de minérios e o turismo, pois, afinal são atividades que ainda existem e geram uma quantidade de renda considerável.

Richard Perassi, também artista plástico, ao analisar a obra de Jorapimo assim se pronunciou: *as cores ficam meio empasteladas, não se vê as coisas com nitidez, elas são filtradas por uma certa atmosfera pesada.*

³⁸⁹ PROFATI. “Sonhei”. *Correio de Corumbá*. Corumbá, MS, 02 a 08 /8/03, p.10.

*Parece que ele consegue colocar uma grossa película de ar entre o espectador e o objeto que está sendo representado*³⁹⁰.

Tanto Jorapimo como Marlene Mourão, também ativistas culturais, possuem estreita vinculação com a temática local, sempre trabalharam o Pantanal em suas telas, esculturas e demais peças, sendo conhecidos internacionalmente, mas também retrataram o Casario, muito antes de ser realizado o tombamento, o que demonstra um grau de politização considerável e a percepção do valor estético do conjunto arquitetônico em questão, que já na década de 1970 encantava os turistas que iniciavam a peregrinação ao Pantanal.

Para Marlene Mourão, tal como foi comentado por Eunice Ajala Rocha, a população nunca compreendeu o valor do Casario nem do Pantanal, tanto é que quando comercializava artigos do artesanato local e camisetas feitas em sua serigrafia, encontrou resistência de muitos concidadãos que não acreditavam no caráter artístico do trabalho, acusando-a inclusive de mau gosto ao veicular a imagem do referido ecossistema. A conscientização do valor e especificidade locais só adveio com o trabalho de intelectuais exteriores ao município, como já foram citados³⁹¹, e com a chegada de grandes empresas de turismo, na maioria do interior do Estado de São Paulo que passaram a promover passeios de barco e a contemplação do local, além da pesca³⁹². Os desenhos de Marlene Mourão ganharam destaque a partir dos trabalhos realizados com a técnica conhecida como *bico de pena* que ilustraram diversas publicações, em especial, da Prefeitura Municipal de Corumbá.

A discussão sobre a incompreensão da cultura local, remete aos textos elaborados por Choay e Benjamin, já citados, que indicam a

³⁹⁰ De acordo com o filme **O Pantanal de Jorapimo**. 24 min. Direção, produção e roteiro Caroline Nocetti. Campo Grande, MS: CCHS/DAC, 2002.

³⁹¹ Vide Capítulo II.

³⁹² Entrevista realizada em 22/10/2003. Corumbá, MS.

necessidade de perceber a influência de um contexto ditatorial que por vários anos submeteu a população brasileira a uma condição de dependência e precária provisão dos direitos essenciais da pessoa humana. Além disso, seguindo uma tendência historiográfica que tem como um dos seus expoentes, Michel de Certeau, é possível buscar outras maneiras de analisar o papel do cidadão comum em situações diversas como a promoção de políticas culturais, que pode possuir a marca desses indivíduos de maneira bastante sutil. É necessário, portanto, a atualização de nosso instrumental de análise ao lado de um processo de gestão participativa da cultura.

Jorapimo, pioneiro na arte com pincéis na região, é enfático no comportamento curioso da impertinência. Segundo ele, não há que se tolerar indivíduos que tratam com a coisa pública e que não possuem competência para tanto. Possuidor de diversos desafetos, mas cioso das amizades que conseguiu cultivar, sua vasta galeria de estilos expressa preocupação com a cultura e o futuro da cidade, posto que o mesmo nunca ocupou cargo público. Porém, sempre esteve envolvido em iniciativas para alavancar o desenvolvimento de Corumbá e não foram adiante para frustração de pessoas que, como ele, devido à cobiça e falta de união de corumbaenses não conseguem trabalhar devotadamente por uma causa, sempre entendendo política como uma forma a mais de enriquecimento.

Uma expressiva tela desse artista, denominada *Olhando para frente* (1996), representa um pescador que possui no lugar dos olhos as janelas de antigas portas de um velho casarão do porto. Pintado com cores escuras, o pescador crestado pelo sol, emerge de sua janela, em uma representação que parece contestar o presente e interrogar o futuro em uma imagem desconcertante, como se ele, *o verdadeiro corumbaense*, estivesse tão esquecido como o esteve o casario até bem pouco tempo. De fato, essa associação parece plausível para os tempos atuais e o artista preferiu deixar o

livre exercício da imaginação fluir, posto que não comentou em seu depoimento marcado pela formalidade qual a inspiração da referida tela.

Na poesia, a obra de Benedito Lima também pode ser inserida na discussão da problemática associação entre cultura, desenvolvimento e participação, pois, vários de seus versos foram publicados em jornais locais com o intuito de chamar a atenção do administrador público para problemas candentes, mas de sutil percepção. Ao usar a tribuna dos jornais, o escritor exercia a sua cidadania e passou a incomodar o poder constituído com suas digressões que puderam, muitas vezes, divertir o leitor. A seguir descrevo o poema intitulado **O edifício** com título e conteúdo altamente sugestivo para análises de representações:

Retrato fiel
De uma época de apogeu
Encravado na barranca branca
Vi o comércio fluir pelas artérias
Vi embarcações platinas britânicas e além mar
Vi a fauna e a flora
Vi o homem pantaneiro
Hoje vejo no arquipélago do futuro
A indústria sem chaminés
Lançar clarões cosmogônicos
E o silêncio do giz registra a história nova
Que se está fazendo em Corumbá
Meu vulto esguio pétreo magnífico
Nafraga na rotina dos dias
Retrato nítido de uma fase
Cujas palavras provisórias do poente
Se gravaram em Edifício.

Benedito Lima, expressando saudosismo, compreendeu a questão que se coloca para a atualidade de Corumbá, ou seja, a necessidade de incrementar o turismo para o desenvolvimento social. Após muitas esperanças frustradas, o turismo ainda se apresenta como um conjunto de potencialidades com crédito perante a sociedade local. O pessimismo que se insinua no poema compilado parece afirmar-se mais no segundo, denominado **Radiografia corumbaense**. Nele, passa em revista uma série de representações que permeiam o imaginário local:

É tudo tão singular
Apesar da pluralidade
As mesmas pessoas
Nas mesmas ruas
Nos mesmos carros
As casas têm as mesmas cores
Desbotadas do vazio visual
O conjunto tétrico nomeia o tédio
Que avassala!
É tudo pacato
Até mesmo chato
Formal oval e insípido
Nem o Poeta ébrio solfeja estóreas
Pelos corredores do tempo
É o mesmo padeiro
Com a sua buzina
O mesmo leiteiro
Verdureiro
Jornaleiro
Carteiro
Açougueiro
Nada fora do comum
Até os gritos de espantinho
Estilhaçam os cristais da arrogância

*Entorpecidas nas gargantas burguesas
Enquanto o apito do trem continua o mesmo
A cidade continua a mesma
Apesar de bicentenária
O rio Paraguai não mudou de curso
E a Bolívia está aí
Tudo igual
Até a poesia de Pedro de Medeiros Manoel de Barros e
Rubens de Castro
Asfalto blocket paralelepípedo
Palmeiras flamboyant
Tudo num perfeito tabuleiro de xadrez
O jeito é sentar na praça...
E ouvir a banda passar!*

Aos olhos do poeta, a cidade apresenta ausência de movimento. A carga negativa dessa constatação reside na falta de projeto das elites para a cidade que prossegue em uma rotina, de certa forma ignorada, com suas figuras exóticas que formam um quadro de excentricidades que ultrapassaram o início do século XX, mas que não produzem uma alternativa plausível para o futuro que consiste em *sacudir as elites de sua cômoda preguiça e incentivar o povo a apoiar o turismo como a única forma de gerar desenvolvimento*³⁹³. A rotina, típica de pequenas cidades, não permite empolgar sua platéia que parece surda ou desacreditada em suas próprias forças para mudar sua realidade. Talvez tenha se perguntado como mudar uma cidade pelo uso da palavra quando os cidadãos devem estar precisando de incentivos para ativar seus sentidos com o escopo de discutir os rumos das políticas públicas locais. A postura é de desconfiança, de contestação aos valores consensuais até mesmo na poesia, pois não basta entronizar o passado,

³⁹³ Entrevista realizada em 17/12/03. Corumbá, MS.

é preciso uma atitude que evidencie os problemas, que debele nossas esperanças, retirando a tranqüilidade para que venha a ação transformadora e criativa, que reinvente o cotidiano, através, por exemplo, de uma política patrimonial democrática, que contemple até mesmo a escrita de artistas novos e velhos, ávidos por espaços nobres para seduzir uma população que, muitas vezes, desconhece o sabor da poesia.

Sobre a *identidade pantaneira*, propalada pelo Secretário Rabelo, não se observa a intelectualidade local repudiá-la, pelo contrário, endossam-na:

*O povo pantaneiro não suporta mais o descaso, sua descaracterização geopolítica quando se fala em Pantanal e de sua identidade histórica; uma das poucas fontes referenciais de Mato Grosso do Sul, que retrata a Guerra do Paraguai. É um patrimônio vivo que precisa ser preservado e respeitado, pois este é o legado que herdamos e temos por obrigação transmitir aos nossos sucessores. Sim, somos pantaneiros, herança dos índios Xaraés, Guaná e Guatós, com uma certa reserva de orgulho*³⁹⁴.

Para o ex-prefeito Acyr Pereira Lima não há nenhum inconveniente na utilização do termo *pantaneiro* pelos indivíduos urbanos, completamente desvinculados daquela paisagem, pois, *até mesmo os campo-grandenses se dizem pantaneiros, por que todos os corumbaenses não poderiam sê-lo*³⁹⁵?

Para Agripino Magalhães, que viveu por muito tempo em fazendas do Pantanal e depois trabalhou na marinha mercante, há um certo uso impróprio do termo pantaneiro, pois, *pantaneiro é o homem que sabe fazer*

³⁹⁴ OLIVEIRA, João Carvalho de. “Túnel do tempo”. **Jornal Cidade**. Corumbá, MS, 14/8/03, ano II edição 11, p. 06.

³⁹⁵ Entrevista realizada em 22/01/04. Corumbá, MS.

*um pilão, uma canoa, um remo, aquele que sabe achar um pau pra fazer um cabo de enxada... Esse é o pantaneiro completo, porque ele tem habilidade*³⁹⁶.

De certa forma os próprios habitantes do Pantanal devem possuir concepções semelhantes, pois Carlos Alberto Mônaco, fazendeiro de família muito antiga na região e tesoureiro da **Casa do Massa Barro**, afirmou o ocorrido com o proprietário de um comércio antigo, a Casa Tamandaré. Júlio Batista, na década de 60 do século XX, decidiu ampliar seus negócios e arrendou uma fazenda. Chegando à propriedade tentou montar a cavalo e por inexperiência sofreu uma queda promovendo riso geral dos peões que descobriram o caráter essencialmente urbano do patrão, sempre motivo de zombaria.

O Secretário Rabelo poderia promover o debate sobre as múltiplas identidades que compõem o município que apresenta índice significativo de população negra e forte movimento migratório devido sua localização geoestratégica, fronteira com a Bolívia. A multietnicidade poderia ser encarada como um fator decisivo para a produção de uma narrativa histórica e de uma memória que enfocasse a latinidade e a originalidade desses encontros, que embora não possuam grandiosidade épica, apontam para ricas culturas que deveriam ter seu percurso estudado. Assim, poder-se-ia empregar com mais propriedade o termo *pantaneiro* circunscrevendo-o a todos que habitam o Pantanal, ao invés de promover uma identidade mítica, conservadora e excludente que promove apenas poucas ricas famílias de pecuaristas residentes em Corumbá, ou seja, fora da planície.

A sexta e última etapa das obras previstas no **Programa Monumenta**, constitui-se no oferecimento de crédito para a restauração dos

³⁹⁶ Entrevista realizada em 10/02/04. Ver também SILVA, Carolina Joana de SILVA, Joana A. Fernandes. **No ritmo das águas do Pantanal**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995. Introdução, p. 01 e 02. Em perspectiva semelhante à deste depoente conferir a obra de NOGUEIRA, Albana Xavier. **Pantanal. Homem e cultura**. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2002, p. 21.

oitenta e dois imóveis que se situam na área tombada. De acordo com o jornal

Sucesso:

O financiamento terá prazo de pagamento de dez anos para pessoas jurídicas e quinze anos para pessoas físicas. Nos dois casos, o período de carência é de seis meses após o termo da obra. A correção será anual, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para aderir à linha de crédito, os proprietários deverão entregar uma proposta para a SEMACTUR, informando o valor da obra. Peritos vão avaliar se a quantia solicitada confere com as reais necessidades do projeto e se está de acordo com uma avaliação prévia dos imóveis. A liberação dos recursos acontecerá após a análise e respeitando critérios como estado de conservação e relevância histórica da edificação, por exemplo. A adesão começou após a publicação do edital. O prazo é de quarenta dias e o prazo termina no final do mês. Logo depois, um ranking contendo a seqüência dos investimentos, será divulgado. Workshop - O interessante desta fase é que durante o período em que o prazo de adesões estiver ocorrendo, a SEMACTUR e o IPHAN irão promover workshops com todos os donos dos prédios. A capacitação vai orientar sobre os objetivos do Programa, o trabalho do IPHAN, a importância da revitalização e restauração, além de esclarecer sobre o financiamento oferecido. No curso os proprietários serão orientados a contratar profissionais que o próprio Monumenta vai formar em Corumbá. A justificativa é que eles receberão as técnicas durante o treinamento, sobre como realizar restauração histórica nas áreas de pintura, trabalhos com marcenaria,

*argamassa e pedreiro. Segundo Rabelo, as obras vão começar no final deste ano entre os meses de Novembro e Dezembro. Ele destacou que o total para investir em prédios particulares é de três milhões de reais*³⁹⁷.

Para realização dessas obras, alguns imóveis precisam ser desocupados, com destaque especial para os edifícios que sofrerão reformas imediatas para uso público. De acordo com as propostas do **Programa**, o prédio Wanderley Baís, situado no Porto Geral, alvo da primeira restauração, onde atualmente funcionam a **SEMACTUR** em seus dois pavimentos superiores e no térreo uma chopperia e dois quiosques para venda de *souvenires* e artesanato regional, transformar-se-á no já comentado **Museu**, devendo abrigar agências de turismo, bancas de revistas e restaurante.

A construção conhecida como Hotel Galileo, com dois pisos, na Avenida General Rondon, atualmente desativada, está cotada para o estabelecimento de seis lojas de alimentação em seu térreo e no primeiro piso, mais seis lojas de alimentação e quatro lojas comerciais. A Casa Vasques com três pavimentos deverá também sediar o **Museu do Homem Pantaneiro** e ainda abrigará dois espaços para exposições e um restaurante panorâmico.

A Casa Tamandaré, também na área tombada será adaptada para um bar temático no térreo e um restaurante de comida típica no primeiro andar³⁹⁸. Um dos dois prédios ainda pertencentes aos herdeiros da família Vasques, por exemplo, está ocupado há mais de trinta anos pela família de Maria Gadeia Pereira, que devido à perda do único imóvel da família, viu-se sem habitação e decidiu ingressar no sobrado onde está até hoje, pois na

³⁹⁷ “Monumenta libera recursos em outubro”. **Jornal Sucesso**. Corumbá, MS, p. 06, 21/9/03. Suplemento Especial.

³⁹⁸ MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA- 200-2003. (Avança Brasil). TAFNER, Paulo S. B. ; SILVA, José C. F. **O Projeto Corumbá, MS. Análise de sustentabilidade financeira**. Corumbá, MS: 2002, p.34, 42 e 57.

época da ocupação o prédio estava fechado, sem nenhuma utilização, pois era um armazém que negociava, sobretudo, couros bovinos.

As condições de vida são precárias especificamente neste prédio. A umidade e as infiltrações ameaçam a estrutura das paredes e o teto com tamanha concentração de fungos ameaça a segurança e a saúde das pessoas que ali habitam. As duas crianças da família não possuem espaço adequado para um crescimento sadio. Não há um parque infantil no Porto e as ruas são movimentadas. Divertem-se como podem pelas calçadas. O ar é irrespirável e as condições são agravadas pela ausência de janelas, obrigando a família a permanecer por muito tempo na calçada da rua José Bonifácio, expondo-se a riscos diversos como a violência, pois como a depoente afirmou: *várias vezes já socorreu pessoas no local devido a ação de tarados e ladrões.*

A apropriação e a ressignificação dos espaços realizada por esta moradora é digna de nota. Afirmou ela que até bem pouco tempo antes de possuir fogão a gás cozinhava em um fogão de lenha improvisado em frente à sua casa, onde também cultivava plantas ornamentais e seca ao sol suas roupas. A depoente demonstrou possuir, apesar de estar cursando a Educação de Jovens e Adultos, 7^a e 8^a séries, um nível interessante de percepção do valor do patrimônio cultural. Declarou sempre conservar o prédio mesmo com poucos recursos. Denunciou que sua cunhada habitou o primeiro andar do prédio e não demonstrou preocupação com a conservação das características do edifício. Precisando de lenha para cozinhar, chegou a destruir um corrimão original do prédio que dá acesso ao primeiro piso, o que teria demonstrado desleixo e ignorância.

Em 1984, Maria Gadeia Pereira recebeu a visita de um dos herdeiros da família Vasques, de nome Eriberto Vasques, que interrogou-a sobre a ocupação e inicialmente desejou que desocupassem o prédio, mas ao verificar que estava sozinha e grávida, o marido estava trabalhando em uma

fazenda do Pantanal, resolveu permitir a permanência da família no local mediante o estabelecimento de um documento para evitar o ingresso de outros no imóvel e a conseqüente depredação do prédio. No entanto, mesmo tendo fornecido todos os seus documentos para a produção de uma espécie de contrato de cedência ou de ocupação temporária, a mesma não recebeu nenhum tipo de documento que comprovasse sua entrevista com o herdeiro da família Vasques, ficando sua situação tão indefinida quanto antes.

Outra curiosa afirmação de Maria Gadeia Pereira nesta entrevista: ao apresentar-se como proprietário do prédio Vasques, Eriberto Vasques, denominou-a invasora e a referida senhora imediatamente rechaçou a caracterização agressiva e constrangedora. Afirmou possuir direito de morar naquele lugar, pois não era marginal e sim mãe de família, portanto, com o direito de viver em um local abandonado. As concepções de propriedade, direito e cidadania estão implícitas nesta discussão e insinuam uma luta sub-reptícia dos moradores da região portuária contra os poderes disciplinadores, que, com o discurso da medicalização da arquitetura ³⁹⁹, desejam imprimir sanidade à gestão urbana determinando os lugares adequados à formação de bairros residenciais, configurando uma clara intervenção na trama do tecido urbano que pode mascarar-se como já afirmou Jèrôme Monnet em gestão do patrimônio, um ato em si essencialmente arbitrário⁴⁰⁰.

De fato, a organização do tecido urbano é uma competência, um poder delegado à Prefeitura Municipal e cabe a ela estabelecer políticas para seu uso que teoricamente beneficiem a todos os cidadãos. No entanto, o patrimônio constitui-se em um instrumento útil para o remanejamento de famílias que habitam a área tombada e mesmo a área de entorno para regiões menos valorizadas como a parte alta da cidade, de modo a não criar

³⁹⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto machado. 5ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

⁴⁰⁰ MONNET, Jèrôme. "O álbi do patrimônio".In: **Revista do PHAN** Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 24, p. 223, 1996.

obstáculos para a remodelação das funções da área portuária que estará principalmente voltada para o turismo histórico-cultural.

Dessa forma, o Patrimônio Cultural circunscreveu-se ao circuito estreito de causa e consequência no conjunto das ações do remanejamento urbano, impedindo uma reflexão aprofundada sobre sua significação e gerando impasses quanto ao destino das famílias que se negarem a abandonar os imóveis, sem que tenham assegurado um local melhor para todos.

A depoente citada, Maria Gadeia Pereira, afirmou não se recusar a deixar o local, mas aguardaria uma solução satisfatória por parte do Poder Público Municipal, que, segundo ela, já se comprometeu publicamente em resolver a questão deslocando-a para imóvel próprio na parte alta da cidade, já tendo, inclusive, encaminhado documentos pessoais à **Secretaria de Meio Ambiente Cultura e Turismo** para o devido cadastramento. Embora tenha comentado que gosta muito do Porto, sente que a região é desassistida pelo poder público. Mesmo constituindo-se em parte do centro da cidade, afirma que nunca recebeu a visita de programas de saúde familiar desenvolvidos atualmente pela Prefeitura Municipal de Corumbá. Sempre precisou dirigir-se ao Posto de Saúde da Ladeira Cunha e Cruz, pois seu domicílio é esquecido pelas políticas sociais, o que certamente inclina-a a aceitar a hipótese de deixar a antiga Casa Vasques para que recupere sua condição cidadã.

Visitada diversas vezes por pesquisadores que procuram conhecer a arquitetura e a história de Corumbá, Maria Gadeia Pereira possui um conjunto claro de informações pronta a transmitir. Chegou a afirmar que *nós corumbaenses deveríamos ter um livro para estudar a história local para explicar para o turista, porque muitas vezes nós não sabemos*. Não se incomodando aparentemente com as visitas que recebe em sua casa precariamente instalada, esta senhora incita uma reflexão pertinente entre o público e o privado, o espaço doméstico e o da rua, pois parece compreender

de maneira muito peculiar que *sua casa* é concomitantemente um *bem privado e público* e, ao agir de maneira cortês com os visitantes, parece ter encontrado uma fórmula para se manter por tanto tempo ocupando o referido imóvel.

Única habitante remanescente da década de 1970, Maria Gadeia Pereira é possivelmente detentora de uma experiência acumulada no local que poderia ser melhor aproveitada para a atividade turística que se pretende desenvolver. Seria bastante superficial o planejamento de atividades culturais que não contasse com o apoio e conhecimento de pessoas que habitam há décadas a região portuária e que podem ter toda sua história de vida extirpada do local com a produção de narrativas completamente desvinculadas de suas existências e voltadas unicamente para as cantinelas do *passado áureo* e dos estilos arquitetônicos. Tal raciocínio se apresenta diante de reflexões realizadas sobre outras localidades alvo de intervenções semelhantes às que se propõem para o município de Corumbá. Um exemplo, segundo uma controvertida discussão política e acadêmica, ocorre no Pelourinho em Salvador, Bahia, onde, segundo alguns intelectuais *O Pelourinho foi pensado como um cenário vazio exclusivamente para o turismo. Ninguém mais vive lá e isso tira a sustentabilidade do projeto [pois] quando você expulsa o ator local, você tira a riqueza do local. Ele é o atrativo turístico e cultural do local* ⁴⁰¹. A afirmação que se faz sobre a área tombada em Corumbá não é infundada e inspira temor, pois os procedimentos do poder público municipal não primam pelo refinamento conceitual, nem pela capacidade de consultas a instituições capacitadas para tanto, como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Mesmo na condição de expectadora do planejamento e execução das obras, Maria Gadeia Pereira acredita que o progresso advirá. Pensa de

⁴⁰¹ “Pelourinho já recebeu R\$ 100 milhões”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. C1, 11/6/2001. *Folha Cotidiano*.

maneira otimista, pois as obras levarão, segundo ela, a cidade a um outro nível de desenvolvimento, gerando emprego e orgulho para todos.

O grau de conscientização dessa senhora permitiu-lhe sugerir algumas discussões valiosas para a implementação do **Programa Monumenta** que, no entanto, não foram aprofundadas até o cerne da questão patrimonial devido ao baixo nível de inserção política da depoente, que impediu a conclusão de seus raciocínios em torno de sua importância histórica como habitante do Porto, local povoado de personagens simples e pobres.

A denominada *Casa Vasques*, é um conjunto originalmente composto de três edificações assobradadas. Uma ocupada pela família da depoente em questão, a edificação central atualmente fechada, possuindo a arquitetura mais emblemática que mescla elementos do Neoclássico e da *Art Nouveau*⁴⁰² e, a terceira foi comprada da herdeira Olga Vasques, bastante idosa e residente na cidade do Rio de Janeiro, pelo comerciante mineiro José Edson Resende, há aproximadamente seis anos para o estabelecimento de uma oficina de barcos.

Este último manifestou-se bastante cético quanto ao futuro da zona portuária, mesmo diante de perspectivas de investimentos aventados pelos órgãos internacionais. Afirmou que o grande problema do município é a *miopia* da administração local que muitas vezes sufoca empreendimentos nascentes com uma cobrança de impostos exagerada e com uma burocracia que atravanca investimentos, o que não deveria ocorrer, segundo ele, em uma cidade pequena que se autodenomina *turística*.

Para exemplificar suas afirmações José Edson Resende comentou que ao adquirir o referido imóvel precisou realizar um investimento considerável no local, pois havia ocorrido um deslizamento do barranco que

⁴⁰² MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003.(Avança Brasil).TREDEZINI, Cícero A. et al. **O Projeto Corumbá, MS. Perfil do projeto**. Corumbá, MS: Monumenta/ BID/ MinC, 2000, p.06.

separa o Porto da avenida General Rondon e uma enorme pedra destruiu parte do imóvel, que chegou posteriormente, a abrigar animais que pastavam no local e até mesmo plantações de árvores frutíferas cultivadas por um dos filhos de Maria Gadeia Pereira.

Para o depoente a falta de tino do Poder Público Municipal materializou-se na lentidão de suas ações, posto que para agilizar a obra de reforma do prédio teve que construir parte do muro de contenção com seus próprios recursos, uma vez que a Prefeitura tardava em dirimir a questão e, ainda assim, segundo ele, não contou com nenhum incentivo fiscal, como uma diminuição de impostos municipais como o **Imposto Predial Territorial Urbano/IPTU**. Afirma que as ações da Prefeitura que prevêm a construção de um museu ao lado de sua oficina de barcos vão estabelecer uma incompatibilidade que o obrigará, mais cedo ou mais tarde, a vender o imóvel à Prefeitura ou a outro comprador que desenvolva alguma atividade que se coadune com o perfil turístico traçado para a cidade⁴⁰³.

Talvez por não se vincular diretamente ao planejamento da atividade turística e por ser originário de outro Estado, o depoente mostrou-se acima de tudo um homem prático, pouco afeito às discussões sobre política cultural, mas portador de claras indicações de que a gestão do atual Prefeito, Éder Brambilla não é, certamente, campeã em eficiência.

Conforme já foi exposto, as reformas no município de Corumbá atingirão não só a área tombada como também a área de entorno, vizinha ao Casario especialmente, onde:

A Semactur através de recursos próprios e de parcerias, que estão previstas pelo Programa Viva

⁴⁰³ De fato como o Sr. Edson Resende comentou, a SEMACTUR com o **Programa Monumenta** prevêm para o local do estabelecimento de uma oficina de barcos algo mais condizente com as propostas turísticas aventadas. MONUMENTA. BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003.(Avança Brasil). TAFNER, Paulo S. B. ; SILVA, José C. F. **O Projeto Corumbá, MS. Análise de sustentabilidade financeira**. Corumbá, MS: 2002, p. 57.

Corumbá pretende realizar algumas obras. Pois realizou levantamento e cadastrou cerca de quarenta famílias. A intenção é transferir todos para terrenos próprios possibilitando a restauração e preservação dos espaços. Prédios como o da antiga Alfândega, vão receber obras, visto que oferecem riscos iminentes aos moradores. Além da antiga Alfândega, o Secretário aponta ainda o prédio onde funcionou o Moinho Matogrossense. Temos projetos para implantação nestes locais de uma nova universidade, um centro que ofereça novas alternativas de renda para pescadores artesanais e um espaço cultural latino-americano⁴⁰⁴.

De acordo com a engenheira Tânia Dantas, Coordenadora do **Programa Monumenta** em Corumbá, anteriormente citada, ainda não há recursos para a realização das obras propostas para a área de entorno⁴⁰⁵, especialmente para o prédio da antiga Alfândega. A Prefeitura estaria travando discussões com o Banco Mundial e com a Petrobrás para apresentar seus projetos até o final do corrente ano, mas que também dependem de um contexto complexo, que envolve, inclusive apoio de determinados políticos para que haja uma resposta que não deverá ser imediata para o município⁴⁰⁶.

Embora a coordenadora não tenha comentado, está em andamento um outro projeto complementar ao que está sendo executado denominado *Programa Pantanal em convênio com o Ministério do Meio Ambiente, Governo do Estado e o BID, que prevê, entre outras coisas, investimentos nas*

⁴⁰⁴ FERNANDES, Marcelo. "Ocupação irregular de imóveis atinge prédios históricos de Corumbá. **Corumbá Notícias**. Corumbá, MS, 13/6/03, p. 8.

⁴⁰⁵ Área de entorno ou de influência é limitada ao Norte com a área ilegível e o rio Paraguai e ao poente com a Rua Firmo de Matos. Esta área tem aproximadamente 75 hectares e apresenta o centro comercial de Corumbá e o setor residencial mais valorizado. O número de imóveis está próximo de 970, sendo 820 unidades residenciais e 150 comerciais. In: Projeto Corumbá/MS Perfil do Projeto. Caderno 1/5 Corumbá, MS. Abril de 2002, p. 07

⁴⁰⁶ Entrevista realizada no dia 23 / 11 /03. Corumbá, MS.

*áreas de saneamento e drenagem urbana com o objetivo de reduzir a poluição orgânica e a industrial*⁴⁰⁷.

Para aprofundar a discussão e fornecer um amplo quadro de informações sobre as obras em questão e suas conseqüências procurei, por indicação de Maria Gadeia Pereira, Aurora Dourado Ramires sua contemporânea no processo de habitação irregular na zona portuária. Essa senhora afirmou que o prédio da antiga Alfândega foi ocupado a partir do momento em que a Delegacia da Receita Federal transferiu-se para a rua Treze de Junho no centro da cidade. Aliás, é muito difícil compreender as razões da mudança do prédio da Alfândega para um imóvel locado, sendo que o edifício do Porto fora construído exatamente para ser a sede daquele órgão. A dificuldade para compreender este processo decorre também da não sistematização e arquivamento criterioso dos documentos do órgão, pois não há um registro organizado que poderíamos designar de memória institucional que proporcione suporte a pesquisas complementares, mas importantes, como esta que desenvolvi sobre a área de entorno⁴⁰⁸.

Com a família passando por dificuldades financeiras, o esposo de Aurora Ramires, Aricles da Silva Ramires, funcionário público municipal, requisitou ao Delegado da Receita Federal à época, Pedro Alexandrino, autorização para habitar o referido prédio, uma vez que ficaria fechado e sem uso algum até que a Prefeitura Municipal, que o recebera em doação, resolvesse dar-lhe nova função. Com a referida autorização verbal a família mudou-se para o único apartamento daquele grande edifício em dois de maio de 1972, iniciando uma ocupação pacífica que, por muito tempo não gerou preocupações para o Poder Público, pois não houve qualquer ameaça à ordem

⁴⁰⁷ MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003. (Avança Brasil). TREDEZINI, Cícero A. et al. **O Projeto Corumbá, MS. Perfil do projeto**. Corumbá, MS: 2000, p. 01

⁴⁰⁸ A Exatoria da Receita Federal em Corumbá não possui qualquer compreensão da evolução do órgão no município.

por parte dos moradores que vieram chegando devido aos mais variados motivos, mas quase sempre pressionados pela crise econômica.

Segundo Aurora Ramires, o prédio passou a receber mais moradores a partir da grande enchente de 1972 que desencadeou uma operação municipal de resgate da população ribeirinha, que sem alojamentos adequados, foi encaminhada para o local, que não possui até hoje, infraestrutura para abrigar tantas famílias. A enchente desabrigou tantas famílias que chegou a haver fornecimento de alimentos aos desabrigados mediante a organização de uma comissão de atendimento a esses cidadãos coordenados pela depoente.

Também a reforma do prédio Wanderley Bais⁴⁰⁹, desabrigou muitas pessoas que, sem ter para onde ir, migraram para o prédio da Alfândega, que os comportou precariamente. Atualmente, segundo Aurora Ramires, poucas famílias antigas permanecem no local, sendo a depoente e sua vizinha, as mais persistentes na ocupação, resistindo a várias tentativas de desalojamento dessas famílias. Relatou que chegou a abandonar o prédio acreditando nas pressões de determinados interesses políticos, mudou-se do local com medo de alguma violência, passando a residir no Bairro Cervejaria, mas ao final de alguns meses, impossibilitada de pagar o valor do aluguel devido a sua baixa renda, retornou ao prédio da Alfândega, onde reside e aguarda uma solução satisfatória por parte do poder público.

A **SEMACTUR** já realizou algumas reuniões com as atuais dezenove famílias que habitam o local⁴¹⁰ prometendo-lhes a construção de casas na parte alta da cidade, desde o ano de 2002 para efetivar seus planos de revitalização do porto. Nada há de concreto nesse sentido, contudo as famílias

⁴⁰⁹ Em 1897 afirmavam os primeiros levantamentos sobre o prédio que nele haviam vinte e seis famílias que o habitavam desde 1877 com autorização da Prefeitura Municipal de Corumbá. Ver para tanto “O Projeto Corumbá, MS”. In: **Memorial descritivo**. Corumbá, MS: Monumenta/ BID/ MinC, 2000, p. 1 a 9.

⁴¹⁰ MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003. (Avaná Brasil). TREDEZINI, Cícero A. et al. **O Projeto Corumbá, MS. Perfil do projeto**. Corumbá, MS: 2000, p. 25.

deste imóvel estão todas cadastradas e há um consenso promovido pela **Semactur** de que mais nenhuma família poderá ingressar no prédio, o que, segundo Aurora Ramires, vem sendo cumprido.

O discurso de *medicalização da arquitetura*⁴¹¹ vem sendo utilizado também na negociação da desocupação do referido imóvel, no entanto, os problemas existem e em proporções alarmantes, pois das dezenove famílias computadas, somente duas possuem rede de esgoto, enquanto as demais que habitam salas concebidas para escritório, improvisam precariamente o abastecimento de água.

A estrutura do prédio não sofreu profundos danos, apresenta-se elegante com uma fachada de *design* interessante, requerendo apenas uma reforma que o adapte aos fins condizentes com um planejamento democrático, pois a população do local não gostaria de abandonar aquela paisagem que constitui parte de sua história e que possui uma geografia que toca profundamente sua identidade forjada no calor do desemprego, da pobreza e da solidariedade.

O depoimento de Aurora Ramires foi muito ilustrativo a respeito da tensão que vivem atualmente os moradores que não querem sair do local sem vislumbrar a chance de adquirir uma casa própria. Afirmou ela com veemência: *não vou abandonar minha casa para ficar na rua, eu tenho direito, eu sei que isso aqui não é meu, mas eu não saio fácil daqui não!*

Além da questão do temor com as *promessas do poder público*, a depoente lamenta o possível deslocamento para a periferia que ela sequer conhece. Segundo ela, no Porto tudo é muito próximo, cômodo, não gostaria de ser *jogada* em um local distante para morar sozinha e com inúmeros problemas de saúde. Afirmou que se tiver que morar muito longe em local *onde não passa ônibus*, irá procurar outro lugar para habitar, talvez alugar um

⁴¹¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 5ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

pequeno imóvel ou *morar de favor*, porque não deseja submeter-se a esse remanejamento.

Tal projeto de remanejamento configura-se em verdadeiro ostracismo, visto que a maioria dos moradores do prédio está envolvida com trabalhos na zona portuária. Perderiam seus vínculos e/ou teriam que desembolsar quantias consideráveis para transportar-se diariamente da parte alta para a parte baixa da cidade, dissipando seus poucos rendimentos com as empresas de transporte urbano que não oferecem um serviço econômico e de qualidade em uma cidade de porte médio como Corumbá.

A depoente, natural de Miranda, acredita que as obras vão surtir efeito e podem desenvolver a cidade, pois *o Casario é parte da história, da cultura, é a beleza da cidade. E daí Corumbá deixa de aparecer apenas como cidade de prostituição infantil e de drogas*⁴¹².

Com um grau de educação formal muito pequeno, pois estudou até a quinta série do ensino fundamental, Aurora Ramires, tal qual Maria Pereira, não conseguiu esboçar uma percepção mais apurada das obras previstas pelo **Programa Monumenta**, permanecendo refém do conhecimento amalhado na escola tradicional que circunscreveu seu raciocínio ao estreito circuito da *História vista como a Verdade e da Cultura como algo homogêneo e natural*. Mesmo assim considera-se uma mulher esclarecida, capaz de orientar seus vizinhos na luta pelos seus *direitos* e de conversar desembaraçadamente com o Secretário Ângelo Rabelo para exigir por parte da Prefeitura uma solução favorável ao problema em questão.

As duas depoentes em sua maneira peculiar de analisar o contexto político local, em seus posicionamentos, ora enérgicos, ora vacilantes, demonstram uma liderança política latente e um domínio da expressão oral

⁴¹² Entrevista realizada em 03 / 02/04. Corumbá, MS.

extremamente eficiente e conduzem a conclusões semelhantes às de Montenegro ao trabalhar também com comunidades pobres. Para ele:

Interpelar o poder, não ter acanhamento é se saber detentor também de um conhecimento, de um direito, de uma cidadania que circunscreve e estabelece um plano formal de práticas sociais, que se afirmam em ações diretas no quadro das relações sociais. Afinal, dirigir a palavra ao poder significa reconhecer-se também como poder...⁴¹³.

Os depoimentos analisados e a permanência de arquitetos por tanto tempo na direção do **IPHAN** que resultaram na predominância de marcos da arquitetura civil para efeitos de tombamento, conduzem a uma indagação sobre como é possível a produção de um consenso em torno do conjunto conhecido como **Casario do Porto**, tendo em vista que a política de gestão urbana não é sólida nem coerente o bastante para homogeneizar as representações acerca deste sítio urbano que transparece afetivamente nos depoimentos obtidos.

Para compreender esse fenômeno faz-se importante uma pequena incursão pela Arquitetura tendo por base as obras do renomado arquiteto Edgard Graeff para analisar a questão a partir de outro viés e entender a empatia que existe entre a população e o **Casario**. Para Graeff, *a Arquitetura nos envolve e é impossível negar o seu poder de melhorar ou dificultar a convivência humana*⁴¹⁴. Portanto, é interessante que sejam analisadas as imagens e representações em torno do **Casario do Porto**, destacando-se especialmente as relações entre Patrimônio, Arte e Arquitetura. O que conduz

⁴¹³ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992, p. 46-47.

⁴¹⁴ GRAEFF, Edgard. “Três categorias artísticas em Arquitetura”. In: **Revista Brasiliense**. São Paulo: Brasiliense, nº 9, (88-123). p. 88, 89, s/d.

à entronização de determinada construção, excluindo-se as pressões sócio-políticas é a *beleza arquitetônica que, segundo Graeff, manifesta-se através dos elementos da construção e da decoração, organizados e ordenados por meio do ritmo e da proporção. Os elementos da beleza plástica são as linhas, as superfícies, os volumes, as cores, etc. que definem as cousas ou as imagens das cousas*⁴¹⁵ .

A valorização do **Casario** decorre, como se verifica, não apenas de sua função no passado. Mas pela beleza que lhe permite ser *alvo de associações de imagens, de sentimentos que os homens acumulam no decorrer de suas vidas. As formas arquitetônicas, os detalhes, atuam sobre a inteligência e a sensibilidade, provocando uma sensação superior à de bem-estar. Quando isso ocorre diz-se que o edifício em termos de Arquitetura é belo e nobre, obra de arte maior*⁴¹⁶ .

Assim, nos indica que a Arquitetura, como uma arte em sua essência, pretende a beleza e o conforto do homem, mas sua inserção na sociedade capitalista conduz a uma indagação sobre sua função social, especialmente se pensarmos que a produção do **Patrimônio** implica na reordenação da função das edificações que inicialmente podem ter sido concebidas para outros fins. Desse modo, a significação de determinado prédio decorre de sua capacidade de proporcionar instrumental para a interpretação da realidade⁴¹⁷ . O bem tombado, como a Casa Vasques e Filhos ou o prédio Wanderley Baís, permite uma inserção no tempo histórico e, de acordo com Graeff, as *edificações falam de um tempo, cantam a sua época*, pois foram concebidos em um período em que a Arquitetura no auge de sua monumentalidade pretendia não só exaltar o poder da burguesia, sobretudo a europeia, como também divulgar alguns ideais como o de progresso, típico do

⁴¹⁵ Ibid., p. 92.

⁴¹⁶ Ibid., P. 97.

⁴¹⁷ Ibid., p.123.

século XIX. Compreender essas proposições permite discutir com mais propriedade as possibilidades de uso na atualidade do Patrimônio, levando em conta a compatibilidade física e subjetiva do conjunto tombado com as mais diversas funções que lhe atribuem, tendo em vista a prioridade turística que parece determinante nos estudos de intervenção para a zona portuária.

A contribuição de Graeff é significativa, pois quando se discute a utilização do conjunto tombado em Corumbá, verifica-se que não há um critério rigoroso que oriente sua ocupação, que se baseia muito mais nas oportunidades ensejadas por iniciativas individuais do que em um estudo científico unido ao debate democrático da gestão urbana. Alerta que as discussões sobre a construção e os usos das edificações devem levar em consideração alguns critérios que aqui cabem à discussão do bem patrimonial tendo em vista o bem comum. Segundo ele, *A cidade se torna caótica quando o Palácio da administração aparece mesquinho ao lado do imponente edifício comercial, quando a Biblioteca desaparece à sombra de gigantescos blocos de apartamentos, quando enormes edifícios de escritórios esmagam a Prefeitura municipal*⁴¹⁸.

Essa citação nos remete à discussão das propostas para a zona portuária que se configura em uma opção, não a mais correta ou melhor para a área, visto que não foram desenvolvidas oportunidades para que projetos alternativos para o **Patrimônio** surgissem na municipalidade. Assim, ficamos com posições pontuais de indivíduos envolvidos de diferentes maneiras com a questão que não vislumbram a mínima chance de materialização para seus projetos como o arquiteto José Roberto Gallo que inicialmente planejou a área tombada para ser sede do poder público municipal com destaque para o prédio Wanderley Baís que abrigaria o Paço Municipal⁴¹⁹. No entanto, sob a

⁴¹⁸ GRAEFF, Edgard. “Três categorias artísticas em Arquitetura”. In: **Revista Brasiliense**. São Paulo: Brasiliense, nº 9, (88-123), p. 118, s/d.

⁴¹⁹ Entrevista realizada em 13/02/04. Campo Grande, MS.

administração Ricardo Cândia a sede da Prefeitura transferiu-se para o extremo oeste do município onde foi construído prédio de *gosto duvidoso*, frustrando as expectativas do referido arquiteto que não oculta seu desgosto diante do ocorrido que ele caracterizou como falta de visão política.

O Patrimônio arquitetônico pode ser analisado também como monumento e nesse sentido, Graeff afirma que sua significação está ligada a determinadas concepções identitárias, pois podem ser considerados como *expressões das mais altas necessidades culturais dos homens. Estão destinados a satisfazer o anseio eterno do povo de traduzir em símbolos sua força coletiva. Os monumentos realmente viventes são os que dão expressão a essa força coletiva*⁴²⁰.

Como parte da possível identidade corumbaense, o **Casario do Porto** faz parte desse conjunto subjetivo de coisas que individualizam determinado povo e marcam sua trajetória. Disso decorre sua atração e o consenso gerado em torno da importância de sua preservação. Embora a História ensine a desconfiar das identidades e de seus monumentos, mantidas determinadas precauções, é possível aceitar as proposições de Graeff e crer que a Arquitetura em si mesma possui um componente subjetivo muito grande capaz de nos enlevar e inclinar-nos à contemplação de determinado prédio, sem que nos esqueçamos das representações e memórias que permeiam a nossa percepção estética.

Walter Benjamin, no campo da Estética, propôs uma discussão que pode adaptar-se, com alguns reparos, à de Graeff ao inserir o debate sobre a arte no contexto da reprodutibilidade técnica permitida pelo Capitalismo. Utilizando essa proposição podemos afirmar que os bens patrimoniais são importantes não apenas pela beleza arquitetônica que transmitem e ensejam sentimentos, são relevantes porque possuem *aura*, ou seja, reúnem em sua

⁴²⁰ GRAEFF, Edgard. "Arquitetura brasileira". In: **Revista Brasiliense**. São Paulo: Brasiliense, nº 26, p. 92. jan./fev, s/d.

materialidade a autenticidade de uma época, de um estilo de construir e um testemunho de uma série de acontecimentos, por isso, mesmo com a possibilidade da cópia, da reprodução, nenhum patrimônio é substituível, pois é no bem original que foi depositário de diversas lembranças que se corporifica uma história que é a própria essência de todo imóvel considerado patrimônio⁴²¹. Ressalva que, embora a arte em si mesma seja única, é importante não perder de vista que os bens entronizados podem ter sido estabelecidos sobre outros não menos relevantes. Diante dessa constatação afirmou que: *Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E assim, como a cultura não é isenta da barbárie, não o é tampouco o processo de transmissão da cultura*⁴²². Isso aponta para a necessidade de perceber a pluralidade das culturas e mapear as trajetórias de outros agentes históricos, outros grupos que poderiam ter deixado algum testemunho valioso que talvez tenha sido impedido de emergir devido à determinada concepção excludente de civilização ou de cultura que sutilmente vem sendo reproduzida pelas escolas sem uma reflexão aprofundada sobre seus significados.

Preocupado com a questão da produção e apropriação da cultura no contexto da luta de classes antes ainda da Segunda Guerra Mundial, Benjamin fornece uma contribuição perspicaz alertando sobre a necessidade do estabelecimento de uma vigilância constante em torno dos usos do passado que, na maioria das vezes, tem servido para estabelecer o conformismo perante a dominação de uma elite, visão essa que se adiciona às teorias de Bourdieu e Foucault, reforçando a idéia de um constante aprimoramento das relações entre poder público e sociedade civil na promoção de políticas públicas.

⁴²¹ BENJAMIN, Walter. Op. cit., p. 168.

⁴²² Ibid., p.225.

Com esse conjunto de considerações apresentadas sobre as representações obtidas em torno do patrimônio cultural e dos debates acadêmicos que versam sobre a relevância desses bens, percebe-se quão vasta é a discussão em torno da cultura, especialmente a nacional e quão problemática é a gestão dos bens culturais que deve, necessariamente levar em conta uma parcela dessas obras como subsídio para a reflexão sobre uma nova política cultural acessível a todos os cidadãos e concomitantemente complexa, para desenvolver claramente o que se pretende através da cultura promovida pelos agentes locais.

Sobre a pretensão da instalação de uma nova universidade em Corumbá, comentada pelo artigo do jornal **Corumbá Notícias** de 13/06/03, Moysés Amaral, já citado, escreveu um texto bastante revelador em favor do empreendimento com uma argumentação bastante discutível que descrevo a seguir:

É premente a necessidade da criação de novos núcleos básicos para levantar a nossa historiografia com aprimorada metodologia de pesquisa histórica, capaz de transmutar dos arquivos adormecidos para nossa atualidade cultural o patrimônio valioso desta revelada página da história pátria. Não podemos permanecer com cursos contemplativos de nossa história, objetivando apenas a formação de professores. Precisamos novas bússolas para nortear a cultura histórica mato-grossense, transformando-a em bem de consumo cultural. A história regional, com destaque para o Pantanal, urge sair da condição de informações isoladas para ganhar conteúdo especial que resgate e retrate a realidade de sua grandeza e importância. Recursos humanos especializados no desempenho da exposição concisa e prática, desta

*história será fator de grande peso em uma política de turismo que objetive a ecologia e a cultura. Assistimos várias tentativas de implantação da indústria do turismo no Pantanal. Todas sem sucesso, amadoras. O turismo da pesca é o exemplo maior. Terra, plantas, animais e água existem em qualquer lugar. Mas nós temos terra, animais, água e história. Possuímos os elementos básicos para criar uma indústria de turismo com fundamento cultural e científico. Sem a história o turismo é pobre. Turismo é investimento cultural e a história é sua matéria-prima. Criar novos cursos de história é caminhar para a aculturação dos povos*⁴²³.

Antes de entrar no mérito da discussão proposta por Moysés Amaral, gostaria de apresentar trechos de uma entrevista realizada com o escritor corumbaense Augusto Cesar Proença que apresenta um conteúdo similar:

*Deve haver uma compreensão dessa cultura [a corumbaense]. Isso depende muito de nós, do CEUC [Centro Universitário de Corumbá], das universidades, do IESPAN [Instituto de Ensino Superior do Pantanal], vocês precisam sair da Universidade e fazer um apanhado, uma pesquisa do que existe, conhecer os artistas... Muito já se perdeu: Cavalhadas, Festa de São Benedito, touradas, etc. é louvável que ainda exista a intenção de manter o Cururu e o Siriri, mas muito já se perdeu*⁴²⁴.

⁴²³ AMARAL, Moyses dos Reis. **O patrimônio histórico mato-grossense. Importância histórica do Pantanal.** Justificativa para novo Curso de História da UNIDERP. Corumbá, 2003.

⁴²⁴ Entrevista realizada em 10 / 12/03. Corumbá, MS. Grande parte dessa perspectiva do autor está visível em PROENÇA, Augusto C. **Memória pantaneira.** Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2003, p. 129-131.

É preciso delimitar as áreas de atuação do memorialista e do historiador para que essa discussão se desenvolva com propriedade em primeiro lugar. Moysés Amaral e Augusto Cesar Proença parecem conceber o trabalho do historiador como eminentemente pragmático e guiado pelas intermináveis demandas sociais, oscilando ao sabor da opinião pública, esquecendo que o historiador pode ser um ativista político, mas não o é sempre. Muito menos é um jornalista, produzindo matérias bombásticas. O historiador é aquele que, por sua formação reflete sobre toda a narrativa dos eventos políticos, discute conceitos e que pinça nesse processo um instrumental peculiar para desenvolver sua prática de pesquisa. É delicado pretender que os trabalhos de historiadores profissionais e de acadêmicos voltem-se para a questão da *identidade corumbaense/pantaneira*. Esse objeto de pesquisa pode não ser atraente para muitos, especialmente os mais jovens, envolvidos com outras discussões talvez até mais simples do que a espinhosa questão das identidades.

Nanci Leonzo apresentou um texto esclarecedor sobre a tensão entre a Memória e a História que cabe muito bem à presente discussão que se desenvolve sobre o papel do **Curso de História da UFMS**, em Corumbá, e as críticas dos memorialistas. Para ela, (...) *se torna difícil sustentar uma interpretação do passado que colide de frente com a memória coletiva cuidadosamente preservada e abastecida pelos donos do poder*⁴²⁵.

A advertência da autora, inspirada em Halbwachs, encaminha a questão para as apropriações da memória que se constitui em uma tarefa complexa que deve ser precedida de um amplo questionamento sobre seus objetivos, sua contextualização que permita que se torne um instrumento para construção da cidadania e não se congele em simples saudosismo, contemplação ou diletantismo. Aos memorialistas interessa a manutenção dos

⁴²⁵ LEONZO, Nanci. “Tensões entre a história e a memória”. **Correio do Estado**. Campo Grande, MS, 17/3/1998, p.03.

valores nacionais, da história pátria, do mito rousseauiano da vontade coletiva que ratifica a manutenção da república⁴²⁶ e interliga os períodos históricos suavemente.

Assim, não é de estranhar que muitos historiadores não compactuem com os ideais dos mesmos. Diante disso suponho que o desejo de muitos de delegar ao Curso de História da **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, em Corumbá, a tarefa de desenvolver, talvez até conjuntamente, seus projetos, tenha um certo conteúdo utópico e seja até mesmo inexecutável, pois enquanto o historiador procura o particular entrelaçado a uma visão de totalidade, a diferença, a contradição para indagar onde se origina determinada questão, o memorialista procura encontrar a continuidade e se abstém muitas vezes da crítica, tal qual o memorialista Lécio Gomes de Souza, já falecido, *porque espera haver um distanciamento temporal para poder analisar melhor os fatos*⁴²⁷.

Para o sociólogo alemão Maurice Halbwachs em uma obra clássica denominada **A memória coletiva**, a discussão precisa ser levada para o campo em que se opõem História e Memória para que a questão seja analisada a partir de outro prisma. Para o autor,

*(...) a memória coletiva não se confunde com a história
(...) a história é sem dúvida a compilação dos fatos que
ocuparam o maior espaço na memória dos homens
(...) a história começa somente no ponto onde acaba a
tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a
memória social (...) assim a necessidade de escrever a
história de um período, (...) desperta somente*

⁴²⁶ A esse respeito encontrei interessante artigo no **Jornal do Senado** de 10/7/2003 intitulado “Tuma destaca aniversário da Revolução de 1932”, p.03, que corporifica muito da discussão proposta por Nanci Leonzo.

⁴²⁷ SOUZA, Lécio Gomes de. Op. cit., S/l, s/e, s/d. p. 111.

*quando[os fatos] já estão muito distantes no passado*⁴²⁸

Halbwachs ao refletir sobre a oposição entre História e Memória, forneceu uma advertência valiosa para aqueles que tomam o trabalho dos memorialistas como expressão de verdade ou ainda aqueles que acreditando fazer História permanecem no terreno da Memória. Contudo, creio que algumas afirmações do referido autor podem ser relativizadas, tendo em vista outras problemáticas emergentes que obrigaram os historiadores a algumas redefinições teóricas que tratarei em seguida.

Para Jacques Le Goff, intelectual francês basilar para a compreensão das recentes tendências no conjunto da produção historiográfica mundial, a memória possui outro valor: *(...) a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder, que procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro*⁴²⁹.

Um conjunto significativo de conceitos em torno do par Memória/História foi apresentado no intuito de realizar uma análise que retire dessas duas posições extremas um instrumental afinado com as variadas implicações do conceito para o desenvolvimento de proposições em torno da política patrimonial, especialmente no instante em que há análises de depoimentos e de obras memorialísticas.

Para Montenegro, vinculado às proposições de Le Goff, uma conclusão se faz necessária e encontro em sua obra uma experiência interessante, sobretudo para o trabalho de reconstrução de uma memória sobre determinado evento:

(...) concordamos com Halbwachs quando estabelece uma distinção entre memória e história. Afinal, o

⁴²⁸ HALBWACHS, Maurice. Op. cit., p. 80.

⁴²⁹ LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 477.

*vivido que guardamos em nossas lembranças e que circunscribe ou funda o campo da memória se distingue da história. Entretanto, se são distintos arriscaríamos afirmar que são também inseparáveis. Afinal, compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante através da memória. Diferentemente de Halbwachs, veríamos a história e a memória como, apesar de distintos, mantendo significativas intersecções*⁴³⁰.

Esse confronto teórico alerta para a necessidade de destreza no manejo conceitual e para a necessidade da perspicácia do pesquisador sobre as suas mais variadas fontes, pois nenhuma delas é desprezível. Toda informação é digna de nota e catalogação caso se pretenda uma pesquisa que prime pela abordagem consciente e pela interdisciplinaridade que não produza um texto hermético, encastelado em suas próprias verdades, mas que se caracterize como uma leitura responsável sobre o objeto em questão.

O discurso memorialístico não lida com grande habilidade com as diferenças étnicas, pois o temor da perda de cultura, materializa-se também na presença dos árabes em Corumbá, por exemplo, que se constituem no *Outro* mais complexo, pois dificilmente se unem matrimonialmente a brasileiros. Pouco numerosas, as elites sentem-se confiantes da sua legitimidade. No entanto, as minorias podem tentar conseguir transformar-se em elites do dinheiro ou do poder.

⁴³⁰ MONTENEGRO, Antônio Torres. Op. cit., p. 17.

Deve-se ressaltar que Corumbá possui uma convivência muito antiga com os vizinhos bolivianos, mas suponho, que não devem incomodar as elites locais porque dificilmente ostentam riqueza em proporções semelhantes ou relacionamentos inter-étnicos.

Para Augusto Cesar Proença *os palestinos têm todo o direito de preservar sua cultura, mas eles não fazem parte da verdadeira cultura pantaneira, que está se perdendo*. Além disso, acresceu Moyses Amaral, *eles colaboram para destruir o patrimônio histórico de Corumbá, descaracterizando-o, principalmente na rua Frei Mariano ao construir seus sobrados marroquinos*.

O temor diante do Outro não é uma ficção de academia. É um sentimento presente no cotidiano de indivíduos de diferentes classes sociais. Exemplo disso é a pichação encontrada em um muro de antiga casa abandonada na rua XV de novembro que assim indagava: *Afinal, Corumbá é do Brasil ou dos palestinos?* Tal atitude não pode ser classificada de xenófoba, mas dentro de um município pequeno como Corumbá em que as condições do mercado de trabalho se apresentam limitadas é indicativo de uma certa intolerância latente que inclina os cidadãos ao conservadorismo e a discussões como a da identidade pantaneira no intuito de adquirir poder político com esse mito.

Sugiro uma série de indagações que nos limites desta pesquisa infelizmente não tenho condições de dirimir, mas que são concernentes ao problema da política cultural. Ao discutir a política patrimonial em Corumbá bastante significativas para pensar o futuro da cidade como algo plural: os árabes palestinos entendem o patrimônio tombado, especialmente o **Casario do Porto** como o poder público deseja que se compreenda? Que tipo de representações produzem sobre a questão? Seria preciso iniciar a discussão sobre patrimônios de outros povos instalados no município como os

bolivianos e os árabes? Essa integração cultural seria possível e proveitosa? Corumbá vai se encaminhar para uma verdadeira atitude cosmopolita⁴³¹. Essa discussão é substancial para que se evidencie o caráter específico do trabalho memorialístico na região.

Faz-se necessário afirmar que o Curso de História presente no **Campus de Corumbá** não é contemplativo como o apresenta Amaral. O que ocorre é que a história sendo uma ciência dinâmica leva à modificação, de tempos em tempos, da grade curricular que se encontra em fase de reestruturação com o fim, inclusive, de adequá-la às necessidades locais para atender, justamente às demandas da sociedade, formando cidadãos aptos ao trabalho com arquivos, bibliotecas, turismo, arqueologia, entre outros. Vejo como muito contundente a crítica de Amaral porque a **UFMS** esteve presente no cerne da discussão do turismo no Estado, seja em Corumbá ao apoiar a publicação de obras relacionadas ao tema, seja em outras cidades. Por outro lado, compactuo com a idéia de que o turismo vem se desenvolvendo com amadorismo na localidade, tendo em vista uma série de indicadores que comprometem tanto o poder público quanto as empresas privadas em um histórico de mais de trinta anos de atividade turística sem planejamento estratégico e continuidade.

A despeito de existir uma demanda real nos núcleos preservados é ainda de maneira muito espontânea que se organiza o empresariado, sob parâmetros individualizados e com uma visão muito restrita de futuro e de oportunidades. O rompimento desse ciclo de fundamental importância vem ocorrendo, normalmente, através de intervenções de agentes externos à

⁴³¹ Acredito que o cosmopolitismo seja uma prática e não um dado, não é a simples aglomeração de estrangeiros ou a familiaridade com alguns vocábulos em outras línguas que torna uma cidade cosmopolita. Para HANNERZ *o cosmopolitismo inclui uma posição em relação à própria diversidade em relação à coexistência de culturas na experiência individual. O cosmopolitismo mais autêntico é acima de tudo, uma orientação de se envolver com o Outro. É uma posição intelectual e estética de abertura para experiências culturais divergentes, uma busca de contrastes em lugar de uniformidade.* “Cosmopolitas e locais na cultura global”. In: Featherstone, Mike. (org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernização**. Petrópolis: Vozes, 1999.

comunidade, processo esse que ocorre em várias outras cidades pequenas e médias, como Corumbá, em que o referido agente vislumbra um potencial econômico latente.

O dilema é que a ruptura com dependências em torno de instituições que proporcionam suporte técnico como **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN**, **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC**, entre outros órgãos, gera conflitos como os já descritos, entre a equipe técnica da **Secretaria de Meio Ambiente Cultura e Turismo/SEMACTUR** e os intelectuais locais, que podem gerar equívocos na percepção dos reais atrativos turísticos da cidade. Para evitar isso, a população precisa possuir consciência dos planos de transformação urbana para que possa influenciar, futuramente os rumos de várias políticas públicas.

Baseado no trabalho de Heloísa Gama de Oliveira, que estudou as comunidades da Serra do Cipó em Minas Gerais, que se confrontaram com um processo de privatização daquele patrimônio, é possível afirmar que não houve em Corumbá, *a imersão do turismo na vida da comunidade com adoção de prática de participação nos trabalhos e associações*⁴³². De fato, não foram realizadas reuniões junto à comunidade para a discussão e apresentação da pesquisa, seja para introdução do turismo no Pantanal que é mais antigo, seja para o pouquíssimo conhecido, turismo histórico-cultural.

Nunca houve trabalho de campo que envolvesse os moradores da região portuária, por exemplo, para elaboração e aplicação de um questionário sócio-econômico que conseguisse traçar o perfil e os anseios desta comunidade diretamente atingida pelas obras do **Monumenta**. A atividade turística cresceu desordenadamente, inicialmente nas mãos de pequenos empresários que se beneficiaram da beleza cênica do Pantanal, do exotismo

⁴³² OLIVEIRA, Heloisa Gama. “Construindo com a paisagem: um projeto para a Serra do Cipó”. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. Op. cit., p 231.

que atraía as pessoas para o local e com a despreocupação do poder público local em incrementar tal atividade que cresceu concentrando cada vez mais renda e à mercê da sorte, explorando, sobretudo o turismo de pesca.

A modificação do perfil turístico da cidade é uma tarefa bastante complexa e sumamente importante para a promoção do turismo histórico-cultural que envolve a veiculação de uma nova imagem ou de uma imagem complementar que enfatize a história em detrimento da pesca que se constitui ainda em um grande atrativo de Corumbá, tendo em vista o grande afluxo de turistas por ocasião do **Festival Internacional de Pesca** em outubro de 2003.

Uma pesquisa entre os turistas também se faz necessária para verificar suas expectativas, frustrações, críticas, para que se adeqüe as atividades turísticas dentro do possível a esse conjunto de indicações importantes. Segundo o Secretário Rabelo,

*(...) houve um equívoco histórico do empresariado local que concentrou toda a infra-estrutura turística em torno da pesca, opção que gera emprego apenas sazonalmente e é responsável por períodos de desenvolvimento e estagnação, visto que a proibição da pesca, no período denominado piracema, vem sendo rigorosamente cumprida. Há indícios de que possa ocorrer uma proibição mais prolongada, dependendo dos estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA. As exigências da **Secretaria Estadual de Meio Ambiente** quanto ao tamanho dos espécimes capturados nos indica a necessidade de rever nossas posturas quanto ao turismo de pesca e investir em outras frentes⁴³³.*

⁴³³ Entrevista realizada em 12/11/03. Sobre a fragilidade do ecossistema pantaneiro consultar o importante trabalho de BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; MORETTI, Edvaldo (orgs.). **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. São Paulo: Chronos: Campo Grande: UFMS, 2001, p. 9-17 e 41-73.

Partindo dessa premissa é que a **SEMACTUR** pretende a reformulação do perfil turístico de Corumbá, dando maior ênfase para o turismo ecológico, de aventura e para o histórico-cultural que poderão, em conjunto, propiciar auto-sustentabilidade ao município. No entanto, as estratégias que vêm sendo desenvolvidas, até o presente momento, mostram-se pouco arrojadas para implementar a mudança que não pode aguardar o término das obras do **Programa Monumenta** previsto para 2006.

Considero que a falta de *know how* seja o principal problema da **Prefeitura Municipal**, pois não há um núcleo capacitado para dirimir sobre essa questão tendo por base uma ampla gama de reflexões sobre estudos anteriores, institucionais ou não, experiências de campo, etc. Tal afirmação torna-se possível ao examinar textos do antigo **MEC**, de vinte anos atrás. O texto de Roberto A. A. Vieira, fornece orientações interessantes, tendo como base experiências para divulgar um destino turístico. Afirma que:

Fazer de camisas e camisetas, sem voz, ou alienadamente ilustradas, ou de sacos, sacolas de supermercados, verdadeiros meios de comunicação de massa na era tecnocrônica foi o engenho inventado pela Fundação Nacional Pró-Memória para fortalecer, socializando seu conhecimento, a política nacional de tombamento. O engenho e a arte estão em atribuir novos valores a camisas e camisetas, sacos e sacolas, brinquedos infantis, dominós e quebra-cabeças, embalagens de sapatos, toalhas e bandejas descartáveis, ao transformá-los, enriquecendo o uso

original em meios de divulgação do patrimônio cultural do país ⁴³⁴.

A defasagem de nossos gestores públicos quanto à cultura é tamanha que ainda não tiveram sensibilidade para captar experiências em outras cidades com mais de vinte anos no campo da promoção turística. De acordo ainda com Vieira,

Hoje 90 milhões de sacolas/mês estão circulando no País com a estampa de um monumento tombado, desenho a bico de pena dos melhores artistas brasileiros. São as sacolas dos supermercados das redes regionais do Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Goiás ⁴³⁵.

Sabe-se, de acordo com levantamentos feitos pela **Associação Corumbaense de Empresas Regionais de Turismo/ACERT** em 2003⁴³⁶, que o perfil do turista que vem a Corumbá é predominantemente masculino, com mais de quarenta anos, a maior parte sem nível superior, procurando principalmente os barcos hotéis e os hotéis pesqueiros do Pantanal. Deve-se perguntar de que maneira convencer esses cidadãos a permanecer na cidade e fruí-la, gastando no centro urbano seu dinheiro e, quem sabe, permitindo uma maior geração de renda para os setores envolvidos. Outra questão preocupante tange às crianças, como atraí-las para o turismo histórico- cultural ou mesmo para o Pantanal ?

A venda da imagem da cidade como patrimônio cultural e ambiental depende, de acordo com Roberto A. A. Vieira, de procedimentos

⁴³⁴ VIEIRA, Roberto A. A. "Patrimônio cultural, um grande achado". **Revista Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, (13-21), p.13, jan./dez., 1984.

⁴³⁵ Ibid.

⁴³⁶ De acordo com os dados obtidos em entrevista com Emerson Marcon, Presidente da ACERT.

inovadores para essa considerável parcela da população de turistas. Ele cita um exemplo interessante:

*No dia 12 de junho de 1984 no edifício sede da Bienal de São Paulo, a Grow Jogos e Brinquedos S.A., uma fábrica nacional de brinquedos promoveu o lançamento de uma nova série de jogos. Quebra-cabeças de 280 a 750 peças que terão as neves do Canadá, os castelos e as paisagens européias substituídas pelos três monumentos nacionais tombados pela UNESCO como Patrimônio Cultural da humanidade: Olinda, Ouro Preto e São Miguel das Missões, o Jogo de Memória far-se-á com cromos representativos de monumentos tombados nacionais; o Quarteto terá como elementos de combinação, expressões de nosso folclore e peças de produção popular e o Loto retratará além desses temas a fauna e a flora. Cada um desses jogos chegará ao usuário acompanhado de um folheto explicativo de seu conteúdo, o histórico do monumento, a importância da espécie que se procura preservar como Patrimônio da Humanidade*⁴³⁷.

De toda a bibliografia consultada a obra da artista plástica Marlene Mourão mostrou-se bastante imbuída das perspectivas lançadas por Roberto A. A. Vieira. O livro infantil denominado **Pacu - era um peixe que vivia feliz nas águas do Rio Paraguai**⁴³⁸, em 2002, indica caminhos para o atendimento ao pequeno turista, bem como desenvolve conceitos em educação ambiental e abre perspectivas artísticas através das ilustrações que ela própria concebeu. Não foi encontrado nenhum outro material, livro ou

⁴³⁷ VIEIRA, Roberto A. A. "Patrimônio cultural, um grande achado". **Revista Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, (13-21). p.15, jan./dez. 1984.

⁴³⁸ MOURÃO, Marlene. **Pacu: era um peixe que vivia feliz nas águas do rio Paraguai**. Texto e ilustrações. Corumbá, MS: M. Mourão, 2002.

brinquedo, que pudesse se enquadrar nas proposições do técnico da extinta **Fundação Nacional Pró-Memória**.

Para incrementar o perfil turístico local seria necessário um amplo debate com os artesãos que pudesse contribuir com a eleição de logomarcas veiculadas através desses trabalhos a fim de impulsionar a vertente turística histórico-cultural. Esse tipo de trabalho de escuta da comunidade é importante porque por vocação, o produto artesanal deveria ser o legítimo representante e a memória material de uma comunidade revelada através de traços, formas, funções e cores ⁴³⁹. Nesse sentido, os atores envolvidos na promoção cultural do município deveriam preocupar-se com dois importantes centros de produção artesanal: a **Casa do Massa Barro** e a **Casa do Artesão**.

A **Casa do Massa Barro** foi fundada pelo filantropo Gabriel Vandoni de Barros e possui esse nome devido ao pássaro *joão de barro*, vulgarmente *massa barro*. Conhecida pelo artesanato em argila, situa-se na parte baixa da cidade, no Bairro Cervejaria, onde se desenvolve, desde o ano de 1982, uma importante tradição artesanal com apelo regional, carente de recursos. O trabalho é realizado por crianças e adolescentes do sexo masculino, a partir de nove anos de idade, com a exigência de comprovação de matrícula e frequência em escola pública para o ingresso no curso de cerâmica. Muitos jovens já se profissionalizaram e alguns participaram na composição dos carros alegóricos da **Escola de Samba Beija-Flor** em 1991 e, **Unidos do Viradouro** em 1996 e 1998, convidados pelo carnavalesco Joãzinho Trinta que, ao ganhar uma peça de argila produzida pelos artesãos, decidiu conhecê-los, estabelecendo com os jovens escultores uma parceria que consolidou o nome da instituição corumbaense. Associação artesanal sem fins lucrativos, sobrevive com recursos recebidos de associados, 20% do preço de cada peça comercializada. O Tesoureiro da associação, Carlos

⁴³⁹ PINHO, Maria S. M. de . “Produtos artesanais e mercado turístico”. In: MURTA, Stela M. ; ALBANO, Celina (orgs.). Op. cit., p. 169.

Alberto Mônaco, 68 anos e militar da reserva, enfatizou que a administração municipal Éder Brambilla não colabora para a sobrevivência do **Massa Barro**, tendo ocorrido um retrocesso nas ações de filantropia ⁴⁴⁰.

Esse fato decorreu da desvinculação da administração atual com as entidades filantrópicas. Outros depoentes como o músico Agripino Magalhães e a professora Eunice Ajala Rocha, informaram que durante a administração Fadah Gattass, por exemplo, houve maior incentivo à cultura. Há que se levar em consideração a **Lei de Responsabilidade Fiscal**, aprovada durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso que estabeleceu limites aos gastos públicos obrigando o administrador municipal a gerenciar com rigor o dinheiro público.

A **Casa do Artesão** também funciona precariamente. Estabelecida no prédio da antiga cadeia pública, rua Dom Aquino Corrêa, n.º 405, região central de Corumbá. Subordinada ao governo do Estado desde 1985, pretende ser uma referência para a compreensão da cultura local. No entanto, padece dos mesmos problemas financeiros que acometem a **Casa do Massa Barro**. Uma reforma se faz necessária para melhor atendimento, conforto e segurança. Apresentando ao público uma diversidade de artesanato, entre eles o indígena de outros municípios, até o trabalho de artistas plásticos locais como Jorapimo.

A infra-estrutura turística frágil, dificulta o trabalho de comercialização das peças. Muitos turistas não conseguem atingir esses locais, devido à sinalização precária e também ao comportamento antiético de guias e empresas de turismo que, muitas vezes, conforme afirmou Carlos Alberto Mônaco, acima citado, boicotaram a **Casa do Massa Barro** porque desejavam receber determinados valores em dinheiro para incluir a referida instituição no roteiro desenvolvido pela cidade, o chamado *city tour* ⁴⁴¹.

⁴⁴⁰ Entrevista realizada em 16 /02/04. Corumbá, MS.

⁴⁴¹ Entrevista realizada em 15/02/04. Corumbá, MS.

Heloísa Urt, em entrevista, informou que o governo estadual está estudando uma reforma ampla na **Casa do Artesão** para o ano de 2004⁴⁴². Tal projeto foi confirmado pelo gerente de Patrimônio Cultural e Artesanato, Mário Sérgio Sobral Costa, da **Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul**⁴⁴³.

Ainda no campo institucional é preciso dirigir uma crítica à **Fundação Municipal de Cultura**, órgão vinculado à **Prefeitura Municipal de Corumbá** e situado no organograma oficial ao lado da **SEMACTUR** com autonomia financeira, inclusive. Este órgão, então dirigido pela Professora Dinorá Cestari, no conjunto das discussões desenvolvidas em torno do redimensionamento dos atrativos turísticos do município, parece não estar afinado com as perspectivas lançadas, pois não vislumbraram o potencial artístico da **Casa do Massa Barro** e da **Casa do Artesão**, limitando-se a uma ação tímida nos setores da música, dança e das festas do calendário local (Carnaval, Festa de São João, principalmente), publicações de poucos livros e financiamentos afins.

As práticas artesanais que a referida fundação incentiva estão muito distantes das orientações atuais do **MINC/FUNARTE** que discutem artesanato associado a identidade cultural. Adotam práticas defasadas que vinculam o artesanato às artes manuais e à reciclagem sem qualquer referencial sólido sobre a discussão referida que está acessível através de assessorias e disponível na Internet. Isso, sem dúvida, compromete a formação de um grupo coeso de artesãos que pode dispersar-se facilmente, quer por não encontrar mercado para seu trabalho, muitas vezes sem originalidade e conteúdo, quer por não se desenvolver uma auto-estima em torno desse trabalho, muitas vezes, realizado sem vínculo afetivo.

⁴⁴² Entrevista realizada em 12/02/04. Corumbá, MS.

⁴⁴³ Entrevista realizada em 10/01/04. Campo Grande, MS.

A questão do *know how* continua sendo importante, pois já em 1984 o antigo MEC indicava procedimentos valiosos para a promoção do artesanato cidadão:

Para o Secretário da Cultura do MEC, enfim, interessa identificar quem produz o artesanato, como o produz, para quem é produzido, em que momento histórico isso se dá e em que situação se encontra o produtor. Interessa-nos, portanto a manutenção das identidades culturais microrregionais, por entendermos que são elas a garantia mesmo da boa comercialização dos artesanatos, em face das clientelas de maior poder aquisitivo ⁴⁴⁴.

A discussão é complexa e contraditória, visto que as identidades são múltiplas, mas ela é necessária nesse momento tendo em vista o desencadeamento do **Programa Monumenta** e as especulações e ações concretas que ele enseja.

Ligado ao projeto, por exemplo, está a **Feira de Artesanato** situada na rua Antônio Maria Coelho com a avenida General Rondon, constituindo-se em um beco que estava subutilizado. Esta feira foi idealizada pela **SEMACTUR** no ano de 2003 como parte do programa de revitalização e de promoção de atividades turísticas que pretende reunir a população todas as sextas-feiras para a apreciação da música, da culinária e do artesanato locais. De acordo com Carlos Alberto Mônaco, tesoureiro da **Casa do Massa Barro**, a presença dos artesãos na **Feira do Artesanato** foi inviabilizada pela cobrança de taxas individuais no valor de cinco reais que encareceram muito a exposição das peças, tendo em vista que o orçamento é muito reduzido, conforme já foi comentado.

⁴⁴⁴ VIEIRA, Roberto A. A. " Patrimônio cultural, um grande achado". **Revista Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, (13-21). p. 21, jan. /dez., 1984.

A Feira, contudo, carece da mesma discussão anterior, pois é impensável que entre artigos tão diversos o turista perceba a *identidade local* e que isso possa se constituir na marca de Corumbá.

Além da questão do planejamento estratégico que deve integrar o turismo na proposição de um *marketing* específico, é preciso não esquecer que os artesãos antes do artesanato merecem uma reflexão que os situe no conjunto das representações que produzem o nacional-popular e o exótico:

*O popular é nessa história o excluído: aqueles que não tem patrimônio ou não conseguem que ele seja reconhecido e conservado; os artesãos que não chegam a ser artistas, a individualizar-se, nem a participar do mercado de bens simbólicos legítimos, os espectadores dos meios massivos que ficam de fora das universidades e dos museus, incapazes de ler e de olhar a alta cultura porque desconhecem a história dos saberes e estilos*⁴⁴⁵.

Para Canclini as estratégias de atração turística não devem ser as únicas a orientar a produção artesanal, nem os artesãos devem congelar no tempo suas técnicas de produzir. O que deve ocorrer para o autor, é uma apropriação criteriosa das novas tecnologias e das novas tendências artísticas de modo a não prejudicar formas de existência que ainda possuem enorme significado. Pensando no que afirma o antropólogo argentino deve-se perguntar: qual o papel dos artesãos na produção e valorização dos bens patrimoniais? Ao se produzir uma marca de Corumbá, tendo como destaque o **Casario do Porto**, estariam eles contemplados em sua identidade? Estariam

⁴⁴⁵ CANCLINI, Nestor Garcia. Op. cit., p. 205.

aptos a produzir artigos vinculados apenas a arquitetura portuária? O que seria, no imaginário desses indivíduos, o patrimônio?

Essas questões, suscitadas a partir da leitura de Canclini, são relevantes. O artesão não pode ser visto como repositório de tradições, nem muito menos ser alvo de projetos mirabolantes para produzir uma marca desvinculada do Pantanal, com a qual possuem em sua grande maioria uma vinculação de muitos anos ou até mesmo familiar.

Cabe perguntar: com as obras do **Monumenta** será produzido um outro atrativo turístico para a cidade além do Pantanal, de modo a gerar satisfação principalmente aos moradores do local, respeitando o direito de fruir e de sobreviver do trabalho? Maria Sônia Madureira de Pinho, preocupada com essa questão afirmou:

A realidade brasileira tem sido dura para com os artesãos que, certamente, são seres humanos bastante insistentes e perseverantes, característicos pouco comuns a um povo considerado derrotista por natureza, segundo o enfoque de alguns e massacrado pela nossa história oligárquica, autoritária e excludente, segundo outros. Os relatos e as escassas pesquisas disponíveis porém, são unânimes em noticiar e denunciar o foco de injustiças e praticamente de nenhuma oportunidade de reconhecimento a quem tem sido submetido o ofício artesanal ⁴⁴⁶.

O amadorismo da **SEMACTUR** impede o desenvolvimento de uma discussão mais aprofundada de bem cultural e do turismo, permitindo

⁴⁴⁶PINHO, Maria S. M. de. “Produtos artesanais e mercado turístico”. In: MURTA, Stela M. ; ALBANO, Celina (orgs.). Op. cit., p. 170.

atuações equivocadas e esporádicas e, muitas vezes danosas à imagem da cidade e ao seu patrimônio histórico-cultural.

Stela M. Murta e Brian Goodey afirmam que o patrimônio deve ser interpretado para se produzir uma atividade turística auto-sustentável e ética. E fornecem uma pergunta crucial: *o que é interpretar o patrimônio? É o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar*⁴⁴⁷. Para que esse processo ocorra é necessário que sejam valorizados:

*O desejo pessoal de falar de seu lugar do passado histórico de acontecimentos recentes, ou mesmo de problemas atuais, [...] Em qualquer cultura as lembranças pessoais e as experiências passadas, as fotografias desbotadas e os registros de eventos familiares fornecem marcos de vida para o processo de interpretação do patrimônio*⁴⁴⁸.

Sem esses procedimentos, Brian Goodey afirma que há um grande perigo de que o *patrimônio cultural seja tão mercantilizado que chegue a perder seu potencial de atração educativa* para a maioria dos observadores⁴⁴⁹.

Stela M. Murta aprofunda a discussão e fornece importante roteiro de ações para favorecer o desenvolvimento do turismo, como parâmetro para a organização da atividade turística no município de Corumbá. Segundo ela,

Para comunicar efetivamente com o visitante busca-se compatibilizar o conteúdo das mensagens com

⁴⁴⁷ MURTA, Stela M., GOODEY, Brian. “Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual”. In: MURTA, Stela M. ; ALBANO, Celina (orgs.). Op. cit., p. 13.

⁴⁴⁸ Ibid., p.14.

⁴⁴⁹ GOODEY, Brian. “Turismo cultural: novos viajantes, novas descobertas”. In: MURTA, Stela M. ; ALBANO, Celina (orgs.). Op. cit., p. 138.

princípios já estabelecidos na prática da interpretação:

- 1 Criar uma atmosfera emocional apropriada à visita.*
- 2 Estimular os sentidos e levar o visitante a usar sua imaginação.*
- 3 Relacionar o lugar com temas e paisagens familiares aos visitantes.*
- 4 Enfatizar a história humana e valorizar a diversidade cultural.*
- 5 Apoiar o roteiro em temas e marcos estruturantes.*
- 6 Estimular a descoberta do entorno e de seus aspectos naturais e culturais.*
- 7 Servir como catalisador da revitalização de ambientes.*
- 8 Valorizar os diferentes tempos da história.*
- 9 Combinar a orientação com a interpretação das placas.*
- 10 Evitar a poluição visual⁴⁵⁰.*

É possível observar que a atividade turística requer um refinamento conceitual que somente um trabalho conjunto de profissionais da área de turismo com profissionais da área de Ciências Humanas pode fornecer, visto que dominam um amplo instrumental teórico capaz de propor discussões pertinentes ao problema do desenvolvimento sustentável que envolve principalmente atitudes democráticas e planejamento.

Há que se fazer também uma crítica ao turista que nem sempre possui um perfil voltado às expectativas do lugar e que pretende apenas uma viagem pela superficialidade da diversão. Para Stela Murta *quase não há mais*

⁴⁵⁰ MURTA, Stela M. “Turismo histórico-cultural. Parques temáticos, roteiros e atrações âncora”. In: MURTA, Stela M. ; ALBANO, Celina (orgs.). Op. cit., p. 150.

*viajantes, só turistas. Um viajante vem ver a realidade como ela é, enquanto o turista vem ver a realidade inventada para ele*⁴⁵¹.

Para que se possa desenvolver o turismo histórico-cultural é urgente educar o visitante, incitá-lo a respirar a cidade, diminuindo seu ritmo tão vinculado às metrópoles para despertar a experiência de vivenciar um lugar, tarefa muita vezes dificultada pela acomodação do homem à sociedade de consumo. Transformar o turista em viajante é uma tarefa que já está em curso na Europa e em vários sítios históricos do litoral nordestino. Para tanto, basta que a cidade perceba a fragilidade de seus bens e se mobilize no sentido de evitar a esterilização de viagens que podem se constituir em *Experiência-Erfahrung*⁴⁵² e em Conhecimento no dizer de Benjamin.

Considerações finais

A pesquisa permitiu confirmar a hipótese aventada inicialmente dos usos do **Patrimônio** pelo poder constituído e pelas elites locais que portam representações excludentes e/ou elitistas, analisadas de acordo com o instrumental mais atualizado em História, em Sociologia e em Antropologia, seguindo uma tendência muito observada em trabalhos acadêmicos que é o da análise e desconstrução dos discursos para proceder às interpretações dos imaginários que podem revelar concepções interessantes e nem sempre vinculadas à classe social do indivíduo entrevistado.

Foi evidenciado que o debate em torno da questão patrimonial carece de profissionalismo para uma profícua percepção das funções que

⁴⁵¹Ibid.

⁴⁵² BENJAMIN, Walter. Op. cit., p.09.

podem ser desempenhadas pela política cultural em uma sociedade de classes. Maria Cristina Rocha Simão, baseada em seus estudos de gestão patrimonial em várias cidades do Estado de Minas Gerais, concluiu que vários municípios, pequenos e médios, apresentam uma crônica deficiência em seus instrumentos de promoção cultural e turística, o que os tornam dependentes de ações esporádicas dos gestores públicos ou de órgãos que propõem, sem constância, programas de capacitação para o setor turístico.

Ocorreu, portanto, uma diluição do ideal de Mário de Andrade que pretendia utilizar a política patrimonial como uma ferramenta para a inclusão social que seria um paliativo para a desigualdade social percebida pelo poeta já na década de 1930. Com Rodrigo Melo Franco de Andrade e seus sucessores ao longo de quase setenta anos de proteção institucional assistiu-se ao crescimento e desmonte do órgão que já sofreu várias alterações em seu nome e estatutos, mas que parece ainda necessitar de uma identidade mais clara, de uma percepção nítida de seu papel social e cultural, além da eliminação de seu papel rotineiro de policial. Servindo aos mais diversos interesses do poder, o **SPHAN/IPHAN/IBPC** não desenvolveu com constância um projeto que significasse a compreensão do ser brasileiro e de suas peculiaridades, não houve um entusiasmo com as propostas de Aloísio Magalhães que pode ser considerado a segunda inteligência mais vivaz e original que passou pelo referido órgão e, por muito tempo vitimado por cortes orçamentários a instituição foi reduzida a uma condição de representação de terceira classe da cultura nacional, situação essa que não se compara com as discussões propostas na Europa, especialmente na França, onde a política patrimonial adquiriu forte peso político devido ao precoce debate democrático que resultou em uma percepção do valor intrínseco das cidades e de suas memórias principalmente.

Contudo, é inegável que a política patrimonial brasileira mesmo em sua fase rodriguiana tenha apresentado trabalhos muito importantes que, serviram até mesmo para inspirara outros países da América do sul como o Paraguai a desenvolver uma instituição congênere para proteger seus testemunhos. Atualmente, sob a administração do Ministro da Cultura Gilberto Gil Moreira o órgão vem ampliando as pesquisas do patrimônio imaterial, protegendo inclusive as línguas indígenas e suas respectivas artes no intuito de valorizar a diversidade cultural brasileira que é, sem dúvida o que chama mais atenção da comunidade internacional para o Brasil. A política de descentralização aventada pelo referido Ministro poderá tornar o **IPHAN** mais visível no cotidiano das populações, ensejando uma discussão mais ampliada até mesmo do perfil turístico de Corumbá.

Quanto à realidade do Mato Grosso do Sul é possível afirmar, após esse percurso de leituras, entrevistas e reflexões, que também há uma incipiência visível da política cultural estadual. Ainda hoje não tomou providências para proteger convenientemente seus principais prédios públicos. O caráter extremamente político da escolha dos componentes das Secretarias de Cultura em geral, dificulta o desenvolvimento de uma perspectiva que oriente de maneira clara a política cultural em um mandato completo de determinado governador ou prefeito. A inconstância, a ausência mesmo de uma memória institucional e o desprestígio às contribuições locais são os principais obstáculos que afligem o desenvolvimento de políticas públicas na atualidade, em que as competências são medidas pelas filiações partidárias ou pelo proselitismo puro e simples. A ausência de concursos públicos para preencher cargos técnicos, dificulta o trabalho não só dos prefeitos e do governador do Mato Grosso do sul, como também do **IPHAN**, desempenhando precariamente suas funções.

As críticas aqui realizadas, muitas vezes contundentes, certamente encontrarão egos delicados, mas possuem precedências sobre possíveis melindres porque apontam para a quantidade de tempo e experiências desperdiçadas, principalmente pelo município, no desenvolvimento de políticas simples que poderiam possuir um significado social muito importante para a cidade se fossem desenvolvidas racionalmente num esforço interdisciplinar e se houvesse minucioso planejamento das ações.

O desperdício de capital humano também é lamentável, muitos dos entrevistados demonstraram seu desencanto com a cidade que parece andar na contramão do desenvolvimento, pois vários esforços foram liquidados por uma classe política pouco sensível ao debate sobre a arte e a cultura locais, resultando em um eterno recomeço que se materializa em descrédito para muitos ativistas culturais que se afastaram das políticas públicas municipais.

A promoção de uma política cultural que enfatize o patrimônio é exeqüível na medida em que cidadãos sintam seu significado identitário e as perspectivas de mudança na qualidade de vida local. Trata-se de um processo longo, mas que pode dinamizar toda uma cidade se for promovido com atenção às demandas locais principalmente nas áreas de habitação e saneamento básico que são os grandes problemas infra-estruturais de Corumbá. A construção de uma democracia participativa depende de vontade política e dessa associação depende o desenvolvimento sustentável que por sua vez provém de uma parceria entre o cidadão e o governo que se conscientizam mutuamente de suas necessidades, possibilidades e limites.

As proposições realizadas neste trabalho serão encaminhadas a Prefeitura Municipal e à **SEMACTUR** à título de contribuição para uma reflexão sobre o amplo campo de possibilidades e deficiências ensejadas pelo **Programa Monumenta** na cidade.

A pesquisa não se apresenta como uma meticulosa e exaustiva elucidação da política cultural estadual e municipal, tendo como enfoque central o patrimônio, também muito do que foi planejado não pode ser executado, devido a problemas inerentes a qualquer pesquisa. Diante disso busquei realizar discussões complementares às questões que não pude, infelizmente, elucidar nesse momento, daí a atenção dada `a historiografia e aos depoimentos que permitiram o estabelecimento de hipóteses e suposições que foram fixadas com o objetivo de ampliar o debate acadêmico, contribuindo com novos problemas e também tendo em vista novas pesquisas.

A discussão do **Patrimônio Cultural** local não está concluída. A presente Dissertação é a primeira contribuição do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul a dar visibilidade para a questão patrimonial no município e para o desenvolvimento de um debate técnico para além de saudosismos e apropriações políticas anacrônicas

FONTES

ARQUIVOS:

Arquivo Histórico Municipal de Campo Grande - Campo Grande,MS.

Instituto Luiz de Albuquerque/ILA – Corumbá,MS.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN - Brasília, DF.

Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro-RJ.

Núcleo de Documentação Histórica e Estudos Regionais/NDHER -CPCO /UFMS. Coleção "Casa Comercial Vasques & Filhos". Séries de: 1907, 1913, 1917, 1927, 1928, 1932, 1939, 1940, 1941 e 1951.

11ª Sub Coordenação Regional do IPHAN - Campo Grande,MS.

14ª SR/18ª sub regional -Regional do IPHAN/MT- Cuiabá,MT.

ENTREVISTAS:

Acyr Pereira Lima-Ex-Prefeito de Corumbá.

Agripino Magalhães, músico e artesão poconeano.

Ângelo P. C. Rabelo- Coronel da Polícia Florestas e Secretário Municipal de Meio Ambiente Cultura e Turismo de Corumbá, MS.

Augusto César Proença, escritor corumbaense licenciado em Letras.

Benedito C. G. Lima, poeta corumbaense.

Dinorá Cestari- Professora, licenciada em História, Diretora da Fundação de Cultura do Pantanal.

Eunice Ajala Rocha, historiadora.

Heloísa Urt, gestora da Casa de Cultura Luis de Albuquerque.

Jorapimo, artista plástico corumbaense.

Margareth Ribas- Arquiteta Coordenadora da 11ª Sub coordenação regional do IPHAN/MS.

Moysés Amaral-Médico, escritor e membro da Associação dos Magistrados da Escola Superior de Guerra-ADESG

Tânia Dantas- Engenheira Responsável-técnica pelas obras do MONUMENTA no Município de Corumbá, MS.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS EM MEIO ELETRÔNICO:

A experiência precursora. Disponível em: < <http://www.bahia.ba.gov.br> > Acesso em 03/3/04.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Relatório de atividades do IPHAN. 1999-2000. Brasília, DF. 2003. Disponível em :<http://www.iphan.gov.br>. Acesso em 10 fev. 2002.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Lei n.º 8113, de doze de dezembro de 1990. Dispõe sobre a natureza do Instituto Brasileiro da Cultura - IBPC e da Biblioteca Nacional. Disponível em < <http://www.cultura.gov.br> > Acesso em 25 jul. de 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. Discurso do arquiteto Marcelo Ferraz na abertura do Seminário de intercâmbio do Programa Monumenta.

Brasília, 22 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>
Acesso em 25 jul. de 2003.

_____ **Educação patrimonial.** Brasília, DF. 2003. Disponível em: <
<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em 12 jun. 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. Funarte. Viola-de-cocho pantaneira.
Corumbá, MS, 2003. 1 CD-ROM.

GONÇALVES, Marco. “Monumenta reforma gestão do patrimônio histórico”. Disponível em: < <http://socioambiental.org> > Acesso em 02/3/04.

Lei nº. 8113 de 12/12/1990. Disponível em < <http://www.cultura.gov.br> >
Acesso em 25/7/03.

**MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa
estratégico do PPA-2000-2003.(Avança Brasil). Projeto Corumbá/MS.
Perfil do Projeto.** 2002. 5 volumes. 1 CD-ROM.

O Pantanal. Disponível em: < <http://www.cpap.embrapa.br> > Acesso em
02/3/04.

O Pantanal de Jorapimo. 24 min. Direção, produção e roteiro Caroline
Nocetti. Campo Grande, MS: UFMS/CCHS/DAC, 2002, VHS, son., color.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Unesco. Convencion sobre la
protección del patrimonio mundial cultural y natural.** 2003. Disponível
em : < <http://whc.unesco.org>. Acesso em 14 ago. 2002.

Os Guató. Disponível em : <http://www.riosvivos.org.br> Acesso em 04/3/04.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Preservação. São Paulo,
2003. Disponível em < <http://www.prodan.sp.gov.br> > Acesso em 20 ago.
2002.

TADDEI, Pedro. “Os grandes projetos”. Disponível em: <
<http://www.minc.gov.br>> Acesso em 02/3/04.

PERIÓDICOS

ANTENORE, Armando. “Somos tupinambás. Queremos o manto de volta”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1/6/2000. **Folha Ilustrada**.

ANTUNES, Camila. Os estrangeiros sumiram. **Veja**. São Paulo, p.90-91, 16 abr.2003.

BAEZ, Renato. Calçamento. **Folha da Tarde**. Corumbá-MT, n.º52,7 ago.1958. p.01.

Brasil dos nossos dias. Rio de Janeiro: **DIP**, Jornal do Commercio, 1940.

Caça ao tesouro perdido. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2/4/00 Folha Mundo. Caderno 01, p. 16.

Campanha pela preservação da memória cultural de MS. **O Momento**. Corumbá, MS, p.02, 24/11/83.

Casario de Corumbá está ameaçado. **Jornal do Pantanal - Sucesso**. Corumbá,MS, p. 04 26/6 a 02/7/00.

CONTE, Cláudio Quoos. O **IPHAN** em Mato Grosso e os dez anos de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá. **Diário de Cuiabá**. Cuiabá,MT, p.05, 29.9.97.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Documentos destinados às chamadas devoradoras. (Delegacia fiscal) **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 8/3/1942.

_____. Entraves ao turismo. **Mensário do Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 1941.

Corumbá no roteiro do turismo internacional. **O Momento**. p.06 n. ° 6691. Ano 32 21/12/76..

Corumbá terá Museu do Homem Pantaneiro. **Jornal Cidade**. Corumbá, MS, p.03, 11 a 14 de agosto de 2003 . Ano II. Suplemento especial.

FERNANDES, Marcelo. “Ocupação irregular de imóveis atinge prédios históricos de Corumbá. **Corumbá Notícias**. Corumbá, MS, 13/6/03. p. 8.

GARCIA, Lício Benzi Paiva. “Corumbá, orgulho pantaneiro”.**Jornal Sucesso**. Corumbá, MS, 21/9/03, Suplemento especial. p. 04.

Iniciado debate da compra do gás boliviano. **O Momento**. Corumbá, MT, p.02, 22/5/73, ano XXVI.

LEONZO, Nanci. “Tensões entre a história e a memória.” **Correio do Estado**. Campo Grande, MS, p.03, 17/3/1998.

LIMA, Benedito C. G. Monumento dos Trovadores. **Correio de Corumbá**. Corumbá, MS. p.11, 2/8/03.

LIMAZEDA, M. R Corumbá e o turismo. **O Momento**. n° 4269. p.04, 25/11/60.

Mato Grosso já tem proteção para patrimônio histórico. **O Momento**, Corumbá, MT. p.03. n°6616, Ano 30. 18/9/1976.

Ministro da Cultura assina hoje em Corumbá contrato do Monumenta. **Gazeta Corumbaense**. Caderno Cultura. (sem data e sem paginação).

Ministro libera verba para Corumbá. **Correio do Estado**. Campo Grande, MS.p.04 , 23 abr. 2003.

Ministro vem a Corumbá assinar contrato financeiro do **Programa Monumenta**. **Corumbá Notícias**. Corumbá,MS. Ano1.n.º 31. 6ª feira. 21 jun. 200 2ª a 5ª feira 27 jun.2002.

Monumenta vai revitalizar Casario do Porto. **Gazeta Corumbaense**. (Sem data e sem paginação).

Neto Otávio. Monumenta beneficia turismo e cultura de MS. **Correio do Estado**. Campo Grande, MS, p.02. 20/6/2002. Caderno 02.

Ocupação irregular de imóveis atinge prédios históricos de Corumbá. **Corumbá Notícias**. Corumbá,MS, p.08, 13 jun.2003.

O futuro corumbaense como porto fluvial.**O Momento**. Corumbá.MT, p.01 1º/12/ 1972, ano XXVII n.º 5501.

OLIVEIRA, João Carvalho de. Túnel do tempo. **Jornal Cidade**. Corumbá, MS, p. 06 14/8/03, ano II edição 11.

O que você tombaria na cidade? E o que detonaria ? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 jul.2001. Folha Equilíbrio.Caderno 08, p. 7-9.

Patrimônio Histórico de São Luis deve ser preservado, diz Lobão. **Jornal do Senado**. Brasília, p.01, 22 maio 2000.

Pelourinho já recebeu R\$ 100 milhões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. C1, 11/6/2001. Folha Cotidiano.

PROENÇA, Augusto C. Retomada de Corumbá. **Gazeta Corumbaense**. Corumbá, MS, 2003.

PROFATI. Sonhei. **Correio de Corumbá**. Corumbá, MS, p.10, 02 a 08 /8/03.

ROSTEY, João. Recordações. Saudades do velho porto. **O Momento**. Corumbá, MT, p. 02, 29/3/77.

São Paulo tenta tirar ICMS do gás de MS. **Gazeta Corumbaense**. (sem data e sem paginação).

SILVA, Eliane. Revitalização custa R\$ 3,7 bi em 7 capitais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p.04,11 jun. 2001.

Somos tupinambás. Queremos o manto de volta. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1 jun. 2000. Folha Cotidiano. Caderno 5, p.12.

Trabalhos didáticos sobre História e Geografia do Estado darão prêmios de Cr\$ 150.000,00. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT. p.02.20/8/1963.

Tuma destaca aniversário da Revolução de 1932. **Jornal do Senado**. Brasília, DF p.03, 10/7/2003.

TURIMAT faz levantamento turístico. **O Momento**. Corumbá, MT, p. 01, n.º 6690, Ano 32, 19/12/76.

Turismo em Mato Grosso será fator de ocupação territorial. **Folha da Tarde**. Corumbá, MT, p.05, 9/10/68.

ZANINI, Fábio. “Caça ao tesouro perdido”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p.16.2/4/2000. **Folha Mundo**. Caderno 1.

PUBLICAÇÕES OFICIAS E/OU ESPECIALIZADAS:

Atualidade brasileira. Seus problemas e soluções. Discurso do Presidente Getúlio Vargas no segundo aniversário do Estado Novo. **DNP**. 1939.

BARROS, Clara Emília M de. **Lygia Martins Costa: De museologia, arte e política de patrimônio**. Rio de Janeiro: **IPHAN**, 2002.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: **MinC/IPHAN**, n.º 30, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Panfleto de divulgação. Cuiabá, MT. Sub-Regional do IPHAN/MT. 2001

BRASIL. Ministério da Cultura. Museu Histórico Nacional. Anais do Museu Histórico Nacional. v.30, Rio de Janeiro: 1998.

_____ v. 31, 1999.

_____ v. 33, 2001.

_____ v. 34, 2002.

BRASIL. Ministério da Cultura. Movimento Brasileiro de Alfabetização. Patrimônio histórico. A aventura do homem. Enciclopédia fundamental. n.º 09, [S.l], Editora Renes, S/D.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. n.º 28, Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas patrimoniais. 2 ed. Rio de Janeiro : IPHAN, 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n.º 30, Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para preservar. Publicação técnica. 14ª CR/IPHAN. Brasília: IPHAN, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mário de Andrade. Cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo M. F. de Andrade. (1936-1945). Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1981.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Boletim informativo bimestral. Ano 4, n.º 04, p.03 Set./ 1994.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rodrigo e seus tempos (1898-1969). Rio de Janeiro: FNPM, 1996.

CAMPOS, Venício Stein de. Elementos de museologia. Secretaria de Educação, Lazer e turismo do Estado de São Paulo: São Paulo, 1973.

CARNEVALE, Maria da Conceição. Casario do Porto de Corumbá: parte da história do Pantanal. Avaliação do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico das áreas de projeto e de influência. MinC/Programa Monumenta / Sematur, Corumbá, 2002.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia (org.). A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEPROM, 1995.

CONTE, Cláudio Quoos. O tombamento do Centro histórico. Cuiabá, MT: IPHAN, s/d.

COUTINHO, Rejane. Mário e os desenhos das crianças. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, (171-181) 2002.

GICO, Vânia de Vasconcelos. "Câmara Cascudo e Mário de Andrade: uma sedução epistolar". In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, (111-127), 1998.

HOLSTON, James. "Espaços da cidadania insurgente." **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, , (243-254), p. 244, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL-MinC. Patrimônio Cultural. Boletim informativo bimestral. Nov./Dez. 1992.

_____ano 01. n.º 02. Nov./Dez. 1991.

_____ano 01. n.º 01. Set./Out. 1991.

_____ano 04. n.º 4. Set./1994.

_____ano 01. n.º 02. Nov./ Dez. 1991.

_____ano 05. n.º 07. Dez./ 1995.

_____ano 03. n.º 03. Nov./ 1993.

_____ano 05. n.º 05. Dez./1995.

_____ano 5. n.º 06. Dez./1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 14ª Coordenação Regional. Ofício circular n.º 002/01. 11ª Sub regional/9ª SR. 01 mar.2001.

LAFETA, João Luiz. **Mário de Andrade**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEONEL, Maria Elisa de M. **Conhecer para preservar, preservar para conhecer: um projeto de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1995.

LOURENÇO, Maria C. F. “ Museus à grande.” **Revista do PHAN**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º30, (182-209), 2002.

LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo S. Moraes de. **Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)**. Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN/FGV/ CPDOC, 1996.

MAGALHÃES, Aloisio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: n.º 20, p. 40-44, 1984.

_____. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio. In : **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 28, (156-173), 1999.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: n.º 20, p.33-36. 1984.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. 14ª Coordenação Regional. Legislação de proteção.

Corumbá, MS. Brasília, nov. 96.

MIRANDA, Alcides da Rocha. Não foi fácil, não havia gente. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: **MinC/IPHAN**, n.º 30, (.247-251),2002.

MONNET, Jêrôme. O álibi do patrimônio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: **MinC/IPHAN**, n.º 24, (220-228), 1996.

MONUMENTA. BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003.(Avança Brasil). TAFNER, Paulo S. B. ; SILVA, José C. F. **O Projeto Corumbá, MS. Análise de sustentabilidade financeira.** Corumbá, MS: 2002.

MONUMENTA/BID. Ministério da Cultura do Brasil. Programa estratégico do PPA-2000-2003.(Avança Brasil). TREDEZINI, Cícero A . et al. **O Projeto Corumbá, MS. Perfil do projeto.** Corumbá, MS: 2000.

MURTA, Stela M. e ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio.** Belo Horizonte : Ed. UFMG: Território Brasilis, 2002.

PEIXOTO, Francisco. “Mário e os primeiros tempos da USP”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: **MinC/IPHAN**, n.º 30, (156-169), 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Mensagem. n.º 010/92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Porto Geral do Pantanal. Plano de revitalização do porto geral de Corumbá,MS. Estudo preliminar. Set. 98. Arquitetura A3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Arquivo Histórico de Campo Grande. Funcesp. Arca. Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, MS. n.º 8, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Informativo da Prefeitura de Corumbá. Ano 01, n.º 01. Jan.2003.

Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: MinC, FNPM, 1987.

_____**Rodrigo e seus tempos (1898-1969). Rio de Janeiro: FNPM,1996.**

RODRIGUES, Marly. Por que vocês querem conservar o patrimônio? História.V. 15, São Paulo: UNESP, 1996.

_____. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cidadania.** Rio de Janeiro: **MinC/IPHAN**, n.º 24, (195-204), 1996.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 24. 1996.

RUBINO, Silvana. A memória de Mário. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º30, (138-155), 2002.

SALES, Fernando. Defesa do patrimônio é incentivo à cultura. Revista Cultura. Brasília: MEC, n.º 15, ano 4, (46-57). p. 46 e 57,out./dez, 1974.

SANDRONI, Carlos. Mário, Oneyda, Dina e Claude. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º30, (233-245), 1998.

SANTOS, Mariza V.M. “Nasce a academia SPHAN.” **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 24, (77-96), 1996.

SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Avilmar. **O novo Brasil. Ensaio político**. Rio de Janeiro, [s/e], 1939.

SILVA, F. F da. Mário e o patrimônio. Um anteprojeto ainda atual. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º30,(129-137), 2002.

SILVA, Avilmar. **O novo Brasil**. Rio de Janeiro: Editora S D, 1939.

SILVEIRA, Sirlei. **O Brasil de Mário de Andrade**. Campo Grande, MS: Ed UFMS, 1999.

SIMÃO, Maria C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

SOEIRO, Renato. O IPHAN em MT. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**. Brasília: MEC, n.º 33 Ano 8 (84-85). p. 84, out. /nov./dez., 1978.

SOEIRO, Renato. Um programa cultural. **Revista Cultura**. Brasília: MEC, n.º 12 Ano 3 (108-115). jan./mar. 1974.

SOEIRO, Renato. Cidades históricas. **Boletim do MEC. Conselho Federal de Cultura**. Brasília: MEC, n.º 30, ano 8, (104-108), jan./fev./mar, 1978.

SOUZA, Ricardo Christiano. Mário, crítico da atualidade arquitetônica. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, (25-47), 2002.

TELLES, Augusto Silva. Proteção do patrimônio histórico e artístico, monumental, móvel e paisagístico. **Revista Cultura**. Brasília: MEC, número especial. n.º 27, ano 7, (84-93). p.89, out. /dez, 1977.

TRAVASSOS, Elizabeth. Mário e o folclore. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, n.º 30, (90-109), 2002.

VASQUES, Cláudia M. **Para preservar**. Brasília: IPHAN, 1994.

VELHO, Gilberto. Antropologia. Antropologia e patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: n.º 20, p. 37-39, 1984.

VIEIRA, Roberto A . A . “Patrimônio cultural, um grande achado. **Revista Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, (13-21). , jan. /dez., 1984.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, G. L. **Mato Grosso e a história 1870-1920**. (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: n°61, 2º semestre, 1984.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Tradução Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ARANTES, Antônio A. **O que é cultura popular?** 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AYALA, S. Cardoso e SIMON, F. **Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso**. Corumbá. Hamburgo:1914.

BARROS, Abílio L. de. **Gente pantaneira.Crônicas de sua história**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e os surgimento das massas**. Tradução Suely Bastos. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEIRED, José L. B. **Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Loyola, 1999.

BENEVIDES, Cesar; LEONZO, Nanci. **Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas.Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens**

de cultura na sociedade contemporânea. Tradução Marco Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. Tradução Ana Rabaça. **As escolas históricas.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. DIFEL: Lisboa, 1989.

_____ **Razões práticas. Sobre a teoria da ação.** Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____ **A economia das trocas linguísticas.** Tradução Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1998.

BRAZIL, Maria do Carmo. **A cidade portuária de Corumbá e o mito da decadência.** Campo Grande: no prelo, 2002.

BURKE, Peter. **Sociologia e história.** Tradução Fátima Martins. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1980.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 1998.

CAPELATO, Maria H.R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____ **A invenção do cotidiano.** Tradução Ephraim F. Alves e Lucia E. Orth. Petrópolis. 5 ed., v.01, RJ: Vozes, 1994.

_____ **A invenção do cotidiano.** Tradução Ephraim F. Alves e Lucia E. Orth. Petrópolis. 3 ed., v. 02, RJ: Vozes, 1996.

CELSO, Afonso. **Por que me ufano do meu país**. 11 ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1929.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Tradução Maria M. Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1985.

_____. História hoje: dúvidas, desafios e propostas. Tradução Dora A. Rocha. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: ANPOCS. v.7, n.º 13, p. 97-113, 1994.

COSTA e SILVA, Paulo Pitaluga. Considerações sobre a cultura mato-grossense. In: FERREIRA, João C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.(192-209).

_____. Fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso. **Revista do IHGMT** , Cuiabá,MT, 1994.(241-264).

CUNHA, Ovídio da. **Ementa de Cultura Brasileira.(Pressupostos básicos)** Edição da Sociedade Brasileira de Geografia. S/l, s/d.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FEIJÓ, Martin C. **O que é política cultural?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERNANDES, José R. O. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 13, n.º 25-26, p. 265-276, set. 1992/ ago.1993.

FREITAS, Moacyr. “Considerações sobre o patrimônio arquitetônico de Cuiabá. “ In: FERREIRA, João C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001. (190-191) ..

FUNARI, Pedro Paulo de A. Memória histórica e cultura material. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 13, número 25-26, p. 17-31, set/ago, 1993.

FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 5ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____ **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FRONTEIRA VIVA. Corumbá: Uma experiência administrativa no Pantanal. Corumbá: Prefeitura Municipal, 1971.

FUNARI, Pedro P. de A. Memória histórica e cultura material. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 13, n.º 25/26, p. 17-31, set. 92/ago.93.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História Social), FFLCH/USP, São Paulo: 2000.

GALVÃO JUNIOR, José Leme. **Patrimônio cultural urbano. Preservação e desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado. FAU/UNB-Brasília, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores. A política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

GONZALEZ, Horacio. **O que são intelectuais?** 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GRAEFF, Edgard. Arquitetura brasileira. In: **Revista Brasiliense**. São Paulo: Brasiliense, nº 26. jan./fev, s/d.

GRAEFF, Edgard. Três categorias artísticas em Arquitetura. In: **Revista Brasiliense**. São Paulo: Brasiliense, nº 9, (88-123). s/d.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Tradução Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Da Silva e Guacira Lopes Louro. 4ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HANNERZ, Ulf. Cosmopolitas e locais na cultura global. In: Featherstone, Mike. (org.) **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernização**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail V. Sobral e Maria S. Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail V. Sobral e Maria S. Gonçalves. 7ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Sobre história**. Tradução Cid K. moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. (orgs.) **A invenção das tradições**. 2ed. Tradução Celina C. Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOSSOY, B. **Origens e expansão da fotografia no Brasil- século XIX**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Irene Ferreira. 2ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Tradução Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

LEITE, Fernando. **Corumbá histórica e turística. 1778-1978**. Corumbá, MT: Prefeitura Municipal de Corumbá, 1978.

LEONZO, Nanci. Tensões entre a memória e a história. **Correio do Estado**. Campo Grande, MS, p.6, 17 mar.1998.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Desde quando somos nacionalistas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

LIMA, Solange F. de. O circuito social da fotografia. Estudo de caso II. In: FABRIS, A. (org.) **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1991.

MADUREIRA, Elizabeth de Siqueira. **História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

MARIANNO FILHO, José. **À margem do problema arquitetônico brasileiro**. Rio de Janeiro: Livraria Teixeira, 1943.

MATTA, R. da. **Relativizando: uma introdução à antropologia cultural**. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira (1915-1933)**. 2ed. v. VI e VII. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MESQUITA, José de. **O sentimento de brasilidade na história de Matto Grosso. Discurso proferido ao tomar posse de cadeira de sócio-correspondente no IHGB**, em 26 jan.1939.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAES, José G. de. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Ed 34, 2002.

MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica**. 4ed. São Paulo: Ática, 1978.

MOURA Carlos F. **O Forte de Coimbra. Sentinela avançada na fronteira. 1775-1975** II Centenário Edições UFMT. Cuiabá, 1975.

MOURÃO, Marlene. **Pacu: era um peixe que vivia feliz nas águas do rio Paraguai**. Texto e ilustrações. Corumbá, MS: M. Mourão, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia L. et al. **Estado novo. Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, Tito C. M. **Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geoeconômico sobre a região de fronteira**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. Bittencourt, Circe. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, p. 128-147, 1998.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PALLARES-BURKE, Maria L. G. **As muitas faces da história. Nove entrevistas.** São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação.** Tradução Maria J. Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PÓVOAS, Lenine C. **Sobrado e casas senhoriais de Cuiabá.** Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980.

QUEIROZ, P. R. C. **As curvas do trem e os meandros do poder. O nascimento da Estrada de Ferro /Nordeste do Brasil (1904-1908).** Assis, 1992. Dissertação. (Mestrado em História). UNESP.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX.** Manuscrito adaptado da tese. Dourados 04/02.

REDFIELD, Robert. **Civilização e cultura de folk.** Tradução de Asdrúbal Mendes Gonçalves. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1949.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade.** Tradução de Vânia Anastácio. Lisboa; DIFEL, 1989.

SANTAELLA, Lucia. **Arte e cultura: equívocos do elitismo.** 2d. São Paulo: Cortez, 1990.

SIGRIST, Marlei. **Chão batido: a cultura popular de Mato Grosso do Sul: folclore, tradição.** Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Siqueira et al. **O processo histórico de Mato Grosso.** Cuiabá: UFMT, 1990.

SIQUEIRA, Elizabeth M. Resumo informativo das atas de reunião do Instituto Histórico de Mato Grosso. 1919-1971. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.** 1994. (61-157).

SILVA, Maria do C.G. da. **Rio Paraguai: o *mar interno* brasileiro.** Uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1999.

SOUZA, João C. **Sertão cosmopolita. A modernidade de Corumbá (1872-1918)** Tese.(Doutorado em História Social). FFLCH/USP. São Paulo. 2001.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá.** s/l. s/d./s/e.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser.** Tradução Waltensir Dutra . Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981.

TOCANTINS, Aecim; TOCANTINS, Célia Lombardi. **Philogônio de Paula Corrêa.** Cuiabá, MT: Grafia Editora Gil, 1999.

TRINDADE, Vilma E. de. **Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho. 1887-1973.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

VELLOSO, Mônica P. A literatura como espelho da nação. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro. v. 01, n.º 02, p. 239-263, 1988.

ZORZATO, Osvaldo. **Alicerces da identidade mato-grossense.** Revista do IHGB. ano 161, número 408, jul/set, 2000.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983).** Tese (Doutorado em História Social) FFLCH, USP, São Paulo: 1998.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)